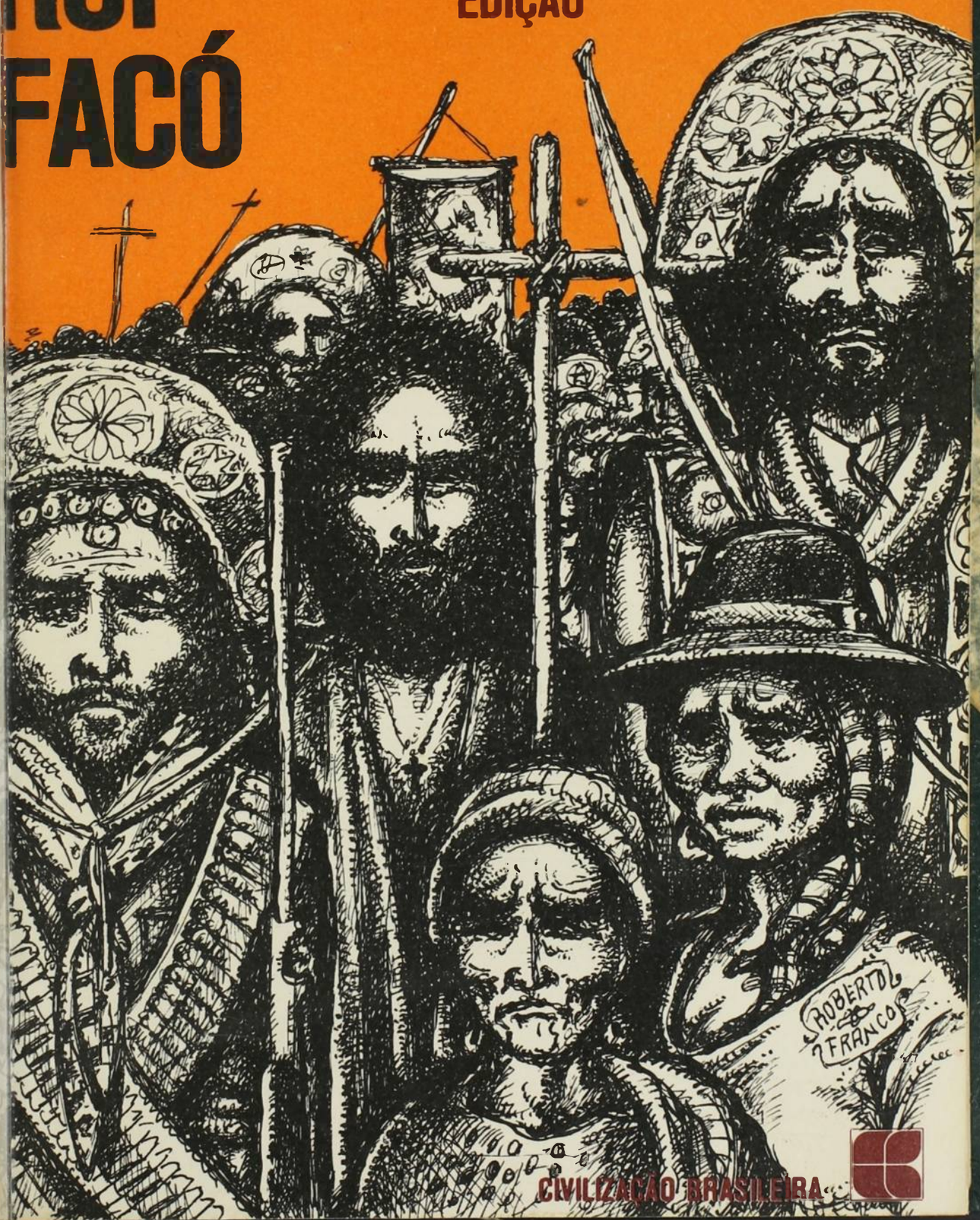
Ie ne fay rien
sans
Gayeté
(Montaigne, Des livres)
Ex Libris
José Mindlin

CANGACEIROS E FANÁTICOS

4.ª EDIÇÃO

RUI FACÓ



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

CANGACEIROS E FANÁTICOS

Rui Facó faleceu em 15 de março de 1963, vitimado por um acidente aviatório, tão estúpido e fulminante como inesperado e inexplicável. Uma falha técnica, uma tempestade imprevista — ou nenhuma causa determinada — e lá se dissolveram, num dado instante dramático, vários seres humanos, todos os seus sonhos e projetos.

No entanto, alguns deles permanecem vivos na lembrança e na estima de pessoas que jamais os viram de perto, precisamente porque deixaram algo de si, de seu trabalho e de seu pensamento, que elas recebem como valiosa contribuição ao estudo dos problemas sociais de seu tempo. É o que acontece com Rui Facó. Intelectual sério, rigorosamente objetivo na pesquisa e na interpretação, sua obra só faz crescer de importância nos meios universitários brasileiros e internacionais.

CANGACEIROS E FANÁTICOS, livro póstumo, é o resultado de longos estudos sobre a origem social do *cangaço* e do *fanatismo*, feitos sobre o pano de fundo das exteriorizações dramáticas que os fenômenos sociais crônicos têm produzido no Nordeste brasileiro: o latifúndio improdutivo, a miséria, a ignorância, a exploração do homem pelo homem em suas manifestações várias, a violência, a abulia...

Defendendo e provando a tese de que *cangaço* e *fanatismo* eram formas de reação aguda (embora não conscientizada) contra a injusta e desumana estrutura social vigente à época de seu apogeu e que, desgraçadamente, ainda perdura em grandes áreas do País, Rui Facó contribui com este livro marcante para dar feição nova e profundidade maior à análise daqueles movimentos.

Cangaceiros e Fanáticos

Coleção

RETRATOS DO BRASIL

volume *15*

Rui Facó

Cangaceiros e Fanáticos

gênese e lutas

4.ª edição

civilização
brasileira

desenho de capa
DOUNÊ

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua Muniz Barreto, 91 - 93
RIO DE JANEIRO — RJ

1976

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Prólogo 1

I PARTE

O DESPERTAR DOS POBRES DO CAMPO

1 — Males do monopólio da terra 7
2 — A emigração em massa 21
3 — Os cangaceiros 30
4 — Os "fanáticos" 39
5 — O "fanatismo", elemento de luta 46
6 — Distinção necessária 52

II PARTE

CANUDOS E O CONSELHEIRO

1 — Brasil. fim do século XIX 71
2 — A República e os impostos 78
3 — Ebulição no campo 85

III PARTE

JUAZEIRO E O PADRE CÍCERO

1 — Antecedentes 121
2 — O Padre Cícero e seus "milagres" 133
3 — Sementeiras de capangas 140

4 — Floro Bartolomeu e sua influência 145
5 — O Padre na penumbra 155
6 — Apogeu do cangaceiro e do jagunço 164
7 — Modifica-se o Cariri 172
8 — Última fase da guerra civil nordestina 180
9 — 1930, o mais forte golpe no poder dos coronéis 190
10 — Um saldo positivo: Caldeirão 196
11 — Um quarto de século depois 207

Prólogo

1. *Devo algumas explicações ao leitor. Primeiro, quanto ao título deste livro. Se o termo cangaceiro é usado comumente nos sertões para designar os participantes dos bandos de insubmissos que pegam em armas para viver de assaltos, e os próprios componentes desses bandos se identificam como cangaceiros, o mesmo já não ocorre com o termo* fanático. *Este veio de fora, dos meios cultos para o sertão, designando os pobres insubmissos que acompanhavam os conselheiros, monges ou beatos surgidos no interior, como imitações dos sacerdotes católicos ou missionários do passado. É um termo impróprio, inadequado, sobre ser pejorativo.*

Tem-se exagerado indevidamente — e esta é uma das teses deste livro — o fundo místico dos movimentos das massas sertanejas como foram Canudos, Juazeiro, o Contestado e um sem-número de episódios semelhantes, mais restritos, que eclodiram em diferentes pontos do Brasil. Não negamos a existência do fenômeno, uma espécie de misticismo, de messianismo não-cristão, embora formalmente influenciado pelo cristianismo. O que discutimos é a sua essência, a eclosão e e motivação das lutas no falso pressuposto de que elas têm no misticismo ou messianismo sua origem e seu fim. Acreditamos, ao contrário, que os fenômenos de misticismo ou messia-

nismo, que se convencionou chamar de fanatismo, disseminados pelos sertões em nosso passado ainda recente, têm um fundo perfeitamente material e servem apenas de cobertura a esse fundo. É a sua exteriorização. Em populações submetidas à mais ignominiosa exploração e mergulhadas no mais completo atraso, sob todos os aspectos, a razão estava obscurecida e transbordavam os sentimentos em estado de superexcitação. A própria Natureza inclemente, e contra a qual não tinham meios para lutar, favorecia essa exacerbação de sentimentos. E, como dizia Feuerback, o sentimento é o órgão essencial da religião. Ao elaborarem variantes do cristianismo, as populações oprimidas do sertão separavam-se ideologicamente das classes e grupos que as dominavam, procurando suas próprias vias de libertação. As classes dominantes, por sua vez, tentando justificar o seu esmagamento pelas armas — e o fizeram sempre — apresentavam-nos como fanáticos, isto é, insubmissos religiosos extremados e agressivos.

Ao visitarmos Canudos, em 1939, quando ainda encontramos ali um sobrevivente famoso dos conselheiristas, Manuel Ciríaco, não lhe ouvimos uma vez sequer alusão a fanáticos para designar os habitantes de Belo Monte do Conselheiro. Ao visitarmos Juazeiro, em 1960, ali tampouco chamam de fanáticos os "afilhados" do Padre Cícero ou os seguidores do Beato Lourenço. Mas o termo tem sido amplamente adotado para designar os participantes daqueles núcleos de insubmissos do campo, generalizando-se nacionalmente. É com estas restrições que o empregamos aqui.

2. *A segunda parte deste livro, dedicada a Canudos, inicialmente elaborada em 1950, foi publicada pela primeira vez em dois números sucessivos da* Revista Brasiliense, *São Paulo, n.°20 e 21, correspondentes a dezembro de 1958 e janeiro de 1959 e na revista soviética* Nóvaia i Novêichaia História, *Moscou,* n.° *1, 1959. Sofre agora este trabalho algumas modificações e acréscimos.*

Da terceira parte, referente a Juazeiro, foram publicados trechos na Revista Brasiliense, *São Paulo, n.°* 38. *Alguns desses trechos são modificados ou aproveitados em outros capítulos do mesmo estudo, na medida em que o trabalho, então em fase de elaboração, foi sendo ampliado na base de novas pesquisas.*

3. *A publicação deste livro coincide com o aparecimento de uma série de obras em que tanto o cangaceirismo como o fanatismo sertanejo são ainda objeto de atenção em relatos que vêm enriquecer a bibliografia já existente com novos depoimentos e documentação. São temas apaixonantes, no passado como hoje, que explicam as edições sucessivas de* Os Sertões *de Euclides da Cunha, e que estão chegando ao domínio da arte, servindo de motivo a filmes e peças de teatro. É como que uma tomada de consciência em relação ao passado, um passado clamoroso, do qual ainda existe grande cópia de remanescentes em nosso presente, e um desejo que se torna generalizado de por fim para sempre a esses vergonhosos remanescentes. É também o reconhecimento de que aqueles homens que empunhavam armas e se tornavam cangaceiros, ou que se reuniam em torno de um monge ou conselheiro e eram chamados de fanáticos, não passavam na realidade de vítimas de uma monstruosa organização social que se está modificando hoje ao sopro das vertiginosas transformações por que passa o mundo contemporâneo e que nos envolvem, sacudindo a letargia em que vivia o nosso interior. Mais do que isso, foram aqueles miseráveis sertanejos os precursores do surgimento de um espírito inconformado que haveria de criar mais tarde uma situação revolucionária para a destruição completa daquele estado de coisas anti-humano.*

Empreendemos aqui uma tentativa de compreensão daqueles fenômenos. Relatos existem, numerosos. Interpretação, nenhuma. Quando muito, este ou aquele autor se anima a emitir uma consideração a vôo de pássaro sobre as origens do cangaceiro ou do fanático. A própria aceitação da ordem de coisas vigente e a crença na sua imutabilidade determinavam os preconceitos e os erros para compreender os fenômenos patológicos resultantes.

Foi nosso empenho dar resposta principalmente a estas indagações: Por que surgiu o cangaceiro? Por que surgiu o fanático? Que gerou o capanga? Que os faz desaparecer? Este livro é uma busca a respostas às inquietantes perguntas, que se impuseram certamente ao autor como parte do processo mesmo de tomada de consciência nacional que alcançamos cada vez mais plenamente na medida em que crescemos

no domínio econômico, modifica-se toda a nossa sociedade e nos integramos no conjunto universal dos povos com a nossa própria voz, as nossas características, e afirmamos a nossa individualidade.

I PARTE

O Despertar dos Pobres do Campo

O heroísmo tem nos sertões, para todo
sempre perdidas, tragédias espantosas.

EUCLIDES DA CUNHA

1

Males do Monopólio da Terra

UMA SÉRIE DE CRISES — DE ORDEM econômica, ideológica, de autoridade — expressas em rebeliões espalhadas em vastas áreas do interior do Brasil, abrangendo muitos milhares de habitantes do campo, é a característica principal do período de transição que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro deste século em nosso País.

Que foram Canudos, Juazeiro, o Contestado, Caldeirão, Pau de Colher, Pedra Bonita, que precedeu a todos, com traços mais ou menos idênticos, ao lado do cangaceirismo, que se prolongou até os fins da década de 30? Para a nossa história têm sido encarados como fenômenos extra-históricos. "Banditismo", "fanatismo" são expressões que os resumem, eliminando-os dos acontecimentos que fazem parte de nossa evolução nacional, de nossa integração como Nação, de nosso lento e deformado desenvolvimento econômico.

Mas, seriam simples criminosos esses milhares, dezenas de milhares de pobres do campo que se rebelavam nos sertões, durante um tão largo período de nossa história?

Seriam apenas os "retardatários" da civilização, como os qualificava Euclides da Cunha?

Evidentemente, não. Constituiriam, se assim fosse, uma percentagem de criminosos de todo anormal, desconhecida em qualquer país, em qualquer época histórica. Eram muito mais frutos do nosso atraso econômico do que eles próprios retardatários. Hoje, compreendemos e sentimos que eles eram uma componente natural do nosso processo evolutivo, a denúncia do nosso próprio retardamento nacional, o protesto contra uma ordem de coisas ultrapassadas e que deveria desaparecer.

Tiveram, esses inúmeros surtos de "fanatismo" e de cangaceirismo, as suas causas internas e externas. As condições internas que os geraram vamos encontrá-las, precisamente e antes de tudo, no monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais, com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias e a subseqüente concessão das sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios atuais. Estes constituem, de há muito, ao lado do domínio imperialista em ramos básicos da economia do País, um dos dois grandes obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

O monopólio da terra, abrigando em seu seio uma economia monocultora voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos, entravou brutalmente o crescimento das forças produtivas. Por mais de três séculos, baseou-se no regime do trabalho escravo, que se levantou como uma barreira à propagação do trabalho livre. Do trabalho escravo ainda hoje restam marcas evidentes em nossas relações de produção no campo. É o trabalho semi-servil em vastas áreas do interior, particularmente no Nordeste.

O monopólio da terra e o trabalho escravo impediram, por sua vez, ou dificultaram muitíssimo o advento da tecnologia moderna. Só nos últimos vinte anos vêm-se efetuando mudanças, com a mecanização da agricultura em escala razoável, mas ainda assim acompanhando a linha defeituosa do desenvolvimento desequilibrado de nossa economia: um Sul capitalista e um Norte mergulhado no atraso semifeudal.

Foi ainda o monopólio da terra que nos reduziu ao mais lamentável atraso cultural, com o isolamento, ou melhor, o encarceramento em massa das populações rurais na nossa hinterlândia, e que chamamos Sertão, estagnada por quatro séculos. Analfabetismo quase generalizado. Ignorância completa do mundo exterior, mesmo o exterior ao sertão, ainda que nos limites do Brasil. A única forma de consciência do mundo, da natureza, da sociedade, da vida, que possuíam as populações interioranas, era dada pela religião ou por seitas nascidas nas próprias comunidades rurais, variantes do catolicismo.

No Nordeste, a situação agravou-se quando, na segunda metade do século XIX, o centro da gravidade econômica se foi transferindo gradativamente para o Sul, mais desenvolvido do ponto de vista capitalista. O Nordeste, com seus arraigados remanescentes feudais e acentuada debilidade técnica, foi perdendo terreno em todos os domínios. A valorização do café atraía para o Sul a mão-de-obra disponível no Nordeste, tanto de escravos como de trabalhadores livres. Enquanto isso, era o Sul que recebia a totalidade do simigrantes europeus que, nos fins do século, vieram modificar a fisionomia econômica e social da fazenda paulista.

A evolução do Nordeste, nessa época, caracterizava-se por sua extrema lentidão, própria de uma sociedade em estágio econômico seminatural, com uma divisão de classes sumária: o senhor de grandes extensões de terras e o homem sem terra, o semi-servo. A população da zona nordestina além da faixa litorânea não recebia sequer a influência benéfica das frágeis conquistas de tipo burguês que se operavam nas zonas marítimas urbanas. No Nordeste, a vida das cidades processava-se em ritmo tão lento (até 1930) que elas não exerciam atração sobre as populações despossuídas do interior a não ser em proporções mínimas. As levas de nordestinos sertanejos — *flagelados* — que nas épocas das longas estigiagens, as *secas,* deixam o sertão, transitam rapidamente por essas cidades, que são para elas apenas um porto de embarque. Quando não conseguem passagem para a Amazônia ou para os cafezais de São Paulo, abrigam-se precariamente nos arrabaldes urbanos, e aí são pasto da fome e de toda sorte de doenças dela resultantes. Não há indústrias que possam absor-

ver sequer uma parte insignificante dessa mão-de-obra expulsa pelo latifúndio em seus estertores acrescidos pela seca. As mesmas débeis indústrias alimentares ou têxteis têm sua situação agravada pelo fator climático, e em vez de admitir operários, despedem-nos.

Vemos então coexistirem, lado a lado, numa vizinhança incômoda, por longos períodos, os latifundiários semifeudais e a burguesia comercial e industrial, tão frágeis, ambos, que não têm outro recurso senão tolerar-se mutuamente. A burguesia sofre todas as limitações impostas pelo latifúndio semifeudal, sem poder destruí-lo, sem poder mesmo diminuir sua influência. Esta situação resulta do enorme atraso das forças produtivas, e estas, por sua vez, encontram naquela imobilidade um freio ao seu desenvolvimento. Sabendo-se que o grau de desenvolvimento das forças produtivas determina a rapidez ou lentidão das transformações econômicas e do progresso social, aquela inércia dá a medida dessas transformações e desse progresso.

Além de tudo, uma séria crise de estrutura minava a economia agrária nacional. O regime escravista dera o que tinha de dar e vivia seus últimos alentos. "No período de 1879 a 1888 eram gerais e os protestos das classes produtoras [patronais] que clamavam contra as oscilações violentas nos preços do café, da borracha e algodão, a falta de elasticidade do meio circulante e as deficiências da organização do crédito. Mal-estar esse agravado com a promulgação da lei de 13 de Maio, pela forma como foi feita: ausência de indenização aos proprietários de escravos, falta de previdência quanto à desorganização completa do trabalho agrícola que a lei viria ocasionar e que de fato ocasionou, pois que não foi colhida metade das safras de 1888."[1]

Não seria, naturalmente, a indenização pelos escravos libertos em cada fazenda que iria salvar a situação. A crise era de estrutura, crise de um sistema econômico que atingira a fase máxima de sua decadência, sem que na maior parte do País tivessem surgido, em larga escala, relações de produção de tipo superior, à base do trabalho livre. Não era só a crise

[1] Roberto Simonsen, *As crises no Brasil*, São Paulo, s/d., págs. 35-36.

do instituto escravista, era também a crise do latifúndio pré-capitalista. Os trabalhadores livres importados da Europa em escala considerável, no decênio anterior, e que, depois da Abolição, entram numa média de mais de 100 mil por ano, até o fim do século, concentram-se quase exclusivamente em São Paulo, onde não se fazem sentir os tão alardeados efeitos calamitosos da lei de 13 de maio. Ao contrário, São Paulo, com o trabalho livre em suas fazendas, veria sua produção crescer, enquanto se arruinava a do Estado do Rio e sobretudo a do Nordeste. "No último decênio do Império o débito médio que pesava sobre os engenhos e algodoais do Norte era de 60%, pelo menos, do valor das terras, maquinismos e escravos, e que no Sul, das 773 fazendas de café, 726 estavam hipotecadas."[2] Estas cifras dão bem uma idéia da situação de decadência que atingira a economia agrícola do Brasil, a qual, na prática, já não pertencia aos que a exploravam.

A parcela da economia nordestina que conseguiu sobreviver ao maremoto da Abolição foi a agro-indústria do açúcar. Renovara-se tecnicamente na década que precedeu a extinção do regime servil. De 1875 a 1885 instalam-se umas cinqüenta usinas de açúcar, modernamente equipadas.

Mas, por trás destas cifras há todo um drama. Elas expressam uma fase de arruinamento de um setor da agricultura brasileira que, desde os inícios da colonização, fora o sustentáculo de toda uma classe parasitária, cujo esplendor atingira o grau máximo no Segundo Reinado. Era a classe dos senhores de engenho. Sem se renovar durante quatro séculos, não podia mais sustentar a concorrência da produção estrangeira no mercado internacional. A queda dessa classe coincidia com a queda do próprio Império e a Abolição da Escravatura, pois, era uma classe, por excelência, de escravagistas. Iria substituí-la uma nova classe, a dos usineiros. Com a ajuda dos capitais ingleses, criam-se, a partir da década de 70, as grandes fábricas de açúcar, as *usinas*. A nova classe que surge com elas é ao mesmo tempo de latifundiários e capitalistas. Mas os usineiros não empreendem nenhuma revolução na zona canavieira. Implantam a nova estrutura mecânica para a

2 Oliveira Lima, *O império brasileiro*, 2.ª ed., S. Paulo, s/d., pág. 465.

elaboração do açúcar, mas aproveitam ao máximo o arcabouço do velho latifúndio do antigo engenho. Coexistem por algum tempo, antes da emancipação dos escravos, os trabalhadores escravos, geralmente no eito, e os trabalhadores livres em geral na usina. Quando chega a Abolição, a mudança não é grande: todos são semi-servos do usineiro.

A classe dos senhores de engenho passa a plano secundário; sobrevive ainda, mas à sombra da usina, em situação agônica, que duraria muitos decênios. Como em outros momentos da história econômico-social, vemos aí o lento perecer de uma ordem de coisas que só se enterra depois de podre. As forças revolucionárias que a sua degradação gerava tinham sido de tal forma dispersas pelo latifúndio monocultor que se haviam quase anulado como forças sociais atuantes. A imobilidade relativa da economia regional, com a conseqüente imobilidade social, permitia a sobrevivência dos antigos senhores de engenho como *fornecedores* de cana às usinas.

Notável particularidade do advento das usinas no fim do século XIX é o gigantismo do latifúndio canavieiro. Sua fome de terras não encontra limites. Compra os velhos engenhos bangüês e os aposenta. O que lhe interessa é a terra. E a usina vai estendendo ilimitadamente seus domínios.

Intensifica-se assim o processo de monopolização das terras, que na região nordestina se concentram cada vez mais nas mãos de uma minoria. Segundo dados estatísticos da década de 40 deste século, somente as 20 principais usinas de Pernambuco possuíam terras numa área superior a 270 mil hectares[3]. Era um fenômeno antigo. Um colaborador do *Diário de Pernambuco,* já nos meados do século XIX, acentuava que "a agricultura está cercada por uma barreira inacessível para o homem pouco favorecido... E qual esta barreira? A grande propriedade territorial. Esta entidade terrível que tem arruinado e despovoado [...] esta região que se estende sobre todo o litoral da nossa província até uma profundeza de dez, doze, e às vezes quinze e dezoito léguas para o interior, se acha dividida em engenhos até duas, três,

[3] Gileno Dé Carli, *O processo histórico da usina em Pernambuco*, Rio, 1942, págs. 57-58.

e até quatro e cinco léguas quadradas [...] Os proprietários se recusam a vender estes terrenos e até a arrendá-los!" E ainda: "Como é que se exige que esses infelizes [os agregados, gente pobre, foreiros] plantem se eles não têm certeza de colha? Que incentivo existe que os induza a beneficiar um terreno, do qual podem ser despojados de um instante para outro? Nas terras dos grandes proprietários, eles não gozam de direito algum político, porque não têm opinião livre; para eles o grande proprietário é a polícia, os tribunais, a administração, numa palavra, tudo; e afora o direito e a possibilidade de os deixarem, a sorte desses infelizes em nada difere da dos servos da Idade Média"[4].

A situação dos pobres do campo no fim do século e mesmo em pleno século XX não se diferenciava daquela de 1856. Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma "saída" nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos "fanáticos", em torno dos *beatos* e *conselheiros,* sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles o fruto da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo. Os passageiros surtos econômicos neste ou naquele ramo da agricultura serviam para evitar uma explosão de todo o sistema. É o caso, por exemplo, do florescimento da borracha na Amazônia, entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira deste século. Depois, é o fragoroso baque, com profundas repercussões sobre o Nordeste — sem falar no Norte — e sobre a corrente migratória de seus "excedentes" demográficos.

Este esboço de quadro seria incompleto se não levasse em conta, entre as causas externas da ebulição no Nordeste, no período em foco, o surto de criação de indústrias leve e de alimentação e a construção ferroviária que se verificam nos anos que antecedem imediatamente a emancipação dos escravos e o advento da República, bem como sua repercussão no domínio da ideologia. Mesmo com toda a diversidade de formações econômicas que começavam a chochar-se no País,

[4] Cit. por Gilberto Freyre, *Nordeste,* Rio, 1937, págs. 248-249.

havia entre elas uma certa acomodação. O Nordeste não vivia uma vida estanque. Sobretudo a partir das primeiras vias férreas e da navegação de cabotagem, a unidade nacional se acentua. O crescimento econômico favoreceu-o. Somente no lustro que precede a Proclamação da República, fundam-se cerca de 250 estabelecimentos desse genero, ocupando, aproximadamente, 55 mil operários.

Essas cifras, que hoje parecem insignificantes, devem ser encaixadas num Brasil atrasado em todos os aspectos, cujas classes dominantes se vangloriavam de ele ser "um país essencialmente agrícola", ou se conformavam com isto, e cuja população, num imenso território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, totalizava 14 milhões de almas. Apenas uma parcela insignificante vivia nas cidades, menos de 20 por cento.

Semelhante incremento das iniciativas industriais, ferroviárias, bancárias tinha o efeito de uma sacudidela, um poderoso estímulo em toda a economia nacional. Acordava forçosamente o interior do Brasil, por mais entorpecido que ele estivesse sob o guante do latifúndio semifeudal. Era o capitalismo que tentava mais uma vez impor sua presença na economia e na sociedade brasileira, o primeiro grande impulso que se verificava desde as malogradas tentativas encabeçadas por Mauá nos meados do século XIX. A burguesia procurava tomar iniciativa no domínio econômico, não obstante o enorme obstáculo que se levantava diante dela: a grande propriedade teritorial pré-capitalista resistindo a qualquer mudança, porque voltada unicamente para o mercado externo. É verdade que grande parte dessa burguesia industrial nasce umbilicalmente ligada ao latifúndio semifeudal. Mas, até mesmo por instinto de classe, ela reconhecia que, sem se operarem modificações na estrutura agrária, nem que fosse contornando-a ou adaptando-a às novas condições, a industrialização estaria condenada ao malogro, seus objetivos limitados, seu campo de ação reduzido.

Terá sido talvez o reconhecimento, ainda que instintivo, desse processo inevitável, que levou alguns dos mais eminentes ideólogos de nossa burguesia de então a suscitarem, de maneira ampla e vigorosa, a questão da necessidade de transformar a estrutura agrária do País.

Uma sociedade burguesa em crescimento enfrenta forçosamente o problema da terra se ele não está adaptado a seus interesses. E o problema da terra na sociedade burguesa busca como solução o desenvolvimento do capitalismo no campo. Certamente por isso uma parcela da intelectualidade brasileira dos fins do século passado adotou uma posição que se pode considerar radical para a época em relação ao problema da terra.

Em 1883, no apogeu da campanha abolicionista, Joaquim Nabuco denunciava os privilégios, que considerava inadmissíveis, reclamados pelos grandes fazendeiros: "A chamada *grande propriedade* — dizia ele — exige fretes de estradas de ferro à sua conveniência, exposições oficiais de café, dispensa de todo e qualquer imposto direto, imigração asiática, e uma lei de locação de serviços que faça do colono, alemão, ou inglês, ou italiano, um escravo branco. Mesmo a população nacional tem que ser sujeita a um novo recrutamento agrícola"[5].

Era um libelo contra o latifúndio semifeudal.

É ainda esse ardente defensor da liberdade do escravo quem cita valioso documento sobre a situação da lavoura na Bahia em fins do século XIX, o parecer de uma comissão nomeada pelo Governo para estudá-la. Dizia a comissão em seu relatório: "O antigo e vicioso sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que não o cultiva nem consente que seja cultivado, enquanto a população 'livre' que trabalha na terra por favor dos donos da terra vive em estado de contínua dependência"[6].

Já nos últimos alentos do Império, logo após o ato de emancipação dos escravos, André Rebouças dizia pessoalmente ao Imperador ser "a abolição do latifúndio completamente indispensável à abolição do escravo"[7]. Na mesma época, em artigo no jornal *Cidade do Rio de Janeiro*, fala Rebouças a respeito da "elevação do negro pela propriedade territorial,

5 *O abolicionismo*, S. Paulo, 1938, 182-83.
6 *Idem*, págs. 147-48.
7 *Diário e notas autobiográficas*, Rio, 1938, pág. 330.

único meio de impedir sua reescravização"[8]. Suas cartas do exílio estão repletas de referências condenatórias ao monopólio da terra, aos monopolizadores da terra, aos *landlords,* afirmando (em 1893) sua determinação de "trabalhar em alguma idéia de Progresso e de Liberdade, de combate aos monopolizadores da terra"[9].

Pode-se argüir, talvez, que Joaquim Nabuco e André Rebouças seriam vozes isoladas em relação à mudança da estrutura agrária do País para completar-se a obra da abolição do trabalho servil. Mas, não. Havia toda uma corrente de pensamento favorável a uma reviravolta nas relações de produção no campo. Essa corrente começara a expor seus pontos de vista ainda nos meados do século XIX, certamente impulsionada pelas audazes iniciativas industriais de Mauá.

Na década de 60 do século passado, sem adotar uma posição extremada, Tavares Bastos sugere medidas em favor da pequena propriedade, achando mesmo que "há casos em que mais convenha ao Estado ceder gratuitamente a terra para quem se proponha a cultivá-la"[10]. Em todos os seus trabalhos está sempre presente, embora da maneira mais cautelosa, a questão agrária. Mas o simples fato de, já naquela época, debater o problema, indica que ela inquietava uma parcela das classes possuidoras. Tavares Bastos apontava o exemplo de países capitalistas mais adiantados, que deveríamos seguir: Estados Unidos, Inglaterra e França.

E o assunto continuaria na ordem do dia.

Na década de 70, antes, portanto, da grande expansão territorial das usinas de açúcar, o presidente da província de Pernambuco, Domingos Velho Cavalcanti de Albuquerque, constatava o quanto era nefasto o domínio do latifúndio e algumas de suas conseqüências sociais. Dizia ele: "Realmente, há uma parte de nossa população profundamente desmoralizada, perdida até: mas resta uma grande massa de onde podem sair braços úteis. Que garantia, porém, acha esta para

8 *Ibidem.*
9 *Ibidem*, pág. 406.
10 *Memória sobre a emigração* (1867), Rio.

seus direitos, que segurança para os serviços que presta, que incentivo para preservar nas boas práticas? A constituição de nossa propriedade territorial, enfeudando vastas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra. Em regra ele é rendeiro, agregado, camarada ou que quer que seja; e então sua sorte é quase a do antigo servo da gleba"[11].

E já Rebouças apoiava-se em predecessores seus para reforçar a tese em favor da mudança da estrutura agrária, da liquidação do monopólio da terra. Em carta a Joaquim Nabuco, de março de 1897, cita palavras do senador Nabuco de Araújo que constituem uma condenação categórica do latifúndio: "A nossa propriedade — dizia Nabuco de Araújo — está tão concentrada, tão mal dividida, tão mal distribuída, que neste vasto império, afora os sertões e os lugares incomunicáveis, não há terras para serem cultivadas pelos brasileiros e estrangeiros, que não têm outra esperança senão nas subdivisões tardias que a morte e as sucessões podem operar." Comentava Rebouças: "Na verdade, são estas palavras admiráveis síntese que resume todos os males produzidos pelo monopólio territorial no Brasil. Quanta satisfação em reconhecer que exímios estadistas do Império precederam-nos na campanha contra o latifúndio e na propaganda para a subdivisão da terra, para a pequena propriedade e a Democracia Rural"[12].

Na mesma carta, em pós-escrito, refere-se André Rebouças amargurado, a "essa bárbara inssurreição de fanáticos do sertão da Bahia", sem perceber, longe, na Europa, que Canudos se originava precisamente dos males do monopólio da terra, do regime latifundiário que ele condenava com tanta veemência...

Também no fim do século XIX e nos últimos dias do Império, um homem que não era entusiasta de mudanças radicais e revolucionárias na economia e na sociedade, Sílvio Romero, dava o seguinte quadro, condenatório, por si mesmo, da situação em nosso meio rural: "Lançando as vistas sobre o

11 Paulo Cavalcanti, *Eça de Queirós, agitador no Brasil*, São Paulo, 1959, págs. 50-51.
12 André Rebouças, *Diário*, pág. 442.

Brasil por este lado, vejo que possuímos hoje uma lavoura arruinada, um comércio quase todo estrangeiro, uma pequena indústria nos centros mais populosos, de que nem se deve falar, e em duas ou três províncias a criação de gados. Quanto à primeira, fundada em grandes propriedades, que têm os nomes extravagantes de *fazendas* e de *engenhos*, retalhou o País em vastos lotes, verdadeiros restos das antigas capitanias, onde algumas dúzias de enfatuados baxás moviam ainda há pouco o azorrague nos agregados. Estes são uma espécie de boêmios sem domicílio certo, pois que ao menor capricho do senhor das terras, têm de por os trastes às costas e mudar-se; uma grande cota de seus produtos é para os fazendeiros e senhores de engenho [...] Assim, pois, não temos a pequena lavoura organizada. A grande, rotineira e pervertida, é uma extorsão cruel feita aos proletários rurais. *Latifundia perdiderunt Italiem*, disse Plínio; as *fazendas* e os *engenhos* estão perdendo o Brasil, é o brado que sai, com razão, de todos os lados"[13].

Atente-se bem para as últimas palavras de Sílvio Romero, que datam de 1888: reconhecimento generalizado, à época, de que a grande propriedade semifeudal estava arruinando o País.

Então, não é estranhável que, conforme relata André Rebouças, em seu *Diário*, seis meses antes da queda do Império, convidado para ocupar uma pasta ministerial, o Visconde de Taunay impusesse, entre outras condições, ao Imperador, a decretação do "imposto territorial, parcelamento das terras, pequena propriedade"[14].

É claro que não iria para o Ministério...

O problema continuou a existir, insolúvel.

O Império cairia meio ano depois e a República não se atreveria a reformar o *status* da propriedade territorial. Ao contrário, quando se impõe a mobilização da maior parte do Exército brasileiro para esmagar um foco insurrecional de pobres do campo, em Canudos, os chefes republicanos não

[13] *História da literatura brasileira*, t. I, Rio, 1888 págs. 115-116.
[14] André Rebouças, *Diário*, pág. 337, nota.

vacilam um só instante. São implacáveis: mandam varrê-lo da face da terra.

Mas, pergunta-se, por que havendo uma tão forte corrente de opinião em favor da renovação da estrutura agrária, esta não se efetuou?

Entre outros motivos, porque aquele setor da intelectualidade que se batia por uma medida que considerava complementar da Abolição da Escravatura traduzia interesses apenas da parcela mais radical da burguesia brasileira da época. E estes interesses ainda estavam longe de identificar-se com os interesses mais gerais do povo. Quem tinha em suas mãos a mola mestra da economia nacional eram os latifundiários, pois éramos sobretudo um País exportador de alguns produtos agropecuários, uma grande fazenda. A burguesia tentava ganhar terreno, mas ainda era reduzida em número e em força econômica. A burguesia comercial das grandes cidades, em parte constituída de elementos estrangeiros, não se encontrava identificada com os interesses nacionais. A burguesia industrial, bastante débil, baseada quase exclusivamente nas indústrias têxtil e alimentares. Teria interesse em ver ampliar-se o mercado interno para a sua produção, o que só seria possível em larga escala e de maneira mais rápida mediante a reforma da estrutura agrária; mas não tinha forças suficientes para impô-la.

Havia, ainda, outro motivo ponderável, e que não estava em plano secundário: latifúndio e burguesia se ligavam intimamente através de seus domínios territoriais. As iniciativas de caráter industrial partiam, quase sempre, dos grandes latifundiários do café, cultura que oferecia os capitais excedentes para tais empreendimentos[15].

Além disso, a opinião pública formada no País, a mais sensível às idéias daqueles intelectuais que se constituíam em ideólogos dos anseios mais avançados da parte radical da burguesia, era a pequena burguesia das principais cidades: Rio, São Paulo, Recife. Ela poderia ter sido força motriz daquelas exigências. Mas não chegava sequer a ser comovida por elas.

15 Ver Roberto Simonsen, *A indústria em face da economia nacional*, São Paulo, 1937.

O problema discutia-se em livros, em poucos periódicos, em conversas particulares com o Imperador... O povo alheou-se dele. Quando veio a Campanha de Canudos, em 1896, esta mesma opinião pública foi confundida e mistificada por uma propaganda solerte que apresentava a luta como destinada a salvar a República...

Eliminado o principal foco insurrecional de pobres do campo até hoje surgido no Nordeste, o latifúndio foi mantido intato, com todo o seu atraso e suas ignomínias.

Nas zonas rurais do Sul, o capital ia penetrando de qualquer forma na agricultura: através do trabalho assalariado (fator reforçado desde a década de 60 do século XIX com a importação de colonos europeus) nas grandes fazendas, ou com o emprego de implementos agrícolas. Toma impulso, por isso mesmo, a economia mercantil.

Não acontece o mesmo no Nordeste. As "soluções" aí são diferentes. Quando a crise chega ao auge num setor vital da economia nordestina, aquele ligado ao mercado externo e sem o qual ela não poderia sobreviver dentro da sua estrutura, renova-se tecnicamente esse setor, mas de forma que sua base essencial se mantém e o homem continua um semi-servo. As relações de produção pré-capitalistas são zelosamente conservadas nas usinas de açúcar, que as herdaram dos decadentes engenhos. A renovação técnica resolve temporariamente a situação da cúpula do latifúndio semifeudal nordestino, quer dizer, preserva-a, mas, nas condições dadas, agrava a situação das massas sem terra[16].

[16] Para maiores detalhes no que se refere às sesmarias no Nordeste, ver Fragmon C. Borges, *in Estudos sociais*, n.º 1-4, Rio, 1958.

2

A Emigração em Massa

QUE MODIFICA, ENTÃO, ESTE PANORAMA, que se particularizava pela imobilidade, uma vez que esta foi finalmente quebrada e as populações interioranas se movimentaram, entrando em choque aberto com o latifúndio?

Embora pareça paradoxal, a ruptura da estagnação se inicia com o êxodo em massa de emigrantes nordestinos, inicialmente para a Amazônia, mais tarde para São Paulo. É o fenômeno mais progressista que ocorre nos sertões do Nordeste nesse período.

A emigração em larga escala se inicia com a grande seca de 1877 a 1879, a qual deixou memória em toda a região, até os dias de hoje. Três anos seguidos sem chuvas, sem semeaduras, sem colheitas, os rebanhos morrendo, os homens fugindo para não morrer. É verdade que em secas anteriores haviam-se registrado já emigrações além das fronteiras da província que era a principal vítima das faltas de chuvas, o Ceará. João Brí-

gido afirma que, na seca de 1792, emigrações houve das fronteiras do Ceará para as terras úmidas do Piauí, e que o êxodo dos sertanejos adquiriu maiores proporções em 1825, estendendo-se até o Pará. Reconhece, porém, que só se torna intensa — "intensíssima" — depois de 1877[1].

Agora, atraía o emigrante o surto da borracha na Amazônia. E, aberto o caminho, a emigração não cessa mais até o fim dessa aventura econômica. Estima-se que, num só ano, em 1878, a população deslocada do interior do Ceará totalizou 120 000 pessoas, quando a população total da província era de pouco mais de 800 000 habitantes. Os deslocados — em geral, vaqueiros, moradores, pequenos proprietários — em parte conseguem embarcar para fora do Estado (cerca de 55 000 pessoas), em parte morrem de fome e enfermidades nos subúrbios de Fortaleza ou nos caminhos dos sertões (somente nos subúrbios de Fortaleza cerca de 57 000 pessoas). Os escravos são vendidos em grande número pelos seus senhores para os mercados do Sul. Dez anos depois repete-se a tragédia. No mesmo ano da Abolição da Escravatura em escala nacional (1888), embora ela já houvesse ocorrido no Ceará quatro anos antes, em grande parte devido à ruína dos proprietários, Rodolfo Teófilo, testemunha presencial do acontecimento, registra indignado: "O mercado de gado humano esteve aberto enquanto durou a fome, pois compradores nunca faltaram. Raro era o vapor que não conduzia grande número de cearenses"[2]. Os homens livres tinham virado escravos.

Fazendo um cálculo global dos emigrados cearenses nos anos de estiagens (sem contar os de outros Estados nordestinos, embora o maior volume, inclusive de flagelados daqueles Estados, saísse do Ceará) R. Teófilo calcula que mais de 300 mil foram povoar a Amazônia até o ano de 1900. Tudo indica que esta cifra foi bem maior, aproximando-se talvez do meio milhão, senão mais. Um contemporâneo autorizado, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, cita dados não só dos anos de seca mas também daqueles de invernos normais, em que a emigra-

1 *Ceará, homens e fatos*, págs. 163-166.
2 Rodolfo Teófilo, *História da seca do Ceará* (1887/1880), Rio, 1922, pág. 148.

ção de nordestinos para a Amazônia prosseguia intensa. Em 1899, por exemplo, no primeiro semestre, isto é, na época mesmo das chuvas e quando elas caíam abundantes, mais de 17 000 cearenses embarcaram para o Extremo Norte. O mesmo autor refere-se a saídas de emigrantes não somente pelo porto de Fortaleza e por conta da União, mas também pelo porto de Camocim e por conta própria ou dos contratantes de trabalhadores que eram mandados ao Nordeste pelos donos de seringais. Saíam também, em número avultado, pela fronteira do Piauí[3].

Mas essa transferência maciça de mão-de-obra — numa população extremamente rala, que orçava por 1 milhão de habitantes, não cessa no fim do século. O chamado "ciclo da borracha" duraria ainda mais de uma década em plena florescência, contribuindo com cerca de 30% do valor da exportação nacional ao atingir o seu apogeu.

A Amazônia continuava a atrair como miragem os pobres sertanejos nordestinos, que iam morrer de febre em suas florestas exuberantes, nos seringais que alimentavam nababos a estadear riquezas em Manaus, Belém, nas capitais da Europa... Em 1900, abandonam o Ceará 40 000 vítimas da seca. Ainda em 1915, de cerca de 40 mil emigrantes que saem pelo porto de Fortaleza, enquanto 8 500 tomam o destino do Sul, 30 mil se dirigem pelo caminho habitual, o do Norte...

Essa emigração em massa representa na prática uma ruptura com o latifúndio, um sério desfalque para ele. Para sobreviver como latifúndio semifeudal, ele deveria dispor de mão-de-obra semi-servil. E esta lhe fugia agora. A sua salvação é que as malhas do sistema latifundiário semi-servil se estendiam a todo o País, com alguns claros apenas na pequena propriedade da extremidade meridional, no Rio Grande do Sul, e que não pesava no conjunto.

O latifúndio fora violado irremediavelmente. Se jamais houvera feudo clássico, inteiramente fechado, nos limites do Brasil, uma vez que o nosso latifúndio possuía apenas certas características, não todas, do feudo clássico europeu, a emigra-

[3] T. Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no centenário da Independência*, Fortaleza, 1922, vol. I, págs. 239-255.

ção derrubara-lhe a cerca, deixara-o devassado ao mundo exterior, mais exposto em sua vulnerabilidade, passível de ser destruído pela desagregação interna, com a adoção de novas relações de produção, quando não através de lutas dos que lhe sofriam o domínio. As lutas poderiam advir precisamente daquela ruptura.

Das grandes migrações provocadas pelas secas periódicas do Nordeste, nos fins do século XIX (depois de determinado estágio do desenvolvimento demográfico da região, ao influxo dos surtos econômicos efêmeros ocorridos em outras regiões, num nível já extremo da ruína do latifúndio semifeudal) advêm resultados diversos, uns favoráveis, outros contrários à conservação do latifúndio. Alguns desses resultados:

a) a saída das levas de emigrantes para fora do meio rural nordestino subtrai ao latifúndio pré-capitalista, aí, um precioso excedente de mão-de-obra que lhe assegura a quase gratuidade da mesma e a possibilidade de impor-lhe condições de trabalho semi-servis;

b) ao mesmo tempo, alivia a pressão que uma numerosa população inteiramente desprovida de recursos vitais poderia vir a exercer sobre o latifúndio para impor-lhe modificações e até mesmo a sua destruição como tal;

c) a emigração em massa de trabalhadores rurais do Nordeste, para os emigrantes, tinha o valor de uma tomada de consciência de sua situação anterior. Viam que podiam livrar-se do punho de ferro do latifundiário, do ignominioso regime servil que lhes era imposto.

Porque essa emigração possuía um caráter geral progressista. O progresso que era possível em semelhante sociedade, dirigida e dominada por um punhado de escravistas. Pois tinha seus aspectos monstruosos. Os nordestinos emigravam seminus, descalços, famintos. Famílias inteiras se desgarravam, separavam-se impiedosamente pais e filhos, marido e mulher. Alojavam-nos no porão ou no convés de navios costeiros, em piores condições do que animais. Muitos sucumbiam durante a viagem penosa.

Os trabalhadores agrícolas saíam de um meio onde dominavam relações pré-capitalistas de produção e iam localizar-se em outro meio de condições idênticas no fundamental. Nos se-

ringais da Amazônia imperava o trabalho semi-escravo, a remuneração parcialmente em espécie, a prisão por dívidas aos seringalistas, havendo um conluio entre estes para não admitir seringueiros endividados com seu anterior patrão. Além disso, como fenômeno de massa — havendo naturalmente as exceções — não se destinavam a atividades não-agrícolas, que pudessem arrancá-los da vida estagnada, econômica e socialmente, que levavam, obscura e sem horizontes, no campo nordestino.

Mas o simples fato de emigrarem retirava-os da imobilidade multissecular em que tinham vivido, através de gerações, representava o primeiro passo na busca de condições de vida diferentes daquelas que conheciam, jungidos ao latifúndio. Uma considerável vantagem levavam porém os que saíam sobre os que ficavam: entravam em contato com uma economia mercantil muito mais desenvolvida do que no Nordeste.

A participação da borracha na exportação brasileira crescera de 10%, em 1890, para atingir cerca de 40%, em 1910. Uma enorme quantidade de dinheiro se canaliza para o Extremo Norte, para a Amazônia, e fomenta seu comércio urbano. O nordestino que ali chegava desconhecia praticamente a economia mercantil. O Ceará, de onde vinha a quase totalidade dos trabalhadores da borracha — agregados, meeiros, parceiros em geral — era terra da mais extrema pobreza. Suas populações sertanejas viviam mergulhadas numa economia seminatural, conseguindo os meios de subsistência em pequenos plantios nas terras alheias, roças de mandioca, milho, feijão, melancias, a criação de resistentes caprinos para as épocas da seca. E quando chegava a estiagem anormal, de um ano a três, perdiam tudo, alimentavam-se de raízes, tubérculos, alguns frutos silvestres de árvores xerófilas. Em algumas zonas nem isso havia. É sabido que uma multidão de romeiros conseguia viver, sem trabalhar, em Juazeiro, nos tempos do Padre Cícero, alimentando-se basicamente do fruto do pequi, árvore nativa nas florestas da chapada do Araripe.

Na Amazônia a sua situação modificava-se. O grosso de seus ganhos o patrão lhes dava em espécie: o charque, a farinha de mandioca, a rapadura, a cachaça. Mas, resgatada a dívida, uma parte daque'es escravos do seringal ia diretamente ao

mercado da cidade mais próxima[4]. De outra forma não se explicaria o surgimento impetuoso de Manaus, em plena selva, borbulhante de vida, onde o trabalho do seringueiro era a garantia de todos os negócios. Escrevia um autor contemporâneo: "... a Amazônia é a terra do crédito. Não há capitais. O seringueiro deve ao 'patrão', o 'patrão' deve à 'casa aviadora', a 'casa aviadora' deve à [casa] estrangeira, e assim segue"[5].

O aparecimento do regatão, rio acima, rio abaixo, portador de um movimentado comércio ambulante que atinge o âmago da floresta, é uma das expressões dessa economia mercantil que brotou com o florescimento da extração da borracha. "Vende nos 'barracões', nas 'barracas', por toda a parte"[6]. Quanto a Manaus, chegava a "dar a idéia de uma pequena colmeia. Só se vê gente chegada de todos os pontos do interior do Estado, indo e vindo, de um lado para outro, a tratar de negócios, num açodamento de admirar... Assim é que se vê a todo o momento os seringueiros entrando nas 'casas aviadoras', levando os saques que trouxeram dos seringais onde trabalham. Porque o seringueiro não recebe o valor da borracha que 'fez' no seringal. Não. Ele vem recebê-lo na 'casa aviadora' do seringal, numa das praças de Belém ou Manaus". Acrescenta Guedes: "Cada ano entram no Ceará centenas de contos [de réis]. Há um sem-número de famílias que vivem do que lhes mandam os seus da Amazônia; estudantes que fazem os seus cursos, nos diversos institutos do País, com recursos de igual procedência"[7].

E a conclusão lógica: "... há na Amazônia mais liberdade..."[8] Era a economia mercantil que proporcionava essa "liberdade" ao antigo servo da gleba nordestino, que continuava preso ao seringalista, mas com uma diferença essencial para ele: ganhava dinheiro; comprava no barracão, mas também na cidade, no grande comércio; mantinha seus negócios

[4] Euclides da Cunha possui uma página clássica sobre o aspecto mais impressionante e dramático do trabalho semi-servil dos nordestinos na Amazônia. Embora absolutamente verídica, é uma apreciação unilateral. Ver *À margem da História*, 2.ª ed., Porto, 1913, págs. 27-33.
[5] Mário Guedes, *Os seringais*, Rio, 1914, pág. 143.
[6] *Idem*, pág. 173.
[7] M. Guedes, págs. 183 e 196.
[8] *Idem*, pág. 197.

com o regatão que subia e descia o rio; adquiria visos de independência.

Aquele quadro de prosperidade da Amazônia refletia-se no Nordeste. Um escritor cearense indica esse reflexo quando informa: "O Ceará progredia [...] devido a alguns anos de estações regulares e sobretudo à grande alta da borracha no Amazonas, que derramou rios de dinheiro no Estado. Em 1910, quando a borracha chegou a dar 16 mil-réis por quilo, entraram para aqui cerca de 30 mil contos!... Em Fortaleza tudo se valorizou. As casas subiram de preço e o comércio teve grandes lucros. Os *paroaras* tudo compravam sem regatear preço"[9].

Um grande número voltava ao Ceará, sobretudo nas épocas de queda do preço da borracha. Os latifundiários nordestinos, nos anos de chuvas normais, facilitavam esse regresso, que foi sempre cantado em prosa e verso por literatos da região. Era o que precisamente queriam os latifundiários cearenses: que em condições "normais" lhes sobrasse a mão-de-obra dos que não tinham terra, dos que eram obrigados a vender pela comida de um dia o fruto do trabalho de 12 horas no cabo da enxada. O próprio Governo do Ceará, nos começos do século, mandava fornecer passagens para a volta dos emigrantes[10].

Mas o homem que voltava não era o mesmo. Ao contato com outras gentes, com outras formas de vida social, a concorrência desenfreada entre os donos de seringais, uma luta pela existência muito mais afanosa do que na pasmaceira do Nordeste, sua mentalidade se modificara. Um dos governadores do Ceará nos começos do século XX, Benjamim Barroso, reconhecia, em mensagem à Assembléia Legislativa estadual, este fato, que devia corresponder inteiramente à realidade: "Depois que se estabeleceu a corrente emigratória para a Amazônia [isto é, depois de 1877], é que os hábitos e costumes cearenses se modificaram"[11]. O governador lamentava isso, pois essa modificação se manifestava principalmente num maior grau de

9 R. Teófilo, *Libertação do Ceará*, Lisboa, 1914, pág. 42.
10 R. Teófilo, *A seca de 1915*. Rio, 1922, pág. 83.
11 Cit. por A. Montenegro, *História do cangaceirismo*, pág. 77.

inconformismo das populações sertanejas com a vida de miséria e fome e, portanto, em sua luta por uma existência melhor.

A luta só podia corresponder ao nível em que se encontravam econômica e socialmente colocados os que constituíam a parcela mais explorada e oprimida da população, aqueles que nada possuíam e tinham algo a reivindicar, ainda que não soubessem formular claramente essa reivindicação. Faltava-lhes ainda a consciência de si mesmos, quando segundo Marx, a opressão se torna mais opressiva porque o oprimido possui a consciência de que o é.

O despotismo dos potentados rurais havia, durante séculos relegado os pobres do campo à condição de objetos. A classe agrária dominante via no trabalhador da terra o escravo, que o era de fato e juridicamente. Mesmo com a Abolição, uma vez que não se processaram mudanças fundamentais no campo e o latifúndio foi mantido com todas as suas prerrogativas e privilégios, o trabalhador rural continuava a ser considerado um semi-escravo. O conceito de ser humano em relação a ele não era válido para o grande proprietário. A classe dos pobres do campo se achava à margem da sociedade constituída. Não tinha terra, nem outros bens, não tinha direitos, não tinha sequer deveres — além daqueles de servir ao senhor.

Proliferando, em meio à miséria, seu número crescendo, o latifúndio estagnado não podia integrá-los totalmente em sua economia limitada. Temendo-os, dispersa-os. É a sua grande arma. A própria existência do latifúndio, açambarcando terras, expulsa-os de suas vizinhanças. Cria-se no Nordeste uma espécie de nomadismo permanente, que as secas só fazem aumentar e dar características mais trágicas. É então que se juntam, ante o flagelo, reúnem-se nos caminhos para as longas jornadas em busca de pão e água. Jamais haviam tido laços estreitos de solidariedade, isolados em choupanas perdidas nos ermos, a enormes distâncias umas das outras, sem formarem ao menos qualquer simulacro de aldeia. A seca expulsa-os e congrega-os. O acicate para a sua unidade é a fome. Ficavam então até mesmo sem os recursos da economia seminatural. A seca mata-lhes a criação, queima-lhes a roça e não lhes resta sequer a água barrenta da cacimba rasa, cavada com a enxada, junto ao casebre.

Contra a fome e a miséria que aumentam com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo:

a) a formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas;

b) a formação de seitas de místicos — *fanáticos* — em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça.

3

Os Cangaceiros

Num meio em que tudo lhe é adverso, podia o homem do campo permanecer inerte, passivo, cruzar os braços diante de uma ordem de coisas que se esboroa sobre ele?

Euclides da Cunha já compreendera que "o homem do sertão [...] está em função direta da terra"[1]. Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atenazado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as suas energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu.

Então, espantados, os homens das classes dominantes não sabem explicar por que ele se revoltou. Ele, sempre tão cor-

[1] *Os sertões*, 13.ª ed., pág. 141.

dato e humilde mesmo, que não falava ao senhor sem tirar da cabeça o largo chapéu de palha ou de couro, toma de uma arma, torna-se cangaceiro, arregimenta companheiros de infortúnio e forma um grupo — um *bando*. Por que?

As tentativas de explicação dos fatores do cangaço datam, talvez, do início mesmo do fenômeno. Mas vejamos opiniões de alguns autores que estudaram o processo em sua plena florescência. Euclides da Cunha, sabe-se, atribui-o ao fator racial, atavismos étnicos, "o meio físico dos sertões em todo o vasto território que se alonga do Vasa-Barris ao Parnaíba, no ocidente", e ao que chama de "estigmas degenerativos de três raças"[2]. Euclides da Cunha baseia-se, entre outros autores, em Nina Rodrigues. As teses deste cientista baiano parecem ter sido a fonte de inúmeras opiniões errôneas sobre as causas do cangaceirismo e do misticismo sertanejos. Nina Rodrigues afirmava que "a criminalidade do mestiço brasileiro [está] ligada às más condições antropológicas da mestiçagem no Brasil"[3]. Vários autores nordestinos, sem dar atenção às causas econômicas e sociais, recorrem à explicação, para eles a mais fácil, adotada por um cientista: a mestiçagem. Era uma atitude fatalista. Como a mestiçagem constituía um fato irremovível, seus resultados no Nordeste — o cangaço e fenômenos correlatos — jamais teriam remédio...

Esse ponto de vista ainda iria influenciar, muitos anos mais tarde, o autor de um dos livros de maior repercussão sobre o Juazeiro e o Padre Cícero, Lourenço Filho. Considera ele, depois da visita que fez ao Cariri, na década de 20, que "certas condições biológicas levam ao banditismo"[4]. E para anomalias como o Juazeiro, aconselhava (em 1926): "Os remédios estão aos olhos de todos, e eles se resumem, numa palavra, em maior liberdade política aos escravizados Estados do Norte, em distribuição de justiça e educação".

É interessante observar como até mesmo conhecedores da situação local, homens nascidos e criados ali, narram fatos

2 *Idem*, pág. 93 s.
3 *As raças humanas e a responsabilidade Penal no Brasil*, Salvador, 1957, pág. 158.
4 *O Juazeiro do padre Cícero*, 2.ª ed., São Paulo, s/d., pág. 162.

e episódios diante dos quais se supõe que tirarão as conclusões lógicas — e no entanto a conclusão é contrária à própria realidade descrita. É o caso, entre outros, de Xavier de Oliveira, filho do Cariri. Reconhece ele textualmente: "o homem honesto e trabalhador de outrora é um bandido agora, por causa de uma questão de terra"[5]. Acrescentava quanto às condições de trabalho: "No Cariri, em certa cidade, há o que se chama *feira de trabalhadores*. Centenas de homens, reunidos em praça pública, enxada ao ombro, prontos para o trabalho. Chega o fazendeiro, escolhe os mais robustos (é como se escolhesse bois para o corte) e os leva à roça. Os outros, em número de centenas, ficam sem trabalhar, e sem comer, eles, suas mulheres e seus filhos"[6]. Dá o testemunho de sua própria experiência pessoal: "Esta mão que ora traça essas linhas, muitas vezes, vai para doze anos, aos que tinham a ventura de se empregar, pagou quinhentos réis ($500) por dia inteiro de trabalho!..." E "eram onze horas de trabalho"[7].

Estes homens — é a conclusão lógica — tinham forçosamente que ser revoltados. Sem terra, sem ocupação certa, a mais brutal exploração de seu trabalho, revoltar-se-iam qualquer que fosse a dosagem de seu sangue, sua origem racial, o meio físico que atuasse sobre seu organismo. Mas Xavier de Oliveira concluía pedindo... a ajuda do Exército para exterminar o cangaço. Fez desta reivindicação uma cruzada durante sua vida. Nos principais focos de banditismo — opinava ele — desde Pajeú de Flores até Riacho do Navio, dos sertões de Pernambuco ao Cariri, deviam instalar-se regiões militares — e tudo estaria resolvido.

Para outro nordestino, Gustavo Barroso, o cangaço seria extinto nos sertões com estes remédios: "comunicações, transportes, instrução e justiça"[8]. E um jurista eminente, originário também da região onde atuavam os cangaceiros, ensinava uma terapêutica, em geral, justa, mas sem indicar como devia

5 *Beatos e cangaceiros*, Rio, 1920, pág. 24.
6 *Idem*, págs. 28-29.
7 *Idem*, pág. 29. (Para termo de comparação: em 1912, um kg de carne, em Fortaleza, custava de 600 a 800 réis, e um litro de feijão, 400 réis).
8 Cit. por A. Montenegro, *História do cangaceirismo*, pág. 22.

ser aplicada: "Os meios preventivos — escrevia Clóvis Bevilacqua — que consistem na criação de um ambiente desfavorável à germinação desta planta nociva, o que se obterá melhorando as condições de vida das classes desprovidas de bens materiais, difundindo a instrução, sobretudo a educação moral; e assegurando a justiça a todos"[9].

Mas, como criar esse ambiente ideal?

E a coisa chega ao anedótico. Um dos perseguidores de Lampião em Pernambuco, oficial da Polícia Militar daquele Estado, ofereceu uma idéia bastante original da existência do cangaço. Diz ele textualmente: "A zona do Nordeste é privilegiada pela natureza. Ali não existem, em quantidade avassaladora e mortífera, os insetos dos outros Estados — o carrapato, muriçocas, berne, piolho-de-mocó, maruim, em quantidade tão grande que desesperam até os próprios animais selvagens, apesar de suas defesas naturais. Esses insetos, se fossem abundantes em nossos sertões, como o são noutros Estados, estou certo de que nunca teria existido nenhum grupo de cangaceiros na vasta parte onde serve de palco aos mesmos" *(sic)*[10].

Portanto, o remédio era disseminar insetos mordedores e mortíferos — e os cangaceiros se acabariam...

Estas são algumas das inúmeras opiniões sobre as causas próximas ou remotas do cangaço (como dos surtos de "fanatismo"). Vê-se que predominam simples efeitos de causas profundas: ausência de justiça, analfabetismo, precariedade de comunicações e transportes, baixos salários. Quando tudo isto já resultava da tremenda desigualdade social, do débil desenvolvimento d ocapitalismo, do lentíssimo incremento das forças produtivas, da concentração da propriedade da terra, que dava poder econômico ilimitado a uma insignificante minoria de latifundiários. A grande massa dos habitantes da região não dispunha de recursos normais para viver, nem mesmo a possibilidade de vender com segurança sua força de trabalho. Quando o conseguia era em condições tais que correspondiam à semi-servidão.

9 *Idem, ibidem.*
10 Optato Gueiros, *Lampião*, 2.ª ed., São Paulo, 1953, pág. 10.

Como poderia haver justiça, simples recursos jurídicos, sem falar em justiça social, para explorados e oprimidos em tais condições? O aparelho judiciário estava sob o controle direto dos sobas locais, o juiz lhes era um dependente, muitas vezes menos do que isso, um lado[11]. Diz Xavier de Oliveira, em 1919: "No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça [...] Quanta vez, ali, não é removido de uma para outra comarca, um juiz que proferiu uma sentença contra um político influente, cabo eleitoral ou chefe de bando do presidente ou do governador do Estado?..."[12] E narra episódios de demarcações de terras mandadas fazer por certo magistrado sob uma chefia local, e desfeitas pelo mesmo magistrado quando o município se encontrava sob outro governo.

Como poderia, pois, haver alfabetização, instrução, educação popular? Além disso, para que? O interesse do grande proprietário da terra é manter no obscurantismo a população local. Ele quer braços servis e não cabeças que pensem. Ninguém necessita de saber ler e escrever para pegar numa enxada. O Governo do Estado ou do município não dispunha de verbas para gastar com escolas. As verbas iam para o bolso dos potentados locais, seus familiares e apaniguados. Mesmo que fundassem escolas — a não ser uma ou duas, na sede do município, para os filhos dos ricos ou dos remediados — os filhos dos pobres não poderiam freqüentá-las. Não podiam comprar as coisas mais elementares, como um par de sapatos ou uma roupa, quanto mais livros e material escolar. E quando seus pais tinham trabalho garantido ou um lote de terra para plantar, necessitavam de sua ajuda, desde a mais tenra idade, nos duros labores da terra.

Quanto aos meios de comunicação e transportes, como podiam existir se o latifúndio era o feudo quase fechado, se pouco produzia ou produzia apenas para o consumo familiar ou local? Os meios de transporte comuns eram os animais, o lombo do burro ou o carro de boi, que passavam por quaisquer caminhos, qualquer picada aberta no campo.

11 Ver, a propósito, o romance-sátira de Jáder de Carvalho, *Sua majestade, o juiz*.
12 Xavier de Oliveira, ob. cit., pág. 22.

Alguns dos que preconizavam tais providências, viam-nas isoladas de todo um complexo: um meio onde dominavam relações de produção pré-capitalistas, semifeudais.

Ainda hoje muitos acreditam que foram simplesmente as estradas, o caminhão, que acabaram com o cangaço. Esquecem que os jagunços de Floro Bartolomeu foram conduzidos de trem de Iguatu a Fortaleza... Que Lampião viajou com seu bando em caminhões e ocupou cidades servidas pelo telégrafo... No entanto, um bom conhecedor do Nordeste e lúcido estudioso de seus problemas repetia, nos anos 20, que "a repressão [ao cangaceirismo] é neste extenso território um problema de fácil transporte"[13].

Não se percebe que as estradas de nada valeriam sem a penetração, ainda que limitada, do capitalismo no meio rural, sem o estabelecimento de uma rede comercial que favorecesse sua penetração, sem os créditos bancários que já haviam aparecido no Cariri nos começos da década de 20, em suma, novas relações de produção e troca que se iam criando, mesmo quando subsistiam — e subsistem em larga escala ainda hoje — fortes remanescentes das relações anteriores. Mas as novas é que operam a mudança. Desenvolvem-se, bem ou mal, as forças produtivas, e esse desenvolvimento, embora lentíssimo, é que constitui a força motriz das transformações operadas que atingem o meio social. A penetração do capitalismo no campo, com desenvolvimento acentuado no Sul, o sudto de industrialização que atrai imigrantes, a urbanização intensiva é que foram arrancar o semi-servo da estagnação do meio rural e dar-lhe outros caminhos que não os do bando do cangaço, ou os místicos itinerários dos beatos e conselheiros. Não é que a estrada e o caminhão espantem o cangaceiro. A estrada e o caminhão trazem para a cidade o cangaceiro de amanhã. A indústria o entrosa em suas engrenagens, os próprios meios de transporte o absorvem, ou o conduzem para os novos cafezais que se abrem no norte do Paraná. A estrada e o caminhão já resultavam, eles mesmos, daquela mudança.

Porque não é só no monopólio da propriedade fundiária

13 José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, 2.ª ed., Porto Alegre, 1937.

que reside a matriz do cangaço; era em todo o atraso econômico, no isolamento do meio rural, no imobilismo social, na ausência de iniciativas outras que não fossem as do latifundiário — e as deste eram quase nenhuma. Pode-se imaginar o que representou como fator de comoção interna no Cariri o surgimento de uma cidade cuja popu'ação, nos primeiros vinte anos de seu nascimento, era maior do que a de meia dúzia das cidades clássicas do vale, como aconteceu em Juazeiro. Era uma subversão para o latifúndio nordestino.

Tem-se opinado também que o cangaceirismo advinha da ausência de policiamento nas regiões interioranas profundas. Todos os fatos provam o contrário: quando a polícia apareceu para combater o cangaço, teve o mérito de exacerbá-lo. Por todo este interior do Brasil, onde quer que a polícia tenha chegado para perseguir cangaceiros ou "fanáticos", praticou contra as populações rurais crimes mais hediondos do que os cangaceiros mais sanguinários. A primeira coisa que fez foi colocar-se incondicionalmente a serviço de um dos potentados locais, a serviço, portanto, de suas intrigas, seus ódios, suas perseguições. E visava indistintamente cangaceiros e supostos cangaceiros, ou informantes seus, ou ainda pessoas que nada tinham a ver com o cangaço. Enquanto os cangaceiros andavam de preferência nos matos, a polícia percorria cidades, vilas e povoados, cujos habitantes muitas vezes fugiam à sua aproximação. Não era para menos. As andanças dos destacamentos policiais eram verdadeiras expedições punitivas, atingindo indistintamente culpados ou supostos culpados e até inocentes, inclusive mulheres e crianças. Todo o sertão sabia como tinham agido as forças enviadas contra Canudos nos fins do século XIX: matado homens, mulheres e crianças. Com os cangaceiros, cortavam-lhes a cabeça quando mortos em combate. Aprisionados, eram em geral fuzilados sumariamente e só conduzidos para a cadeia quando se tratava de um ou outro nome conhecido, cumprindo ordens superiores dos chefes. Ainda em 1938, destruído com requintes de ferocidade pela polícia de Pernambuco, sob o comando de Optato Gueiros, um dos núcleos remanescentes do Beato Lourenço, a selvageria policial se repete mais uma vez. Narra-o um repórter dos Diários Associados em Salvador, depois de visitar o local da carnificina: "Trinta e cinco prisioneiros

feridos, na maioria mulheres e crianças, foram abandonados numa casa da estrada em virtude da dificuldade de transporte. Estes infelizes foram encontrados por uma coluna da Polícia do Piauí e... fuzilados. A chacina estava completa"[14].

Não se compreendia, ou não se queria compreender, pois que interesses materiais do mais abjeto egoísmo não o permitiam, que se havia aquela convulsão, abrangendo tão grandes massas humanas por todo o Nordeste — e não só no Nordeste — é que deviam existir necessidades sociais que as instituições entorpecidas não podiam satisfazer. Não se tratava de crimes individuais — não era portanto um crime, mas um problema social a enfrentar.

Essas mesmas instituições respondem aos que expressam a agudeza desse problema como se enfrentassem criminosos comuns, homens que nada tinham a ver com a própria sociedade onde viviam. E eram eles — cangaceiros e "fanáticos" — os elementos ativos de uma transformação que prepara mudanças de caráter social. Eles subvertem a pasmaceira imposta pelo latifúndio durante séculos, provocam choques de classes, lutas armadas, preparam os combates do futuro. Não são ainda a revolução social, mas são o seu prólogo. São os elementos regeneradores daquela sociedade estagnada, em processo de putrefação. Revivem-na, dão-lhe sangue novo, põem-na em movimento, preparam-na para o advento de uma nova época. São ainda o elemento unificador por excelência de uma região — mais do que o Nordeste, todo um imenso território interiorano — que se desagregava dentro de si mesma, em feudos quase fechados e paralisados.

O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra — uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal.

Naquele atraso medieval, a reação da classe potencialmente revolucionária — os semi-servos da gleba — é de nível

4 Azevedo Marques, *Estado da Bahia*, Salvador, 23/II/1938.

correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas: uma reação primária em que o inimigo de classe não é percebido claramente, em que as desgraças parecem cair do céu, como castigos, e é necessário implorar as bênçãos do céu, em que o individualismo campesino prevalece e a solidariedade grupal é bem limitada. Os bandos cangaceiros que saem dentre aqueles semi-servos vivem dispersos, lutam por objetivos isolados e, não raro, enfrentam-se uns aos outros, destroem-se mutuamente. Tornam-se presas de seus próprios inimigos de classe, os grandes proprietários rurais, donos de fazendas de gado ou de lavras de minério.

O surgimento e o incremento do cangaço é a primeira réplica à ruína e à decadência do latifúndio semifeudal, de que também é resultante.

Naquela sociedade primitiva, com aspectos quase medievais, semibárbaros, em que o poder do grande proprietário era incontrastável, até mesmo uma forma de rebelião primária, como era o cangaceirismo, representava um passo à frente para a emancipação dos pobres do campo. Constituía um exemplo de insubmissão. Era um estímulo às lutas. O cangaço precede os grandes ajuntamentos de "fanáticos" que tiveram seus pontos culminantes em Canudos e no Contestado[15].

15 Neste trabalho focalizamos apenas as duas grandes concentrações de pobres do campo do Nordeste: Canudos (Bahia) e Juazeiro (Ceará). No que se refere ao Contestado (fronteira Paraná-Santa Catarina) (1912/16), onde o governo federal teve que empenhar importantes contingentes do Exército para enfrentar os "jagunços" durante três anos e, finalmente, dizimá-los, remetemos o leitor às mais importantes das obras não puramente descritivas, mas também interpretativas, de Maria Isaura Pereira de Queirós — *La "Guerre Sainte" au Brésil: le Mouvement Messianique du "Contestado"*. São Paulo, 1957; e Osvaldo R. Cabral, *João Maria, Interpretação da Campanha do Contestado*, São Paulo, 1960. Conhecemos parcialmente, ainda não concluído, um valioso trabalho de pesquisa local e interpretação de Maurício Vinhas de Queirós, que irá contribuir certamente para esclarecer importantes aspectos da luta camponesa do Contestado, aquela onde a terra foi objeto consciente do conflito armado.

4

Os "Fanáticos"

Entre meados do século XIX e começos do século XX, sucedem-se em cadeia movimentos de rebelião de pobres do campo, de norte a sul do País. Assumem as mais diversas características. Seus pontos culminantes são Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e o Caldeirão (1936-1938). Apesar da especificidade de cada um, liga-os um traço comum sobressalente: o choque aberto entre a religiosidade popular e a religião oficial da Igreja dominante.

No nível cultural de desenvolvimento em que se encontravam as populações rurais, mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, que se convencionou chamar de *fanatismo*. Sob esta denominação têm-se englobado os combatentes de Canudos ou do Contestado, do Padre Cícero ou do Beato Lourenço: *fanáticos*. Quer dizer, adeptos de uma seita, ou misto de seitas, que não a religião dominante. Só

que a seita por eles abraçada, fortemente influenciada pela religião católica, que lhe dá o substrato, era a sua ideologia. Como toda ideologia, um conjunto de conceitos morais, religiosos, artísticos, etc., que traduziam suas condições materiais de vida, seus interesses, seus anseios de libertação e seus próprios métodos de luta. Justificavam-nos também.

Semelhante fenômeno deve ter-se acentuado com a eclosão da crise religiosa da década de 70 e cujos reflexos foram profundos e amplos em todo o País: a chamada Questão Religiosa em que foram partes principais o Governo e a cúpula da Igreja Católica.

Pode-se imaginar a queda do conceito, para as massas rurais, de bispos que eram presos, submetidos a julgamento público, com grande alarde nacional, no Parlamento e na imprensa, até mesmo nas praças públicas, e esses bispos serem condenados ao cárcere e a trabalhos. Junte-se a isto a tradicional desmoralização do clero, o fato de a Igrega Católica ter estado comprometida com a escravidão, havia pouco extinta, e, mais, haver sido a Igreja separada do Estado com a Proclamação da República — e concluiremos que o desprestígio da religião dominante só podia ser enorme entre as massas populares.

É conhecido o episódio do assalto a igrejas no Recife e da quebra de objetos do culto pela multidão. Nos municípios de Acarape e Quixeramobim, no Ceará, registra-se também, nos anos de 1874-1875, a invasão de templos católicos, e aí são rasgados livros de atas e quebrados móveis[1]. Igrejas de Minas Gerais foram objeto de atentados logo depois da Proclamação da República, a tal ponto que os clérigos mandavam recobrir o ouro de numerosas imagens que despertavam a cobiça dos iconoclastas.

Ademais, a igreja não era um lugar tão sagrado assim. Dentro dela realizavam-se "eleições" para cargos da administração ou representativos, e nessas "eleições" muitas vezes entrava um elemento normal na vida dos sertões, no século passado: o bacamarte ou o cacete. Brígido faz referência aos fa-

1 Eusébio de Sousa, *História militar do Ceará*, Fortaleza, 1950, pág. 293.

mosos "cerca-igrejas" que infestavam o Cariri nos começos do século XIX. "Esses homens ferozes e embrutecidos tremiam de cólera à notícia de qualquer solenidade, e armados invadiam a matriz do Crato, aos gritos de — *Viva Nossa Senhora da Penha!* Era de mister muita humilhação e prudência, para se escapar ao furor deles, e era tal o medo aos chamados *cerca-igrejas,* tão freqüentes e inopinadas as suas aparições, que as famílias já receavam concorrer aos atos religiosos"[2].

Não advirão daí as maciças demonstrações de *fanatismo* não-católico, que se propaga pelo interior, entre fins do século passado e começos do atual?

A propagação dessa onda de *fanatismo,* de norte a sul do País, revela uma drástica separação entre a ideologia das classes dominantes e camadas médias urbanas e a ideologia dos setores empobrecidos da população rural.

Seus interesses materiais eram, em grande medida, contrários e mesmo antagônicos. Assim se é passível de discussão que os rebeldes de Canudos lutavam pela posse da terra, o problema da terra no Contestado aparece nitidamente. Um oficial do Exército, que mais tarde morreria na guerra insana movida contra os habitantes do Contestado, capitão Matos Costa, perceberia com grande lucidez a essência da luta que aí se travava, afirmando com todas as letras: "A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de camponeses espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança"[3]. No bolso de um camponês morto foi encontrada uma carta que dizia, na linguagem estropiada e eloqüente do sertanejo: "Nóis não tem direito de terra e tudo é para a gentes da Oropa". E em outra carta se repetia a mesma afirmativa, acompanhada da decisão categórica da resistência: "O guverno da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamo disposto a faser prevalecer os nossos direito"[4].

2 *Apontamentos para a história do Cariri (Crônica do sul do Ceará)*, Fortaleza, 1888, págs. 102-103.
3 O. R. Cabral, *João Maria,* São Paulo, 1960, pág. 214.
4 H. Teixeira D'Assunção, *A campanha do Contestado,* Belo Horizonte, 1917, págs. 245-246.

Estes homens não podiam ter a mesma ideologia dos grandes proprietários, dos que lhes arrebataram a terra e a cujo serviço enviavam-se tropas para dizimar populações que nela mourejavam. Muito menos no Nordeste, onde o contraste entre o trabalhador rural e o dono da terra era muito mais flagrante.

Em todos os casos aqui focalizados — Canudos, Contestado, Caldeirão — parece ser uma tendência natural das massas rurais espoliadas, em determinadas condições, criar uma religião própria, que lhes sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época.

Nas condições de isolamento em que viviam, recebendo apenas pálidos reflexos das lentas transformações de caráter burguês que se operavam no litoral, era natural que as populações interioranas criassem seus próprios conceitos de vida, de organização social, de propriedade, de moral, etc. E, então, vimos repetir-se em Juazeiro (Caldeirão) o episódio do boi Ápis do antigo Egito. Apesar dos séculos transcorridos entre um fato e outro, a semelhança de mentalidade do homem, num meio rural primitivo, deve ter contribuído para a repetição do fenômeno, ainda que em latitudes diferentes e em épocas diversas. É um exemplo de como o hermetismo local gera deuses locais.

E o que são os flagícios que se impunham os penitentes do Cariri, mesmo nas cidades mais populosas, como o Crato, Juazeiro, Barbalha, ainda em pleno século XX, senão a repetição de cenas da Idade Média transplantadas para um meio medieval, o Nordeste brasileiro? Temos aí, à perfeição, a comprovação do conceito marxista do fenômeno religioso como a consciência primária que o homem tem de si mesmo quando ainda não atingiu o autodomínio, fraco e impotente em face de tudo o que rodeia. O meio natural era tremendamente hostil ao homem pobre, com as secas periódicas e suas calamidades, não dispondo ele de recursos para livrar-se delas. O meio social o esmagava: o grande proprietário rural todopoderoso decidia do seu destino terrestre. Mas a própria condição humana conservava a esperança num futuro de felicidade e bem-estar. "A impotência das classes exploradas, na luta contra seus exploradores — diz Lênin — produz também,

inevitavelmente, a crença em uma vida melhor..." O sonho do pobre numa vida melhor se transferia para o além-túmulo... Enfim, a mesma trajetória seguida através de milênios pelos povos que se encontravam no mesmo estágio de civilização.

Nas condições locais do Cariri, as novas seitas deviam conter muitos atributos concretos, tais como o endeusamento de um boi, animal inacessível para as populações reduzidas à miséria, embora comum entre os grandes criadores. Mas os grandes criadores, estes não partilhavam dos mesmos sentimentos religiosos dos "fanáticos" que acompanhavam o Beato Lourenço e seu zebu milagreiro. Desde tempos imemoriais os homens erigem em deuses precisamente os elementos que lhes são úteis, como o Sol, as águas, certos animais. Entre populações que viviam na maior pobreza, no mais extremo atraso, os seus deuses não podiam ostentar a pompa dos rituais católicos exibidos numa linguagem que lhes era estranha. Procuravam traduzir seus sentimentos religiosos em ritos mais concordes com a sua própria vida primitiva. A vida era de sofrimentos, de fome, de doenças? Flagelavam-se. Se os sofrimentos, a fome, as doenças eram mandados por Deus, só poderiam agradar a Deus aumentando seus padecimentos. Seriam então mais dignos do reino dos céus. Para seus corpos, enrijados em antigos tormentos, os flagícios pouco mais sigficavam... Haviam atingido aquele grau de degradação a que se referia Marx, tratando das comunidades rurais da Índia sob o domínio britânico, as quais haviam restringido "o intelecto humano aos limites mais estreitos, convertendo-o num instrumento submisso da superstição, submetendo-o à escravidão de regras tradicionais e privando-o de toda grandeza e de toda iniciativa histórica". Chegavam assim a "um culto grosseiro à natureza, cuja degradação salta à vista no fato de que o homem, o soberano da natureza, cai de joelhos adorando o macaco *Hanuman* e a vaca *Sabbala*"[5].

A vida isolada que viviam, perdidos nos ermos, incutia-lhes um individualismo estreito até mesmo no martírio. Não tinham senso de unidade, a não ser ocasionalmente, em mo-

5 K. Marx, F. Engels, *Obras escolhidas*, Rio, 1961, págs. 290-291.

mentos passageiros. A propriedade latifundiária semifeudal os havia dispersado. Seu único elemento congregador só podiam ser as seitas semibárbaras que abraçavam, como uma réplica, à religião dominante. Esta, a serviço das classes dominantes, constituía um fator dispersivo, pois o que mais temiam os senhores de terras eram possíveis ajuntamentos fora de seu estreito contrôle. Já em 1903, um jornalista perspicaz e conhecedor profundo do Cariri aconselhava o Governo a mandar "proibir esses ajuntamentos, que se estão fazendo agora, pelos sertões abrasados e famintos... Faz muito mal — acrescentava — em tempo de miséria e anarquia, congregar, longe das vistas das autoridades, multidões embrutecidas e fanatizá-las com milagres de salvação e coisas da vida eterna..."[6].

O perigo consistia, pois, em juntá-las, excitar-lhes o ânimo sob qualquer pretexto, quebrando assim a "ordem natural" gerada pelo latifúndio semifeudalista. Ademais, as promessas de salvação extraterrena poderiam muito bem levá-las a lutar pela salvação aqui mesmo. Canudos ainda estava na lembrança de todos...

Por isso, toda tentativa de arregimentação das populações rurais sempre foi brutalmente combatida, a ferro e fogo, pelos dominadores, fosse na Colônia, no Império ou na República. Os escravos fugidos que formavam quilombos, os místicos dos sacrifícios sangrentos de Pedra Bonita, os *muckers* da colônia alemã do Sul, os adeptos do Conselheiro, os homens do Contestado e do Caldeirão, sem contar os ajuntamentos menores, múltiplos, por todo o Brasil, foram atacados impiedosamente e destroçados até as raízes. Bastava que revelassem o menor indício de tentativa de romper o estado de coisas reinante no campo: o monopólio da terra, as relações semifeudais de produção, o domínio absoluto do grande proprietário rural.

Quando as classes dirigentes se convenceram — depois de um estremecimento de pavor — de que em Juazeiro seria possível desviar, no interesse dos coronéis do Cariri e de obje-

[6] J. Brígido, cit. por A. Montenegro, *História do fanatismo*, pág. 7.

tivos políticos imediatistas, as nascentes e impetuosas aspirações de libertação das massas rurais exploradas, deixaram Juazeiro em paz: entregue aos cuidados do Padre Cícero e de Floro Bartolomeu da Costa. Cada um no seu papel: o líder espiritual completava o líder político. Juazeiro podia ser um foco de heresia; mas o perigo não estava nisso e sim na possibilidade de vir a ser uma ameaça à ordem estabelecida no terreno político, econômico e social.

5

O "Fanatismo", Elemento de Luta

Enquanto, em face de todo um sistema de exploração e opressão, entre as diferentes reações das massas rurais despossuídas, o cangaço é desde o início um elemento ativo, o misticismo surge como um elemento passivo. Manifesta-se sem fins agressivos. Mas, formado o grupo de místicos em torno de um *beato, monge ou conselheiro,* sua tendência é adotar métodos de ação que, gradativamente, vão entrando em choque com os da comunidade sertaneja. Colocado à parte, funciona como catalisador ou pólo de atração no meio ambiente. Em geral, desde seu aparecimento ostensivo, esse grupo passa a ser hostilizado pela religião dominante, a religião católica.

No caso de Antônio Conselheiro, em Canudos, partiu da Igreja o primeiro brado de alerta contra o "chefe fanático" que percorria, desde a década de 70 do século XIX, os sertões do Nordeste, na sua "romaria ininterrupta de vinte anos". Quatorze anos antes de deflagar a Campanha de Canudos, já

em 1882, o arcebispo da Bahia expedira circular aos vigários do interior, alertando-os contra as atividades do Conselheiro, que estaria "perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares", e proibindo terminantemente que os paroquianos se reunissem para ouvir suas prédicas[1]. No ano que antecede a luta armada contra Canudos, é enviada ao lugarejo uma missão religiosa para tentar dissolver o ajuntamento, que já era bem numeroso.

No caso do Contestado, o chefe espiritual também entra em choque com as autoridades da Igreja Católica e se recusa a cumprir seus ritos, enquanto "os ministros da Igreja[...], frontalmente e em seu próprio meio faziam desassombrado combate a certas idéias propagadas pelos taumaturgos"[2].

Em Juazeiro, o Padre Cícero é suspenso de ordens pela Igreja e durante toda a sua longa vida jamais se reconciliou inteiramente com ela, pregando a seu modo a doutrina católica.

O Beato Lourenço, do Caldeirão, antes de ser atacado pelas forças repressivas, era objeto de denúncia por parte do clero do Cariri junto às autoridades civis e militares.

A Igreja Católica desempenha, assim, o papel de polícia ideológica no meio rural, antecipando-se às forças repressivas. Prepara-lhes o caminho. Percebe, instintivamente, que a "heresia", o desvio das normas de conduta estabelecida pela religião dominante — a religião das classes dominantes — poderá evoluir até a rebeldia contra a ordem constituída. Uma vez repelida pelos "crentes" ou "fanáticos" sua ação pacificadora, dá o brado de alarma.

Deve ser este o primeiro abalo que sofrem os *crentes* ou *fanáticos*, depois de adotarem sua atitude de protesto inconsciente, e até então passivo, contra a ordem de coisas existente. E deve ser também o ponto de partida, a fase de transição, da atitude passiva para a atitude ativa. O momento da consciência de uma posição de revolta.

A transição não se opera rápida e imediatamente. O

1 *Os sertões*, pág. 174.
2 O. R. Cabral, *João Maria, interpretação da campanha do contestado*, São Paulo, 1960, págs. 18 e 197.

ajuntamento de insubmissos vacila, a princípio, admite a intervenção das autoridades eclesiásticas, mas até certo limite, pois o rompimento já houve com a própria formação do ajuntamento de místicos. Refeito do primeiro choque, reage.

Foi o que aconteceu em Canudos. A missão religiosa encabeçada por Frei Monte Marciano é suspensa, não pela intervenção do chefe espiritual local, Antônio Conselheiro, que de início tenta conciliar seus próprios seguidores. Quem intervém ante a crise surgida pela reação negativa dos *fanáticos* a um sermão do sacerdote católico é um chefe "leigo", João Abade. É este quem arregimenta os conselheiristas e os conduz à casa em que se abrigam os clérigos, reclamando sua saída do povoado. A *missão* é suspensa e os sacerdotes católicos expulsos.

Em Juazeiro não foi diferente, no essencial. O heresiarca era um padre, um sacerdote católico. É interpelado, pressionado de todos os modos por seus superiores hierárquicos para que retroceda. Intransigente, enviam-no, como último recurso, à Santa Sé, para explicar-se perante o Papa. O resultado é contraproducente. Mas esse período de pressão, interpelação, inquéritos eclesiásticos, corresponde, aqui, ao da missão religiosa em Canudos: à admissão da intromissão externa. Também em Juazeiro os "afilhados" do Padre Cícero ficam em guarda, assumem um estado de ânimo de desafio aberto à religião dominante, ao lado de seu "padrinho". Não arredam pé de Juazeiro até a sua volta, e então seu prestígio aumenta consideravelmente.

Está preparada, assim, a passagem à segunda fase, a fase ativa da heresia.

Em Canudos, esta fase corresponde a um acréscimo da autoridade de João Abade como chefe civil. Já o era, uma espécie de prefeito, "comandante de rua", como ficou conhecido entre os habitantes de Canudos. Mas daí por diante é ele o chefe leigo de fato, inconteste, é quem decide na prática os destinos daquela coletividade, enquanto o Conselheiro ficará como simples chefe espiritual, quase simbólico. Sua importância é mínima para o caso de deflagrar uma luta armada. E nesta, como veremos, ele se apaga.

Sem se conhecer os detalhes da intromissão da Igreja Católica no Contestado, sabe-se que malogrou também, e a se-

guir, no primeiro assalto das tropas do Governo contra os "fanáticos", em 22 de outubro de 1912, no Irani, morre o "monge" José Maria. Mas, não faria nenhuma falta, pois a luta prossegue e é comandada por chefes civis, entre os quais se destacam os Doze Pares de França, chefes leigos, talvez uma espécie de colegiado dos mais prestigiosos dirigentes da comunidade. O *monge* fica apenas como um símbolo, uma entidade quase mitológica, tanto assim que ninguém consegue distinguir em certos aspectos a individualidade dos João Maria ou a destes e de José Maria, sacrificado ao iniciar-se luta armada. A confusão, neste ponto, é geral. O fato irrefutável é que o *monge* não marca com a sua presença e a sua atuação bélica o cenário da luta armada, não tem qualquer papel importante nesta luta, e no entanto, ela se trava por três longos anos, empenhando o Governo federal fortes contingentes do Exército.

Em Juazeiro, o marco divisório entre o período ativo e o passivo da insubmissão não ocorre imediatamente depois do regresso do Padre Cícero de sua viagem a Roma. Há como que uma pausa para meditação do próprio sacerdote, certa vacilação de sua parte em relação à Igreja Católica e da Igreja Católica em relação a ele. O rompimento definitivo ocorre quando, depois que é suspenso de ordens, deflagra a primeira luta armada em que se empenham alguns romeiros, a luta pela posse da suposta mina de cobre do Coxá, que o Padre havia comprado e estava em litígio. Naturalmente, quem comanda os jagunços, para assinalar à bala a posse da área ocupada pela mina, não é o Padre. É um representante, seu, Floro Bartolomeu da Costa. Depois da luta, o nome de Floro projeta-se com ressonância entre os romeiros do sacerdote fazedor de milagres. A partir desse momento, o Padre se obscurece como chefe do povo e projeta-se Floro Bartolomeu. O Padre, daí por diante, teria o papel de guia espiritual, mas o comando efetivo dos romeiros se transfere a Floro Bartolomeu. É ele o chefe civil reconhecido.

Ao se prepararem os assaltos armados das tropas do Governo contra qualquer desses redutos — Canudos, Juazeiro, o Contestado e, mais tarde, o Caldeirão — a primeira tentativa de justificar a agressão é alegar que se trata de "fanatismo", quer dizer, homens que se desligaram da sociedade

civil por terem abandonado a ideologia religiosa das classes dominantes. É o primeiro pretexto para o assalto armado. Atribuem, depois, aos "fanáticos" intuitos agressivos que eles jamais tiveram. E desencadeiam a luta contra eles. Não tentam isolá-los, o que militarmente seria possível, não tentam criar condições para sua "recuperação". Vão-lhes ao encontro com todas as armas, como se se tratasse de autênticos inimigos de toda a Nação. No caso do Contestado, um oficial das tropas governistas, Dermeval Peixoto, reconheceria, logo ao início das hostilidades: "o fanatismo estava suplantado pelo banditismo"[3]. Como os fanáticos tinham reagido à agressão já não havia necessidade do primeiro pretexto: fanatismo. Este servira apenas como justificativa para abrir a luta. A reação armada não podia ser de simples fanáticos — era de bandidos!

A verdade é que, inicialmente, o misticismo uniu-os, a todos eles, tanto em Canudos como em Juazeiro, no Contestado como no Caldeirão. Mas o "fanatismo" era o elemento necessário da solidariedade grupal à reação contra a ordem dominante. No nível cultural em que viviam, não só mergulhados no alfabetismo como ignorando seu próprio País, submetidos aos senhores das terras e às forças cegas da natureza, o "fanatismo", o misticismo mais grosseiro era a *sua* ideologia. Em ensinamentos bíblicos deturpados, adaptados a *sua* realidade encontravam os "princípios" que deveriam guiá-los na luta por objetivos que eles mesmos não sabiam distinguir, obscuros, confusos, e que só iriam tornar-se claros na evolução da própria luta, que os ajudava também a evoluir intelectualmente. Na derradeira das grandes lutas desse tipo, no Contestado, ponto culminante do ciclo das lutas sertanejas nesse período, já se encontram indícios de compreensão, entre os "fanáticos", de que estava em causa a posse da terra. Este objetivo não é claro em Canudos; em Juazeiro é obscurecido pela ação, contrária aos interesses das massas rurais despossuídas, de chefes identificados com as classes dominantes, como o Padre Cícero e Floro Bartolomeu.

[3] O. R. Cabral, ob. cit., pág. 235.

Mas o importante, em todos os casos, é assinalar-se que o misticismo, modalidade de reação dos pobres do campo contra a tirania econômica social e política dos potentados locais, inicialmente uma reação passiva, só o é enquanto o núcleo rebelde é pequeno, restrito ou não consegue expandir-se. Desde que ganha influência sobre massas consideráveis da população, o "fanatismo" desempenha um papel ativo, impulsionador da luta emancipadora local.

6

Distinção necessária

É NECESSÁRIO FAZER-SE AQUI DISTINção entre fenômenos que algumas vezes se confundem: o cangaceiro, o capanga (jagunço ou cabra) e o "fanático". Nem sempre é fácil semelhante distinção e nem sempre tem sido feita. Em *Os Sertões,* por exemplo, Euclides da Cunha, não estabelece diferença entre jagunços e cangaceiros, e entre estes e o "fanático". Talvez porque a campanha de Canudos englobasse-os a todos. O mesmo se pode dizer em relação a Juazeiro, ao tempo do Padre Cícero. "Os jagunços do Conselheiro", "os jagunços do Padre Cícero" — é como são conhecidos popularmente todos aqueles que pegavam em armas para a defesa de Canudos e de Juazeiro. Não importava que fossem antigos cangaceiros, antigos capangas, ou cangaceiros e capangas atuantes ou ainda simplesmente místicos que jamais tivessem participado de um bando de cangaceiros ou fossem capangas de qualquer senhor. O termo jagunço, em-

bora sinônimo de capanga, tem assim um sentido mais genérico, enquanto o de capanga é mais restrito.

O capanga pode ter sido cangaceiro, vice-versa, como qualquer deles pode tornar-se adepto de um *conselheiro* ou *monge*, e então é o "fanático". Mas, do ponto de vista social, há uma diferença flagrante sobretudo entre capanga e cangaceiro, identificando-se muito mais o cangaceiro com o "fanático".

Tudo indica que o capanga entre os três elementos, foi o primeiro a surgir em nossa história. Nos começos das colonização, os donos de sesmarias e, depois, os latifundiários, na medida em que devassavam o interior e tratavam de estabelecer o seu domínio econômico, tiveram que armar suas fazendas para afugentar os índios que as assediavam. O conceito de propriedade, entre estes, era o comunitário primitivo, que os levava a abater os gados dos colonizadores e dos sertanistas, ou a pilhar os frutos de suas plantações. Em represália aos ataques dos indígenas, os fazendeiros armavam homens, às dezenas, para defender suas propriedades, cujos limites se estendiam por léguas e léguas, em plenos sertões quase virgens. Surgiram também algumas questões de divisas entre as sesmarias ou as fazendas. E, então, os encarregados da sua guarda, que tinham antes um papel puramente defensivo, passam a desempenhar muitas vezes funções ofensivas, atacando as propriedades vizinhas. É esta a mais comum das origens das conhecidas lutas entre famílias, que se prolongam até o nosso século.

Quando a indiada é expulsa para regiões mais distantes e já existe alguma segurança na penetração dos sertões, aparece outro elemento conflitante com os grandes proprietários: o *posseiro*. Este invade as terras das sesmarias, já que não tem terra, para cultivá-las, e surgem litígios que chegam a choques de relativa seriedade.

Assim, o latifúndio gera lutas desde suas origens. Isolados, num mundo à parte dos povoados litorâneos, sem poder contar com a ajuda do Estado, os grandes fazendeiros são a classe dominante naqueles sertões não só representativa mas diretamente, tornam-se autônomos, autoridades eles mesmos, absolutas, na sua zona. Formam autênticos exércitos de

guarda privados, recrutados entre os sem-terra ou acolhendo criminosos comuns, que encontram refúgio na grande fazenda.

"...Houve entre os domínios [fazendas e engenhos] uma espécie de estado de guerra permanente e generalizado [...] expresso num regime de mútua pilhagem de gados e alimárias, de incêndio e destruição de instalações, de aliciamento de escravos e couto de negros e facínoras, fugidos à polícia e às justiças. Eram guerrilhas interfeudais... No Norte, este regime domina o sertão durante todo o período colonial e estende-se por todo o Império"[1]. Podemos acrescentar: vem até muito longe na República, havendo remanescentes seus até em nossos dias...

Mais adiante veremos, na parte referente a Juazeiro, como os chefes políticos do Cariri conseguiam, ainda nos começos deste século, arregimentar facilmente um milhar de homens para suas disputas pessoais. Mais ou menos na mesma época, os coronéis igualmente poderosos dos sertões da Bahia faziam outro tanto. Nas suas lutas recíprocas, Horácio de Matos, Franklin Albuquerque, Militão, Marcionílio, Douca Medrado e tantos outros nomes famosos até 1930, punham em armas milhares de capangas. Em 1918, o coronel Franklin é atacado, em seu domínio de Pilão Arcado, por um antagonista, que levava contra ele nada menos de 200 capangas armados até os dentes. E, no entanto, os repele[2]. Já antes, ao ver-se acossado pelos adversários, "tratou de comprar armas e contratar homens para os seus serviços..." "estava organizando um exército..."[3]. Mais tarde, contratado pelo Governo para combater a Coluna Prestes, o coronel Franklin "num abrir e fechar de olhos mobiliza oitocentos homens"[4].

Num conflito político irrompido no interior da Bahia, na segunda década do século atual, entre os coronéis Militão (Rodrigues Coelho) e Horácio de Matos, estes e seus respectivos aliados (inclusive Franklin e Douca Medrado) enfren-

1 Oliveira Viana, *Instituições políticas brasileiras*, Rio, 1949, pág. 223.
2 Wilson Lins, *O médio São Francisco*, Salvador, 1952, pág. 90.
3 *Idem*, pág. 83.
4 *Idem*, pág. 96.

tam-se durante cinco meses com "mais de 600 homens"[5]. É uma luta que abrange vários municípios, cidades e vilas, desde Pilão Arcado e Barra do Mendes até Lagoa, Morro do Chapéu, Sanharó, São Tomé e Catuaba.

Outras vezes, os coronéis ferrenhos antagonistas de ontem, se aliavam numa mesma frente de batalha, como quando se tratou de combater a Coluna Prestes ou enfrentar o movimento revolucionário de 30. Aí, os interesses de classe prevalecem sobre as rixas locais.

Nessa "briga de brancos" o Governo não se metia. Os assuntos se decidiam entre eles mesmos, pelo seus métodos costumeiros, eliminando-se mutuamente os adversários. Quando, alguma vez, a autoridade estadual intervém, é para obter um arranjo político, respeitando-lhes em absoluto o poderio armado. Assim, por exemplo, numa disputa havida nas Lavras Diamantinas, em 1919/1920, o coronel Horácio de Matos, dono de vastos garimpos, mobiliza uns mil homens, ocupando a cidade de Lençóis. A polícia não se intromete. A autoridade suprema é Horácio de Matos.

Na mesma época, outros coronéis, entre eles Anfilófio (Castelo Branco), "chefe" de Remanso, ameaçam ocupar a cidade de Juazeiro (Bahia) com mais de 1 000 homens. Marcionílio (Sousa) movimenta-se em direção à cidade de Nazaré com mais de 500 capangas seus, enquanto Franklin Albuquerque não teria menos forças à sua disposição. O Governo do Estado intervém, mas para apaziguar os ânimos e alcançar um *modus vivendi* entre os potentados locais. Faz-se o acordo, mas os chefetes não são desarmados nem seus contingentes de "cabras" desmobilizados. Mantêm intatos seus arsenais, mesmo depois de ter sido decretada a intervenção federal na Bahia. Ao emissário do Govêrno federal, Horácio de Matos impõe condições para a "pacificação" na zona. Entre outras (textual): "O coronel Horácio de Matos não entregará as armas nem as munições..." E ainda se atribui um prêmio político: "Serão reservadas duas vagas de deputado estadual

[5] Américo Chagas, *O chefe Horácio de Matos*, São Paulo, 1961, pág. 64.

e uma de deputado federal para o coronel Horácio de Matos eleger (*sic*!) seus candidatos"[6].

O escândalo não terminaria aí. Em março de 1920, Horácio de Matos é nomeado pelo Governo do Estado para o cargo de delegado regional de polícia na zona da Bahia que constitui seu tradicional feudo, compreendendo nada menos de 12 municípios! Desde Lavras Diamantinas até o São Francisco é e'e senhor absoluto.

Outro famanado coronel do Nordeste, José Pereira, considerado antes de 30 o maior chefe de jagunços de todo o sertão, chega a concentrar em suas fazendas uma força de milhares de homens. Princesa, seu reduto político, transformara-se numa fortaleza inexpugnável às forças comuns de polícia. E diante de seus muros defensivos vacilavam as próprias tropas regulares.

Aí está o capanga e sua sede — a grande propriedade territorial; o seu comando: o chefete local, o coronel fazendeiro ou o dono de garimpos.

Esses exércitos mobilizados a serviço dos coronéis do interior não são de cangaceiros, são de capangas ou cabras. Homens a soldo, pistoleiros, matadores profissionais. Não importa que no intervalo entre um assalto à propriedade do vizinho e a execução de um crime de morte de algum desafeto do coronel, o capanga esteja vaquejando o gado ou plantando um roçado. Fazia-o comumente. Sua dependência econômica e social em relação ao grande proprietário, o avassalamento da economia seminatural, a falta de terras para a pequena propriedade, tornavam-no um semi-servo que deveria obedecer, sem discutir, as ordens do patrão, cumprir todas as suas vontades, executar os crimes mais hediondos por ele ordenados.

Esse assalariado do crime podia tornar-se amanhã um cangaceiro, ingressar num *bando* para praticar assaltos a fazendas, pilhagem de armazéns de víveres, aprisionar ricos proprietários e exigir-lhes resgates. Mas esse *bando* é composto de homens que conquistaram autonomia, ainda que relativa, em face do latifúndio. O cangaceiro não é um assalariado

[6] *Idem*, pág. 104.

para a prática de crimes. Pratica-os por sua conta e risco. Mas o que o distingue sobretudo é ser um rebelde contra a ordem dominante que esmaga os pobres do campo. Ele não se submete aos trabalhos forçados da fazenda ou do engenho.

Quanto à origem social, o capanga e o cangaceiro não se distinguem. São homens de ascendência humilde, em geral trabalhadores rurais oprimidos, direta ou indiretamente, pelo latifúndio semifeudal, sofrendo-lhe o peso das injustiças sociais. Facilmente pode transformar-se um no outro. É maior o número de capangas que se tornam cangaceiros, do que cangaceiros que se tornam capangas. Mas tanto um como o outro pertencem às camadas mais pobres da população e não existe uma barreira infranqueável entre eles. A transição é fácil.

O exemplar mais famoso entre os cangaceiros é Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, descendente de uma morigerada família de pequenos criadores e cultivadores do município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco. A exemplo do que aconteceu com o Conselheiro, com Antônio Silvino e tantos outros, famílias poderosas locais, os Nogueiras e Saturninos, perseguem a sua família. Um dia, matam-lhe uma cabra. Os irmãos Ferreira vingam-se, assassinando um desafeto. Para escapar às malhas de uma justiça que será contra eles, fogem para o Estado vizinho de Alagoas. Aí mesmo, em 1918 ou 1919 o velho Ferreira é assassinado a mando das mesmas famílias que já o haviam perseguido em Pernambuco. Os filhos, Virgulino, Antônio, Ezequiel e Livino, — que morreriam todos em combate com a polícia — ingressaram no cangaço, juntando-se Virgulino ao bando de Sebastião Pereira, *Sinhô*, então, dos cangaceiros mais famosos do Nordeste. Seu objetivo confesso é vingar a morte do pai. Este motivo aparente, no entanto, tem a função de gota de água que faz transbordar o copo.

Aí começa a peregrinação de vinte anos daquele que seria depois conhecido como o *Rei do Cangaço* e *Governador do Sertão*. Vinte anos de assassínios, de assaltos a propriedades de grandes fazendeiros, de ataques a povoados, vilas e até cidades, inclusive a audaciosa e malograda tentativa de dominar a segunda cidade do Rio Grande do Norte, Moçoró, bem próxima ao litoral e junto à via férrea, no ano de 1927, e a

tomada das cidades de Sousa, na Paraíba, e Limoeiro, no Ceará.

Que espécie de homens compunham o *bando?* São todos, invariavelmente, gente da mais pobre do interior do Brasil, homens do campo que não têm terra, não podem ter gado, não têm sequer trabalho garantido, Xavier de Oliveira diz que faziam parte do grupo de Lampião "antigos trabalhadores de obras federais que haviam sido suspensas"[7]. Quer dizer, haviam-se engajado nas chamadas obras contra as secas durante uma das calamidades periódicas. Chegadas as chuvas, no ano seguinte, em geral as obras não prosseguiam, pois tinham mais por finalidade reter ali mão-de-obra excedente para o latifúndio. Uma vez que este não podia absorver toda a mão-de-obra disponível, os desocupados procuravam outro meio de vida, nem que fossem os assaltos armados, entrando para um grupo de cangaceiros. Um dos perseguidores de Lampião, e que certamente possuía boas informações sobre a origem de seus homens, informa que "os celerados tinham os claros preenchidos pelos cangaceiros mansos, que eram considerados vaqueiros ou moradores" dos fazendeiros[8]. São, portanto, os jagunços ou capangas. E conta que tendo perguntado certa vez a Lampião por que não dera combate à Coluna Prestes, conforme se havia comprometido com os chefes de Juazeiro, embora a visse passar perto de uma serra onde se ocultava o bando, o famoso cangaceiro respondeu: "Ah! menino. Isto aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os *macacos* que eu vejo, já teria desaparecido"[9].

Nem mais nem menos: para os componentes do bando, o cangaço é modalidade de ganhar a vida, como é possível ganhá-la num ambiente onde impera a ferocidade do coronel, com toda a sua aparente mansidão, o seu falso humanismo, o seu apregoado paternalismo cristão. Pois, "quando às vezes comunicavam ao coronel Manuel Inácio, de Pernambuco, que seus cabras estavam se matando uns aos outros, como aconteceu no sítio Serecé [...] ele dizia a gaguejar: "Não tem

[7] A. Montenegro, *História do cangaceirismo,* pág. 98.
[8] O. Gueiros, ob. cit., pág. 32.
[9] R. Nonato, *Lampião, em Moçoró,* Rio, 1955, pág. 266.

nada não, é isso mesmo, as cobras é para se engolirem umas às outras"[10].

Se o coronel tratava assim a seus *cabras*, se a exploração no eito é brutal, se a emigração só lhes era facilitada nos anos de crise aguda, com o advento das calamidades climáticas, não era de admirar que esses homens cheios de energia fossem parar nos bandos de cangaço e os considerassem como um meio de vida perfeitamente normal. O famigerado cangaceiro Jararaca, do bando de Lampião, ferido e preso no assalto à cidade de Moçoró, declara no seu depoimento que fora soldado de polícia, mas que exercia então a "profissão de cangaceiro"[11].

Mais do que meio de vida, meio de prover a subsistência, o cangaceirismo prolifera no Nordeste sobretudo nas épocas das grandes secas. Formando-se então os bandos, em geral, pequenos, de 3 a 10 homens no máximo. A maioria deles desaparece, uma vez passada a calamidade climática. Alguns remanescem e prolongam sua existência. Antônio Silvino, percorreu os sertões do Nordeste durante 18 anos, de 1896 a 1914. Sucede-lhe, como num autêntico reinado, Virgulino Lampião, que bate todos os recordes de assaltos, em vinte anos de cangaço, devassando o Nordeste com uma rapidez incrível, de um a outro Estado, e constituindo o grupo mais numeroso de todos. É verdade que seus efetivos variam sempre, segundo as circunstâncias, até mesmo as políticas. Permitia que seus cangaceiros "dessem baixa" quando quisessem, embora advertindo-os de que seriam presa fácil da polícia, e muitos o eram realmente, pagando não raro com a vida a temeridade de ter abandonado o cangaço. Assim aconteceu com Jararaca (José Leite Santana), baleado e preso no dia seguinte ao assalto malogrado à cidade de Moçoró. Depois de prestar depoimento minucioso, é levado para o cemitério e aí assassinado pela polícia. Tinha 26 anos. A mesma sorte caberia a Mormaço (19 anos), que fora da Polícia Militar de Pernambuco e participara das perseguições à Coluna Prestes e, também, dos assédios a Lampião. Depois do frustrado

10 Ulisses Lins, *Um sertanejo e i sertão*, Rio, 1957, pág. 37.
11 R. Nonato, ob. cit., pág. 266.

ataque a Juazeiro, resolve abandonar o grupo, prestando vários e pormenorizados depoimentos sobre suas atividades. "Juntamente com Bronzeado e mais dois presos da Justiça que se encontravam na cadeia de Moçoró, foi levado para a estrada de Natal e morto com os outros[12]. Certa vez, perseguido o bando de Silvino por uma volante da polícia, são-lhe aprisionados 11 cangaceiros, — ou 18, segundo Rodrigues de Carvalho — e todos sangrados pela tropa pernambucana[13].

Havia como que o propósito de fechar os caminhos à possibilidade de recuperação dos bandoleiros. Como que se tentava intimidar os cangaceiros de forma a impedir sua deserção do bando. Mas as flutuações nos efetivos dos grupos continuavam a depender principalmente das épocas de fome, sem excluir o fator prestígio do chefe cangaceiro. Assim, quando em 1926 Lampião visita o Padre Cícero, em Juazeiro, é provido de grande quantidade de armas, munições e até mesmo fardas, seu bando crescendo logo em seguida. Um de seus homens, Gato Bravo, capturado depois, informa: "Saímos de Juazeiro com 22 homens e ao chegarmos a Pernambuco tínhamos mais de 100"[14]. No ano seguinte, ao atacar a cidade de Moçoró, Lampião e seu bando perfazem 53 homens[15].

Vários pequenos grupos juntavam-se eventualmente a Lampião ou atuavam em íntima ligação com ele. Um desses foi o de Massilon, que, segundo todos os depoimentos, exerceu influência decisiva sobre o Rei do Cangaço para o assalto a Moçoró. Outro grupo entrosado com o de Lampião era o de Corisco (o Diabo Louro) que, parece, o integrava, mas atuava separadamente, por tática. O grupo de Corisco não seria surpreendido no esconderijo da fazenda Angicos (Sergipe), quando Lampião e mais uma dezena de cangaceiros foram mortos pela polícia militar de Alagoas (28-7-1938). No entanto, poucos dias depois, ao ter conhecimento da tragédia que acabara com o "governador do Sertão", Corisco não va-

12 *Idem, Ibidem.*
13 Ulisses Lins, ob. cit., pág. 341 e Rodrigues de Carvalho, *Serrote preto*, Rio, 1961, pág. 370.
14 Melquíades da Rocha, *Bandoleiro das caatingas*, Rio, s. d., pág. 79.
15 R. Nonato, ob. cit., pág. 269.

cila um instante: vai com seu bando ao lugar fatídico e, à exceção de um velho, que deixa "para contar a história", mata toda a família do vaqueiro que tomava conta da fazenda. Inclusive duas mulheres — "para vingar a morte de Maria Bonita e Enedina" — teria dito, pois haviam denunciado à polícia o esconderijo de Lampião.

Vale salientar aqui este fato de real importância: o cangaceirismo se tornara um fenômeno tão significativamente social que não foi pequeno o número de mulheres que participaram de suas ações na fase do apogeu. Das mulheres, a mais famosa é Maria Bonita, mas se contam, entre outras, Enedina, abatida juntamente com ela, Inacinha mulher de Gato, Sebastiana, mulher de Moita Brava e Dadá, mulher de Corisco. Em 1935, quando Lampião penetra na localidade de Forquilha, vem "acompanhado de oito cangaceiros e três mulheres"[16].

Algumas características de Lampião são mais ou menos comuns a outros cangaceiros e chefes de bando. Desde o início de suas atividades, o grupo ataca de preferência grandes propriedades, aquelas onde sabe que poderá obter melhores proventos. Quando o coronel não mora na fazenda e é, por exemplo, um comerciante na cidade guarnecida onde Lampião não pode penetrar, reclama este sua presença, para conversarem sobre dinheiro. Exige-lhe então o cangaceiro determinada quantia, mediante a condição, muitas vezes expressa em cartas, das quais se conhecem vários exemplares, de que sua propriedade será poupada e nada sofrerá, mesmo por parte de "outros cangaceiros". A carta, um simples bilhete, é uma espécie de salvo-conduto para o fazendeiro. Em geral, o coronel atendia-o, pois sabia antecipadamente que, do contrário, sua propriedade ficaria visada pelos cangaceiros e poderia ser depredada. Outras vezes, Lampião exigia abrigo inviolável em fazendas estrategicamente situadas. Estas se tornavam então seu pouso habitual, lugar onde se ocultava e onde descansava semanas ou meses, para refazer as forças das longas caminhadas pelos sertões, desde o Ceará até a Bahia. A fazenda-coito é também, algumas vezes, o quartel-

16 M. da Rocha, ob. cit., pág. 105.

general do bando, o lugar onde ele se reabastece de armas e munições compradas por intermédio do fazendeiro — coiteiro — ou de seus empregados. É sabido que Lampião foi sempre otimamente provido de material bélico, inclusive fuzis, privativos das forças armadas. É sabido também que em Juazeiro, em 1926, os chefes locais lhe forneceram abundante armamento para combater a Coluna Prestes. Mas não era só esta a origem das armas modernas conseguidas pelos cangaceiros. Eles as compravam normalmente não só através dos fazendeiros amigos, dos coiteiros, como de alguns de seus perseguidores. Numa entrevista que manteve Lampião com um dos grandes fazendeiros de Alagoas, coronel Joaquim Resende, de Pão de Açúcar, disse-lhe o chefe cangaceiro que, quanto às forças estaduais que o perseguiam, ele "se arranjava a seu gosto", "fazendo nessa ocasião graves acusações a vários oficiais que andavam em sua perseguição"[17].

Muito diversa da ação dos cangaceiros é a dos *fanáticos,* em autênticos movimentos de massa, como o foram Canudos, o Contestado e, em proporções bem menores, mas de suma importância por certas particularidades, o Caldeirão do Beato Lourenço, na chapada do Araripe.

Em todos estes casos temos uma característica fundamental comum: necessidade de ocupar uma determinada área de terra. Isto, por si só, já é motivo de profundas inquietações por parte dos grandes proprietários, porque, no mínimo, seria exemplo perigoso a propagar-se, caso subsistisse. Entretanto, o mais sério é que, ao contrário do cangaço, redutos como esses criam raízes entre as massas pobres do campo, atraindo-as em proporções crescentes, pondo em xeque as fazendas das vizinhanças e, portanto, a própria ordem estabelecida.

Não significa isto que as massas rurais congregadas em Canudos, no Contestado ou no Caldeirão tivessem consciência da necessidade de por fim às relações semifeudais de produção e de estabelecer relações de novo tipo, de tipo capitalista, por exemplo. Conhecendo-se o nível de evolução em que se encontram ainda hoje as atrasadas massas camponesas do

17 *Idem,* ob. cit., pág. 120.

Nordeste (como em outras regiões), pode-se avaliar o que seria a sua consciência nos fins do século passado e começos deste século, quando o capitalismo estava muitíssimo menos evoluído, a penetração capitalista na agricultura era mínima, no Nordeste quase nula, e, portanto, muito menor a influência da cidade sobre o campo. As populações rurais viviam quase completamente isoladas das influências progressistas da cidade, mergulhadas no obscurantismo semifeudal. Suas lutas — em Canudos, no Contestado, no Caldeirão — tinham um caráter social progressista, na medida em que traduziam aspirações de libertar-se da terrível exploração do latifúndio, que tudo condenava à estagnação. Tentavam fugir ao seu domínio concentrando-se em grandes aglomerações. Uma vez vítimas da agressão, pegavam em armas e resistiam até a morte.

Enquanto conseguiam sobreviver, esses movimentos de pobres do campo se organizavam, espontaneamente, em forma de trabalho cooperativo. Em Canudos, uma parte do produto do trabalho destinava-se à "companhia", isto é, à coletividade formada em torno do Conselheiro. No Caldeirão do Beato Lourenço vigorava o mesmo regime de distribuição do produto do trabalho.

Corresponde esse fenômeno a uma etapa da luta pela posse da terra no Brasil? Influiria nisso a tradição indígena? Devia influir mais ainda o estágio em que se encontrava o desenvolvimento da própria sociedade sertaneja, atrasada no sentido capitalista, ainda com fortes remanescentes de feudalismo no campo.

Numa zona desprovida de meios de transporte fáceis, sem grandes núcleos urbanos que pudessem impulsionar o incremento da produção agrícola em larga escala, com uma economia seminatural dominando vastas áreas, a produção de subsistência era o suficiente. Ademais, o homem do campo tinha que lutar com uma série de obstáculos para conseguir cultivar a terra. Em primeiro lugar, no Nordeste, sobretudo, a falta mesmo de boas terras. As terras de Canudos eram das mais áridas da Bahia. As do Caldeirão, um "sítio intratável e estéril", segundo referem os conhecedores do lugar. As terras férteis, naturalmente, já se encontravam, de longa data, apossadas pelos latifundiários, ou, quando se repartia a proprie-

dade, eram distribuídas entre seus herdeiros, tendendo novamente para a reconstituição do latifúndio. O homem sozinho não podia enfrentar o cultivo de uma terra sáfara, que reclamava a escavação de poços ou barragens, cacimbas para alcançar as águas profundas, cisternas para acumular as águas das chuvas, irrigação, adubos, animais. Tal como em Canudos, no Caldeirão, os seguidores do Beato Lourenço fabricavam eles mesmos seus instrumentos de trabalho e muitos objetos de uso, inclusive os grosseiros tecidos com que se vestiam.

Este fato revela, de uma parte, que na década de 20 e mesmo na de 30, quando foi destruída a concentração dos camponeses do Beato Lourenço, ainda era fragílima a atração exercida pela economia mercantil sobre as populações do Cariri. E, note-se, o núcleo do Caldeirão vai formar-se no mais próspero município da zona, o Crato. De outra parte — é uma conclusão lógica — mostra que a balança ainda pendia em favor da economia seminatural, cuja rotina impedia a necessária divisão social do trabalho e a criação de um amplo mercado de mão-de-obra. Em resumo, o poderio econômico no vale ainda se encontrava nas mãos dos latifundiários, de cuja tirania econômica — exercida até pela inércia — tentavam libertar-se os míseros sem terra e sem ocupação certa, que acompanhavam os taumaturgos, que ingressavam nos bandos do cangaço, ou que se alugavam como capangas dos coronéis.

Dos três elementos gerados direta ou indiretamente pelo latifúndio semifeudal, sobrevive, até os nossos dias, aquele que é o seu filho dileto: o capanga ou cabra. Continua ele a manter guarda na grande fazenda, embora os coronéis sejam hoje apenas a sombra do que foram no passado, até mesmo um passado de pouco mais de um quarto de século. Se a defendia, inicialmente contra os índios, depois contra os posseiros, mais tarde contra os cangaceiros e os fanáticos, hoje procura defendê-la contra o proletário rural sem terra e que ronda, em número crescente, a grande propriedade pré-capitalista. Os capangas, ainda hoje, são os assalariados do crime político nos sertões de Alagoas, os que marcam com ferro em brasa membros das ligas camponesas em Pernambuco, os que assaltam posseiros ali no Estado do Rio, a duas horas da segunda cidade do País e sua capital até bem pouco tempo. As autoridades estatais respeitam-lhes o chefe, o grande fazendeiro ou

usineiro e, à eclosão de uma luta no campo, as próprias forças federais se colocam muitas vezes ao lado dos capangas do coronel contra os que lutam pela terra, na mais evidente contraprova da aliança virtual ainda hoje em vigor entre a burguesia e o latifúndio semifeudal.

II PARTE

Canudos e o Conselheiro

Se Euclides da Cunha, estudioso honesto da realidade brasileira, mas com profundos preconceitos e falsas concepções estreitamente antropológicas e geográficas, não percebeu a essência da luta dos habitantes de Canudos, vendo unicamente seu fundo religioso, de fanatismo, não se justifica que este ponto de vista errôneo prevaleça na historiografia do Brasil.

Assim é, no entanto.

Escrevendo em começos da década de 30, Pandiá Calógeras repetia que Canudos fora um simples "reduto de fanáticos". "Fanatismo sertanejo" é como se intitula um dos capítulos de sua obra Formação Histórica do Brasil.

E a lenda continua repetida para as novas gerações pelos historiadores dos nossos dias. O Sr. Pedro Calmon, num insulto aos bravos sertanejos, escreve que em Canudos "estava concentrada a ralé celerada dos sertões"[1]. *Em sua* História da Civilização Brasileira *insiste em que a campanha de Canudos foi apenas "um conflito de fundo religioso, produzido pela barbárie sertaneja"*[2].

E é isto, nem mais nem menos, o que ainda hoje encontramos nos compêndios destinados à juventude das escolas. É a explicação mais cômoda. Recusam-se os nossos historiadores a ver na resistência maravilhosa de Canudos uma expressão da rebeldia sertaneja à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em sua fase superior — a luta armada.

1 *História social do Brasil*, t. 3, 2.ª ed., s/d., pág. 68.
2 4.ª ed., 1940, pág. 345.

1

Brasil,
Fim do Século XIX

A GRANDE CONCENTRAÇÃO DE POBRES do campo que de novembro de 1896 a outubro de 1897 sustentou nos sertões da Bahia a grande luta armada conhecida sob a denominação de Guerra de Canudos, começou a formar-se naquele aldeamento em 1893. Constituiu-se sobre os escombros de uma velha fazenda em ruínas, como deveriam ser à época muitas outras pelo vasto interior do Brasil, particularmente no Nordeste.

Havia cinco anos fora abolida a escravatura negra e quatro de proclamada a República quando chegou a Canudos a gente do Conselheiro. Mas aquelas mudanças na fisionomia política do País, impostas embora por certas modificações na estrutura econômica, em nada melhoraram a sorte dos trabalhadores e muito menos da grande massa do campo submetida pelos senhores latifundiários.

Mantinha-se intata a grande propriedade territorial semifeudal. Tanto o escravo de ontem como os agregados, os mo-

radores, os foreiros, os chamados trabalhadores livres, não passavam de semi-servos do latifundiário.

Com a derrubada da Monarquia, em 1889, na República partilhavam do poder do Estado os latifundiários e a burguesia, ambos se temendo mutuamente. Os primeiros, depois de perderem a escravaria, receavam perder os feudos; os segundos, sonhando com empreendimentos industriais, ferroviários, modernização da agricultura, necessitavam de braços livres, mas temiam liquidar o regime latifundiário.

A especulação bolsista em larga escala — o "encilhamento" — foi o pacto que os uniu, o seu *modus vivendi* temporário. Sociedades comerciais, bancárias, industriais, ferroviárias multiplicaram-se da noite para o dia. O governo republicano provisório emitia vagas sobre vagas de papel-moeda na maior inflação monetária de toda a história do País até então. O volume do papel-moeda em circulação duplicou em menos de um ano do novo regime. E surgiram projetos fabulosos para a época. Propunham construir 20 mil quilômetros de estradas de ferro apenas com as concessões outorgadas em 1890, triplicando assim a rede freroviária nacional. O governo assegurava juros elevados aos construtores. Somente no ano seguinte à Proclamação da República, fundaram-se no Rio de Janeiro 33 bancos e 241 empresas com finalidades diversas.

Acumularam-se fortunas fáceis da noite para o dia.

A queda do marechal Deodoro e a subida ao poder do marechal Floriano Peixoto coincidiu com um chamado à realidade: a *débâcle* vertiginosa dos negócios privados e o agravamento da situação econômica e financeira do País. A quebra da Bolsa foi fragorosa. Ações cotadas num dia a 800 mil-réis eram vendidas no dia seguinte a 160. Títulos de muitos bancos nem sequer encontravam compradores. Sociedades comerciais, agrícolas, industriais desfaziam-se como bolhas de sabão.

Além disso, a guerra civil que lavrou em vários Estados de 1893 a 1895 agravou ainda mais a situação. Exigiu novas emissões de papel-moeda. E o peso das dificuldades crescentes vinha recair sobre os ombros do povo, rebaixando ainda mais o já ínfimo nível de vida das massas trabalhadoras. Se de 1888 a 1890 os preços dos gêneros alimentícios haviam su-

bido vertiginosamente em 62%, de 1891 a 1894 se elevaram em 118%. E continuaram em ascensão durante a guerra civil.

Encontrava pela frente a barreira do latifúndio a nova tentativa da burguesia brasileira (a segunda, pela sua importância, depois de Mauá) de tomar impulso e lançar-se a empreendimentos tipicamente burgueses, resumidos no "encilhamento", geralmente encarado, de maneira errônea, como simples especulação.

Ocorria precisamente que a débil e retardatária burguesia brasileira, premida de um lado pelos empréstimos da Inglaterra e, de outro, pelo latifúndio semifeudal que não se atrevera a derrocar, via-se condenada à impotência. Mais uma vez predominava, vitorioso, o latifúndio, esmagando toda veleidade de radicalismo burguês.

Que restaria, senão a "renúncia" aos ideais "republicanos históricos", e como resultado inevitável o compromisso aberto com os restos feudais? "O País varrera de si os dogmas franceses... Submerge a República teórica, que não fora exeqüível, e se impõe a República que podemos ter" — reconhece um historiador objetivo, sem dar, no entanto, o nome aos bois[1]. Deve-se acrescentar que essa "República que podemos ter" era a do compromisso feudal-burguês, com evidente predominância dos latifundiários, depois de Floriano Peixoto — a última tentativa séria e malograda para levar avante as mais radicais aspirações burguesas.

Este fracasso custaria caro ao povo. Sobre as massas camponesas iria recair o peso principal das dificuldades. Eram aquelas massas a grande força produtora. E uma vez que até bem pouco a produção agropecuária em algumas regiões (naquelas onde predominava antes o trabalho escravo) estava completamente desorganizada, muitas fazendas em ruínas, culturas abandonadas, carregavam os camponeses pobres o fardo mais pesado da atração dos negócios para as grandes cidades e a subseqüente *débâcle*, resultante da fraqueza da burguesia brasileira.

As fazendas do Nordeste se despovoavam. Escasseavam os cereais, em que os Estados nordestinos tinham baseada sua

[1] P. Calmon, *História social do Brasil*, t. 3, 2.ª ed., pág. 88.

frágil economia, além do açúcar. A importação de milho do estrangeiro passou de 60 mil a quase 1 milhão de sacos entre 1891 e 1895. O preço desse produto subia de 5 para 17 milréis. A importação do arroz atingia 1 milhão de sacos no mesmo período e aumentavam em igual medida as compras de feijão no exterior. Enquanto isso, reduzia-se drasticamente a exportação do açúcar na década de 1890, caindo de 30% comparativamente à década anterior.

Em conseqüência da emigração de camponeses pobres do Nordeste para o Sul e para a Amazônia, onde avultava a cultura da borracha, Estados como o Ceará, que sempre havia produzido cereais para a sua subsistência, atravessavam grande escassez. Basta dizer-se que do meio para o fim do século a contribuição dos Estados nordestinos na exportação nacional cai de 31,87% para pouco mais de 13%. Em particular a cota de exportação que cabe ao Estado da Bahia — onde teria lugar a conflagração dos semi-servos — desde de 14,3% em 1857 para 5,06% em 1897[2].

Em 1896, o principal produto da exportação do Brasil, o café, base de toda a vida econômica nacional, entra pela primeira vez em crise de superprodução. Os preços caem violentamente, acumulam-se os estoques invendáveis.

Abala-se toda economia nacional, essa mísera economia colonial e semifeudal. A crise do café cortava de chofre a corrente migratória do Nordeste para o Sul, já sensivelmente prejudicada pela crescente entrada de trabalhadores livres procedentes da Europa. O afluxo de imigrantes estrangeiros, quase nulo na década de 70 do século XIX (menos de 50 mil imigrantes numa década inteira), elevava-se a mais de 260 mil no decênio seguinte e atinge 650 mil na década de 90. Constitui, por si só, um peso considerável na vida econômica do País cuja população não passava então de 15 milhões de habitantes.

Este notável reforço de braços livres refletia-se profundamente na economia nacional, como já influíra na própria Abolição da Escravatura em 1888. Vinha ameaçar agora a cor-

[2] *Boletim comemorativo da exposição nacional de 1908*, Rio, 1908, pág. 109.

rente migratória do Nordeste para o Sul. No último decênio do século XIX, quando ocorre a crise do café, os trabalhadores que abandonavam as fazendas arruinadas do Nordeste já não podiam mais tão livremente demandar os cafezais de São Paulo e Estado do Rio.

E em 1896, ano em que se inicia a luta armada nos sertões da Bahia, o *Jornal do Comércio* do Rio traduzia a incerteza das classes dominantes diante do futuro e em face da própria realidade presente. Falava em "calamidade pública", não podendo ocultar que a situação se agravava constantemente. Escrevia: "E este País sem produção suficiente de gêneros de primeira necessidade para a alimentação pública, precisando importá-los do estrangeiro, com direitos quase proibitivos, é o mesmo que dizer fome! fome! E quando a fome for tocando a todos, tarde serão os clamores — teremos o horror e as tragédias de todas as espécies". Concluía patético: "É preciso que o governo se lembre de que a fome é cega e suas terríveis conseqüências poderão ir até o desconhecido".

Situação particularmente grave, atingindo o setor mais numeroso da população, as massas campesinas pobres eram ignoradas e silenciadas. O trabalhador do campo no Brasil fora sempre considerado pelos grandes fazendeiros e seus porta-vozes como simples escravo ou servo, geralmente equiparado aos animais de carga, como o fazia ainda em 1887 um agrônomo baiano defendendo tese em Salvador. Opinava ele que "a moléstia dos operários [trabalhadores rurais] e dos animais, etc., são obstáculo de pouca importância para uma propriedade bem dirigida"[3].

E não só as moléstias, também a fome e a penúria de tudo na vida do trabalhador do campo eram em geral consideradas coisa normal, tanto pelos grandes fazendeiros como por seus representantes no Governo, no Parlamento, na imprensa, nas escolas. Discutia-se tudo a respeito da terra: questões ligadas aos métodos de cultivo, se os melhores animais de tração eram os bois ou os cavalos, a conveniência da pequena ou da grande propriedade territorial, adubos. Só não se via

[3] Cristóvão Campos, *Capital rodante da propriedade agrícola*, tese à Imperial Escola de Agronomia da Bahia, 1887.

a mola mestra de toda a vida econômica do País então: o trabalhador rural, o camponês sem terra. Era como se se tratasse de um elemento tão "natural" como a própria terra, fazendo parte dela como o humo.

O que interessava era manter o latifúndio, os privilégios odiosos do latifundiário.

Já em 1861, no Congresso, José Bonifácio condenava acerbamente a pequena propriedade territorial e não ocultava os verdadeiros motivos por que o fazia. "A agricultura em nosso País — dizia — tem direito à sua atenção: não é com pequenos proprietários que Sua Excelência [o ministro da Agricultura] há de dar trabalhadores aos fazendeiros do Brasil. E uma das grandes garantias da ordem nesta terra é a propriedade territorial"[4].

A "agricultura", portanto, era o latifúndio, a exploração semifeudal, a opressão sem limites da massa campesina despossuída. "Propriedade territorial" era a grande propriedade, e esta só seria garantia da ordem enquanto significasse o monopólio da terra por uma minoria. A "ordem" era o predomínio absoluto dos latifundiários, cuja sobrevivência como classe estava condicionada à existência da grande massa dos sem-terra.

Causava horror às classes dominantes qualquer tentativa de quebrar o sagrado monopólio da terra. E mais ainda, é claro, qualquer movimento armado no campo, espinha dorsal da vida econômica do País. Admitir que se batiam os pobres do campo contra a opressão feudal, era admitir que tinham o direito de fazê-lo. Precisavam ocultar as verdadeiras causas das lutas que surgiam no campo, esconder seus reais objetivos. Procuraram sempre, através de toda a história do Brasil, desvirtuar essas lutas no nascedouro, apresentando-as como simples atos de banditismo. Esmagavam-nas de um golpe ou tratavam de desalojar os combatentes, dispersá-los, para deformar o sentido inicial da luta e o motivo determinante, e transformar os insurgentes em reles bandoleiros, condenando-os ao papel de salteadores, sem apoio firme entre as populações ru-

[4] *Discursos parlamentares*, Rio, 1880, pág. 99.

rais às quais estavam ligados mais diretamente e onde constituíam uma ameaça à grande propriedade territorial.

Mas, enfrentar um baluarte fixo em pleno sertão, cercado pela simpatia e o apoio ativo das populações rurais como foi Canudos, era uma situação nova para as classes dominantes.

Por isso, quando rebentou a luta armada dos habitantes de Canudos, fazendeiros, Governo, toda a imprensa das classes dominantes, republicana ou restauradora, mostraram-se mais que surpresos — alarmados.

Para tirar-lhe a importância social, caracterizaram-na desde logo como um surto de banditismo ou fanatismo religioso, e nada mais.

Para melhor combatê-la e obter neste combate o apoio do povo, faziam crer também que era um movimento anti-republicano pela restauração da monarquia. Porque monarquia significava escravidão, atraso, obscurecimento, o que devia ser degradamento para o povo, contra aspirações populares de liberdade e progresso.

Ante o fenômeno Canudos, os senhores das classes dominantes e seus porta-vozes recusavam-se a acreditar na realidade: milhares de párias do campo armados em defesa da própria sobrevivência, em luta, ainda que espontânea, não consciente, contra a monstruosa e secular opressão latifundiária e semifeudal, violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios secularmente estabelecidos desde os começos da colonização européia no Brasil — o monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a imensa maioria. Era este o mais nefando dos crimes contra a ordem dominante...

2

A República e os Impostos

Durante os vinte anos em que o Conselheiro perambulou pelos sertões do Nordeste, tornando-se famoso em publicações fora da área nordestina, na própria capital da República, enquanto um historiador da literatura brasileira, já em 1888, reproduzia trovas do cancioneiro popular de Sergipe dedicadas a Antônio Conselheiro[1] nunca se cogitou de sua filiação política. Só foram descobrir seu apaixonado monarquismo quando ele pegou em armas para defender-se contra as perseguições de que começava a ser objeto.

Seu anti-republicanismo foi amplamente explorado pelos círculos governantes e pela imprensa quando se tratou de explicar o que parecia injustificável: um levante de pobres do campo nos sertões do Nordeste.

[1] Sílvio Romero, *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, Rio, 1888.

Chegaram a pretender uma ligação, materialmente dificílima ou impossível à época, entre os chefes monarquistas do Rio e de Petrópolis e a população rebelada de Canudos. Difícil ou impossível por um motivo muito simples: o quase completo isolamento em que se encontravam as populações sertanejas em relação aos chefes políticos das metrópoles. Da própria Cidade de Salvador, Canudos distava mais do que a distância geográfica. Era a quase completa ausência de relações econômicas, de interesses materiais. Que dizer-se, então, em relação ao Rio de Janeiro, sede do governo central e a única cidade de onde poderia advir qualquer tentativa mais séria de restauração monárquica? Canudos era o fim do mundo para o político carioca da época, e o Rio não passava de uma miragem para o habitante dos sertões. Não teria para ele significação diferente da Europa ou da China. No mais, o contraste era entre duas civilizações, duas culturas, dois modos de vida, num deles predominando a burguesia urbana e no outro o latifúndio semifeudal. Nada identificava chefes políticos urbanos do fim do século passado com os míseros habitantes do interior, semi-servos que eles simplesmente desprezavam, que olhavam como remanescentes da escravidão ou aparentada a ela, descendentes de escravos, homens do cabo da enxada ou da vaqueirice, sem qualquer expressão política.

E no entanto falava-se e escrevia-se sobre supostas remessas de armas vindas da Argentina para Canudos! Quando tais armamentos dificilmente chegariam sequer a cidades como o Rio ou Salvador...

Mas a lógica dos fatos não importava, e mesmo alguns historiadores continuariam a insistir em supostas influências monarquistas para explicar a magnífica resistência dos habitantes de Canudos. Não se davam ao trabalho, ao menos, de acompanhar o curso cronológico do aparecimento do Conselheiro e seus adeptos, que não datava nem mesmo do ano de sua fixação naquele reduto entre serras do interior da Bahia. E esse curso é facilmente identificável, não em suposições ou na memória popular, mas em datas documentárias precisas, que estão registradas inclusive em papéis oficiais.

Assim, vinte anos antes de iniciar-se a Campanha de Canudos, em 1876, em plena monarquia, a 13 anos da Proclamação da República, o Conselheiro já era preso e mandado

de volta do Ceará, sua terra de origem, sob a imputação de crimes dos quais as autoridades de Fortaleza não encontraram provas. Posto em liberdade, o Conselheiro regressa à Bahia, onde já fizera seu ambiente e onde "já tinha grande renome"[2] .

Euclides da Cunha cita a tão conhecida *Folhinha Laemmert,* calendário anual popular, de 1877, em que se registra, referente, na pior das hipóteses, ao ano anterior, a seguinte informação: "Apareceu no sertão do Norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares"[3].

"De 1877 a 1887, erra por aqueles sertões, em todos os sentidos, chegando mesmo até o litoral, em Vila do Conde acompanhado da farândola de fiéis"[4].

Em 1882, sete anos portanto antes da queda da monarquia, já o denunciava o Arcebispo da Bahia, em circular dirigida a todos os párocos da Província, alertando-os para não permitirem as pregações do Conselheiro em sua freguesia e proibindo os católicos de ouvirem suas prédicas.

Ainda antes da República nada menos de três anos, em 1886, o chefe da polícia da Bahia recebe ofício do delegado de polícia da vila de Itapicuru de Cima sobre a constante presença do Conselheiro e seus adeptos em seu município e com esta advertência que revela já assumir então o seu grupo atitudes inquietantes para as autoridades: "... pelo modo porque estão os ânimos é mais que justo e fundado o receio de grandes desgraças"[5]. Acrescentava o delegado de Itapicuru: "... acompanham-no [ao Conselheiro] centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e seguem sua ordem de preferência às do vigário da paróquia", e que "havendo desinteligência entre o grupo do Conselheiro e o vigário de Inhambupe, está aquele município como se tivesse de ferir uma batalha campal..."[6].

2 *Os sertões,* pág. 164.
3 *Idem, ibidem.*
4 *Ibidem.*
5 *Idem,* pág. 175.
6 *Ibidem, ibidem.*

Vê-se, portanto, que os conselheiristas já estavam bem armados antes da queda da monarquia.

Contra o que se armavam em 1886?

A realidade que se pretendia negar era esta: os conselheiristas, desde que se sentiram perseguidos, tendo contra eles a animosidade dos clérigos e das autoridades civis, trataram de precaver-se. Afirmavam assim sua disposição de resistir a possíveis ataques. Manifestavam, conseqüentemente, um espírito de rebeldia muito antes da Proclamação da República. O choque se criara principalmente entre a Igreja Católica e os conselheiristas. Tanto assim que mais uma vez, em 1887, a Diocese da Bahia intervém, oficiando ao presidente da Província, a reclamar medidas que contivessem "o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel que, pregando doutrinas subversivas, fazia grande mal à religião e ao Estado"[7].

Sem perda de tempo, o presidente da Província dirige-se ao ministro do Império, pedindo um lugar para o Conselheiro no hospício dos alienados, no Rio. Não havia vagas...

Esta a cronologia precisa do Conselheiro nos anos que antecedem à Proclamação da República. Um longo período de 13 anos, sem se levar em conta que ele já era conhecido em outros lugares do Nordeste pelo menos desde 1874, quando apareceu em Pernambuco, vindo do Ceará.

Portanto, muito antes do advento da República o Conselheiro já pregava "doutrinas subversivas", na opinião da vigilante cúpula eclesiástica, e já existia de sua parte "receio de grandes desgraças", segundo as autoridades civis.

Em que consistia a subversão anunciada e o prenúncio de desgraças? Em primeiro lugar, porque o Conselheiro arrebatava multidões de adeptos para caminho diverso daquele indicado pelas classes dominantes, subtraindo-os, às centenas e centenas, à influência da ideologia religiosa por elas pregada e que era incutida através do catolicismo. Em segundo lugar, porque os conselheiristas começavam a armar-se "como se tivessem de ferir uma batalha campal".

O resto foi a evolução natural deste processo, que se iniciara, como vimos, muito antes da República.

7 *Idem*, pág. 176.

Tem-se dado também pouca atenção a um fato que se pode considerar uma nova fase neste processo, já depois da Proclamação da República. Em 1893, os municípios são autorizados pelo Governo central a efetuar a cobrança de impostos no interior. Para fazê-lo, à falta de imprensa e outros meios de difusão, à falta mesmo de um aparelho administrativo, afixavam as autoridades municipais às portas das Casas da Câmara uma tábua em que se pregava um edital de cobrança. Era uma novidade. E novidade que significava uma extorsão pelo menos mais aberta das populações pobres do interior.

Os conselheiristas se rebelam contra a cobrança de impostos. Segundo Euclides da Cunha, o primeiro incidente do gênero ocorre em Bom Conselho, num movimentado dia de feira, quando estava reunida ali não só a população da localidade mas de suas redondezas. O Conselheiro manda arrancar os editais de cobrança de impostos e com eles faz uma fogueira em praça pública.

Isto é o que constitui, segundo parece, o ponto de partida da inculpação ao Conselheiro de uma atitude anti-republicana. Não há dúvida que neste gesto o chefe sertanejo traduz a rebelião declarada, a insubmissão daqueles que nada possuíam e ainda eram chamados a pagar impostos. E não por acaso faz o Conselheiro do combate aos impostos uma senha de proselitismo. Conquistava assim as simpatias não somente dos pobres, mas também daqueles que, possuindo uma nesga de terra e alguma reses, mal assegurando com isto o sustento da família, não podiam, de forma alguma, satisfazer absurdas exigências fiscais — os pequenos proprietários.

Ao iniciar-se a Campanha de Canudos, a imprensa das classes dominantes destacava como um fato clamoroso esta expressão de rebeldia sertaneja, sendo obrigada a reconhecer que "a fama e o poder do Conselheiro incrementaram-se de modo extraordinário... Antônio e seus adeptos compareceram à feira realizada em Missão do Itapicuru... Começou açulando o povo a não pagar impostos..."[8].

[8] *O país*, Rio, fevereiro de 1897.

O chefe de polícia da Bahia, no seu relatório posterior à campanha, confirma a luta dos conselheiristas contra os impostos e acrescenta, exagerando talvez: "impediam a mão armada a cobrança de impostos"[9].

A verdade é que crescia a audácia dos insubmissos. Foi precisamente o incidente da queima dos editais das Câmaras que motivou a primeira tentativa de repressão armada contra os conselheiristas, em 1893. Um destacamento de 30 soldados da polícia militar é enviado contra eles, enfrentando-os na localidade de Massete, entre Tucano e Cumbe (atual Euclides da Cunha). A força policial é repelida e destroçada, pondo-se em fuga.

Leve-se em conta que duas centenas seriam então os seguidores permanentes do Conselheiro, aqueles que o acompanhavam nessa peregrinação sem fim pelos sertões. Não tinham ainda um pouso certo. Muitos milhares seriam os seus adeptos espalhados pelo interior nordestino. É naquele ano de 93, depois do choque de Massete, que o Conselheiro procura fortificar-se em Canudos, receando, com razão, uma investida mais violenta.

Com o estado de ânimo de revolta já reconhecidamente existente entre os conselheiristas, em plena monarquia, esse choque de forças ter-se-ia dado da mesma forma, caso tivesse surgido um motivo tão flagrantemente hostil aos interesses das camadas pobres do campo, como era essa ostensiva cobrança de impostos. E foi precisamente isto que fez com que se considerasse o Conselheiro um homem contra a República, porque contra uma lei da República...

Pode se argumentar que, posteriormente, se encontrariam evidências de que o Conselheiro aspirava à restauração da monarquia e considerava a República "a lei do cão".

É bem provável que assim fosse. Desde que as autoridades da República o perseguiam, não vendo ele motivos para tal, proclamava-se, como réplica, partidário daquela força que considerava a única oposta à República — a que a República derrubara. Se durante a monarquia perambulava pe-

9 Aristides Milton, *Memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico*, Rio, 1902.

los sertões em paz e não mandavam atacá-lo a mão armada... Se durante a monarquia não era tão evidente a espoliação dos pobres pelos cobradores de impostos... A República só podia ser confundida, em seu espírito primário, com a lei do Diabo... Contra ela, portanto, a sua religiosidade se levantava, de armas nas mãos, uma vez que com armas era agredido.

Iria esperar os antagonistas, que já o eram a partir de agora, em lugar mais seguro, por ele reconhecido nas longas caminhadas. Chamou os seus adeptos e rumou para Canudos, a velha fazenda em ruínas, que batizou de Belo Monte e cuja resistência impressionante abalaria o País inteiro.

3

Ebulição no Campo

Ao iniciar-se em 1896 a campanha contra Canudos, apareceram inúmeras "interpretações" da personalidade do mais conhecido chefe do movimento rebelde: Antônio Conselheiro. Apresentavam-no sucessivamente como um criminoso, um místico, um louco, um restaurador monárquico, ou tudo isto ao mesmo tempo. E tratavam de explicar sua enorme popularidade entre as massas pobres do campo por dois motivos principais: o atraso das populações rurais e os supostos milagres em que acreditariam os seguidores seus. As duas causas se completariam para transformar o Conselheiro num semideus, justificando o seu proselitismo.

Entretanto, não há um só testemunho de que o Conselheiro se arvorasse em fazedor de milagres. Vivia uma vida de asceta, é verdade, alimentando-se parcamente de produtos que lhe ofereciam, recusando qualquer excesso. Estava habituado a longos anos de privações sem conta, que decerto se havia imposto a si mesmo. "Vinha do tirocínio brutal da fome, da

seca, das fadigas, das angústias recalcadas e das misérias fundas"[1].

Procedia o Conselheiro de uma família de camponeses pobres que cuidava de uma pequena criação de gado nos sertões do Ceará. Seus ascendentes haviam sido vítimas de perseguição sangrenta que lhes movera uma família de latifundiários, sendo assassinado, entre outros parentes seus, nas sucessivas refregas, um de seus avós.

Quando o Conselheiro apareceu pela primeira vez no interior da Bahia, em 1876 — vinte anos antes de Canudos! — depois de ter percorrido outras Províncias cujas populações viviam na mais negra miséria, não era um simples "profeta" a apregoar o fim do mundo. Era um homem que trabalhava, tinha uma profissão definida, a de pedreiro, e construía igrejas, muros de cemitérios, erguia, com seus adeptos, barragens nas zonas assoladas pelas secas, o que fez em dezenas de lugares. Enquanto isso, sua popularidade crescia, chegando ao proselitismo. Não anunciava somente desgraças, mas também dias mais felizes para os que sofriam. Sua eloqüência primária atingia mais diretamente a alma cândida das populações sertanejas, e assim ele arrebatava a influência do clero católico e das próprias autoridades locais. Por isso mesmo, ia sendo alvo de perseguições e ameaças. Revidou a princípio com protestos formais e gestos simbólicos, invocando contra seus inimigos as potências celestes. Não custaria muito e seus adeptos estariam preparados para réplicas mais enérgicas e convincentes.

Os vinte anos em que percorreu os sertões coincidem com uma série de mudanças econômicas e sociais no País. É a época da ascensão da cultura cafeeira em São Pau'o, das grandes entradas de emigrantes europeus, braços livres que vinham contrastar flagrantemente com o regime escravista vigente por toda parte, a época da ruína das fazendas do Nordeste e da venda em massa de escravos nordestinos para o Sul.

Um testemunho valioso, precisamente sobre o interior baiano, são as informações de Teodoro Sampaio, ao percor-

1 *Os sertões.*

rer, em 1879, largos trechos da zona do São Francisco e da chapada Diamantina. Com raras exceções, a decadência das cidades e vilas, o atraso ou o aniquilamento da agricultura, a miséria das populações são a nota dominante. Em Penedo, por exemplo, depara-se com uma numerosa população de *retirantes* da seca. "A fome que os tinha depauperado e dizimado aos centos, cedera agora lugar à varíola que devorava famílias inteiras..."[2]. Adiante, é novamente o "afluxo de retirantes do alto sertão que a seca prolongada expelira dos seus lares"[3]. Em Carinhanha, "a lavoura deperecia a olhos vistos. O braço servil continuava a ser exportado em grande número para saldar os débitos que a produção insuficiente acumulava e agravava cada ano. A instituição servil, em 1879, tinha já entrado no seu período agudo nos sertões do norte do Brasil. O êxodo da escravaria para as fazendas de café no Sul fazia-se já em grandes levas, quer pelas estradas do interior através das províncias limítrofes, como pelos portos do litoral onde por longo período se mantinha um tráfico vergonhoso e ativo. Privados de recusos, os lavradores do sertão não tinham outro remédio senão venderem o escravo, deixando-se na desgraçada contingência de não contarem com o trabalho livre"[4].

E as fazendas caíam em ruínas.

Nesse ambiente, atuavam os grupos de cangaceiros, e chefetes políticos locais, um deles, Neco, mobilizava quatrocentos jagunços, em tropelias contra vilas e pequenas cidades, dominando-as com uma facilidade que horrorizou Teodoro Sampaio, levando-o a exclamar: "Quanta desgraça e quanta barbárie naqueles sertões, santo Deus!"[5]. E acrescenta: "Estávamos de fato num mundo estranho. Como estavas longe, oh civilização!"[6].

Nesse mesmo ambiente o Conselheiro encontrou o mate-

2 *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, Bahia, 1938, pág. 34.
3 *Idem*, pág. 43.
4 *Idem*, pág. 106.
5 *Idem*, pág. 122.
6 *Idem*, pág. 127.

rial humano com que iria por em rebuliço os sertões e estremecer o País. Para aqueles desesperados ele era a voz da esperança, acenando, na sua linguagem mística, inspirada nos evangelhos, um igualamento em que haveria "um só pastor e um só rebanho".

Perseguido, rumou para Canudos, onde anunciava o dia em que a abundância seria tamanha que as águas do Vasa-Barris se transformariam em leite e suas barrancas em pão de milho...

Era o sonho dos miseráveis e famintos.

A miséria e a fome davam ao chefe de jagunços Neco, que espantara Teodoro Sampaio, quatro centenas de homens para as suas tropelias, e a Antônio Conselheiro milhares de seguidores, aparentemente pacíficos, devotos, repetindo trechos deturpados da Bíblia, mas armando-se de cacetes, facas, facões, espingardas, que não seriam apenas para caçar passarinhos.

Canudos não era um fenômeno isolado. Numerosos núcleos de levantes de oprimidos do campo surgiram esparsos pelos sertões. Eram, na sua maioria, revoltas primárias contra a brutal exploração, as quais se traduziam em formas as mais diversas, algumas vezes com caráter externo religioso, mas que iam até a luta armada. O isolamento dos diversos núcleos insurgentes e, em conseqüência, sua fragilidade e vulnerabilidade, determinavam quase sempre sua dispersão e a formação de grupos volantes pelos sertões afora — os cangaceiros — com sua degenerescência, muitos à condição de simples capangas a serviço dos próprios latifundiários.

Numa mensagem do governador do Estado da Bahia ao Governo central, no ano de 1897, encontramos autorizado testemunho da agitação generalizada no campo.

"Foi desde logo patente — diz o governador, referindo-se ao início da luta armada em Canudos — minha intenção de não tolerar na permanência e incremento de tão perniciosos elementos, chamando-os à obediência às leis e às autoridades constituídas; fui porém desviado deste propósito para acudir à região da comarca de Lavras Diamantinas, cuja sede, a importante cidade de Lençóis, poucos dias antes de minha posse, um grupo de desordeiros e malfeitores tomaria de surpresa

[...], enquanto outro, de igual jaez, fazia o mesmo na florescente povoação de Barra dos Mendes, naquela região"[7].

E não se tratava de qualquer grupo isolado de "desordeiros". Prova-o o fato de o Governo da Bahia ter mandado uma força — numerosa para a época — de mil homens para as Lavras Diamantinas.

Além disso, os que dominavam uma cidade podiam mais facilmente ainda dominar uma fazenda. Era o que acontecia. Confirma-o Euclides da Cunha quando escreve:

"Em dilatado raio em torno de Canudos talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades"[8].

A propriedade territorial monopolista, sobre a qual assentava o poder das classes dominantes, sentia-se assim seriamente ameaçada. Um dos principais órgãos da imprensa da capital da República, não escondendo essa realidade, investia furiosamente contra os insurgentes de Canudos: "... E o testa-de-ferro asceta [Antônio Conselheiro] tem em torno de si criminosos de todos os Estados e malfeitores de toda ordem, e com eles arrebata fazendas, estabelecimentos rurais, grandes propriedades, abrigando nelas a sua gente depois de trucidar os donos e suas famílias"[9].

Era um brado de alarma. E os grandes fazendeiros viviam realmente alarmados. Telegramas da Bahia publicados no Rio de Janeiro de 1897 informavam:

"O Barão de Jeremoabo segue amanhã para Itapicuru, a fim de buscar a família e os objetos de valor intrínseco e estimativo que possui, visto recear, que suas fazendas sejam atacadas pela gente do Conselheiro"[10].

Outro despacho de Salvador transmitia informações prestadas por um "respeitável cavalheiro vindo das regiões de Canudos", o qual dizia se encontrarem entre os adeptos do Conselheiro "sertanejos fanáticos pelo interesse, que para ali se dirigiam acreditando na idéia do comunismo, tão apregoada pelo Conselheiro". E adiantava este dado significativo: "Sobe

7 *O país*, Rio, 30-1-1897.
8 *Os sertões*, pág. 194.
9 *O país*, Rio, janeiro de 1897.
10 *Idem*.

a sessenta o número de fazendas tomadas pelos conselheiristas em toda a circunscrição"[11].

Estava portanto em jogo — direta ou indiretamente — a milenar questão da terra, de sua posse por uma minoria, como arma de opressão, ou de sua posse pelos que nela mourejam, como arma de libertação.

No auge da Campanha de Canudos, este era o problema crucial, intimamente ligado à decisão militar da luta. Quando as tropas do governo sofriam derrotas sucessivas em frente dos sublevados, os grandes fazendeiros, não só das vizinhanças de Canudos, mas também de outras regiões, tremiam de medo ante a perspectiva de perda de seus domínios. Uma carta do interior da Bahia publicada pela imprensa em junho de 97 — depois de espetacularmente esmagada pelos camponeses a terceira expedição regular contra eles enviada — traduziu o pânico em que viviam os grandes fazendeiros, em palavras de desalentos: "Cada qual prepara suas fazendas para reagir contra os pequenos grupos de fanáticos; se porém estes forem grandes, ignoramos a sorte que nos aguarda"[12].

Realmente, a sorte dos fazendeiros das vizinhanças de Canudos que conseguiram sobreviver foi uma só — fuga. Não lhes restava outra alternativa como cúmplices dos atacantes. Porque eram eles, os grandes fazendeiros, que davam abrigo às tropas do governo na sua marcha sobre Canudos, forneciam-lhes animais de carga para seu abastecimento, gado e cereais para sua alimentação. Eram os principais interessados no assalto a Canudos, no esmagamento dos "revoltosos" que tão mau exemplo transmitiam aos demais explorados do campo.

Qual o motivo da deflagração das hostilidades, do assalto armado contra Canudos?

Não houve um motivo; houve um pretexto. Alegava-se que o Conselheiro havia comprado e pago uma certa quantidade de madeira, na cidade de Juazeiro, para construção em Canudos. Não recebendo a encomenda, propalou-se que se prontificava a cobrá-la a mão armada. O boato espalhou-se,

11 *Idem*, 30-1-1897.
12 *O país*, Rio, 6-6-1897.

ganhou foros de verdade, motivou pânico. As autoridades de Juazeiro apelaram para o Governo do Estado da Bahia. Este enviou a primeira força regular contra os camponeses, em novembro de 1896. Eram pouco mais de 100 homens, sob o comando do tenente Pires Ferreira. Os habitantes de Canudos não esperaram os atacantes em sua casa: foram-lhe ao encontro. Dispunham então de armas primitivas: espingardas de caçar passarinhos, facões de campo, cacetes, ferrões de vaqueiro. O choque deu-se na localidade de Uauá, onde dormiu a tropa certa noite. Foi surpreendida pelos conselheiristas. Embora as informações oficiais apresentassem esse primeiro choque como uma vitória da força governista, a verdade é que os vitoriosos fugiram, alegando a grande superioridade numérica do adversário.

O chefe da expedição revelaria mais tarde no seu relatório que os camponeses "seriam uns 500, mais ou menos... divididos em vários grupos, que procuravam envolver nossa força e apoderar-se do arraial"[13].

Já então os combatentes de Canudos usavam uma tática que tratariam de aplicar sempre que as condições o permitiam: o cerco do inimigo, visando seu completo aniquilamento.

No entanto, esse primeiro sucesso dos canudenses foi para eles também uma lição amarga. Segundo as informações conhecidas, suas baixas decuplicaram as da força atacante. Porque, além da grande diferença de armamentos, eles ainda investiam sem a necessária precaução, tornando-se alvos fáceis das armas de fogo, quando só podiam atingir o adversário a curta distância, com suas frágeis espingardas, armas brancas e cacetes.

Mas, aprenderam a lição. Daí por diante, a não ser em posições bastante sólidas — nos desfiladeiros das serras ou em trincheiras dentro de Canudos — sua tática preferida seria investir contra o inimigo em pequenos grupos, cujo número variava segundo as condições do terreno e a importância da missão a cumprir. E então realizavam o envolvimento do adversário, o ataque de flanco ou pela retaguarda, as embos-

13 Aristides Milton, ob. cit., pág. 36.

cadas no mato ralo — a caatinga — utilizando ao máximo o fator surpresa e tirando todas as vantagens oferecidas pelos acidentes do terreno. Porque no Nordeste do Brasil "as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também na luta. Armam-se para o combate; agridem. Traçam-se impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu"[14].

Canudos se encontrava num local privilegiado para o gênero de luta que travavam os camponeses. Eram mais de 5 mil casas espalhadas sem alinhamento sobre uma série de colinas de grande significado estratégico.

Todos os caminhos que levavam a Canudos passavam por íngremes desfiladeiros das serras que o circundavam: Canabrava, Cocorobó, Calumbi, Cambaio, Caipã. Os arredores semidesérticos. A estrada de ferro mais próxima corria a cerca de 200 quilômetros, em Queimadas. A distância entre Queimadas e Canudos, alongada ainda mais pela falta de cidades e mesmo vilas importantes num longo percurso, e pela aridez da região, tinha que ser vencida a pé ou em lombo de animal. Em conseqüência, as dificuldade de abastecimento das tropas do governo eram enormes.

E a esse longínquo rincão sertanejo tinham que se dirigir as tropas procedentes de todos os recantos do País, de um extremo a outro — do Amazonas ao Rio Grande do Sul. O ponto de concentração de soldados e materiais, a cidade do Salvador, capital da Bahia, distava quase 600 quilômetros pelos caminhos de então, do centro dos camponeses sublevados.

E enquanto o Governo preparava uma nova expedição armada, Canudos crescia. Componeses do interior da Bahia e dos Estados vizinhos abandonavam as fazendas dos latifundiários, onde viviam como semi-servos, ou liquidavam os parcos haveres de pequeno proprietário esmagado pelo latifúndio, e iam refugiar-se em Belo Monte, a cidade de palha e barro fundada pelo Conselheiro.

[14] *Os sertões*, pág. 239.

Segundo testemunhos fidedignos, os habitantes de Canudos, pelo menos durante a luta armada, praticavam uma espécie de comunismo primitivo: "... apropriação pessoal de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua cota-parte revertendo o resto para a companhia"[15].

Em Canudos os combatentes tinham as forjas onde fabricavam ou consertavam suas armas primitivas: foices, facões, o ferrão de vaqueiros, a "parnaíba". Eles próprios produziam a pólvora de que necessitavam.

Havia braços voluntários e abnegados para todos os afazeres. No auge da luta armada, enquanto os homens válidos combatiam, as mulheres cuidavam das culturas e do gado.

A ordem vigorante nessa cidade de palha e barro, que chegou a englobar de 25 a 30 mil pessoas, não deixa dúvida sobre a existência de uma administração em perfeito funcionamento, de acordo com o nível de desenvolvimento social da população, suas necessidades materiais e, particularmente, com as exigências de uma luta de vida ou morte que se travava.

"... Raríssimos eram os crimes e as disputas, que o Conselheiro castigava inexoravelmente com a expulsão de seus autores. As bebidas alcoólicas eram severamente proibidas..."[16].

Euclides da Cunha narra o episódio de um carregamento de aguardente trazido por tropeiros. O Conselheiro mandou arrebentar a machado os barris, castigar e expulsar os tropeiros. A interdição do álcool — observava o autor de *Os sertões* — visava menos debelar um vício do que prevenir desordens.

Os roubos e saques eram rigorosamente proibidos. E a obediência a este preceito ia ao extremo de não tocarem em absoluto nas cargas dos comboios inimigos que dispensavam e dizimavam. Carnes, farinha, cereais e até dinherio eram abandonados no local em que caíam. Certamente a própria economia seminatural de Canudos dispensava os suprimentos do

15 *Os sertões*, pág. 191.
16 Macedo Soares, *A guerra de Canudos*, Rio, 1903, pág. 36.

adversário. Uma coisa, porém, tinham permissão de carregar consigo: armas e munições arrebatadas não só aos soldados como aos tropeiros que matavam.

Assim, é bastante claro, a proibição rigorosa do roubo e do saque visava evitar que ele fosse praticado contra as populações vizinhas, cujo apoio era vital para os sertanejos em luta. Já nos espasmos da agonia, Canudos ainda dispunha de víveres e gado, que naturalmente procediam das localidades circunstantes.

Em menos de três anos Canudos se transformou numa verdadeira cidade, mais populosa do que muitas que tinham oficialmente essa categoria. As casas de seus habitantes eram inicialmente um simples cômodo de paredes de barro, coberto de palha, que servia ao mesmo tempo de sala, dormitório e cozinha. Durante os períodos de interregno da luta armada, entre uma expedição e outra, as habitações foram melhorando na sua construção, ergueram-se casas mais sólidas, de paredes de madeira guarnecidas de barro e cobertas de telha. A igreja "nova", levantada pelo Conselheiro, transformara-se numa verdadeira fortaleza, com seus muros externos de 80 centímetros de espessura e elevadas torres de granito. Nas vizinhanças da localidade verdejavam culturas de mandioca, milho, feijão, batata, pastavam rebanhos de vacas e principalmente cabras e carneiros. Estabelecera-se um comércio interno de gêneros essenciais. Transacionava-se normalmente com velhas localidades vizinhas, como Jeremoabo e Monte Santo.

A luta dos habitantes de Canudos, como todas as lutas populares, forjava seus chefes. Nos primeiros encontros com as forças governistas destacaram-se, desde cedo, os mais valentes e empreendedores, os mais audazes e imaginosos chefes de guerrilha — os comandantes.

Exercia cada um atribuições que se foram definindo no decorrer da própria campanha. Havia chefes de operações militares, os encarregados de recrutar e preparar novos combatentes, os responsáveis pela vigilância em torno de Canudos, os incumbidos da administração e do policiamento interno.

Todos os acessos a Canudos estavam fortemente guardados por grupos de guerrilheiros com seu respectivo chefe. As estradas de Cocorobó e Uauá, confiadas a piquetes vigilantes.

As vertentes de Canabrava entregues à guarda de um dos mais afamados adeptos de Conselheiro, Pedrão. Outro combatente de fibra, Estêvão, era o guarda da serra do Cambaio, em cujas gargantas seria destroçada e posta em fuga a 2.ª expedição de tropas governistas, comandada pelo major Febrônio de Brito, em janeiro de 1897. No Angico, por onde passava outra via de comunicação, encontrava-se um grupo de guerrilheiros chefiados por Joaquim Tranca-Pés.

Além destes chefes de grupos, eram conhecidos por todos, em Canudos como nas redondezas, os mais afamados adjuntos do Conselheiro. Havia um aliciador de combatentes — Antônio Fogueteiro. De vital importância para a defesa de Canudos era saber o que ocorria em suas vizinhanças, de forma que os sertanejos jamais fossem surpreendidos. Uma coluna volante de exploradores batia constantemente os arredores de Canudos. Seu organizador era Chico Ema. O policiamento interno da cidade, cada vez mais rigoroso, ficava a cargo de outro homem de imediata confiança de Conselheiro: Antônio Beato, uma espécie de chefe de polícia que tudo investigava, "observando, insinuando-se jeitosamente pelas casas, esquadrinhando todos os recantos do arraial"[17]. Euclides da Cunha atribui a Manuel Quadrado as funções de curandeiro dos habitantes de Canudos, que certamente possuíam não apenas um, mas vários curandeiros, sabendo-se do estado sanitário razoável que sempre existiu em Canudos mesmo sob o cerco completo do inimigo e canhoneios diários.

Diante de tão minuciosa distribuição de responsabilidade, é evidente que devia existir um comando militar centralizado. Do contrário, não seria possível uma tão perfeita coordenação e disposição de forças nos pontos decisivos e nos momentos decisivos da luta.

A quem estaria confiado esse comando-em-chefe das operações?

Em Canudos, os recém-chegados eram recebidos por João Abade, conhecido pela denominação de "comandante de rua". João Abade exercia "absoluto domínio, que estendia pela re-

17 *Os sertões*, pág. 202.
18 *Idem*, pág. 310.

dondeza, num raio de cinco léguas em volta, percorrida continuamente pelas rondas velozes dos piquetes. Obedeciam-no incondicionalmente"[18]. Ninguém entrava em Canudos sem conhecimento de Abade, mesmo nos períodos de calma que medeavam entre uma e outra expedição governista. O tenente Macedo Soares confirma Euclides da Cunha quando escreve que João Abade era "o general das coortes fanáticas"[19].

Mas a chefia das operações militares em campo, tudo indica, estava a cargo durante o período decisivo da luta, desse belo tipo de guerrilheiro que é Pajeú.

A figura de Pajeú se destaca desde os primeiros choques armados. É ele o homem que empreende a perseguição audaciosa à derrotada 2.ª expedição do major Febrônio de Brito. Batida às portas de Canudos, junto à serra do Cambaio mas sem conseguir atingir a cidadela sertaneja, a tropa de Febrônio, num total de 550 homens bem armados e municionados, se vê flanqueada pelos guerrilheiros de Pajeú. Investem contra ela não só com o objetivo de eliminar soldados, mas também arrebatar-lhe armas e munições, como de fato aconteceu. Em Bendengó de Baixo, seis léguas de Canudos, Pajeú ordena a investida final — é contra os canhões. O derrotado major seria obrigado mais tarde a dar seu testemunho de bravura e coragem desses homens, dizendo: "Nunca vimos, eu e meus camaradas, tanta ferocidade! Vinham morrer como panteras, dilacerando entranhas, agarrados às bocas das peças... Todos eles traziam armas de fogo, bons e afiados facões, cacetes pendentes dos pulsos"[20].

Quando mais tarde as tropas governistas da poderosa 3.ª expedição marchavam sobre Canudos, conta-se que Pajeú se comprometeu junto a seus companheiros a eliminar o tão afamado general-comandante Moreira César. Conta-se também que foi ele quem feriu de morte o chefe expedicionário.

Ao se aproximarem de Canudos as tropas da 4.ª expedição, em junho de 1897, mais uma vez Pajeú aparece em posição que confirma sua qualidade de comandante-de-campo.

19 Macedo Soares, ob. cit., pág. 38.
20 *O país*, Rio, 1-1-1897.

Euclides da Cunha focaliza-o na fazenda Rosário, ao sul de Canudos, chefiando um grupo de guerrilheiros que têm como objetivo claro atrair a força governista para um local onde a luta seria mais favorável aos camponeses. E assim descreve o ardil do valente guerrilheiro:

"O inimigo [os conselheiristas] aparece outra vez. Mas célere, fugitivo. Algum piquete que bombeava a tropa. Dirigia-o Pajeú. O guerrilheiro famoso visava, à primeira vista, um reconhecimento. Mas, de fato, como o denunciaram sucessos, trazia objetivo mais inteligente: renovam o delírio das descargas e um marche-marche doudo, que tanto haviam prejudicado a expedição anterior. Aferrou a tropa num tiroteio rápido, de flanco, fugitivo, acompanhando-a velozmente por dentro das caatingas. Desapareceu. Surgiu logo depois, adiante. Caiu num arremesso vivo e fugaz sobre a vanguarda, feita nesse dia pelo 9.° de infantaria. Passou, num relance, acompanhado de poucos atiradores, por diante, na estrada. Não foi possível distingui-los bem. Trocadas algumas balas, desapareceram".

Novo assalto ainda comandado por Pajeú ocorreu antes de Canudos. O autor de *Os Sertões* assim o descreve:

"Pajeú congregava os piquetes, que se sucediam daquele ponto até Canudos, e viera de soslaio sobre a força. Esta, sobre uma rampa escarpada, ficou em alvo ante os tiros por elevação dos sertanejos, imperfeitamente distinguidos na orla do matagal, embaixo... Duas horas depois, ao transpor o general o teso de uma colina, o ataque recrudesceu de súbito... O tiroteio frouxo que até então acompanhara os expedicionários, progredira num crescendo contínuo, à medida que se realizava a ascensão, transmudando-se, ao cabo, no alto, numa fuzilaria furiosa.

"E desencadeou-se uma refrega desigual e cruenta.

"Não se via o inimigo, encafuado em todos os socavos, metido dentro das trincheiras-abrigos, que minavam as encostas laterais, e encoberto nas primeiras sombras da noite que descia.

"A situação era desesperadora" [para as tropas governistas].

Euclides da Cunha assim arremata a descrição desse feito dos bravos de Pajeú:

"Triunfara-lhes o ardil. Os expedicionários, sob o estímulo da ânsia perseguidora contra o antagonista disperso na frente, em fuga, haviam imprudentemente enveredado, sem uma exploração preparatória, pela paragem desconhecida, acompanhando, sem o saberem, um guia ardiloso e terrível, com que não contavam — Pajeú.

"E todos tombaram nas tocaias com aquele aprumo de triunfadores. Mas, a breve trecho o perderam, num tumultuar de fileiras retorcidas, quando, em réplica ao bombardeio que tempesteava a um lado, correu vertiginoso, de extremo e de alto a baixo, nas encostas, incendiando-as, um relampaguear de descargas terríveis e fulminantes, rompendo de centenares de trincheiras, explodindo debaixo do chão, como fogaça... Era um fuzilamento em massa"[21].

Pajeú era o homem das grandes façanhas. Quando já se encontravam diante de Canudos, cercando-o totalmente, seis mil soldados que lutavam com uma vintena de canhões, ótimas metralhadoras, fuzis dos mais modernos, aos quais não escasseava munição, quando, enfim, já nada faltava às tropas governistas para empreender o esmagamento completo do reduto camponês, Pajeú realizou mais uma de suas audaciosas manobras. Antes, era ele o homem que chefiava guerrilheiros em difíceis posições nos arredores de Canudos, emboscando com sucesso as tropas e comboios inimigos que demandavam a cidadela sertaneja. Agora, Canudos sob cerco, ali se travava a ação decisiva, estava em jogo a sorte da luta. Era aquele o seu lugar.

Depois do fracasso da mais poderosa investida do adversário, em 18 de junho de 97, Pajeú percebeu num relance que era impossível cruzar os braços e esperar a iniciativa dos sitiantes, sobretudo quando estes não haviam conseguido o objetivo que se propunham: arrebatar a vitória final num assalto fulminante. Aguardar as ações do inimigo não era do feitio do bravo guerrilheiro. Em 24 de julho Pajeú empreende um assalto audaciosamente arquitetado contra o ponto mais frágil da linha adversária que se fechava sobre Canudos e ameaçava estrangular num círculo de fogo a resistência cam-

21 *Os sertões*, págs. 396-397.

ponesa. Depois de um cerrado canhoneio da artilharia governista, iniciava-se outra ação militar, mas esta de iniciativa dos camponeses. A linha das tropas expedicionárias era atacada de surpresa por numeroso contingente de combatentes de Canudos, ao mesmo tempo pelo flanco e pela retaguarda. O objetivo era colocar a tropa entre dois fogos. No flanco direito foram assaltados mais uma vez os canhões, contra os quais os habitantes de Canudos votavam ódio de morte.

O golpe dirigido por Pajeú era de tal magnitude que os três generais mandaram formar toda a tropa e se empenharam a fundo na defesa de suas posições. A situação, em determinado momento, tornou-se realmente perigosa para a 4.ª expedição, que só a custo conseguiu conter a investida fulminante do adversário.

Este ato de audácia de fins de julho custaria a vida do grande chefe camponês.

É diante da figura de Pajeú na luta ativa que se reduz às suas verdadeiras proporções aquele que fora inicialmente o chefe supremo dos insurretos — Antônio Conselheiro. Percebe-se que ele realmente congregou os camponeses pobres, em certo momento deu expressão ao seu descontentamento e à sua revolta. Mas, durante a luta armada foi completamente suplantado pe'os verdadeiros líderes da sublevação de pobres do campo: aqueles homens rudes que não se contentavam com promessas de salvação e felicidade do reino dos céus, e combatiam de armas nas mãos, com o máximo de firmeza e heroicidade, contra seus piores inimigos, os defensores dos grandes fazendeiros, os soldados do Governo e do latifúndio.

A segunda expedição regular contra Canudos foi enviada não já pelo Governo do Estado da Bahia, mas pelo Governo federal, um mês depois de derrotada a primeira, em dezembro de 1896. Compunha-se de 557 soldados e oficiais, dispondo de metralhadoras Nordenfeld e dois canhões Krupp. Comandava-o o major Febrônio de Brito. Sua sorte foi decidida rapidamente. Apenas conseguiu atravessar a serra do Cambaio, em cujas encostas os guerrilheiros sertanejos lhe infligiram sérias baixas. Logo adiante, no Tabuleirinho, seis quilômetros antes de Canudos, a expedição foi parcialmente envolvida e só com grande dificuldade conseguiu retroceder, assim mesmo em desordem, abandonando armas e munições em poder dos camponeses, que a perseguiam nos calcanhares.

Mas a grande e espetacular vitória dos combatentes de Canudos foi o desbaratamento da 3.ª expedição, comandada pelo coronel Moreira César. Constituiu-se de 1.300 homens, uma bateria de artilharia e um esquadrão de cavalaria. A tropa estava fartamente municionada com 16 milhões de tiros. Dispunha de fuzis Mannlicher e Comblain.

Nessa época, a tentativa de esmagar Canudos ainda era classificada de "ação de polícia". Mas a verdade é que os profundos sertões do Brasil jamais tinham visto semelhante aparato militar para uma simples "ação de polícia".

O homem escolhido para comandar a 3.ª expedição carregava fama de herói de várias lutas armadas, inclusive contra os "federalistas" do Rio Grande do Sul, por ele implacavelmente esmagados. A imprensa das classes dominantes criara em torno de seus feitos militares verdadeira legenda.

Tudo isto se esboroou da noite para o dia. O coronel Moreira César embarcou no Rio em 3 de fevereiro de 1897, rumo à Cidade do Salvador, e seguiu imediatamente para Canudos. Precisamente um mês depois, em 3 de março, tombava morto pelos guerrilheiros junto à cidadela sertaneja. Seu substituto imediato no comando da tropa, o coronel Tamarindo, teve a mesma sorte algumas horas mais tarde, bem como o comandante da artilharia, capitão Salomão da Rocha, cujos canhões foram arrebatados pelos camponeses e ele próprio retalhado a golpes de foice.

A 3.ª expedição contra Canudos seguia assim o destino das duas anteriores e da força de polícia que as precedera. Os soldados do coronel Moreira César recuavam espavoridos depois da morte de seus principais comandantes. E os camponeses ainda os perseguiam, tomando-lhes armas e munições, recolhendo os abundantes despojos abandonados na fuga pelos áridos caminhos do sertão.

E se vingaram terrivelmente dos assaltantes. Decapitaram oficiais e soldados mortos, queimaram-lhes os corpos, alinharam em seguida, à margem da estrada, as cabeças sangrentas.

Era a resposta às atrocidades inomináveis contra eles praticadas.

Era um aviso ao adversário para que não voltasse.

Era a convicção de que defendiam o que lhes pertencia, e que deviam fazê-lo a todo custo.

O aniquilamento completo de força militar tão numerosa para a época e para as circunstâncias, a perda de todas as armas e munições, agora em poder dos sublevados, criou uma situação de pânico entre as classes dominantes do Brasil inteiro. O ministro da Guerra comunicava solene à Nação:

"As nossas armas estão cobertas de crepe".

E *O País*, o principal órgão de imprensa do Rio de então, passava a noticiar diariamente os acontecimentos sangrentos dos sertões da Bahia sob um título geral bastante expressivo — "A Catástrofe".

O heroísmo individual de um Pajeú era a expressão do heroísmo coletivo dos combatentes de Canudos. Heroísmo que os levava a enfrentar impávidas forças muitos superiores, magnificamente armadas, e inclusive duas dezenas de canhões, que jamais tinham sido vistos em tão profundos sertões do Brasil.

Os generais do governo estavam certos, ao iniciar-se a luta, de que o simples ribombar da artilharia determinaria a fuga em massa dos insurgentes. Deu-se justamente o contrário. Diante da impossibilidade de enfrentar com vantagem os canhões, como podiam enfrentar a infantaria, arrebatando armas aos soldados, os canudenses, desde o início da luta, insistiram em destruir as peças. Não podendo fazê-lo com armas, procuravam consegui-lo em choques corpo-a-corpo.

A segunda expedição contra Canudos já levava dois canhões alemães — Krupp 7,5. Na travessia da serra do Cambaio, os guerrilheiros fizeram a primeira tentativa de acometida contra a artilharia. Seus atacantes foram fulminados. Outro arremesso ocorreu quando a tropa do governo se aproximava da cidadela sertaneja. Utilizamos mais uma vez a viva descrição de Euclides da Cunha.

"Tomara-lhe a frente um mameluco possante — rosto de bronze afeado pela pátina das sardas — de envergadura de gladiador sobressaindo no tumulto. Este campeador terrível ficou desconhecido à história. Perdeu-se-lhe o nome. Mas não a imprecação altiva que arrojou sobre a vozeria e sobre os estampidos, ao saltar sobre o canhão da direita, que abarcou nos braços musculosos, como se estrangulasse um monstro: 'Viram canalhas, o que é ter coragem?!'

"A guarnição da peça recuara espavorida, enquanto ela rodava, arrastada a braço, presada"[22].

Quando finalmente os assaltantes empreenderam a fuga, sem ter conseguido penetrar em Canudos, tentaram mais uma vez os guerrilheiros, então sob o comando de Pajeú, arrebatar as peças ao adversário desmoralizado.

Episódios semelhantes se reeditariam durante toda a campanha. Mas, o mais impressionante ocorre quando a numerosa e destroçada expedição do coronel Moreira César, a 3.ª expedição regular, inicia a retirada. Os soldados, em completa desordem, praticamente sem comando, abandonam armas e munições pelo caminho. Somente a artilharia, 4 canhões Krupp e sua guarnição — mantém um simulacro de formatura naquela debandada geral. Os guerrilheiros aglomeram-se em torno da bateria e sobre ela concentram o fogo. Contidos a princípio pela guarda dos canhões, investem uma e outra vez. Conseguem finalmente imobilizá-la numa curva do caminho estreito. Matam os animais de tração. O comandante da artilharia e seus acompanhantes são cercados e abatidos a foice. Os canhões, capturados e levados para Canudos. Sem meios de utilizá-los como armas de resistência, os camponeses dão-lhe uma serventia razoável — transformam-no em bigornas de suas oficinas de fabricação e conserto de armas.

De parte a parte, a luta era de extermínio. Desde o início da ofensiva contra Canudos, cada um dos contendores estava certo de que a vitória só seria conseguida com a destruição do adversário. O objetivo principal dos combatentes sertanejos era matar os soldados que iam atacá-los. Para isso, aguardavam as expedições e seus reforços a dezenas de quilômetros de Canudos e perseguiam o inimigo em fuga numa distância de até sete léguas da cidadela camponesa. Assim aconteceu com a expedição Moreira César, encalçada pelos camponeses, na sua fuga desabalada, até a localidade de Rosário.

"Atiradores exímios, os fanáticos [os sertanejos] só alvejavam com a certeza de ferir; sem abusar da munição, tiroteando com método e regularidade, pouco se lhes dava a chuva de balas que os soldados, sem disciplina de fogo, lhes

[22] *Os sertões*, pág. 276.

enviava" — testemunha um tenente da artilharia da 4.ª e última expedição[23].

Antes de entrar em Canudos a força expedicionária comandada pelo general Savaget (a 2.ª coluna da 4.ª expedição governista) sofreu baixas pavorosas. Somente entre a serra de Cocorobó e Canudos, numa distância de aproximadamente duas léguas, suas perdas subiram a 330 homens, num total de 2.350 soldados e oficiais. A oficialidade pagou nessa travessia um pesado tributo, com sete mortos e oito feridos.

Ao mesmo tempo, a coluna do general Silva Barbosa, que fazia trajeto diferente, era enfrentada com igual resolução pelos grupos de guerrilheiros. Estes, ocultos nas matas, deram-lhe combate desde o Angico, a duas léguas de Canudos. Ao chegar ao Alto da Favela, à vista de Canudos, a situação geral da tropa do general Artur Oscar era extremamente grave. Além de tudo, estava praticamente cercada, comunicações cortadas, e só a inferioridade numérica e em armas dos camponeses pouparam-na de completo aniquilamento.

Para ter-se uma idéia de como os sertanejos haviam arremetido sobre a tropa com a finalidade de eliminar o maior número possível de combatentes, basta dizer que, ao chegar à Favela, a 4.ª expedição tinha sido obrigada a empenhar-se em sete combates, sofrendo 1 200 baixas num total de 4 300 homens!.

Perdas igualmente alarmantes verificar-se-iam no assalto de 18 de julho, que o comando da 4.ª expedição considerava decisivo para esmagar de vez o reduto rebelde. Mas o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. O choque dramático desse dia, considerado, depois em ordem do dia, como uma vitória do governo, fora pelo menos "uma vitória desastrosa", como a qualificou Euclides da Cunha. Dos 3 500 soldados e oficiais lançados ao ataque, mais de mil foram postos fora de combate. O número de oficiais mortos e feridos deixava muitas unidades praticamente sem comando.

Os defensores de Canudos provariam nesse dia, se ainda pudesse haver alguma dúvida, que eram tão bons combatentes na guerra de trincheiras como nas ações de guerrilhas dentro

23 Macedo Soares, ob. cit., pág. 101.

da mataria. Enfrentaram os assaltantes com uma fuzilaria cerrada, "disparando tiros aproveitados numa verdadeira caçada de homens, na qual mostravam-se insígnes"[24].

O resultado foi que batalhões de mais de 400 soldados e oficiais ficaram nesse dia reduzidos a 300, 250 e até à metade. Só um dos batalhões teve seis oficiais mortos e quatro feridos. A ala da cavalaria foi dizimada. Nesse dia, ficaram fora de combate ao todo 67 oficiais, sendo 27 mortos.

Se assim acontecia em choque em que se empenhava o grosso da tropa, não era diversa a situação nas escaramuças e emboscadas armadas pelos guerrilheiros, nas quais eram estes que escolhiam as melhores posições, cabendo-lhes a iniciativa e, portanto, levando a melhor.

Vale destacar que os sublevados jamais fizeram prisioneiros. Era um luxo que lhes poderia custar muito caro. Não tinham possibilidades de mantê-los, nem mesmo de encarcerá-los com segurança em suas toscas choupanas de palha e barro. E, além disso, enfrentavam um inimigo que lhes cultivava ódio de morte, que arrasava suas casas, matava seu gado, roubava suas plantações, assassinava friamente suas mulheres e filhos.

Não era de estranhar que, em tais circunstâncias, todas as pessoas válidas dentro de Canudos, sobretudo na fase final da luta, fossem combatentes ativos, pegassem em armas ou auxiliassem diretamente os que o faziam. Era natural também que os combatentes tivessem primazia na distribuição da ração alimentar e da água escassa, como aconteceu nos últimos dias da resistência final.

As mulheres de Canudos, principalmente, deixaram exemplos notáveis de bravura e firmeza inabalável diante do inimigo. A maior parte preferiu morrer a deixar-se aprisionar. E, mesmo quando prisioneiras, na miséria mais extrema, demonstravam tanta resolução e bravura, tanta confiança em seus companheiros que, em geral, eram degoladas pelos assaltantes de Canudos.

O exemplo dos maiores proliferava entre adolescentes. Foi um jovem de 19 anos o autor de um assalto à "mata-

[24] Macedo Soares, ob. cit., pág. 201.

deira", o canhão Withworth-32, que terríveis estragos fazia nos casebres de Canudos.

Outro jovem, acompanhante das emboscadas de Pajeú, aprisionado depois de ferido, quando a 4.ª expedição marchava sobre o arraial sertanejo, quando, portanto, todas as informações seriam da maior importância para o comando da tropa governista, nada revelou num cerrado interrogatório a que o submeteram.

Havia entre os insurgentes a resolução inabalável de resistirem até o último homem. "E todos entre eles que podiam empunhar uma arma combatiam. Até os meninos auxiliavam-nos..."[25]. "Também mulheres e meninos, vendo seus companheiros ou pais caindo, tomavam das armas e cegamente investiam sobre os pelotões. As mulheres uivavam de cólera, animando os maridos e irmãos, limpando as armas e preparando-lhes a parca refeição"[26].

A vida dura de antes e as barbaridades contra eles perpetradas agora tinham forjado, em homens, mulheres e crianças, uma têmpera de aço.

Entre a derrota da 3.ª e a chegada da 4.ª expedição a Canudos decorreram quase quatro meses. Esse espaço de tempo não foi perdido pelos sublevados. Foram meses de intensos preparativos para a resistência à nova investida das tropas do governo, sobre a qual não alimentavam nenhuma dúvida.

Dotados de novas e ótimas armas arrebatadas à 3.ª expedição, fartamente municionados, os sertanejos se aprestavam para enfrentar o que previam deveria ser um assalto ainda mais furioso a seu reduto. Era de esperar que assim acontecesse. Primeiro, haviam derrotado uma força policial de 30 homens. Em seguida, sucessivamente, forças regulares de uma centena, 550, 1 500 homens. Depois de simples carabinas, haviam conhecido o fogo de fuzis modernos, metralhadoras, canhões. Tinham destroçados tropas comandadas a princípio por um tenente, depois por um major, a seguir por um coronel afamado.

25 Macedo Soares, ob. cit., pág. 353.
26 *Idem, ibidem.*

Era de esperar que tivessem de enfrentar agora generais.

Realizavam, por isso, exercícios diários de tiro, a fim de que todos os homens válidos pudessem manejar com perícia as novas armas: as Mannlicher e as Comblain, arrebatadas ao adversário.

Essa preparação intensa se justificava também por indícios cada vez mais evidentes de que uma nova fase da luta se aproximava. Depois da fuga da 3.ª expedição destroçada, exploradores argutos dos sertanejos tinham sido enviados a todos os pontos da periferia de Canudos onde pudessem obter informações sobre o movimento das tropas inimigas.

Pajeú foi destacado para Monte Santo, embora já não devesse permanecer por ser muito conhecido. Em Monte Santo deixou e'e um homem de sua confiança, Tiago, que se transformaria em vendedor ambulante e, como tal, conseguiria introduzir-se no acampamento das tropas expedicionárias, e enviar a Canudos informações preciosas sobre seus efetivos, armamentos, movimentação. Macambira seguiu para Jeremoabo. Nicolau Mangaba, para a serra do Cambaio. André Jibóia para Patumaté.

Estavam, assim, vigiados por guerrilheiros experimentados todos os acessos de Canudos.

De Monte Santo, Pajeú regressava com a notícia de que o governo organizava uma nova e mais numerosa força expedicionária, comandada por um general que diziam temível.

Estava realmente sendo mobilizada em todo o País a 4.ª expedição contra Canudos. À Bahia chegavam tropas de quase todos os Estados do Brasil, de um extremo a outro, tanto unidades do Exército como da polícia, infantaria, cavalaria, artilharia. Navios de guerra fundearam em Salvador.

Era o País em armas!

As primeiras unidades que formaram a 4.ª expedição totalizaram mais de 4 mil homens, divididos em duas colunas que seguiram por caminhos diferentes. Uma sob o comando do general Carlos do Amaral Savaget e a outra do general João da Silva Barbosa. Era comandante-geral da expedição o general Artur Oscar.

No decorrer da luta demandariam o interior da Bahia reforços superiores a mais de 4 mil homens.

O próprio ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, seguiria para os sertões baianos, considerando entretanto mais prudente ficar na base de operações, Monte Santo, a 15 léguas do teatro da luta.

O País inteiro vivia em função dos acontecimentos de Canudos.

Surpreender o inimigo, não se deixar surpreender — era a base de toda a tática dos combatentes de Canudos. Precisamente nisso estava a grande vantagem dos camponeses em revolta ante a superioridade do adversário em homens e material.

A surpresa nas emboscadas, a surpresa na utilização perfeita do armamento arrebatado às forças atacantes, a surpresa na resistência que só cessaria com a morte do último combatente de Canudos — tudo isso deprimia o moral das tropas governistas, esgotava-as dia a dia, deixava os próprios generais sem perspectivas, ainda quando as forças atacantes superavam de muito os defensores da cidadela sertaneja.

É o que revela a ordem do dia do comandante-chefe da 4.ª expedição, general Arthur Oscar, ao marchar sobre Canudos, quando procurou criar entre seus soldados o espírito adequado às surpresas sem sobressaltos, advertindo-lhes:

"Não vos oculto: daqui a onze léguas começaremos a ser hostilizados pelo inimigo, que nos atacará pela frente, retaguarda e flancos, no meio destas matas infelizes, onde as simples veredas não dão lugar à colocação de franqueadores. Caminhos obstruídos, trincheiras, surpresas de toda espécie e tudo quanto a guerra tem de mais odioso será posto em prática para fazer-nos recuar..."[27].

Mas a advertência do general, a lamentação contra a existência de matas que protegiam os sertanejos em nada modificavam a situação de fato. As surpresas continuariam a fazer os expedicionários a pagar bem caro sua marcha sobre Canudos.

Realmente, logo aos primeiros passos em direção ao baluarte sertanejo, as tropas da 4.ª expedição encontraram pela

27 *O país*, Rio, 30-6-1887.

frente tocaias, ardis de toda sorte, assaltos inesperados, uma dezena de léguas antes do objetivo final.

As "matas infelizes" não ocultavam os conselheiristas apenas quando estes se encontravam no solo; escondiam-nos também na copa das árvores mais altas, em cujos ramos construíam jiraus que comportavam um ou dois atiradores exímios. E os guerrilheiros rústicos utilizavam com notável senso tático todos os acidentes do terreno e particularmente as serras na passagem das estradas ou das veredas por onde transitariam obrigatoriamente as tropas governistas.

Particular atenção mereciam as gargantas das serras que circundavam Canudos. As posições de Canudos só seriam perdidas pelos conselheiristas em setembro de 97, poucos dias antes de terminar a luta dentro de Canudos. Mesmo depois de terem sofrido tremendas perdas com o assalto inimigo de 18 de julho, ainda em agosto mantinham inexpugnáveis os desfiladeiros de Cocorobó, por onde passavam reforços e comboios de abastecimento das tropas do governo procedente da base de operações de Monte Santo.

Estas e outras posições estratégicas em torno de Canudos, distantes duas a sete léguas, tiveram permanentemente seus piquetes vigilantes de mais ou menos 20 homens e, às vezes, fortes grupos de combate dos conselheiristas. Em geral as posições escolhidas por estes não o seriam melhor por experimentados generais.

Num desses pontos, em 25 de junho de 97, não mais de 300 camponeses detiveram durante horas a marcha de toda a 2.ª coluna da 4.ª expedição, sob o comando do general Savaget. Eram 2 350 homens e uma bateria de 17 canhões Krupp. Pois levaram cinco horas para conseguir passar os flancos da serra, só o fazendo à custa de perdas catastróficas: 178 baixas, saindo ferido o general-comandante. Este afirmaria depois não poder admitir "que duas ou três centenas de bandidos sustivessem a marcha da 2.ª coluna por tanto tempo"[28]. O fato é que o fizeram.

Foi o primeiro combate sério travado entre os sertanejos e os atacantes desde a fuga da 3.ª expedição, em março. Os

[28] *Os sertões*, pág. 441.

três meses e meio decorridos haviam servido para concentrar as energias dos combatentes de Canudos. Suas fileiras tinham-se reforçado com a adesão de novos lutadores. E sobretudo animavam-nos as vitórias sucessivas sobre as tropas governistas. Depois do desbaratamento da 3.ª expedição, o próprio presidente da República, em mensagem ao Congresso, era obrigado a reconhecer — "O desastre aumentou a força moral dos revoltosos e os recursos naturais para a luta".

Depois do embate de Cocorobó, o general Savaget informaria em ordem do dia que a 2.ª coluna havia suportado uma fuzilaria cerrada e ininterrupta, como se ali estivesse uma divisão inteira"[29].

Essa constatação era a melhor homenagem que se poderia prestar aos valorosos combatentes de Canudos.

Com a chegada da artilharia, foi dada ordem de bombardear a montanha. Era um bombardeio cego, contra pedras, e que se revelou inútil. O fogo dos guerrilheiros imperceptíveis aumentou de intensidade. O comando da tropa decidiu então desfechar uma carga de baionetas. Era expor ao sacrifício mais soldados, porém com algumas possibilidades de desalojar os guerrilheiros das magníficas posições que ocupavam. Mil e setecentos lanceiros foram arrojados contra a serra. Os camponeses não fugiram à carga de baionetas: enfrentaram-na, procurando melhores posições e, numa situação que finalmente se tornava crítica, buscaram o grande e insuperável aliado — a mata.

De qualquer forma, uma vez mais as baionetas se revelaram a arma eficaz contra os defensores de posições nas vertentes da serra.

Mas os sertanejos não deixaram que a perda de posições privilegiadas significasse uma trégua para o adversário. Mesmo depois de expulsos da garganta do Cocorobó, prosseguiram fustigando a tropa até Canudos.

Esse combate, o primeiro travado pela 4.ª expedição, foi um revés para as tropas governistas. Quebrara-lhes o ânimo, com a demonstração retumbante de que enfrentavam um ad-

[29] *Idem*, pág. 414.

versário que sabia lutar e não temia a superioridade do atacante; punha em contraste com a tática inadequada das forças governistas a tática superior dos guerrilheiros, perfeitamente adaptada ao meio em que se travava a luta; obrigava as tropas expedicionárias a um desgaste de homens e munições que mais tarde se revelaria fatal por um longo período, quando toda a 4.ª expedição ficou submetida a cerco à vista de Canudos, no Alto da Favela, quase completamente desprovida de víveres, enfrentando provações de toda sorte, inclusive a fome.

O combate de Cocorobó mostrou também que os defensores de Canudos tinham determinados objetivos militares ao guardarem as passagens das serras:

1 — retardar ao máximo a marcha da expedição sobre Canudos;

2 — oferecer o primeiro combate ao inimigo em terreno que lhe era o mais adverso;

3 — fazer com que a força expedicionária gastasse a maior quantidade possível de munição antes de atingir Canudos;

4 — eventualmente derrotar a expedição, fazendo-a retroceder (como aconteceu com a 2.ª e a 3.ª expedições);

5 — impedir ou dificultar a chegada de víveres e reforços para as tropas que conseguissem atingir Canudos (4.ª expedição).

Os homens de Canudos tinham conseguido aperfeiçoar de maneira notável suas táticas de luta, seus métodos de dissimulação, seus ardis, aparecendo num relampejar, desferindo golpes fulminantes no inimigo e novamente desaparecendo céleres.

A fugacidade dos guerrilheiros, por si só, constituía uma terrível guerra de nervos contra os assaltantes. Corriam lendas segundo as quais os defensores de Canudos eram transformados em duendes: apareciam como vultos impalpáveis que ressuscitavam para os soldados de uma nova expedição depois de terem sido dados como mortos pelos da expedição anterior.

Não era para menos. Um mês depois de ter chegado a Canudos, o comandante da 4.ª expedição, general Arthur Oscar, lamentava não ter conseguido "ver um jagunço vivo". E em telegrama dirigido ao ministro da Guerra, "apelava para os oficiais que tinham servido no Paraguai, em Niterói, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, a fim de que dissessem se jamais tinha visto uma guerra como aquela..."[30].

A queixa do comandante-chefe mostra que os guerrilheiros não se deixavam aprisionar, não abandonavam seus feridos no campo da luta, como aconteceu no combate de Cocorobó, onde não restou um só ferido, embora houvesse entre os camponeses 60 mortos.

Ninguém se entregava ao inimigo nem os feridos deviam cair prisioneiros, era uma lei de guerra dos combatentes de Canudos.

Os expedicionários não conseguiam dar um passo nas vizinhanças de Canudos sem ser observados em todos os movimentos pelos campesinos em revolta. Para melhor trazê-los sob controle, os defensores de Canudos comunicavam-se à noite de um extremo a outro do acampamento por meio de sinais luminosos, ou de sons.

Enquanto isso, as armadilhas se multiplicavam, ao longo das estradas, aproveitando a ondulação do terreno, as margens do rio Vasa-Barris, as capoeiras, as passagens das serras.

Nos pastos que marginavam o caminho natural das tropas governistas com a base de Monte Santo, os sertanejos, durante muito tempo, observaram o trânsito das tropas através da carcaça de uma vaca, na qual se ocultava um combatente. Julgando tratar-se realmente de uma rês no pasto, os soldados passavam despercebidos, enquanto seguiam informações para o grupo de guerrilha mais próximo ou para Canudos, empreendendo-se então emboscadas contra a força governista. "As conseqüências dessa espionagem foram nefastas às tropas em marcha, que eram assaltadas de chofre em diversos pontos pelo mesmo magote de conselheiristas"[31].

30 Aristides Milton, ob. cit., pág. 110.
31 Manuel Benício, *O rei dos jagunços,* Rio, 1899, pág. 322.

A imaginação do habitante do campo é fértil. As ciladas contra o agressor deviam renovar-se sempre durante a campanha. Eram a grande arma dos guerrilheiros. Procuravam utilizar todos os meios para retirar ao inimigo sua principal superioridade — a potência de fogo. Não bastava impedir que chegassem os comboios de munições, ou causar-lhes danos. À noite, meia dúzia de canudenses se aproximavam das linhas inimigas disparando suas armas. Era o suficiente para todo o acampamento desmandar-se em tiros contra as trevas, contra o vácuo...

Dentro em pouco as munições da força governista escasseavam de maneira alarmante. E os víveres, já racionados durante os últimos dias da marcha sobre Canudos, chegaram a faltar quase completamente. Somente os feridos (em número superior a 1 200 nos primeiros dias de contato da 4.ª expedição com os homens de Canudos) conseguiram alguma alimentação. Soldados famintos buscavam então romper o cerco estabelecido sobre a tropa governista para procurar alimentos. O comandante-chefe proibia estas fugas. Mas havia um imperativo superior — a fome.

Os soldados passaram a abater vacas e cabras dos camponeses de Canudos, procuravam raízes e espigas de milho nas roças circunvizinhas.

Imediatamente os locais onde podiam ser encontrados alimentos se transformaram em matadouros de soldados. Os camponeses tratavam de aproveitar o estado de fome em que se encontravam os adversários para atraí-los a emboscadas mortais. Reuniam num lugar adequado algumas reses, que os soldados famintos procuravam tanger para o acampamento. E quando os soldados campeavam os animais para o Alto da Favela, pagavam quase sempre com a vida a tentativa de escapar à fome inexorável.

O mesmo passou a ocorrer com a falta de água determinada pelo cerco. O terreno árido não oferecia facilidade para escavações profundas. Era necessário procurar as margens do Vasa-Barris, onde havia fontes conhecidas. Em suas proximidades os sertanejos passaram a armar tocaias. E as águas barrentas dentro em pouco estavam poluídas de cadáveres.

Por tais exemplos se vê que outra lei de guerra dos habi-

tantes de Canudos era esta — não poupar meios para exterminar o inimigo.

E assim conseguiram prolongar a luta até o limite extremo da desistência, até a morte do último defensor de Canudos. Ainda na investida final sobre Canudos, quando cargas e cargas de dinamite eram arrojadas sobre as choupanas de palha e barro, quando o fogo lavrava devorando as últimas choças dos camponeses, estes ainda se empenhavam na luta heróica, de casa em casa. Os casebres restantes haviam sido transformados em trincheiras. O chão tinha sido escavado para melhor abrigar seus defensores. Estes se comunicavam uns com os outros por meio de passagens subterrâneas, de forma que a captura de uma casa não significava a morte do defensor daquela posição: ele conseguia escapulir para a casa contígua, e continuava combatendo.

Os últimos momentos de Canudos foram coroados por um dos mais notáveis ardis que a imaginação fértil dos sertanejos pusera em prática contra o inimigo. Apresentou-se ao comando das tropas governistas um emissário de Canudos. Antônio Beato, ou Beatinho. A força expedicionária acreditou ter chegado a hora da rendição completa dos derradeiros defensores de Belo Monte. Depois de uma breve palestra com o general Artur Oscar, Beatinho voltou ao arraial. Pouco mais tarde trazia consigo umas trezentas pessoas. Eram mulheres, crianças e velhos inválidos.

Entretanto, a luta prosseguiu. Os insurgentes desejavam apenas ver-se livres de um peso-morto. As palavras de Euclides da Cunha dão relevo ao quadro:

"Ao cair da tarde estavam desafogados os jagunços.

"Deixaram que se esgotasse a trégua. E quando lhe anunciou o termo uma intimativa severa de dois tiros de pólvora seca seguido de outro de bala rasa, estenderam sobre os sitiantes uma descarga divergente e firme.

"E lutavam com relativa vantagem ainda.

"Pelo menos fizeram parar os adversários...

"Canudos não se rendeu..., resistiu até o esmagamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas:

um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados"[32].

Era 5 de outubro de 1897. A luta armada sustentada pelos bravos habitantes de Canudos durara quase um ano.

A ordem do dia do comando da 4.ª expedição dando a guerra por concluída, falando em nome dos senhores latifundiários e do seu governo, era obrigada a reconhecer o heroísmo dos sertanejos, ao afirmar: "É para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis".

As "causas abomináveis", naturalmente, eram o rompimento com a ordem semifeudal, com a brutal exploração do latifúndio e a defesa da própria vida.

Falava-se na integridade, na honra, na dignidade nacional, em defesa da República. E sob a máscara desta fraseologia executou-se o nefando crime contra Canudos, cujos assaltantes chegaram a requintes de selvageria. A degola dos combatentes rurais foi um dos atos mais repugnantes que se conhece na história das guerras. Não encontra paralelo em outra luta civil no Brasil, assemelhando-se apenas ao infame ato do mercenário Grenfell. Jamais pouparam a vida de um prisioneiro, fosse homem, mulher ou criança. Não importava que se submetessem ou não aos interrogatórios, atendessem ou não à intimativa estúpida de dar vivas à República. Todos, indistintamente, tiveram o mesmo fim brutal: amarrados, sangrados e degolados. Seus corpos eram queimados em seguida, amontoados em grandes fogueiras.

A princípio, ante raros protestos que surgiram, tímidos, ocultavam o crime. Levavam os prisioneiros a um lugar afastado do acampamento para o sacrifício final. Mais tarde, a degola foi feita às claras. No fim da luta, criado o hábito, formavam-se grupos de condenados diários ao assassínio frio. A degola não pouparia sequer os cadáveres em decomposição, e foi atingir o do próprio Conselheiro, retirado da cova já em estado de putrefação.

Canudos era um exemplo perigoso de que não deveria ficar memória. Exterminados seus habitantes, até o último, deveria ser reduzido a cinzas. Os derradeiros dias de perma-

[32] *Os sertões*, pág. 611.

nência das tropas no longínquo sertão baiano foram dedicados à destruição implacável de casa por casa, desde os alicerces das duas igrejas, já transformadas em escombros pelo canhoneio incessante de meses a fio, até o hospital de sangue dos camponeses. Tudo o que havia resistido ao canhoneio seria arrasado com dinamite e devorado pelo fogo ateado aos casebres devidamente regados de querosene. A ordem terminante do comando das tropas do Governo foi esta: "não deixar nem um pau" que indicasse ter havido ali uma concentração de camponeses em revolta contra a opressão e a miséria. Nada que lembrasse uma insurreição de pobres do campo. O castigo deveria ser exemplar para que não se reeditasse rebelião semelhante contra os grandes fazendeiros, ameaçando o monopólio da terra e a ordem constituída sobre ele.

As classes dominantes ficariam insensíveis aos protestos que se levantariam. Durante a luta, os alunos da Escola Militar do Rio recusavam-se a entregar as munições requisitadas pelo Ministério da Guerra para a 4.ª expedição contra Canudos. Dois navios de guerra e numerosa tropa são mandados contra os jovens sublevados. A mocidade da Faculdade de Direito da Bahia lançaria um Manifesto contra as comemorações oficiais da vitória, contra o "cruel massacre", exigindo que "uma geral reprovação caia como um raio sobre aquele morticínio". No Senado, Rui Barbosa pronunciava palavras de fogo, condenando o Governo pelos atos de vandalismo em Canudos. E Euclides da Cunha faria ouvir sua voz potente perante a história, enaltecendo o heroísmo dos sertanejos, verberando o crime hediondo contra Canudos.

Tais são os fatos, geralmente dissimulados por interesse de classe, mostrando que Canudos foi, sob a capa de misticismo religioso em torno do Conselheiro, fundamentalmente uma luta de classes — uma luta aguerrida contra o latifúndio, contra a miséria e a exploração terríveis que o monopólio da terra engendra e mantém secularmente no Brasil.

As condições específicas da região agreste onde se desenrolaram estes acontecimentos, sobretudo sua localização numa zona das mais pobres da Bahia e nas vizinhanças de outros cinco Estados que concentram a população mais pobre do Brasil — Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará e Piauí — possibilitaram o desenvolvimento de uma das lutas mais he-

róicas do campesinato brasileiro, na qual a bravura, a inteligência e a vivacidade do sertanejo brotam a cada lance da resistência indomável diante de forças militares organizadas, poderosamente armadas e numericamente muitas vezes superiores.

Cinco ou seis mil famílias, deslocadas da terra por fatores diversos, mas fundamentalmente pela opressão dos grandes fazendeiros semifeudais, procuravam viver, e para isso lutavam de armas nas mãos. Lutavam contra uma ordem de coisas injusta, brutalmente opressiva, que esmagava qualquer anseio de vida, para não falar em liberdade. E nas condições da época, isoladas, sem rumos definidos, dentro de sua compreensão rudimentar, quebravam a seu modo a servidão da gleba, emigravam e, concentradas numa posição privilegiada, longe dos principais centros de repressão governamental, ocupavam terras, invadiam fazendas, arrebatavam cidades.

Havia simultaneamente um surto de misticismo religioso entre aqueles miseráveis ignorantes? Não há dúvida. Mas isto não invalida a afirmação contida nos próprios fatos: eles travavam uma luta de classes. Inconscientemente, não importa, mas uma luta de classes.

Não é por acaso que historiadores, mesmo os mais honestos, exageram o misticismo religioso dos habitantes de Canudos e o transformam no móvel único de sua luta. Procuram assim esconder as causas que a geraram, os verdadeiros motivos de sua resistência maravilhosa e de suas arrancadas heróicas: a opressão semifeudal do latifúndio, a miséria e a fome, frutos da posse monopolista da terra por uma minoria de grandes fazendeiros. Desta forma, tratam também de amesquinhar a resistência inquebrantável dos homens de Canudos diante da esmagadora superioridade das forças armadas com que os governos representantes dos latifundiários tentavam esmagá-los.

Estranho misticismo esse, que arregimentava apenas os pobres! Estranho misticismo que transformou a própria igreja constituída pelo Conselheiro num baluarte de guerra, até o fim da luta! Estranho misticismo que repeliu a primeira tentativa de conseguir a redução dos insurgentes através da igreja católica, através de uma missão religiosa, dirigida pelo capuchinho João Evangelista do Monte Marciano. O próprio

frade, bastante perspicaz, confessaria no seu relatório da missão infrutífera à concentração camponesa de Canudos, antes de iniciar-se o assalto armado: "Não é só um foco de superstição e fanatismo..."[33].

Além disso, os combatentes de Belo Monte prosseguiriam lutando ainda depois da morte do Conselheiro, quando se afirmava que combatiam unicamente estimulados por este e confiantes em seus milagres.

A verdade é que os habitantes de Canudos viviam uma vida muito dura, tinham que ser homens práticos e em contato direto com a realidade que os esmagava, para cuidarem somente da alma, da salvação no céu, como se tentava fazer crer. A vida exigia que fossem homens frios e implacáveis com o inimigo, para poderem lutar com vantagem pela própria sobrevivência. E assim foi. Não só morriam combatendo o inimigo peito a peito, mas enfrentavam as forças armadas enviadas para atacá-los com o objetivo de exterminá-las. Desafiavam-nas impávidos:

— Avança, fraqueza do governo!

Era o seu grito de guerra.

Durante um ano inteiro Canudos resistiu a quatro expedições regulares de forças do Exército e da polícia militar, incluindo tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, num total superior a 12 mil homens. Três dessas expedições foram fragorosamente derrotadas. Cerca de 5 mil soldados e oficiais das tropas governistas foram mortos. Generais que eram o orgulho das classes dominantes perderam junto a Canudos não só a legenda de lutas passadas, mas a própria vida. Ante os métodos revolucionários de guerrear, impostos pelos combatentes, reduziram-se a nada os princípios estratégicos e táticos de seus adversários. Um ministro da Guerra viu-se obrigado a embrenhar-se, ele próprio, nos sertões agrestes da Bahia para supervisionar a última investida contra Canudos — e este simples fato mostra o estado de espírito alarmado que se apoderara das classes dominantes.

33 Aristides Milton, ob. cit., pág. 28.

Canudos foi assim um dos momentos culminantes da luta de libertação dos pobres do campo. Sua resistência indomável mostra o formidável potencial revolucionário existente no âmago das populações sertanejas e a enorme importância do movimento camponês no Brasil, cuja população rural constitui, ainda hoje, a principal parcela das massas laboriosas do País. A epopéia de Canudos ficará em nossa história como um patrimônio das massas do campo e uma glória do movimento revolucionário pela sua libertação.

III PARTE

Juazeiro e o Padre Cícero

1

Antecedentes

O povo insurgia-se algumas vezes
e era terrível em sua cólera.

JOÃO BRÍGIDO

ARDIAM AINDA AS CHAMAS DE CANUDOS quando o nome do Padre Cícero Romão Batista correu o País inteiro. O sacerdote, com fama de fazedor de milagres, já congregava em torno de si milhares de fiéis e estaria aliciando combatentes para as hostes de Antônio Conselheiro. Temia-se uma conflagração generalizada nos sertões do Nordeste.

O Padre Cícero encontrava-se então provisoriamente exilado, por determinação das autoridades eclesiásticas, na pequena vila de Salgueiro, no interior de Pernambuco.

Aguardavam ansiosos a sua volta centenas de crentes, vindos de lugares distantes desse mesmo Nordeste, num acampamento desordenado que começava a formar-se próximo à velha cidade do Crato — Juazeiro — no centro de um vale úmido no desertão: o vale do Cariri.

Seria este o cenário de um novo drama — misto de tragédia e farsa — que se desenrolaria no Nordeste brasileiro.

Localizado no extremo sul do Ceará, o Cariri encontra-se estreitamente ligado a todos os Estados convizinhos: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e até mesmo o Piauí. De tal forma destaca-se por suas particularidades geofísicas, pela umidade e fertilidade de suas terras, por seu desenvolvimento econômico e demográfico, no coração do Polígono das Secas, que se conhecem de passado distante suas aspirações de tornar-se uma província autônoma. Ainda hoje se fala na criação do Estado do Cariri, embora semelhante reivindicação não esteja isenta de manobras políticas imediatas deste ou daquele político, sem maior expressão entre os caririenses. Mas o fato não pode ser ignorado. Existem realmente, e devem ter existido mais ainda no passado, interesses locais de certa proporção gerando este reclamo.

Encravado na extremidade meridional de um Estado pobre, assolado por secas periódicas, quase isolado da capital desse Estado, à qual apenas pagava impostos sem nada receber em compensação, mais vinculado em sua vida econômica aos Estados vizinhos, sobretudo a Pernambuco, quase autônomo na prática, era natural que o Cariri aspirasse à autonomia efetiva.

Que ele de longa data se preparava para desempenhar um papel saliente na vida do Nordeste, comprovam-no em particular os movimentos revolucionários de que participou ativamente, como nenhuma outra região interiorana, à exceção dos grandes centros do Sul. Foi no Cariri, precisamente no Crato, que José Martiniano de Alencar encontrou campo livre para sua audaciosa pregação republicana de 1817, quando o Cariri acompanhou ativamente o movimento revolucionário contra os colonizadores, que acabava de explodir no Recife. Quando da Confederação do Equador, em 1824, mais uma vez o Cariri participa do movimento insurrecional de Pernambuco, e a Câmara do Crato nega juramento à Constituição outorgada por Pedro I.

Vários fatores concorriam para esses surtos revolucionários, entre outros, um relativo adensamento de população formada de imigrantes, que nos anos de seca acorriam para o vale, proveniente das províncias vizinhas; sua mais íntima relação econômica com Pernambuco, o centro mais desenvolvido de todo o Nordeste e cujos movimentos insurrecionais

se refletiam mais ou menos acentuadamente na região; um relativo progresso econômico do próprio Cariri, que já nos fins do século XVIII contava cerca de 90 engenhos de açúcar[1] e, causa não desprezível, a influência de padres católicos, como Alencar, imbuídos das idéias da Revolução Francesa, que então se propagavam pelas principais cidades do Brasil.

As repressões ferozes que se seguiram aos movimentos populares armados atingiram duramente patriotas caririenses, e os fuzilamentos e execuções na forca ainda têm lugar em lutas que se sucedem à abdicação de Pedro I.

Esse radicalismo das lutas políticas decorria do radicalismo não menor das lutas sociais, que vinham de longa data. É conhecida a sanha dos grandes proprietários territoriais, traduzida em parte nas célebres "guerras de famílias" — lutas entre latifundiários — que se prolongavam muitas vezes através de gerações sucessivas. Nos tempos da Colônia, "as datas de terras eram pomos de discórdia" — diz João Brígido, e acrescenta que "se os grandes proprietários eram de caráter altivo e violento, a população miserável era turbulenta e sanguinária [...] O povo insurgia-se algumas vezes e era terrível em sua cólera"[2].

Naturalmente, a vida econômica do Cariri girava em torno da terra e da criação de gado. "O solo era vasto e fértil", acrescenta Brígido. Mas, já em meados do século XVIII, "não havia mais um pedaço de terra devoluta naquelas paragens". E se lembrarmos que até um patrimônio de terras destinado ao Senado da Câmara da Vila do Crato havia sido dado em "arrendamentos perpétuos", não podemos ter dúvida quanto à fome de terra de uma população que crescia acima da média regional.

Os dados estatísticos são praticamente inexistentes para aquelas, épocas, mas a conclusão lógica, conhecendo-se a política de doação de sesmarias seguida pela metrópole — áreas de três léguas e mais — além de alguns fatos particulares, é que dominava absoluto o latifúndio. Assim, refere Brígido que "nos começos do século XVIII (1719) já havia fazendei-

1 R. Girão e A. Martins Filho, *O Ceará*, Fortaleza, 1939, pág. 170.
2 *Apontamentos para a história do Cariri*, Fortaleza, 1888, pág. 42.

ros, nas imediações de Icó, que possuíam 4 000 reses"[3], o que pressupõe enorme propriedade, uma vez que semelhante rebanho vivia em pastos naturais e aguadas próprias.

O latifúndio se manteve intato através da Monarquia e não se modificou com o advento da República, que não tocou num fio de cabelo da grande propriedade territorial. Assim, "constituíram as comunas caririenses, nos primeiros anos da República, verdadeiros feudos dos chefes políticos, uns autênticos senhores de baraço e cutelo. Nos municípios criavam-se *guardas locais,* que os policiavam, compostas de *cabras bons,* na gíria da época, prontos para cumprir as ordens dos chefes estritamente"[4].

Essas *guardas locais,* autorizadas pela própria câmara municipal, onde dominavam soberanos os grandes proprietários rurais e criadores de gado, são uma expressão do poderio destes. Eram a reprodução oficializada de suas guardas particulares, formadas pelos capangas. Serviam tanto para reprimir revoltas populares como para disputas entre os mesmos latifundiários.

Nos começos do século XX, coincidindo precisamente com a concentração de sertanejos pobres em torno do Padre Cícero, assiste-se a uma verdadeira guerra civil localizada, que se propaga a todo o Cariri. "De 1901 a 1909, foram depostos, a bala, no sul do Ceará, os coronéis [...] chefes políticos [...] de Missão Velha, Crato, Barbalha, Lavras, Campos Sales, Aurora e Araripe"[5]. Juntem-se a isto os conflitos permanentes por demarcação de terras, a tenebrosa exploração do trabalhador no eito, as incursões de grupos de cangaceiros contra propriedades, vilas e mesmo cidades, e teremos as linhas gerais de um panorama do Cariri entre a última década do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

Agravando a situação social, em cujos pólos encontramos o latifundiário e o semi-servo, as secas periódicas precipitam novas crises, agravando a crise crônica provocada pela deca-

[3] João Brígido, *O Ceará, homens e fatos,* Rio, 1919, pág. 129.
[4] Irineu Pinheiro, *O Cariri,* Fortaleza, 1950, pág. 187.
[5] *Idem, ibidem.*

dência do regime latifundiário semifeudal. O Cariri é então o refúgio de levas e levas de miseráveis sem terra e sem trabalho, que ali encontravam pelo menos água, multiplicando-se os bandos de *cangaceiros* ou os redutos de *fanáticos.*

Esses fenômenos, provocados pela doença de uma estrutura econômica decadente, são agravados, a partir dos meados do século XIX pelos motins populares que eclodiram no litoral do Nordeste e que exerceram, sem nenhuma dúvida, poderosa influência sobre as populações empobrecidas do interior. Grande parte da primeira metade do século XIX fora sacudida por movimentos de caráter revolucionário, autenticamente populares, cuja irradiação, naturalmente, se estendeu aos sertões. Sabe-se, por exemplo, que ao serem dispersos os *balaios,* grupos numerosos desses rebeldes, entre os quais se encontravam escravos, em grande proporção, procuravam os Estados vizinhos, atravessando o Piauí e atingindo o Ceará. O Governo de Fortaleza chegou a mandar forças para combatê-los. Num desses recontros de fronteiras, os balaios perderiam mais de 200 homens, em maio de 1840, o que indica serem avultados ainda os seus contingentes. Registra Brígido, em suas *Datas Históricas do Ceará:* "As injustiças e perseguições extremas faziam a gente do campo armar-se e tomar parte na rebelião, muitos eram esmagados sob o especioso de tomarem parte nessa guerra social"[6].

Havia portanto perseguições gratuitas, que atingiam as populações sertanejas, já ao tempo dos balaios.

Mais tarde, quando da Revolução Praieira, em Pernambuco (1848), novamente os insurgentes, para se livrar das torturas ou morte certa, fugiam para o interior, buscando asilo nos sertões dificilmente devassáveis.

Fruto dessa influência rebelde do litoral, onde as populações tinham mais clara consciência da opressão e de seus direitos, inclusive do direito de lutar contra ela, foi a rebelião dos *quebra-quilos,* em 1874, que irrompe no município de Campina Grande, na Paraíba, espalhando-se à vasta área do Nordeste. "Novos impostos haviam excitado os elementos pobres. Estes, que lavravam a terra alheia, deixando metade do

[6] Em *Ceará, homens e fatos,* pág. 479.

produto aos senhores. Os que compravam e vendiam de uma feira para outra, caçando lucros de vintém por unidade. Os que negociavam em pequenos postos e bodegas de estrada", diz um historiador paraibano. "A rebelião explodiu — acrescenta — com a execução do sistema métrico instituído pela Lei 1157 de 1872, mas só mandado executar naquele ano. Novidade em que o povo lobrigou intuito de maior tosquia. [...] Nasce do mal-estar das nossas populações do interior, prende-se à crise por que está passando a nossa agricultura"[7].

O movimento desses pobres do campo — incontestavelmente levantados contra a exploração desenfreada que aumentava com os novos impostos — propagou-se aos Estados vizinhos de Pernambuco e Alagoas, e, temendo-o, o Governo do Ceará envia destacamentos de tropas para a fronteira.

Os quebra-quilos distribuíam-se em grupos de 100 a 200 homens armados e chegaram a ocupar até cidades, pois era nas feiras urbanas onde quebravam os pesos e medidas instituídos pelo novo sistema e onde recrutavam de preferência os seus adeptos.

A rebelião atingiu tais proporções que foi o próprio Governo central que teve de enviar tropas para esmagá-la. E as forças repressivas prenderam, torturaram, assassinaram muitos, indiscriminadamente, tanto participantes do movimento como simpatizantes seus, simples suspeitos e até inocentes. José Américo de Almeida cita palavras de protesto de um deputado paraibano, em 1879, relembrando as atrocidades contra os quebra-quilos. Narrava o parlamentar João Florentino: "Quando chegou esta força [federal] à província estava quase extinto o movimento popular, não obstante, os soldados foram espalhados por diversas localidades com carta para perseguir a população inofensiva! Horrores foram praticados, o asilo do cidadão era violado em qualquer hora, a honra da esposa, da donzela, da viúva e da mulher honesta ficou exposta ao assalto e à violência militar". E adiante: "Fizeram-se prisões em massa, velhos e moços, solteirões, casados e viú-

[7] Celso Mariz, *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*, João Pessoa, 1942, págs. 141-147.

vos, todos acorrentados, e alguns metidos em coletes de couros, eram remetidos para a capital. Alguns desses infelizes, cruelmente comprimidos, e quase asfixiados, caíam sem sentido pelas estradas, deitando sangue pela boca"[8].

Tornaram-se populares em todo o Nordeste trovas anônimas que eram cantadas em honra ao valente quebra-quilos: "Se aqui contempla da família o roubo, ali no dobro o flagelam mais..."

Os remanescentes, como de movimentos anteriores, tinham os sertões ignotos como guarida. "Os grupos se haviam dispersado inteiramente"[9].

Essa dispersão de rebeldes era como a propagação de sementes levadas pelo vento. Germinavam, pois o terreno era fértil. As massas sertanejas exploradas necessitavam apenas de incentivos para tomar o caminho da revolta, ainda que em formas primárias e sem rumos bem definidos.

Diz a história oficial, a que só leva em conta os acontecimento retumbantes, muitas vezes de superfície, esquecendo os pequenos e inúmeros acontecimentos aparentemente desimportantes, mas de profundidade, que a segunda metade do nosso século XIX foi de paz e concórdia. Evidente exagero. O que houve é que o espírito insurrecional, batido sistematicamente nas cidades litorâneas, onde se concentravam as forças repressivas, refluiu para os sertões, florescendo ali. Enquanto as camadas médias urbanas se acovardam, em parte, e em parte se acomodam, depois da série de levantes que vêm desde 1817, no Recife, passando pela Cabanada, a Balaiada, a Farroupilha, a Sabinada, até a Praieira, entram em efervescência as populações pobres do interior. As lutas urbanas despertaram-nas. A decadência do regime latifundiário arregimentava-as contra ele, pois eram essas populações as vítimas imediatas dessa decadência.

O Cariri transforma-se no refúgio mais seguro dos perseguidos pelas autoridades, tanto réus de crimes políticos, como de crimes comuns. Sem comunicações estreitas com a sede do Governo provincial, e mais tarde estadual, a que estava juris-

[8] *A Paraíba e seus problemas*, Porto Alegre, 1937, págs. 162-163.
[9] Celso Mariz, ob. cit., pág. 145.

dicionado, os responsáveis por quaisquer delitos se consideravam garantidos ali. Nada podiam fazer contra eles os governos mais próximos, como o de Pernambuco.

Daí transformar-se o Cariri no mais seguro valhacouto dos grupos de cangaceiros, cujo aparecimento se acentua com o crescimento demográfico e com as secas que se amiúdam no fim do século XIX. Estas favorecem aquele. O Cariri, com suas terras úmidas, suas reservas de água, seus frutos silvestres na serra, é a salvação para muitos rio-grandenses-do-norte, alagoanos, paraibanos e até mesmo pernambucanos expulsos de seus lares pelas prolongadas estiagens.

A grande seca de 1877-1879 é o ponto de partida para o desencadeamento de ações dos grupos de cangaceiros mais famosos do século XIX: os Brilhantes, os Viriatos e os Calangros. Alguns lutam entre si, como estes últimos e os Mateus, que se fazem fortes em Pajeú de Flores, Pernambuco, e aparecem no Ceará "à frente de cento e tantos homens"[10]. Os Calangros tinham uns 60. Em 1878, os jornais "reclamavam enérgicas providências contra salteadores, que continuavam a infestar o interior. Formavam-se todos os dias novos grupos. Em Milagres (Ceará) havia aparecido o dos Quirinos, sob a proteção de João Calangro. Compunha-se de trinta homens, acompanhados por três chefes e irmãos, o mais velho dos quais chamava-se Quirino"[11].

Acrescenta Teófilo que "João Calangro fazia guerra de extermínio aos grupos que se formavam sem seu consentimento... O seu grupo era perfeitamente disciplinado, montado, bem armado e uniformizado"[12].

Era naturalíssimo que assim acontecesse. Em fins de 1879, a população indigente, no Ceará, ultrapassava a casa dos 300 000 homens, mulheres e crianças. Outras 300 mil pessoas haviam morrido ou emigrado[13].

[10] R. Teófilo, *História da seca no Ceará* (1877-80), Rio, 1922, págs. 104-105.
[11] *Idem*, pág. 203.
[12] R. Teófilo, ob. cit., pág. 203.
[13] Tomás Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no centenário da Independência*, Fortaleza, 1922, vol. I, pág. 231.

Mas enquanto o obituário cresce em Fortaleza e em outras zonas do Ceará, assim como em outras províncias sacrificadas pela seca, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, enquanto a emigração aumenta com destino à Amazônia, os que se recusam a emigrar e tentam salvar a vida correm para o Cariri. Ao vale úmido afluíam levas e levas de infelizes que procuravam a todo custo sobreviver à fome e que não queriam aventurar-se aos seringais do Norte.

E as calamidades não cessaram depois do flagelo de 1877-1879. Parcial embora, a seca de 1888 provoca êxodo numeroso, que se agrava com a do ano seguinte. Dez anos depois, repete-se o fenômeno, em 1898, e a um ano de chuvas normais, segue-se outro de seca: 1900.

As conseqüências são as mesmas de sempre: êxodo em massa, mortantade em larga escala, dizimam-se os rebanhos.

Esta série de calamidades climáticas, que influíram poderosamente sobre a economia do Nordeste, baseada na pecuária e na agricultura, destroçando-a em grande parte, teve um papel de maior importância para a proliferação dos bandos de cangaceiros, como para o surgimento dos *fanáticos* e dos "milagres" do Padre Cícero.

É sintomático que o principal milagre atribuído ao sacerdote de Juazeiro, a transformação da hóstia em sangue na boca de uma "beata", Maria de Araújo, tenha ocorrido num desses anos de desgraças generalizadas entre o povo pobre. Como que havia o empenho de reduzir a cólera dos desesperados acenando-lhes com sucessos extraterrenos que os viriam salvar a todos. Havia a experiência dos anos de 1877 a 1879, quando se assistira a um impetuoso desencadeamento do cangaceirismo em toda a zona árida, com a depredação de propriedades, o assassínio de fazendeiros, o assalto a cidades e vilas sertanejas. O milagre do Padre Cícero, atraindo levas de retirantes para a sua paróquia, fomentando a caridade dos que ainda tinham alguns bens e não queriam perdê-los de todo, restringia o campo de ação dos cangaceiros. Era como se lhes dissessem: "Não desesperem. Do céu virá o socorro".

O atraso intelectual extremo em que viviam as populações sertanejas, decorrente da estagnação econômica e cultural em geral, oferecia campo favorável ao misticismo, ao mais grosseiro fanatismo religioso. Não é possível negar o fato de

que as crenças de caráter primitivo, as únicas compatíveis com o meio social e grau de cultura em que proliferou o fanatismo em nossos sertões, guiam esses movimentos de massas dos pobres do campo. E os impulsiona mesmo, de maneira incontestável. Mas tem havido uma evidente superestimação de sua influência, como se fosse o fanatismo a origem e o fim de tudo, esquecendo-se os fatores materiais que geraram o próprio fanatismo.

No caso do Padre Cícero, surge ele como um contrapeso para a crise de autoridade que sucedera à derrubada da monarquia e à Abolição da Escravatura. Esta última, sem representar qualquer mudança fundamental na economia do Nordeste, onde a escravaria era pouca, significava que os senhores de escravos, isto é, os latifundiários, já não tinham direito de vida e morte sobre os que os serviam. A extinção do regime escravista em todo o País rompera um dos mais fortes laços que uniam as classes dominantes de um extremo a outro do território nacional, enfraquecendo-as, portanto. Havia assim um debilitamento do Poder local, embora subsistissem, como potência econômica única nos sertões, os grandes latifundiários.

Deve datar dessa época, a partir da Abolição, uma vulnerabilidade mais acentuada da autoridade do senhor de terras, o que, naturalmente, não significava, longe disso, que outro poder local ombreasse com ele. Ao contrário, os latifundiários ainda manteriam por muito tempo sua supremacia econômica e política.

Momentaneamente, houve como que um afrouxamento da velha submissão dos sem-terra aos latifundiários. Aqueles, desde a grande seca de 1877-1879, emigravam em escala crescente para a Amazônia. Isto significava que o grande proprietário territorial nordestino começava a ver desfalcadas suas disponibilidades de mão-de-obra semi-servil, com que sempre contara, de velhos tempos. Mais para o fim do século inicia-se a emigração para o Sul.

Em resumo, os despossuídos do campo já podiam livrar-se da opressão dos senhores locais, embora fossem cair em situação sob certos aspectos idêntica, nos seringais da Amazônia.

Mas, como vimos, havia outra alternativa à submissão ao grande proprietário territorial: engajar-se no cangaço. Os grupos de cangaceiros formavam-se entre as vítimas do latifúndio semifeudal, entre os mais insubmissos à exploração brutal a que eram submetidos os que pertenciam às camadas pobres da população.

Temos, assim, uma série de fatores conjugados no surgimento de fenômenos como Juazeiro. O básico, naturalmente, é o regime de propriedade da terra, numa economia quase totalmente agropecuária. É o regime latifundiário com suas relações de produção pré-capitalistas. Mas ele só não basta para explicar o aparecimento em massa dos bandos de cangaceiros ou dos redutos de fanáticos. Se assim fosse, num determinado período de nossa história, tais bandos e tais redutos ter-se-iam espalhado pelo Brasil inteiro. A enfermidade se encontrava, decerto, disseminada pelo organismo todo do imenso País. Mas seus pontos de manifestações constituem aquelas zonas onde se reúnem ou coincidem outros fatores coadjuvantes, como o isolamento da região dada em relação às cidades, o atraso cultural maior, maior influência do clero na exacerbação das tendências místicas, fato já observado por Euclides da Cunha quando condenava os padres missionários como um "agente prejudicialíssimo" ao contato com as massas ingênuas dos sertões. Porque "alucina o sertanejo crédulo; alucina-o, deprime-o, pervete-o"[16].

No caso do Padre Cícero, não podemos esquecer algumas causas "positivas" na sua formidável projeção em todo o Nordeste. Seu apostolado se inicia de maneira diversa dos demais sacerdotes católicos: não cobra em dinheiro os serviços religiosos. É o ponto de partida da sua popularidade, ao lado, é claro, de certas manifestações místicas coincidentes com as das camadas mais atrasadas da população sertaneja local. A cidade de Crato era o centro do vale, mas quem não podia pagar casamento, batizado, missas votivas dirigia-se a Juazeiro, que apenas surgia, em busca do jovem padre que não recebia dinheiro por coisas sagradas... Depois, na medida em

16 *Os sertões*, págs. 147-148, 13.ª ed.

que cresceu o ajuntamento em torno da capela do "santo", aquela população miserável e enferma, que não conhecia médico nem jamais havia procurado uma farmácia, encontrava nos conselhos do Padre Cícero os ensinamentos para curas que realmente se efetivavam. Muitas vezes, simples conselhos higiênicos elementares que a população pobre desconhecia totalmente. E vieram as lendas dos "milagres"...

Aspirações a mudanças? Sim, no fundo estavam latentes estas aspirações. Eram elas que motivavam basicamente tudo aquilo. Pode-se perguntar então: por que não havia um levante direto por elas?

Seria exigir-se muito de populações mergulhadas secularmente num tão grande atraso, num isolamento não menor, numa situação de miséria tal que não tinham sequer a consciência dos direitos mais elementares ao ser humano. Sabe-se que toda manifestação coletiva traz consigo uma justificativa teórica, por mais primária que seja, baseada numa ideologia, uma forma qualquer de consciência do mundo e de expressão de interesses materiais. A única "ideologia" possível entre aquelas camadas da população sertaneja era a religião. Uma religião que elas adaptaram às suas próprias concepções da vida e das coisas, às suas necessidades materiais imediatas — as manifestações de fanatismo.

O Padre Cícero em parte adaptou-se também a esta exigência das massas pobres do campo que o cercavam e que, depois, passaram a endeusá-lo. Eles as moldava, mas lhes sofria a inf'uência, Elas o seguiram mais firmemente, dispostas a tudo, quando ele revelou uma qualidade que elas exigiam: a insubmissão. Insubmissão religiosa, desobediência às ordens da cúpula da Igreja Católica, mas insubmissão pública e que correspondia ao espírito insubmisso daquela pobreza desvalida. Esta é uma das principais qualidades do sacerdote para que ele mantenha o seu prestígio, a sua popularidade, o seu conceito de "santo" entre os que estavam dispostos a segui-lo em qualquer emergência. Assim, o movimento religioso, "fanático", era o mais elementar e a mais admissível das formas de luta pelas aspirações elementares, as vezes inconscientes, e que só iriam tornar-se consciência no processo mesmo das lutas.

2

O Padre Cícero e Seus "Milagres"

O povo havia de rebelar-se, e, então, viria a alegação: "É o banditismo!" Iriam as forças e acabava-se com a população. Sabemos o que foi Canudos, o que foi Contestado...

FLORO BARTOLOMEU

NESSE AMBIENTE É QUE APARECEU, nos fins do século XIX, num distrito do Município do Crato — Juazeiro — a 13 quilômetros da principal cidade do Cariri, o protagonista de um drama que envolveria mais tarde milhares de pobres do campo, em armas, sem ser uma luta camponesa, mas um logro às populações rurais do Nordeste.

Talvez jamais um homem tenha adquirido no Brasil e mantido durante tanto tempo o prestígio alcançado pelo Padre Cícero entre as massas do campo. Sua popularidade espalhou-se por todo o interior setentrional do País, do Amazonas à Bahia, movimentou romarias durante décadas inteiras, foi alvo de discussões no Parlamento e na imprensa, colocou a cúpula da Igreja Católica em difícil posição, acirrou discórdias e lutas entre facções políticas. O sacerdote, apontado como milagreiro, conseguiu ser, por um longo período, ditador de almas, chefe político local, vice-governador do Estado,

deputado federal eleito que se recusou a assumir a cadeira para não abandonar seu aprisco, tornou-se grande proprietário territorial, contribuiu decisivamente para fomentar a agricultura no Cariri e fundou uma cidade que, poucos anos mais tarde, seria a segunda do Estado, depois da capital. "Não exageramos. Veneravam-no como a um santo multidões de todos os recantos do Nordeste brasileiro"[1].

O nome do Padre Cícero Romão Batista começou a projetar-se num instante em que o País vivia uma tragédia que emocionava a todos: a Campanha de Canudos. A luta entre as hostes campesinas do Conselheiro e grande parte do Exército brasileiro estava no auge, quando se anuncia a chegada do Padre Cícero à vila de Salgueiro, interior de Pernambuco, a cerca de 200 quilômetros de Juazeiro. A Igreja Católica havia imposto seu afastamento da capela onde assistia, até que fosse decidida a questão suscitada por suas atividades consideradas heréticas. O sacerdote deveria ir a Roma explicar-se perante o Papa, tão graves as acusações que lhe faziam. Enquanto aguardava ordem de seguir para a Europa, ainda em Salgueiro, embora a grande distância que o separava de Canudos, naquele mesmo Nordeste conturbado e inquieto, levantaram-se clamores, espalhados pelo País inteiro, de que ele estaria prestando ajuda ao Conselheiro e seus adeptos, aliciando cangaceiros para reforçá-los.

Este fato mostra quanto medo tinham os latifundiários e as classes governantes de que se estendesse a luta de Canudos, ou de que novos focos rebentassem pelo Nordeste.

As autoridades pernambucanas se apressaram a desmentir, em favor do Padre, a balela espalhada. Dizia o juiz de Direito de Salgueiro, em telegrama às autoridades: "Posso garantir ser ele [o Padre Cícero] virtuoso sacerdote, completamente hostil ao movimento sedicioso de Canudos e incapaz de atentar contra a ordem pública"[2]. Outro telegrama de Salgueiro, dirigido a autoridade de Pernambuco adiantava: "Questões aqui vão tomando caráter pacífico. Padre Cícero do

[1] Irineu Pinheiro, *O Juazeiro do padre Cícero e a revolução de 1914*, Rio, 1938, pág. 14.
[2] Floro Bartolomeu, *Juazeiro e o padre Cícero (Depoimento para*

Juazeiro tem sido incansável. Havia adjacências esta vila cerca trezentos homens em armas. Ele tem conseguido desarmar grande parte e retrair o resto"[3].

Percebe-se, por este episódio, o quanto era amplo, já em 1897, o prestígio do Padre Cícero, a ponto de temerem uma ação de sua parte que viesse conturbar ainda mais os sertões nordestinos com o prolongamento da Campanha de Canudos.

Mas as autoridades do interior, que se haviam aproximado do sacerdote, não tinham nenhuma dúvida de que ele seria incapaz de fomentar a rebelião das massas rurais, e que, ao contrário, ajudava a desarmá-las, como fizera parcialmente nos arredores de Salgueiro. Quanto a Canudos, afirmam, unânimes, a hostilidade do Padre aos adeptos do Conselheiro.

Esta afirmação não deveria ser gratuita, sabendo-se que numa vila do interior um juiz de Direito teria tido já suficiente contato com o sacerdote famoso para inteirar-se plenamente de suas convicções. E são vários os telegramas no mesmo sentido: o Padre Cícero nada tinha a ver com Canudos e mesmo lhe era hostil.

O sacerdote demorar-se-ia pouco em Salgueiro e logo partiria para Roma. Deveria prestar contas ao Papa de suas atividades consideradas heréticas, procurando revogar a suspensão das ordens eclesiásticas que lhe havia imposto a cúria diocesana de Fortaleza.

A suspensão de ordens, todos o sabiam, tinha sido motivada pelo fato de o Padre Cícero, seis anos antes, em 1891, ter alardeado, ou permitido que alardeassem em seu nome, supostos milagres ocorridos um ou dois anos antes na modesta capela de Juazeiro, onde celebrava os atos religiosos. O milagre consistira — dizia-se — em haver-se transformado em sangue a hóstia que o Padre dera em comunhão a uma mulher do povo: Maria de Araújo[4]. O fenômeno repete-se várias

a História), Rio, 1923, pág. 109.

3 *Idem*, pág. 111.

4 Há divergências quanto à data exata dos supostos milagres. Floro Bartolomeu data-os de 1890, numa fórmula duvidosa: "creio, em 1890" (ob. cit., pág. 46). Lourenço Filho diz terem sido em junho de 1890 (*Juazeiro do padre Cícero*, 3.ª ed., s. d., pág. 83). Irineu Pinheiro, fonte mais autorizada, cita uma data precisa: "6 de mar-

vezes, em público. Provoca discussões pela imprensa debates generalizados. Médicos são enviados a Juazeiro para verificar se se trata ou não de um caso clínico. Um deles, por ignorância ou má-fé, atesta, com firma reconhecida em cartório, tratar-se realmente de um milagre...

Enquanto isso, o Padre Cícero ganha fama, que, segundo alguns, já desfrutava antes, desde os começos da década de 70, quando fora ser vigário no pequeno povoado de Juazeiro. Diz Floro Bartolomeu: "Claro é de ver que, se antes das citadas manifestações, falsas ou verdadeiramente miraculosas, a afluência do povo era considerável e o prestígio do padre já era notável, depois dela aumentaram acentuadamente"[5].

Enquanto o Crato, nos meados do século XIX, já era cidade e outras cidades se espalhavam pelo vale do Cariri, Juazeiro, na década de 70, praticamente não existia. Contava com umas três dezenas de casas rústicas, de gente da mais pobre, e uma pequena capela. "Esse pequeno arraial, à beira da estrada real do Cariri, entre Missão Velha e o Crato, tinha uma casa de tijolo cru, umas quatro ou cinco de taipa, e o resto de palha. Excetuando os proprietários, que residiam nos seus sítios e só vinham ao povoado aos domingos ou dias santificados, se havia missa, o resto dos habitantes, na maior parte, era de *cabras* desordeiros"[6]. O depoimento de um bom conhecedor do Cariri e do próprio Juazeiro confirma esta descrição de Floro Bartolomeu: "Aí pelo ano de 1889 era Juazeiro uma pequena povoação encravada na região do Cariri, de cerca de trinta casas e de umas duas centenas de habitantes, gente rude e paupérrima"[7].

Os propalados milagres do Padre Cícero determinariam romarias cada vez mais avultadas de nordestinos pobres para o minúsculo povoado surgente ou talvez estagnado havia muito. Procediam dos Estados vizinhos, sobretudo de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Vinham a ca-

ço de 1889, primeira sexta-feira da quaresma", *O Juazeiro do padre Cícero*, pág. 153.

5 Ob. cit., pág. 48.

6 Floro Bartolomeu, ob. cit., pág. 41.

7 Irineu Pinheiro, ob. cit., pág. 10.

valo, em lombo de burro, mas a imensa maioria a pé, através de léguas e léguas de caminhos ásperos, pois as estradas eram inexistentes. Mesmo aquela "estrada real" de que fala Pinheiro não seria mais do que um caminho para carros de bois e tropas de burros. A pé é que homens e mulheres, velhos e crianças, famílias inteiras demandavam a nova meca sertaneja, confiantes nos milagres do sacerdote famoso. Com tempo, o número de milagres se multiplicaria, sendo a hóstia ensangüentada apenas a evidência das ligações íntimas do Padre com o reino dos céus. Sua mão — apregoava-se — curava doenças, restituía a vista aos cegos, fazia andar os paralíticos ou mesmo restaurava a razão aos ensandecidos.

O principal contingente dos peregrinos a Juazeiro era constituído por esses míseros desesperados, privados de quaisquer meios de consultar um médico ou comprar um medicamento. Nos descampados onde viviam, e mesmo em localidades próximas, inclusive algumas, minúsculas, com o nome pomposo de cidade, não havia, à época, um médico sequer ou ao menos uma botica. Os remédios conhecidos eram os caseiros, feitos com ervas, alguns verdadeiros panacéias, ou então as rezas e os benzimentos dos curandeiros. Se o Padre Cícero anunciava "milagres", não os identificavam como obras celestiais, mas como recursos terrenos para curar suas moléstias, todas ou quase todas resultantes de subnutrição aguda, herdada de geração a geração. Quando os enfermos procuravam o sacerdote, viam-no como um homem bondoso, que dava uma receita, muitas vezes simples conselhos higiênicos que na sua extrema ignorância desconheciam e que davam resultados positivos. O conceito do Padre aumentava, sobretudo devido ao fato de nada cobrar por tais conselhos.

Além dessa numerosa categoria de vítimas do latifúndio, os enfermos, havia outra decerto igualmente numerosa: os rebeldes primitivos contra a ordem dominante, muitos dos quais se haviam transformado em cangaceiros ou jajunços, homens válidos em disponibilidade, postos à margem da vida normal por não encontrarem terra nem trabalho certo, mesmo nas terras alheias. As culturas temporárias do Nordeste árido ocupavam braços apenas num breve lapso de tempo, durante o plantio ou a colheita. Depois, eram levas e levas de desocupados errantes. Os que se revoltavam, nas condições so-

ciais da época e do meio, pegavam em armas para assaltos indiscriminados contra a propriedade — e eram os cangaceiros em bandos — ou como jagunços, os *cabras* dos latifundiários, para a defesa dessa mesma grande propriedade que lhes causava a ruína. Sentiam-se, de alguma forma, identificados com o sacerdote que fora suspenso de ordens, que aparecia como vítima de perseguições da cúpula eclesiástica e que, portanto, demonstrava também um espírito de rebeldia.

Uma terceira categoria dos que iriam povoar Juazeiro era constituída pelos ingênuos curiosos, propensos a acreditar em milagres, homens e mulheres de diferentes camadas sociais, desde fazendeiros até pequenos-burgueses ou pobres trabalhadores iludidos. Era talvez a categoria menos numerosa, mas não desimportante. Muitos deles levavam ao Padre dádivas, jóias de estimação, animais e lhe ofereciam mesmo propriedades em terra, Uns ficavam em Juazeiro, outros voltavam desencantados. Testemunha o Padre Antônio Gomes de Araújo, que depois seria historiador daqueles acontecimentos, que por ocasião dos pretensos milagres do Padre Cícero — embustes, ele os denomina — seu pai, Basílio Gomes, transportou-se para Juazeiro com a família. "Mas apenas três dias eram passados, comunicou discretamente à esposa: 'Vamos embora. Aqui não há nada do outro mundo. Padre Cícero está enganado"[8]. Padre Gomes defende a tese de que o próprio Padre Cícero teria sido vítima de um embuste. O sangue da hóstia não passaria de um processo químico, arquitetado à revelia do sacerdote.

Não dera, naturalmente, nenhum resultado favorável à Igreja Católica local a viagem do Padre Cícero a Roma. Diziam ter sido ele recebido pelo Papa, ao tempo Leão XIII. Mas, se tal encontro houve, deve ter sido puramente formal. Compareceu o sacerdote acusado de heresia perante o Sacro Colégio, e este confirmou a penalidade imposta pelas autoridades eclesiásticas do Ceará: manteve a suspensão das ordens sacerdotais.

Cícero Romão Batista regressou a seu Estado de origem no mesmo ano de 1898, voltando a Juazeiro, contra a vontade

[8] Revista *Itaytera*, órgão do Instituto Cultural do Cariri, n.º 2, 1956, pág. 5.

expressa de seus superiores hierárquicos. Estes, evidentemente, haviam praticado um grave erro tático, ao permitirem sua ida a Roma. Sua situação perante a Igreja não se alterava. Mas o que repercutia entre a gente simples que o cercava e venerava, era o fato de ter ido à Santa Sé, falado pessoalmente com o Papa, e voltar carregado de imagens sagradas benzidas pelo Sumo Pontífice e um projeto de construção, numa eminência junto a Juazeiro, de um templo católico imitando a igreja do Horto, em Jerusalém. O mais era secundário...

O sacerdote regressava a Juazeiro num ano propício a que em torno dele se adensasse a aglomeração de crentes: 1898, um ano de seca. Se a grande maioria dos trabalhadores agrícolas do Nordeste era temporária nas épocas normais, ocupando-se apenas durante o plantio e a colheita, registrando-se assim um perene nomadismo regional, a situação se agravava num ano de falta de chuvas ou em que elas eram escassas. Morriam as sementeiras, estiolavam-se as plantações, dizimavam-se os rebanhos. O fenômeno climático, aumentando a miséria, estimulava os pendores à crendice. Juazeiro continuaria a crescer com a afluência desses infelizes despossuídos, que passavam a depositar suas esperanças em milagres...

3

Sementeiras de Capangas

Cada parte cuidou de aumentar o seu bando de capangas... O monsenhor Afonso Pequeno guiou pessoalmente, até Crato, o numeroso grupo de homens armados.

JOSÉ DE FIGUEIREDO BRITO

NOS PRIMEIROS ANOS DO DOMÍNIO do Padre Cícero sobre essas populações deslocadas do seu lugar de origem, é provável e quase certo que as pessoas válidas que mais facilmente encontravam ocupação fossem as da chamada categoria dos "desordeiros", isto é, os capangas profissionais ou aqueles dispostos a tornar-se capangas. Tudo os favorecia. O clima local era de lutas permanentes entre grandes proprietários, alguns dos quais eram também chefes políticos.

O século XX iniciava-se com renhidas lutas entre facções diversas. Porfiavam em derrubar-se uns aos outros do comando da politicagem dos respectivos municípios. Nestas lutas influía decisivamente o prestígio sobre a massa de eleitores, a mais flutuante que se possa imaginar, sem habitação fixa, sem partidos políticos estruturados, seguindo este ou aquele mandão local mais poderoso, transferindo-se de um a outro município, às vezes de um a outro Estado vizinho. Já vimos, pelo

depoimento de Irineu Pinheiro, que, de 1901 a 1909, foram depostos à mão armada, sucessivamente, os chefetes políticos de sete dos principais municípios do Cariri.

A mais séria dessas lutas foi travada entre dois coronéis do Crato: José Belém de Figueiredo e Antônio Luís Alves Pequeno. Vinha o conflito de vários anos antes e ia decidir-se pelas armas em 1904.

Como a cidade mais adiantada, do ponto de vista comercial, de todo o Cariri, o Crato era a encruzilhada onde se encontravam e se digladiavam os interesses opostos dos latifundiários e dos comerciantes. Orgulhava-se de ser a capital do sul do Ceará. E, de fato, nenhuma outra cidade do vale disputava-lhe a primazia nas transações comerciais. Mas os capitais comerciais cratenses estavam, naturalmente, estreitamente ligados ao latifúndio semifeudal. O próprio coronel Belém de Figueiredo, chefe político do município nos primeiros anos do século XX, fora inicialmente comerciante. Mais tarde, deixa o comércio para dedicar-se à agricultura e à pecuária. Os capitais de que dispunha lhe facilitaram as transações com terras e gados. Só uma de suas fazendas, Serra Verde, tinha de frente mais de duas léguas. Com semelhantes posses, controlava numeroso contingente eleitoral, contribuindo decisivamente para a eleição do presidente do Estado, dos candidatos oficiais ao Parlamento federal e ele próprio a uma das vice-presidências do Estado, como ocorreu em 1900. Belém contava com os capangas pagos pelos cofres municipais, os componentes da chamada guarda local, além do seus próprios.

Seu principal antagonista era um grande comerciante cratense, de uma família de antigos "donos" do lugar. "Ao chegar o mês de junho [de 1904] — narra um cronista — cada parte cuidou de aumentar seu bando de capangas, estendendo ao Estado de Pernambuco o aliciamento de cabras valentes e treinados em brigas... De Flores, recebeu o coronel Belém, enviados pelo coronel Antônio Pereira da Silva, uns cem cangaceiros, perfazendo com os que já tinha cerca de trezentos homens armados e bem municionados. De Vila Bela, atual Serra Talhada, recebeu o coronel Antônio Luís, por intermédio de seu primo, monsenhor Afonso Pequeno, vigário daquela paróquia, e enviados pelo coronel Antônio Pereira de Carvalho

(Antônio Quelé) igual número de capangas, somando com os que já mantinha nos seus muros e no sítio Lameiro, um contingente idêntico ao do coronel Belém. O monsenhor Afonso Pequeno guiou pessoalmente, até Crato, o numeroso grupo de homens armados"[1].

O episódio é exemplificativo do quanto era ilimitado o poder local dos coronéis do Cariri e como estavam eles intimamente entrelaçados com outros coronéis dos Estados vizinhos, fornecendo-se mutuamente de capangas. Os próprios sacerdotes católicos entravam abertamente nos conflitos, chefiando jagunços. O Governo do Estado não sonhava sequer em intervir a favor deste ou daquele local: receberia depois, passivamente, o apoio do vencedor. Durante a contenda, fechava os olhos e aguardava o resultado.

Nesta luta armada do Crato, que durou três dias, com a capitulação final do latifundiário e a vitória do comerciante, o Governo de Fortaleza comunica por telegrama ao chefe vitorioso, coronel Antônio Luís Alves Pequeno, que mandaria um contingente da polícia militar ao Crato. A resposta do coronel foi terminante: a tropa seria recebida a bala! E a tropa ficou retida no meio do caminho.

Posteriormente, o deposto chefe político do Crato, que fora residir na vizinha cidade de Milagres, efetuou ensaios de retomar o poder pela força. Certa feita recrutou 800 homens para essa empreitada, mas logo é advertido de que seu antagonista estava a postos com mais de mil homens.

Assim, os jagunços que se acolhiam sob a proteção do Padre Cícero não ficavam inativos, não morriam de fome em Juazeiro, apesar da tremenda escassez de recursos alimentares na urbe que crescia em ritmo intenso. Ser cangaceiro era natural desde muitas décadas; ser jagunço, pistoleiro a soldo, era qualidade inseparável da de *agregado* ou *morador*. Quando um coronel latifundista admitia um morador em sua fazenda, não necessitava sequer contratar-lhe os serviços como parcela de seu exército privado, para a defesa da propriedade

[1] José de Figueiredo Brito, *Maxixes e malabares*, in revista *Itaytera*, n.º 5, 1959, Crato, pág. 50.

ou o ataque a adversários. Isto estava implícito no próprio fato de admiti-lo.

Dificilmente a vida no vale do Cariri terá passado por um período tão agitado como esse, que representa a transição de um século a outro, ou melhor, a fase que se segue a acontecimentos de importância como haviam sido a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Não que se houvesse transformado profundamente a estrutura econômica do País, muito menos no Nordeste. Mas o abalo psicológico, para uma sociedade estagnada havia séculos, foi grande em face daqueles acontecimentos. A verdade é que, embora lentamente, crescia no País uma força nova: a burguesia, sobretudo a burguesia comercial. Do ponto de vista de classe, isto constituía uma ameaça ao latifúndio tradicionalista, inimigo de qualquer mudança, temeroso de seu correspondente reflexo na estrutura da sociedade. Vimos, no caso do Crato, como se enfrentam um grande proprietário de terras e um grande comerciante, ainda que este utilize na luta os mesmos métodos e as mesmas forças daquele. Já foi salientado que não havia, nem podia haver, na época, um capitalismo inteiramente desligado do latifúndio semifeudal, desligado, portanto, das práticas impostas pelas relações de produção dominantes, que eram as decorrentes do regime latifundiário. Mas a luta deveria travar-se, mais dia, menos dia. Daí a formidável arregimentação, a que se assiste em todo o Cariri, por ambas as facções, de grupos de cangaceiros e jagunços decididos a matar e morrer por seus chefes. Com esses homens em armas, o latifúndio procura conservar suas posições e privilégios tradicionais; com os mesmos homens, o capital comercial trata de impor-se, ganhar terreno, derrotar o adversário que lhe tolhe o passo.

A derrota do coronel Belém de Figueiredo é sintomática do enfraquecimento do regime latifundiário. Mas igualmente sintomático é o fato de o vencedor, Antônio Luís, ser também um *coronel*, um proprietário territorial e um chefe de capangas. Isto significava que mesmo os grandes latifundiários não abdicavam de sua qualidade de latifundiários. Por amor de quê? Aquela massa de despossuídos que rodeava o Padre Cícero não tinha ainda qualquer consciência de que devia lutar por um pedaço de terra e de que, para a sua libertação da condição de miséria extrema em que vivia, era im-

perioso por abaixo o domínio feroz e multissecular do grande proprietário territorial.

Só um fato é iniludível — e isto tanto os burgueses como os latifundiários o percebem, ao menos por instinto — o próprio ajuntamento humano em torno do Padre Cícero tinha, por si só, um caráter de subversão, era uma sublevação em potencial. As práticas religiosas heréticas exercidas por esses homens, que nada tinham a perder eram um ato de deserção das hostes da Igreja Católica, a igreja das classes dominantes, era, portanto, um ato de insubordinação espiritual.

Urgia, pois, desviar essa multidão crescente de transviados sociais para outros caminhos. Floro Bartolomeu, o chamado *alter ego* do Padre Cícero, homem realmente perspicaz, extremamente arguto, soube ver o que representava aquele ajuntamento insólito. E o diria muito mais tarde, num discurso em que fez a história parcial de Juazeiro sob o Padre Cícero. Replicando aos que pretendiam suprimir o fenômeno com o simples afastamento do Padre Cícero de Juazeiro, dizia Floro Bartolomeu: "Na realidade, isso não era possível; o povo não o consentiria, havia de rebelar-se, e, então, viria a alegação: 'É o banditismo!' Iriam as forças e acabava-se com a população. Sabemos o que foi Canudos, o que foi Contestado..."[2].

A analogia feita pelo principal chefe político de Juazeiro à época dos acontecimentos é de uma extraordinária lucidez. Mas a essência da conjectura reside no fato de que "o povo havia de rebelar-se" e de que, portanto, o Padre Cícero era um fator de contenção do levante na situação criada. O importante era impedir que aquele caldeirão fervente explodisse, como explodira Canudos, como explodira o Contestado. E depois de Canudos e do Contestado, quem poderia prever-lhe as conseqüências?

[2] Ob. cit., pág. 54.

4

Floro Bartolomeu e Sua Influência

Ademais, no sertão, é raro um homem de posição ser assassinado, mesmo de emboscada, nas estradas desertas; sempre esses fatos ocorrem entre cabras, cangaceiros ou não, gente que não faz falta.

FLORO BARTOLOMEU

NA FIGURA DESTE FALSO ROMEIRO, que acabaria sendo o mentor político e o árbitro das decisões do Padre Cícero — Floro Bartolomeu da Costa — travamos conhecimento com um tipo de *coronel* que se foi tornando comum no Brasil com o crescimento da burguesia nacional. É o misto de *coronel* e burguês, de latifundiário e capitalista, simultaneamente chefe de cangaço e político das grandes capitais, e que, nos meios políticos, seja do município, do Estado ou em âmbito nacional, vai defender diretamente os interesses de sua grei, mas procurando conciliar por todos os meios os interesses da burguesia e do latifúndio. Hoje pode comandar um bando de jagunços, pegar em armas ele mesmo à frente de grupos de homens rústicos e decididos, e amanhã falar da tribuna do Parlamento federal, manter órgão de imprensa para defender-se dos ataques dos inimigos políticos e conservar-se em armas no interior para impor seu prestígio

local, repelir um assalto do adversário à sua fazenda ou tomar de assalto a fazenda do adversário e corresponder-se amistosamente com o governador do Estado, com o ministro da Guerra, com o presidente da República. Floro Bartolomeu foi um desses tipos, uma de suas mais altas expressões no Brasil.

Chegou ele a Juazeiro vindo do interior da Bahia, seu Estado de origem, em 1908. Formara-se em Medicina em Salvador e clinicara durante algum tempo nos sertões de sua terra. Se já conhecia de perto o espírito da gente sertaneja, melhor o terá conhecido no exercício da clínica. Esta não podia propiciar-lhe os meios de vida entre sertanejos pobres naquela época. Empreendeu uma aventura. A cavalo, em companhia de um estrangeiro de espírito aventureiro, que se dizia engenheiro de minas e se intitulava conde — predicados jamais confirmados plenamente — chegou ao Cariri, dizem, atraído pelas notícias de uma mina de cobre da área do Coxá, no município de Aurora. A mina havia sido adquirida então pelo Padre Cícero Romão Batista, mas sua posse era litigiosa.

Floro Bartolomeu entrou logo em contato com o sacerdote famoso e, em pouco tempo, conseguiu tornar-se homem da máxima confiança e da intimidade do Padre, servindo-o como médico particular. A confiança deve ter aumentado ainda mais quando, naquele ano de 1908, Floro Bartolomeu não vacilou em resolver a questão da mina do Coxá à revelia da Justiça e à boa maneira da terra: pelas armas. Com as forças disponíveis em Juazeiro mesmo, armou um grupo de capangas. Foi a sua primeira prova de fogo. Com o consentimento do Padre, Floro resolveu dirigir os trabalhos de demarcação da propriedade onde ficava a mina. Dizem ter sido então agredido por um grupo de jagunços e soldados da polícia, a mando dos que disputavam a posse da jazida, no município vizinho. Numa descrição incompleta que deixou do episódio, diz Floro Bartolomeu que os atacantes "eram em número maior de 50 cangaceiros"[1].

[1] Citado por I. Pinheiro, *O Juazeiro do padre Cícero*, pág. 167.

Mas os antagonistas foram repelidos e as terras ficaram demarcadas como domínio do Padre Cícero, isto é, selada a bala a sua posse.

O nome de Floro Bartolomeu projetou-se rapidamente por todo o vale do Cariri e passou a ser respeitado não apenas por ter-se tornado um homem de confiança direta do Padre Cícero, mas por sua coragem pessoal, sua decisão de enfrentar inimigos numa luta armada com poderosos locais, verdadeiro chefe que se revelara.

Daí por diante seria ele personagem infalível na história de Juazeiro, ao lado do Padre Cícero, inicialmente, como executante da vontade do chefe espiritual do Cariri, logo a seguir, como chefe político autônomo e, mais tarde, verdadeiro ditador sobre a vontade do sacerdote e dos romeiros. Estes passaram às suas mãos de homem prático e enérgico desde o episódio da mina do Coxá, que podia não conter nenhum cobre, mas que fez a fortuna política de Floro Bartolomeu.

Os dois anos seguintes, 1909 e 1910, assinalam novas agitações internas no Cariri, concentradas agora em torno de Juazeiro. Sua população aumentava dia a dia. Tinha pretensões de separar-se do município do Crato, do qual permanecia simples distrito. Pleiteava-se para o povoado a categoria de vila. Mas o Governo do Estado protelava a decisão por não querer descontentar correligionários políticos do Crato, até então controladores tradicionais da melhor parcela do eleitorado caririense, e, também, por questões fiscais. Os ânimos se exaltam, trava-se polêmica pela imprensa, da qual participa Floro Bartolomeu, que ataca acremente seus adversários da cidade vizinha.

Advém então outro episódio, que iria consolidar o prestígio de Floro Bartolomeu. Durante algumas semanas, em 1909, o Crato e municípios vizinhos ficam em pé de guerra. De parte a parte mobilizam-se uns dois mil capangas. O chefe político do Crato, Alves Pequeno, recebe ameaças anônimas, alguns de seus apaniguados vacilam, mostram-se favoráveis a um entendimento pacífico, mas o coronel mantém a velha tradição do senhor feudal: é inabalável, contrário a qualquer entendimento com o adversário.

Aquelas tentativas de conciliação de 1909 concretizam-se dois anos mais tarde, em 1911, logo depois de ser Juazeiro

elevado a município autônomo, tendo o Padre Cícero como seu primeiro prefeito. Não é improvável ter sido Floro Bartolomeu o verdadeiro inspirador do famoso *pacto dos coronéis,* um dos documentos mais significativos da história do coronelismo no Brasil.

A aliança insólita foi assinada em Juazeiro em 4 de outubro de 1911, numa importante assembléia que congregava em torno do chefe político local, o Padre Cícero, como árbitro das divergências que perturbavam intermitantemente a paz no Cariri, os coronéis de todos os municípios da zona[2]. Nada menos de 17 chefes políticos municipais, inclusive o recalcitrante prefeito do Crato, Alves Pequeno, que nunca admitiria antes ombrear-se com os demais.

O documento, assinado e registrado em cartório, invoca inicialmente o nome prestigioso do sacerdote que se tornara chefe político, juntando-o ao nome do município que governa: "... Nesta vila de Juazeiro do Padre Cícero, município do mesmo nome..." — quando a denominação oficial era simplesmente Juazeiro[3]. Haveria aí, talvez, um assomo de bajulação para com o homem que se constituíra em depositário da confiança de milhares de nordestinos que o acompanhavam cegamente. Mas havia também uma transferência de responsabilidade por esse acontecimento invulgar: um entendimento entre potentados que se odiavam de morte, que viviam em brigas permanentes, que, se pudessem, se devorariam uns aos outros.

O objetivo declarado era, como se diz no preâmbulo dos nove artigos do pacto, que "se estabelecesse definitivamente

[2] Devemos observar que se tem modificado constantemente a composição dos municípios que compreendem o Cariri. Não só tem havido desmembramentos, como retificações na caracterização da própria zona. Diz Jáder de Carvalho que se tem obedecido sucessivamente a critério diverso, levando-se em conta às vezes a geografia econômica e física e, em época mais recuada, "a ínsula era muito maior, vista do ângulo do coronelato e do cangaço" (*O Município,* órgão do Conselho de Assistência Técnica aos Municípios, Fortaleza, Ceará, n.º 1, 1955, pág. 147).

[3] O nome foi alterado para Juazeiro do Norte em 14-6-1946, para não se confundir com o da cidade e município baianos de Juazeiro, denominação mais antiga.

uma solidariedade política entre todos, a bem da organização do partido[4] os adversários se reconciliassem, e ao mesmo tempo lavrassem um pacto de harmonia política".

O artigo 1.° visava, aparentemente, por na ilegalidade os grupos de cangaceiros. Mas como todos os chefes políticos possuíam seus bandos de jagunços e não podiam viver sem eles, estabelecia-se que "nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos". O termo *criminosos* era por demais vago e ao mesmo tempo restritivo. Em relação aos cangaceiros e capangas, não obstante o pacto, prevalecia o costume que a tradição consagrava. Eles não seriam considerados criminosos, desde que se pusessem a serviço dos potentados locais, pois assim estavam ao serviço da ordem...

O núcleo central do pacto se encontra no artigo seguinte, que é terminantemente: *"Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese".*

Os demais artigos lhe eram complementos: só poderia haver intervenção "para manter", nunca para derrubar o chefe constituído (art. 4.°); "inquebrantável solidariedade, não só pessoal como política" (art. 8.°); "um por todos, todos por um" (art. 8.°). E, finalmente, o último artigo, conclusão lógica dos anteriores: "Manterão todos os chefes incondicional solidariedade com o Excelentíssimo Doutor Antônio Pinto Nogueira Acióli, nosso honrado chefe, e como políticos disciplinados obedecerão incondicionalmente suas ordens e determinações".

Este pacto é um sinal de debilidade, um prenúncio de decadência do coronel tradicional, do potentado do interior, outrora senhor absoluto de seu feudo e em disputa constante com os feudos vizinhos. Sua maneira de pensar fora sempre esta: todos lhe deviam render vassalagem. Mas, ante um fenômeno como Juazeiro, ante essa jamais vista movimentação de camponeses pobres que nada tinham a perder e cujo controle era problemático — não estaria perigando a velha e entorpecida ordem latifundiária semifeudal?

4 Tratava-se do oligárquico Partido Republicano Conservador, cujo chefe era então no Ceará o próprio presidente do Estado, Nogueira Acióli.

Se isso inquietava os coronéis do Cariri, havia outro motivo ainda para que eles se unissem, "um por todos, todos por um": já não era segura a posição da oligarquia que, durante oito anos seguidos e mais quatro, depois de um breve intervalo, estava à frente dos destinos políticos do Estado. O governo Acióli, baseado fundamentalmente no poderio dos chefetes políticos locais, fazendo a política que interessava aos latifundiários, incompatibilizara-se, de há muito, com a burguesia comercial de Fortaleza, com a pequena burguesia urbana, e contra ele se manifestavam os próprios operários, apesar de sua fraqueza numérica e de sua falta de organização.

Assim, um dos objetivos do pacto dos coronéis era também mobilizar a opinião pública do Estado em favor dos Aciólis, garantindo a seu governo a solidariedade e o apoio de seus grupos de cangaço, agora unificados.

Nem terá sido por outro motivo que relutou durante tanto tempo em aderir ao pacto o prefeito do Crato, o município caririense onde era maior a influência da burguesia comercial. O Crato constituía, de certa forma, uma excrescência nessa aliança dos coronéis. Os interesses dos grandes comerciantes cratenses não podiam conciliar-se de todo com os dos latifundiários, que constituíam a força predominante e quase absoluta dos demais municípios da zona.

Nada impedia porém a marcha dos acontecimentos no sentido contrário às aspirações e aos empenhados esforços dos latifundiários do Cariri. Menos de quatro meses depois de assinado o pacto dos coronéis, era derrubada por movimento popular em Fortaleza a oligarquia Acióli (janeiro de 1912). Constituiu este acontecimento um duro golpe para os grandes proprietários rurais do Cariri. Seu desarvoramento foi completo. Mas era de tal forma sólida ainda sua base econômica, que eles não tardaram em rearticular-se para o revide imediato.

O substituto de Acióli no Governo do Estado era um oficial do Exército, Franco Rabelo, homem que desfrutava de ampla popularidade tanto entre a burguesia comercial como entre a pequena burguesia de Fortaleza e das principais cidades do Estado. Contaria também com o apoio declarado e ativo dos portuários de Fortaleza, que foram ao palácio do governo hipotecar solidariedade ao recém-eleito, logo que este

se viu ameaçado; dos ferroviários, que organizaram turmas para guardar o palácio. Carroceiros, trabalhadores de rua, bem como funcionários públicos, comerciários, estudantes, revezavam-se na guarda do palácio, quando mais tarde bandos de capangas comandados por Floro Bartolomeu chegaram às portas da Capital.

Derrubada a oligarquia impopular dos Aciólis, os latifundiários do Cariri não vacilaram um só instante: enviaram imediatamente um emissário ao Rio de Janeiro, para entender-se diretamente com o Governo central.

O emissário escolhido era Floro Bartolomeu.

No Rio, sua missão seria fácil, embora demorada. A representação parlamentar do Ceará no Parlamento federal contava com sua principal base de eleitores no interior do Estado, particularmente entre os coronéis do Cariri. Não se tratava de eleitores de cabresto. As atas eleitorais eram simplesmente forjadas: eleições a bico de pena, como se chamavam. Era do interesse dos senadores e deputados reacionários, como Francisco Sá e outros, restaurar a antiga situação em sua província, restabelecer os privilégios locais de suas famílias e seus grupos. Do contrário, eles próprios correriam perigo num futuro pleito, com o desmonte de sua máquina eleitoral. Empenharam-se, assim, por todos os meios, para substituir Franco Rabelo no Governo do Estado.

Não constituía problema sério encaminhar as coisas com esse objetivo. Apenas demandava tempo, uma vez que casos análogos ocorriam em vários Estados, onde velhas oligarquias locais vinham sendo postas abaixo, muitas vezes substituídas apenas por novas oligarquias. O poder central era exercido de fato pelo chamado "homem forte" do regime, Pinheiro Machado, presidente do Senado; o presidente da República, homem medíocre e fraco, lhe era submisso. E Pinheiro Machado tratava de criar condições para, a menos de dois anos da sucessão presidencial suprema, substituí-lo na chefia do Estado. As eleições eram decididas pelas camarilhas dos chefetes estaduais, apoiados nos coronéis do interior. Não era desprezível o contingente eleitoral do Ceará, e nele avultava o do Cariri. Era natural, portanto, que tudo se resolvesse de acordo com a vontade dos coronéis do Cariri.

Floro Bartolomeu regressa ao Ceará, em outubro de 1913, com as credenciais de futuro Governador do Estado. Os representantes do Ceará no Congresso lhe haviam dado carta-branca para agir de acordo com os interesses dos latifundiários caririenses, criando condições para derrubar Franco Rabelo e para uma intervenção federal no Estado, a qual lhes seria favorável.

Cartas divulgadas mais tarde revelam toda a trama. Um senador da República, Francisco Sá, escrevia ao Padre Cícero indicando-lhe que em Juazeiro se reuniria uma "assembléia estadual" insubmissa, sob a presidência de Floro Bartolomeu. Declarar-se-ia assim uma dualidade de poderes legislativos no Estado, e o Governo federal teria razões suficientes para decretar a intervenção, isto é, para afastar Rabelo do Governo estadual. Quanto aos "detalhes" — acrescentava o senador — "há um, entretanto, que me parece conveniente deixar claro desde já. Esse é o que se refere à eleição do presidente da assembléia legal a reunir-se em Juazeiro... Esse deve ser o próprio Floro, cujo nome encontrará o mais decidido apoio da política federal"[5]. O mais, Floro Bartolomeu diria por sua própria voz.

Do plano à sua execução foi um passe de mágica. Homens e armas suficientes estavam à disposição de Floro Bartolomeu. O Governo federal lhe dera o resto — e o essencial, que era dinheiro.

Floro chega a Juazeiro, procedente do Rio, em 22 de novembro de 1913, e em 9 de dezembro rebenta em juazeiro o movimento armado contra o Governo do Estado. Floro Bartolomeu, pessoalmente, com seus jagunços, assalta o quartel da Força Pública local, cuja guarda se rende sem oferecer a menor resistência.

Três dias depois, como ficara assentado no Rio, reúne-se em Juazeiro a assembléia "legal", sob a presidência de Floro Bartolomeu, que era deputado estadual então. A seguir, a assembléia juazeirense proclama Floro presidente temporário do sul do Estado.

[5] J. Pinheiro, ob. cit., págs. 194-195.

Seu objetivo imediato é granjear popularidade: não vacila em tomar uma medida que satisfaz ao maior número — a suspensão do pagamento dos impostos até 30 de março do ano seguinte.

Se praticamente não houve resistência interna em Juazeiro, os rebeldes contavam como certa, porém, uma ofensiva das forças do governo de Franco Rabelo. Realmente, na segunda quinzena de janeiro de 1914, tropas enviadas de Fortaleza atacam Juazeiro.

Os jagunços de Floro esperavam o ataque. À chegada das tropas adversárias, estava Juazeiro circundada por um enorme valado e uma barreira de terra, numa extensão, dizem, de nove quilômetros. As energias fabulosas de milhares de pessoas, homens, mulheres e crianças, munidos de instrumentos rudimentares, haviam levantado aquela trincheira no curso de uma semana, trabalhando dia e noite. "Comboios intermináveis de rifles e máuseres, chegavam cada noite, via Paraíba, ou via Recife... Lá estavam [em Juazeiro] homens que haviam guerreado em Canudos, na defesa de Antônio Conselheiro"[6]. "O grande corpo de combatentes era de fanáticos. Rodeavam-nos, mais intrépidos, todos os cangaceiros dos vastos sertões limítrofes"[7].

Como era de esperar, as forças atacantes foram logo repelidas e postas em fuga. Os sediosos de Floro Bartolomeu marcharam-lhes ao encalço e não deixaram pedra sobre pedra. Invadiram e saquearam sucessivamente o Crato, Barbalha, Quixadá, rumaram para Fortaleza, nos comboios da estrada de ferro, cujas pontas de linha ainda se encontravam em Iguatu.

Nesse meio tempo, o Governo central havia desempenhado sua parte no drama tragicômico: decreta a intervenção federal no Ceará em 14 de março de 1914. Os jagunços de Floro Bartolomeu estavam às portas da capital, "a cidade" — Fortaleza.

6 Loureno Filho, *Juazeiro do padre Cícero*, 2.ª ed., s. d., São Paulo, pág. 127.
7 *Idem*, pág. 146.

Franco Rabelo embarca de volta ao Rio. Assume o Governo do Estado um homem de confiança imediata de Pinheiro Machado, o oficial do Exército Setembrino de Carvalho.

Triunfara a sedição de Juazeiro, concertada entre Floro Bartolomeu, capitão de jagunços, deputado estadual, e o Poder supremo da República.

O latifúndio — o coronelismo, sua expressão local — mostrava que ainda era uma força, em plena segunda década do século XX, depois de desbancar do poder político na província, pelo menos temporariamente, a burguesia comercial e a pequena burguesia urbana do Ceará, e impor sua vontade.

O nome de Floro Bartolomeu adquiriu ressonância nacional. E ainda não terminara ele sua carreira política vertiginosa. Novos sucessos lhe estavam reservados[8].

[8] Floro Bartolomeu não negava sua condição de chefe de jagunços. No seu relato histórico de 1923 sobre os acontecimentos de Juazeiro e a influência do Padre Cícero, disse textualmente: "Seria possível que não se saiba ainda hoje que fui eu o chefe da revolução do Juazeiro e o único responsável por ela...? Esse movimento que, por motivo de ordem especial fiz irromper no Juazeiro, não foi nem podia ter sido sustentado somente, por cangaceiros..." (Ob. cit., pág. 89).

5

O Padre na Penumbra

...Não fiz a revolução, nela não tomei parte nem para ela concorri, nem tive a menor parcela de responsabilidade direta ou indiretamente nos fatos ocorridos.

PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA

PROJETARA-SE DE TAL FORMA A figura singular de Floro Bartolomeu, homem enérgico, inteligente, audaz, que no auge da chamada "revolução" de Juazeiro o nome do Padre Cícero fica relegado a um evidente segundo plano. No entanto, sua influência religiosa não diminuiria; ao contrário, com a vitória política da facção dos coronéis do Cariri, comandados por Floro Bartolomeu, o prestígio do Padre crescera enormemente entre a população pobre do Nordeste.

Mas tudo indica que o potentado político passava a suplantar nos demais terrenos o ditador espiritual das massas.

Não há motivo para duvidar das palavras do sacerdote com que abrimos este capítulo. Quanto mais que uma carta telegráfica expedida por Floro Bartolomeu quando de sua permanência no Rio, tramando a intervenção federal no Estado, confirma plenamente que o Padre Cícero ficara reduzido na prática ao papel de arregimentador de homens que

iriam servir aos objetivos políticos (e econômicos, como veremos depois) dos coronéis do Cariri. Diz a carta de Floro ao Padre: "... Aceite a minha opinião e faça como eu acho melhor... Envio-lhe hoje mesmo uma cópia do telegrama para V. Revma. dirigir ao general Pinheiro [Pinheiro Machado] expondo a situação e dando os meios de uma acomodação séria [...] Peço não apartar-se de minha orientação"[1].

Não é conhecida a resposta do Padre Cícero às atrevidas instruções de Floro Bartolomeu, mas pelos acontecimentos ulteriores deve ter seguido à risca as ordens terminantes do caudilho. Tanto que sendo contrário a um movimento armado para depor o Governo do Estado, não se atreveu a desautorizá-lo de público. Durante o ataque a Juazeiro pelas tropas governistas, na execução das obras de entrincheiramento da vila e no curso da própria luta, o Padre Cícero fazia preleções diárias à multidão de romeiros aglomerados em frente à sua casa, incutindo-lhes ânimo, dando-lhes esperanças na vitória final.

Floro Bartolomeu, tampouco, seria algo sem o Padre. A diferença é que, em política, era Floro o elemento atuante. Neste ponto, mais uma vez o próprio sacerdote depõe decisivamente. Não sendo atendido pelo presidente do Estado, Franco Rabelo, para uma solução conciliatória do conflito criado antes da luta armada, mas quando esta já se tornara inevitável, o Padre Cícero confessa: "... Considerei finda a minha árdua tarefa, afastando-me do campo da ação política, deixando ao mesmo tempo que o Dr. Floro agisse segundo as ordens recebidas..."[3]

A marcha das operações militares, o acordo com as autoridades federais para que os grupos aguerridos de jagunços não entrassem em Fortaleza, a volta imediata dos mesmos jagunços ao Cariri — tudo isto foi decidido por Floro Bartolomeu.

A esta altura dos acontecimentos o próprio caudilho sertanejo deve ter receado a propagação das hostilidades além

1 Irineu Pinheiro, ob. cit., págs. 238-239.
2 Lourenço Filho, *Juazeiro do padre Cícero*, 3.ª ed., São Paulo, s. d., pág. 196.

dos limites por ele previstos e desejados, de acordo com os chefes políticos do Rio. Basta pensar no estado de espírito da jagunçada vitoriosa, que invadira sucessivamente várias cidades, incendiara fazendas de adversários políticos de Floro, havia colocado à sua mercê os comboios ferroviários que demandavam Fortaleza — quando a imensa maioria deles via pela primeira vez um trem e nele viajava. Ante o alarma da burguesia comercial de Fortaleza, considerando-se ameaçada de saque pelos grupos armados de Floro Bartolomeu, este não vacila, transaciona e manda recuar os jagunços. Era um indício de quanto a burguesia comercial tinha influência, ainda que restrita, de quanto Floro era sensível a seus interesses, que em parte também eram os dele.

Pode-se avaliar o quanto estes acontecimentos, precipitados em poucos meses, contribuíram decisivamente para uma profunda modificação na psicologia do sertanejo envolvido na luta armada.

Obedecendo as ordens de Floro Bartolomeu, os grupos de jagunços regressam ao Cariri e vão concentrar-se novamente em Juazeiro.

A situação do Estado modificara-se do ponto de vista político. Os coronéis do Cariri consideravam-se agora seguros em suas posições, vitoriosos num conflito armado contra o Governo do Estado, que haviam conseguido substituir. Podiam, portanto, dispensar uma grande parte dos capangas que tinham sido arregimentados para um empreendimento de grande importância, fato inédito na vida do País: o assalto à capital do Estado. Eram aproximadamente uns 5 000 homens — um exército para a época, num Estado de população rala e cujo total não ia além de 1 milhão de habitantes.

Cumprindo as ordens de Floro Bartolomeu, esses homens regressaram a Juazeiro e sem dúvida alguma iriam constituir um problema para as autoridades locais.

Terminada a luta, competia muito mais ao Padre Cícero do que a Floro Bartolomeu resolver um sério problema: a superpopulação de Juazeiro. Tratava-se de uma situação concreta e que os "milagres" do sacerdote não podiam solucionar. Eram milhares de homens válidos, energias transbordantes, e agora com sua mentalidade modificada pela luta armada em que se tinham envolvido. Aqueles meses em armas, em condi-

ções perfeitamente "legais", a derrota que tinham infligido às tropas governistas, às portas de Juazeiro, a marcha vitoriosa sobre a capital, a tomada de muitas cidades intermediárias, a deposição do governo contra o qual tinham sido mobilizados — tudo isto lhes dera outra mentalidade. Muitos deles não aceitariam de boa-vontade a volta ao trabalho, ao cabo da enxada, onde viviam antes como míseros explorados, semi-servos, contando apenas com a alimentação parca e a moradia por 12 horas e mais de labor estafante. De bom grado, preferiam permanecer como jagunços de algum fazendeiro ou sitiante. Era uma espécie de libertação...

Mas Juazeiro não era só esses 5 000 homens armados por Floro Bartolomeu e seus correligionários. Eram milhares e milhares de pessoas, entre a população fixa e a enorme população flutuante, a maioria das quais, no meio da segunda década do século, vivia mais ou menos aos deus dará. Constituíam um esplêndido manancial de mão-de-obra barata ou quase gratuita para os fazendeiros do Cariri. Estes, que de há muito lutavam com a escassez de braços, podiam agora ver supridas suas necessidades.

A época, o Brasil ainda figurava como o único produtor de borracha em larga escala para o mercado mundial. Florescia a Amazônia com seringais nativos, sangrados por esses mesmos nordestinos, retirantes das secas, que lá iam viver quase como escravos. À sua custa, enriqueciam da noite para o dia os donos dos seringais amazonenses. Corriam lendas, por todo o Ceará, sobre as fortunas acumuladas rapidamente com a extração da borracha. Era uma forma tradicional de atrair mais e mais imigrantes para a Amazônia.

A formidável concentração de nordestinos em Juazeiro era como que uma tentativa inconsciente de preservar para os coronéis do Cariri esses braços disponíveis e que emigravam em ritmo alarmante. A borracha dava dinheiro? Se não era possível a adaptação da *Hevea brasiliensis* no clima do Nordeste, era possível estender por todo o vale o plantio de um arbusto facilmente cultivável e também produtor de látex: a maniçoba.

Enquanto Floro Bartolomeu decidia os assuntos políticos, Padre Cícero mandava distribuir seus romeiros entre os donos de sítios do Cariri. Deles dispunha como objetos de posse.

Cita Irineu Pinheiro o trecho de uma carta dirigida pelo Padre a um seu encarregado de sítio na serra do Araripe, em que diz: "Vão os 25 homens que ele [o suposto conde Adolfo van den Brule, que acompanhara Floro Bartolomeu da Bahia a Juazeiro] mandou pedir" para os trabalhos de extração da borracha[3]. Acrescenta o cronista caririense que a partir de 1889 "encheram-se de *romeiros* as serras e os vales, os *baixios* e as *caatingas* de todo o sul cearense [...] Avultou a lavoura do Cariri, até então carecido de braços para a cultura de suas terras". E acrescenta "ter sido o fenômeno de Juazeiro uma das principais causas do povoamento e riqueza econômica da zona meridional do Ceará"[4].

Muito antes da luta armada dirigida por Floro Bartolomeu, já em 1909, João Brígido aplaudia a iniciativa do Padre Cícero de arregimentar 2 500 romeiros para capinar uma roça avaliada em 700 tarefas de arroz, milho e feijão, na Baixa da Anta, a três quilômetros do Crato[5]. Mais tarde, 3 000 romeiros eram mandados para os plantios de mandioca da serra do Araripe.

Por estes dados se percebe que Juazeiro se transformara num grande mercado de mão-de-obra barata ou quase gratuita para os proprietários de terra do vale do Cariri. Com a unificação temporária dos chefes políticos locais sob a égide do Padre Cícero, os coronéis que pertenciam às suas hostes recebiam a sua cota-parte de trabalhadores que, conforme a tradição do vale, nas épocas mais ou menos tranqüilas iam lavrar a terra, cortar a cana, fabricar a rapadura, extrair a borracha, colher o algodão, plantar o milho e o feijão, vaquejar o gado, e nas épocas conturbadas pegavam de um rifle para o que desse e viesse: em defesa da propriedade do patrão ou em assaltos por ele ordenados.

Com a substituição do Governo estadual e o advento de uma situação mais favorável aos coronéis do Cariri, os homens válidos, na sua maioria, pegavam na enxada. Progredia

3 Irineu Pinheiro, *O Cariri*, Fortaleza, 1950, pág. 21.
4 *Idem*, pág. 280.
5 A. Montenegro, *História do fanatismo*, pág. 18. (A tarefa, no Ceará, equivale a 3 600 metros quadrados.)

não apenas o cultivo da maniçoba. À falta da farinha de trigo, que as populações interioranas nem sequer conheciam, plantava-se mais e mais mandioca, que proporcionava a base quantitativa da alimentação da pobreza. O crescimento da população reclamava maior abundância de produtos alimentares. E os campos se povoavam. Juazeiro, misto de cidade e acampamento, com seus casebres improvisados, de gente que não tinha a certeza se demoraria ali muito tempo, adquiria ares urbanos, segundo o conceito vigente desde os tempos da Colônia: nas vastidões sem fim do País, qualquer mísero burgo era considerado cidade. O Crato, bem próximo, lucrava também com essa onda de migração interna, e seu comércio crescia, estimulando a agricultura.

Era geralmente reconhecida a falta de ambição pessoal do Padre Cícero Romão Batista. Sabe-se que o sacerdote jamais admitira, desde sua ordenação, receber um níquel sequer como pagamento da celebração de atos religiosos. Era este um dos principais motivos de sua enorme popularidade entre gente que vivia em extrema pobreza e que, muitas vezes, trabalhava também mediante remuneração em espécie, sem ver a cor do dinheiro. Era como se a própria religião se adaptasse ao império da economia natural. Pois presentes, em produtos, gados e terras, jamais faltaram ao sacerdote. O certo é que, com o correr dos anos, o Padre Cícero teve que se adaptar ao meio onde vivia, acumulando bens, cortejado pelos grandes proprietários, até se tornar um deles. E foi comprando terras, pelo "bom desejo de deixá-las, por sua morte [...] para as instituições pias e de caridade"[6], inicialmente no vale, depois nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de numerosos prédios em Juazeiro. O testemunho de Floro Barlomeu, neste particular, é do mais valiosos, no referente ao Padre Cícero, suas posses, e ao favorecimento dos latifundiários do vale: "Pelos seus esforços de homem inteligente e bem intencionado, não só em Juazeiro como em toda a zona do Cariri, a agricultura foi sendo pouco a pouco desenvolvida. A medida posta em prática para esse fim patriótico foi de colocar-se nos sítios dos amigos as pessoas pobres que iam che-

[6] *Juazeiro e o padre Cícero*, pág. 32.

gando, resolvidas a fixar residência [...] De forma que os proprietários foram auferindo melhores lucros pela maior produção"[7]. Acrescenta o caudilho que o sacerdote, "para estimular os romeiros, também fazia grandes plantios por sua conta". E esclarece em nota de pé de página: "Deve-se exclusivamente ao Padre Cícero o plantio da maniçoba na serra do Araripe em uma área de cerca de dez léguas"[8]. E ainda em referência ao sacerdote milagreiro: "... ele é o maoir agricultor do Cariri..."

A essa época, o Padre Cícero organizara, ele mesmo, uma relação de suas propriedades, pela ordem alfabética de suas denominações. Tantas eram! E naquele mesmo ano em que Floro Bartolomeu lhe fazia o elogio na Câmara Federal, redigia o Padre seu testamento, que é uma espécie de síntese de sua vida até então. Aí são enumeradas 5 fazendas, 30 sítios, além de vários terrenos, ou lotes de terra, prédios urbanos, cujo total, pelo testamento, é impossível avaliar. Menciona, por exemplo, 15 "prédios" (casas térreas) e sobrados (casas de dois pavimentos) em Juazeiro, faz referência a "um quarteirão de prédios", sem dizer quantos, na Rua São Pedro, na mesma cidade; cita, de maneira imprecisa, como propriedade sua, o prédio onde funciona a cadeia pública, "bem como os demais que se seguem contiguamente à mesma rua e na Rua Padre Cícero", de forma que, pelo documento em apreço, não se sabe exatamente quantos imóveis urbanos possuía o sacerdote. Além disso, tinha criação de gado, não se conhecendo porém o número de reses.

Era uma fortuna regular para a época e para o meio. Havia ultrapassado, em posses, antigas e tradicionais famílias de grandes fazendeiros do vale, sendo sua origem a de uma modesta família pobre.

Nascido aí, vivendo aí, desfrutando aí de enorme popularidade, dispondo de tudo quanto fazia de alguém um *coronel*, por qûe não seria ele um *coronel?* Apenas por que vestia batina, ordenara-se padre, fazia "milagres"? Na verdade, nada diferenciava o Padre Cícero Romão Batista de qualquer dos

7 *Idem*, pág. 44.
8 *Idem*, pág. 45.

latifundiários da zona. Utilizava, e em enorme escala, os mesmos métodos familiares àqueles, como dar abrigo a capangas e cangaceiros e aproveitá-los ou permitir que outrem os aproveitassem para a consecução de objetivos políticos que também eram os seus.

Pode-se argumentar: o Padre não tinha ambições políticas, tanto que eleito vice-presidente do Estado, por mais de uma vez, não foi nunca a Fortaleza tomar posse de seu cargo, nem tampouco exerceu o alto mandato de deputado federal que lhe haviam confiado seus romeiros. Sim, sua ambição política era limitada ao meio em que vivia. Mas, de onde lhe vinha o prestígio entre aquela massa que o cercava, senão da convivência diária com ela, do sermão cotidiano à multidão aglomerada em frente a sua casa, da esperança dos romeiros em seus "milagres"? Porque o sacerdote nem uma só vez desautorizou os consabidos embustes apresentados como milagres seus, preferindo, pelo silêncio, alimentar a crença de que era capaz de fazê-los. Com sua cultura restrita, sua mentalidade provinciana, seus parcos dons tribunícios, ele devia ter suficiente bom-senso para reconhecer que fora de Juazeiro, mesmo em Fortaleza, muito menos no Rio, teria um papel mais do que medíocre, apagado.

Além disso, abandonar os romeiros seria perdê-los. Ausentar-se de Juazeiro, seria despojar-se do principal motivo de atração daquela onda humana permanente que demandava o Cariri, e da qual já não podiam prescindir os donos de sítios e engenhos e o próprio comércio das cidades do vale.

Neste ponto, Floro Bartolomeu mais uma vez nos traz seus depoimento precioso para uma justa apreciação da realidade da época. Replicando a palavras do Dr. Morais e Barros, chefe de uma comissão federal que fora a Juazeiro e apresentara ao Governo um relatório bastante negativo sobre a situação da cidade, o caudilho caririense dizia, com bastante acuidade e sinceridade não menor: "Se S.S. fosse um homem de critério na observação, perceberia que o único risco a se temer, depois da morte daquele sacerdote, é grande parte da população, coagida por perseguições ou desolada pela sua falta, abandonar o lugar, dando vultoso prejuízo ao Estado,

pela diminuição da lavoura, redução do comércio e falta de braços para o trabalho útil e compensador"[9].

É a prova cabal de que os grandes proprietários de terra do Cariri, entre eles o Padre Cícero, tinham interesse na concentração de "fanáticos" em Juazeiro, precisamente como reserva de mão-de-obra barata.

Deve-se observar que, no mesmo discurso perante a Câmara, Floro Bartolomeu foi mais longe na defesa dos interesses dos latifundiários da zona, acusando os governos de facilitarem "criminosamente a deslocação dos flagelados nordestinos para o sul do País"[10]. E diz em nota acrescentada ao discurso: "Se não fosse a população de Juazeiro, a cultura de algodão de grande parte do sertão da Paraíba desapareceria. Atualmente, na época da colheita, seguem para os municípios de Souza, Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e outros, cerca de cinco mil pessoas, na maioria mulheres"[11].

Assim, os fatos evidenciam uma acirrada disputa entre latifundiários do Extremo Norte e do Sul com os do Nordeste pelo controle e utilização desse manancial de mão-de-obra semi-servil, que a tudo se sujeitava. É uma luta que não cessou até hoje. O Sul, já então, começava a ganhar terreno, apesar da distância, graças ao seu ritmo mais intenso de desenvolvimento econômico e, portanto, maior capacidade de absorção de mão-de-obra. Nas épocas de seca, deslocam-se para aquela região grandes contingentes de nordestinos que a economia do Nordeste não tinha possibilidade de manter durante os períodos de estiagem.

O Cariri, com os "milagres" do Padre Cícero e a esperteza de Floro Bartolomeu, funcionava como válvula de contenção da sangria enorme que desfalcava permanentemente as reservas humanas do Nordeste. O grande perigo estava em perder essas reservas.

9 Ob. cit., pág. 153.
10 *Idem*, pág. 13.
11 *Idem*, pág. 90

Apogeu do Cangaceiro e do Jagunço

Não poupe bandido. Execute-os sumariamente. (Ordem do presidente do Ceará a um comandante de tropas no sertão.)

Durou mènos de três meses a intervenção federal no Ceará. Em junho de 1914, o interventor era substituído por um presidente eleito para completar o período do governo derrubado pelos coronéis do Cariri.

Em setembro de 1915, um acontecimento fortuito vem abalar a facção dos grandes proprietários de terra: o assassínio, no Rio, do caudilho nacional Pinheiro Machado. Com sua morte, cai por terra todo um esquema já montado e antecipadamente considerado vitorioso para a sucessão à Presidência da República, no qual era ele o candidato indiscutido.

Já antes, a vitória fácil restaurara o anterior *status quo* no Cariri: os chefes políticos locais tinham voltado a suas rixas e conflitos armados. Em meados de 1915, alguns chefetes investem, com 300 homens, contra a vila de Porteiras, defendida por uma guarnição da Polícia Militar do Estado. Esta é

desbaratada e posta em fuga. A situação atinge tal gravidade que é sugerido o estabelecimento de unidades do Exército nos sertões do Nordeste. Faz-se, durante anos, uma verdadeira campanha neste sentido. Isto, naturalmente, correspondia aos desejos de setores da burguesia, objetivando contrapor-se à prepotência do latifundio, enfrentando e destruindo suas hordas de jagunços. Mas, ainda era cedo. E enquanto o Exército permanece à margem dos acontecimentos — reservando-se apenas para casos extremos e na defesa da própria ordem semifeudal, como em Canudos — o presidente do Estado do Ceará, Benjamin Barroso, envia uma numerosa força de polícia militar para o Cariri, com a recomendação expressa a seu comandante: "Não poupe bandido. Execute-os sumariamente"[1]. Não se sabe ao certo quantos foram executados, embora se conheçam os nomes de vários chefes de bandos que foram abatidos, mas se mencionam mais de duas centenas de aprisionados, naturalmente os menos periculosos, além dos muitos que foram desbaratados.

Logo depois dos acontecimentos que culminaram com a derrubada do Governo do Estado, e nos quais os grupos armados por Floro Bartolomeu, José de Borba Vasconcelos, Pedro Silvino e outros correligionários do Padre Cícero desempenharam o papel decisivo, os coronéis do Cariri — e com eles os de todo o Nordeste — haviam obtido como que o reconhecimento formal de sua suberania local e, inclusive, de seus exércitos particulares de jagunços. E utilizavam-nos a seu bel-prazer.

Por isso mesmo, o ambiente era extraordinariamente propício à continuação dos antigos conflitos pelo aumento de sua influência política e de seus domínios territoriais. Assim, fora rasgado para sempre o "pacto de harmonia" assinado sob a égide do Padre Cícero.

Já vimos que o Cariri sofria permanente escassez de mão-de-obra. No entanto, dada a existência de fortes elementos de economia natural na zona, não lhe era possível absorver um anormal excesso de braços num período de estiagem. E 1915 era um ano de seca a dizimar tudo. Nos começos do século,

1 A. Montenegro, *História do cangaceirismo*, pág. 79.

a falta completa de chuvas na região nordestina reduzida à fome ou à subnutrição extrema, aproximadamente metade da população do Estado, avaliada então em 1 milhão e 200 mil habitantes. Deslocava de seus míseros lares cerca de 100 000 pessoas[2]. Isto sem contar os elevados contingentes de flagelados de outros Estados que demandavam o Ceará à procura de meios mais fáceis de transporte para a Amazônia.

Desses 100 000 deslocados, a maior parte ficava perambulando sem rumo certo, vivendo de esmolas, de roubos, de assaltos a mão armada. Estão na história do Nordeste os grupos aguerridos de salteadores, cujas ações se multiplicam nos anos de seca: os Brilhantes, os Serenos, os Viriatos, os Simplícios, os Meireles, os Calangros, os Quirinos, que em geral tomavam o nome ou apelido de seu chefe. Se o latifúndio os gerava, as grandes estiagens, matando as lavouras, dizimando os gados, exterminando a gente, exacerbava-lhes o desespero, não lhes deixando outra alternativa a não ser o banditismo sem quartel. Na grande seca de 1877-1879, quando começaram a intensificar-se as ações dos grupos de bandoleiros, uma correspondência da cidade caririense de Barbalha para Fortaleza comentava este fato, que devia traduzir mais ou menos uma realidade: "Hoje, é perigoso ser rico, pois o povo pobre [os bandidos] lhes hão declarado guerra de extermínio"[3]

Trecho de um relatório do Governo da Província referente ao ano de 1878 indica a gravidade do problema. Diz o presidente: "Chegando ao meu conhecimento que hordas de salteadores conhecidos pelos nomes e antonomásia dos chefes, Viriato, Quirino e Calandro que há alguns anos cometem toda sorte de violência nos confins desta província com as de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, recomeçavam suas excursões no Cariri, dirigi-me aos presidentes daquelas províncias requisitando a sua cooperação para perseguirmos eficazmente os malfeitores, que com facilidade escapam fugindo de uma para outra jurisdição". "Forças combinadas desta Província e da Paraíba conseguiram sitiar o grupo dos Viriatos, por ventura o mais audaz e poderoso daqueles bandidos,

[2] Rodolfo Teófilo, *A seca de 1915*, Rio, 1922, pág. 88.
[3] *Cearense*, 17-3-1878.

na povoação de Boa Esperança, do termo de Milagres, da qual se tinha assenhoreado; e aí travou-se o combate, em que morreram doze salteadores e um soldado, tendo-se dado de parte a parte muitos ferimentos. Vigorosamente atacado e batido, o grosso da quadrilha pôde todavia evadir-se; mas ficaram treze prisioneiros, mais de cem cavalgaduras, e valores de subida importância, fruto de suas depredações". Prossegue o relatório oficial: "Assim creio poder afirmar que o Cariri está libertado desses facínoras que, originados em grande parte das províncias vizinhas, haviam demandado em razão da seca à mais fértil região do Ceará, e inspiravam tal horror que, depois dos morticínios e roubos praticados de julho do ano passado a abril deste ano, entravam de público nas vilas e povoados, soltavam os presos, tributavam a população e declaravam-se seus protetores contra os outros bandos"[4].

Por esse trecho do relatório do presidente da Província, percebe-se o quanto era grave o problema, quando um único bando, que consegue parcialmente escapar da captura, deixa nas mãos de seus perseguidores mais de cem animais de montaria; quando ocupa povoados e vilas e atua como poder local sobre seus habitantes. O engano do presidente estava em supor que o Cariri estava livre dos cangaceiros. Talvez não fosse engano: pretendia contar vantagens como administrador. Outros lhe seguiriam o exemplo...

O ano de 1915 distingue-se essencialmente do de 1877 ou 1878, por estarem agrupados em torno de chefetes locais os principais contingentes de bandoleiros. O seu número, em 1915, devia ser enorme e ultrapassar todas as cifras anteriores. Para isto concorria o término da luta de Juazeiro contra o Governo do Estado, o ano de seca rigorosa e, simultaneamente, da decadência da extração da borracha da maniçoba, pois sua exportação caíra de maneira drástica. Em 1912, a exportação da borracha brasileira alcança seu ponto culminante, com um total de 42 000 toneladas. "Daí por diante é o declínio... Nesse ano, a exportação [...] representa quase 40% da exportação total do País contra [...] pouco mais de 40%

4 *Cearense,* 16-1-1879.

representada pelo café"[5]. É verdade que a produção da borracha no Nordeste era uma parcela mínima em relação à produção da Amazônia, mas no Cariri, como já vimos, a maniçoba tornara-se um dos principais cultivos.

Ao transmitir o Governo do Estado, em 1916, o presidente Benjamin Barroso vangloriava-se de ter eliminado o cangaceirismo em todo o Ceará. Perseguira-o, é verdade, prendera centenas de sertanejos insubmissos, matara muitos, destroçara grupos inteiros. Mas a base fundamental, a matriz do cangaceiro e do jagunço permanecia intocada: o monopólio da terra, onde o trabalhador vivia como um semi-servo. O latifúndio produzia o mal e o alimentava. Provocava a miséria entre os despossuídos, em cujo seio nasciam os bandoleiros, que se voltavam contra o latifúndio, ainda que de maneira inconsciente. Mas a força deste era tão grande ainda que conseguia corrompê-los, desviá-los do seu caminho de rebelião contra a ordem dominante e colocá-los a seu serviço, aliciando-os, como jagunços, para sua própria defesa. O cangaceiro rebelado se transforma em "cangaceiro manso"[6]. É o capanga ou jagunço, na fazenda de um grande proprietário. Os próprios bandos autônomos se vêem enredados nas malhas do latifundiário. Para fugir às perseguições da polícia, ocultam-se no melhor lugar onde podem fazê-lo com segurança — uma grande fazenda, abrigo em geral inviolável. E seu campo de ação torna-se vastíssimo sob a proteção do *coiteiro*[7].

A informação do presidente Barroso, em 1916, não passava de vã jactância. Os grupos de cangaceiros ainda vagabundeariam, em plena florescência, durante uma década, pelo menos, até iniciar-se a sua decadência completa e definitiva. Talariam todo o Nordeste, da Bahia ao Maranhão, numa verdadeira conflagração regional. O seu número, dada a multiplicidade dos grupos, o total de bandoleiros mortos, os aprisionados, os postos fora de combate, e no entanto sua renovação incessante, deveria compreender vários milhares. Devidamente

[5] Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*, São Paulo, 1949, pág. 248.
[6] Optato Gueiros, *Lampião*, 2.ª ed., São Paulo, 1953, pág. 32 ss.
[7] Ver o romance de José Américo de Almeida, *Coiteiros*.

arregimentados, com objetivos pré-determinados, conscientes de sua condição de explorados e oprimidos em luta contra os exploradores e opressores, os latifundiários, poderiam ter provocado uma mudança radical na economia agrária do País. Dispersos, tornaram-se impotentes, malbarataram o formidável potencial de energias revolucionárias neles represadas durante séculos.

Nesse desbaratamento de forças potencialmente revolucionárias, em busca de uma saída para a situação de miséria das massas campesinas, o Padre Cícero e os coronéis do Cariri desempenharam um papel decisivo.

O primeiro quartel do século XX foi o ponto culminante da revolta primária das populações rurais pobres contra o latifúndio. Os principais contingentes de revoltados concentraram-se em Juazeiro. No entanto, o Padre Cicero, em cuja orientação confiavam cegamente, desviou a torrente do rumo que inevitavelmente tomaria: o assalto em massa às grandes propriedades dos fazendeiros, tanto do Cariri como de todo o Nordeste. O sacerdote agiu aqui como um autêntico conciliador de interesses antagônicos, amortecedor de choques de classes, em favor do latifúndio.

Em primeiro lugar, tratou sempre de fazer crer, nem que fosse pelo silêncio, na sua capacidade de obrar milagres. Os míseros que se aglomeravam em Juazeiro deviam, portanto, esperar de fenômenos extraterrenos sua salvação. Era o primeiro passo para quebrar-lhes o ânimo de luta, sabido embora que Juazeiro foi durante muitos anos um foco permanente de agitações, de conflitos, de atritos, de brigas, em que as armas estavam à mostra e algumas vezes entravam em ação, nas mãos de gente decidida.

Em segundo lugar, o Padre entregava, de pés e mãos atados, à insaciedade dos latifundiários do Cariri aqueles homens que buscavam mais do que trabalho: buscavam, ainda que inconscientemente, a libertação social. Como já vimos, muitos milhares de sertanejos foram distribuídos como gado entre os coronéis do Cariri, dispersando-se e indo trabalhar quase de graça nos sítios locais, inclusive do próprio Padre Cícero.

Em terceiro lugar, o Padre Cícero agia como advogado dos grandes proprietários territoriais, exculpando-os pelas violências e arbítrios, que em condições normais provocariam

choques. Como exemplo, é significativo este fato narrado por Floro Bartolomeu:

"Um chefe político de um dos municípios do Cariri, homem de grande prestígio e por demais autoritário, em 1909, fez recolher parte de seu gado de leite ao roçado de um de seus rendeiros, que ainda conservava o milho *virado,* bem como o algodão em plena produção. O pobre lavrador, temendo fazer alguma reclamação ao autor [da façanha], foi ao Juazeiro e queixou-se ao Padre Cícero. O Padre, não obstante ter a certeza de que tal chefe era o autor da perversidade, disse ao queixoso não ter sido o dono da terra, mas sim algum perverso. Fê-lo esperar e foi escrever uma carta ao chefe... O Padre depois que o homem se retirou, disse: Foi o próprio chefe quem mandou fazer isso [...] Conclusão, o coronel, quando recebeu a carta, simulando ignorar o fato, imediatamente mandou retirar o gado [...] O pobre lavrador [...] voltou ao Juazeiro e disse [ao Padre]: "Bem meu padrinho disse que não foi o coronel; pois ele mandou logo retirar o gado e garantiu que castigava o perverso"[8].

E aqui vale destacar o fato de haver-se tornado consciente para muitos romeiros que não podiam, em Juazeiro, esperar "um novo Canudos". Antigo combatente de Canudos que demandara Juazeiro, Honório Vilanova, "afirma que não havia nenhuma relação entre a doutrina do Conselheiro e os ensinamentos do Padre Cícero. Frisava, por outro lado, que, na prática, havia uma grande diferença entre ambos, pois, enquanto o patriarca de Juazeiro acumulava riquezas, as esmolas recebidas, o Conselheiro distribuía à pobreza tudo o que recebia. Nas lutas que travavam, um contra as forças do Governo e o outro contra a Igreja, encarnada na pessoa do Diocesano, Antônio Conselheiro reagia a mão armada, enquanto o Padre Cícero pregava a obediência e a humildade"[9].

Esta diferença é essencial para a compreensão dos dois fenômenos.

O mesmo autor, citando Pedro Vergara, reforça com um novo testemunho o caráter oposto dos dois acontecimentos.

[8] Ob. cit.. nota na pág. 78.
[9] A. Montenegro, *História do fanatismo*, pág. 52.

"Aquele sacerdote [refere-se ao Padre Cícero], que morreu com odor de santidade, desempenhou talvez papel decisivo naquela região [o Cariri], não só por atenuar os horrores do cangaço, como, sobretudo, por disciplinar, na medida do possível, os excessos da fé".

Aí temos o Padre Cícero enaltecido como elemento moderador de "excessos" dos miseráveis que se arregimentavam em torno dele, acreditando-o seu salvador.

Era assim perfeitamente natural a dispersão dos elementos mais aguerridos de Juazeiro por todo o Nordeste, depois de se terem desiludido de melhor sorte na meca sertaneja. Dezenas de bandos atuavam no cangaço, alguns ligados entre si, outros adversários que se exterminavam mutuamente. O apogeu do cangaceirismo verifica-se aproximadamente do ano de 1914 (depois de terminada a luta principal dos coronéis do Cariri por uma maior influência do Governo do Estado) até 1922 (quando os governos dos Estados do Nordeste concertam planos comuns de extermínio dos grupos volantes de bandoleiros). É nessa época que aparecem diversos grupos, atuando no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Entre eles destaca-se o de Sebastião Pereira, no qual entraria em 1917 Virgulino Ferreira, o mais tarde famoso Lampião. Êste, com seu bando independente, torna-se o mais célebre cangaceiro de todo o Nordeste, que devassa de um extremo a outro, durante vinte anos, despertando admiração e horror.

7

Modifica-se o Cariri

Até o ano de 1915, à semelhança do que ocorria em todo o Cariri, eram pobres, no Crato, regra geral, os donos de engenhos, presos aos cofres dos capitalistas locais. [...] *Da seca de 15 para cá, melhoraram financeiramente os nossos lavradores de cana-de-açúcar... Dentro de meio século, mudou, radicalmente, a situação financeira dos nossos donos de sítios, que de pobres e endividados passaram a ser ricos e prósperos.*

IRINEU PINHEIRO[1]

ENTRE OS FINS DO SÉCULO XIX E a segunda década do século XX, o Cariri sofreu transformações de relativa importância. Embora escassos, os capitais penetravam na economia agrícola, alterando-lhe a fisionomia, acentuando-lhe o caráter mercantil. Era de significação secundária o fato de ficarem presos aos cofres dos capitalistas locais os donos dos sítios e engenhos de rapadura. O importante é que os elementos da economia natural iam sendo eliminados, ainda que lentamente, ante a penetração capitalista. É verdade que esta não erradicava por completo os restos feudais, que ainda hoje subsistem. Mas contribuía para um relativo progresso, para a substituição do engenho de madeira pelo de ferro, do engenho puxado a bois pelo engenho movi-

[1] José Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, *Cidade do Crato,* Ministério de Educação e Cultura, Rio, 1955, pág. 32.

do a motor, um maior emprego do trabalho assalariado e mesmo do trabalho feminino. Interessante observação a este respeito faz Irineu Pinheiro quando escreve que "as crises climáticas periódicas produziram no Nordeste importantes efeitos sociais, ensinando os homens a emigrar, as mulheres a trabalhar fora do lar" [...] "No campo — acrescenta — as mulheres tudo fazem: plantam roças, limpam-nas e as colhem. Auxiliam os vaqueiros ordenhando, de manhãzinha, as vacas, chiqueirando, à tarde, os bezerros"[2].

A maior oferta de mão-obra propiciou o incentivo de novas culturas ou o aumento da área de culturas já existentes e tradicionais, como a mandioca.

O crescimento vertiginoso de um novo núcleo populacional, como era Juazeiro, o aumento da população de outras cidades do vale, como reflexo do seu surgimento, foram, por sua vez, poderoso incentivo ao florescimento da agropecuária local, que passava a contar com um mercado mais amplo para a sua produção.

Devido ao atraso da técnica, à rotina generalizada, ao lentíssimo entrelaçamento do Cariri com outras zonas, o seu progresso econômico fora retardado. Processava-se quase exclusivamente em função do desenvolvimento interno. Seu principal fator, no início do século XX, foi o crescente deslocamento das populações interioranas. Este deslocamento, em vasta escala a partir da última década do século XIX, agiu como um acicate sobre a estagnação do Cariri, estimulando o fomento de sua economia.

No vale úmido, as terras, ainda que mal aproveitadas, permaneciam indivisas, monopolizadas pelos antigos senhores de engenho e donos de sítios. A tradição, atribuindo foros de nobreza aos possuidores de latifundios, ao lado da falta de capitais e da ausência de meios técnicos adiantados, mantinha a imobilidade rural.

Foi essa imobilidade da propriedade territorial, mergulhada em seu atraso secular, que, ante a onda humana que afluiu em poucos anos para o Cariri, atraída pelos "milagres"

2 Irineu Pinheiro, *O Cariri*, pág. 120.

do Padre Cícero, gerou o artesanato em Juazeiro em proporcões inéditas.

A partir do começo do século, quando se consolida o prestígio religioso e político do sacerdote e se dá na prática sua beatificação em vida, inicia-se, nesse ajuntamento ainda disforme, a fabricação de objetos de uso corrente, tais como potes, rendas, labirintos, esteiras, que os acampados de Juazeiro iam vender na tradicional feira do Crato ou em outras cidades vizinhas. Era o seu único meio de vida possível em tais condições. Os sítios não podiam absorver, senão lentamente, uma parcela daquela população adventícia. Pois, nos começos da formação do povoado, não havia casas para os recém-chegados, que se abrigavam debaixo de árvores. Ainda muito mais tarde, já nos começos do século atual, os romeiros ficavam ao relento, nas ruas ou sob latadas improvisadas. A população flutuante era enorme. Ondas que vinham, ondas que refluíam, "dias de chegarem 500 pessoas e até mais", segundo informa um dos secretários particulares do Padre Cícero, na juventude, o engenheiro Pedro Coutinho[3]. Essa gente, vivendo ao léu, tinha como única possibilidade imediata de sobrevivência a confecção de objetos de fabricação tradicional no campo, utilizando os materiais que lhes eram mais acessíveis, como barro, cipós, palhas de palmeiras nativas. Mais tarde, com o aparecimento das primeiras oficinas, vêm os objetos de culto religioso: medalhas, imagens de santos e, sobretudo, efígies e estatuetas do Padre Cícero, que passam a ser vendidas em quantidade fabulosa por todo o Nordeste. Estende-se toda uma rede de comércio desses objetos, além dos limites de Juazeiro e do próprio Cariri. Instalam-se novas e novas oficinas, concentrando os artesãos, dando trabalho a uma parcela dos adventícios que não são mandados para os sítios e engenhos. A falta ou escassez de numerosos bens de consumo determina o aparecimento de outras oficinas ou de pequenas fábricas: de redes — o leito comum do nordestino e em particular do cearense —, calçados, chapéus, objetos de cutelaria, espingardas, pólvora, fósforos, artefatos de couro, relógios de parede e de torres de igreja, sinos para os tem-

[3] Informação prestada ao Autor.

plos católicos, mas, principalmente, objetos de ourivesaria, inicialmente ligados ao culto religioso, mais tarde, para fins de adorno.

Assim surgiu no Cariri um centro urbano baseado fundamentalmente no artesanato, em escala desconhecida no País, dadas as suas proporções e variedades. É possível que Juazeiro tenha congregado todo um artesanato doméstico antes disperso, não só dos arredores, como dos Estados vizinhos. Inicialmente, o artesão caririense, como o da Antigüidade, confunde-se com o camponês, limita-se à fabricação de objetos com a matéria-prima de origem rural. Pouco a pouco, na medida em que cresce o comércio artesanal, passa a trabalhar em oficinas melhor aparelhadas e a diversificar sua produção. Dá-se então a separação completa do artesão do trabalhador rural. O antigo artesão rural urbaniza-se, modifica-se sua mentalidade, passa a constituir uma camada social perfeitamente caracterizada.

Dessa indústria artesanal, estritamente ligado a ela, surge todo um comércio especializado, que, de início, apenas distribui a sua produção, e, mais tarde, passa a financiá-la e a controlá-la, determinando uma crescente diferenciação social no seio do artesanato: donos de oficinas, uns independentes, outros submetidos aos comerciantes financiadores e um maior número de artífices que recebem salários, particularmente menores de idade, de mãos mais ágeis e a quem pagam menos.

Para aquele artesanato que crescia e que passava a constituir o principal setor da economia do município, uma atividade antes aleatória tornava-se agora permanente. Antes dispersa em milhares de choupanas sertanejas, estava agora concentrada. Antes destinada quase exclusivamente ao próprio uso do artesão, destinava-se agora ao mercado. Pode-se imaginar o que esta atividade artesanal-mercantil vinha representar para libertar um elevado contingente de homens que até então viviam submetidos aos grandes proprietários rurais.

Em conseqüência, as rendas do município cresceram, ao mesmo tempo que uma camada desta nova classe enriquecia mediante a crescente utilização do trabalho dos artesãos.

Em 1923, Floro Bartolomeu, em seu discurso de defesa da situação em Juazeiro, menciona dados que mostram um

considerável incremento da riqueza local em poucos anos. As rendas da Coletoria Federal do município havia passado de 2 contos 440 mil-réis, em 1916, para 36 contos 550 mil-réis, em 1923[4]. Isto numa época em que a moeda estava praticamente estabilizada, não havendo aí nenhum efeito sensível de desvalorização. Representava, assim, um aumento de aproximadamente 15 vezes em sete anos. Mesmo levando-se em conta que se partia quase que da estaca zero, não só devido ao atraso da economia, como à sua desorganização, o fato revela um notável desenvolvimento econômico de Juazeiro e uma certa ordem em sua administração e finanças.

Este incentivo econômico tinha lugar em todo o Cariri. Na vizinha cidade do Crato, funda-se, em 1921, a primeira instituição de crédito do sul do Estado, o Banco do Cariri[5]. Em 1920, chegara ao Crato o primeiro automóvel e, um lustro mais tarde, a via férrea atingia Juazeiro e Crato, ligando-as a Fortaleza.

Era o progresso tardio em relação a regiões mais adiantadas do próprio Brasil. A estrada de ferro chegava ao sul do Ceará mais de 70 anos depois de haver corrido a primeira locomotiva em terras brasileiras. Mas eram indicações importantes de um desenvolvimento de tipo capitalista, tendo por base um relativo desenvolvimento da agricultura em todo o Cariri, ainda que nela subsistissem as relações pré-capitalistas de produção.

Não era um fenômeno isolado. Acontecia como se ao Cariri chegassem, nas primeiras três décadas do século, os reflexos de um abalo cujo epicentro se achava a grande distância, no sul do País. Não fora naturalmente uma explosão, mas, de qualquer forma, sacudira a modorra econômica em que estava mergulhado o Brasil. A Primeira Guerra Mundial, determinando uma série de restrições ao comércio exterior, forçara a fundação de novas indústrias, ainda que de bens de consumo, na sua quase totalidade. O fato é que, em 1920, o operariado brasileiro tinha quase sextuplicado seus efetivos, em relação à época da Proclamação da República, atingindo,

4 Floro Bartolomeu, ob. cit., pág. 170.
5 R. Girão e A. Martins Filho, *O Ceará, Fortaleza,* 1939, pág. 160.

aproximadamente, a casa dos 300 000. Somente de 1915 a 1919, tinham entrado em funcionamento cerca de seis mil novas empresas industriais. Registrava-se, é verdade, uma crise na produção e no comércio do café, mas a expansão da indústria açucareira, que interessava então particularmente ao Nordeste, vinha compensar em grande parte as perdas. De uma exportação de açúcar da ordem de 5 000 toneladas, em 1913, passávamos a 252 000, em 1922. O valor da produção industrial aumenta de mais do dobro, entre 1914 e 1920[6].

A influência deste desenvolvimento sobre as cidades foi enorme. Mesmo no Nordeste. Vemos então a população de Fortaleza, que estivera estagnada e, inclusive, diminuíra em 1890, em relação ao índice 10 para o ano de 1872, atingir um incremento de 85 por cento, em 1920. Quase dobrara, portanto. E a maior parte desse crescimento se verificara nos primeiros vinte anos do século.

Assim, tanto fatores internos, nordestinos, como externos — em particular a crescente atração do desenvolvimento industrial do Sul sobre as populações interioranas — contribuem para modificar a fisionomia do Nordeste e, também, do vale do Cariri.

A essas mudanças de ordem econômica deve-se acrescentar a efervescência política que empolgou o País, ao iniciar-se a década de 20. Os efeitos psicológicos da Primeira Guerra Mundial, as agitações operárias que se seguiram imediatamente à revolução socialista na Rússia, determinando uma formidável onda de greves e agitações operárias e populares no Rio, em São Paulo, no Recife, o crescimento da pequena burguesia urbana e suas aspirações de um lugar ao sol, deram como conseqüência a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e uma espetacular tentativa de rebelião armada, resumida ao levante do Forte de Copacabana e seguida, em 1924, de uma mais séria sublenção de tropas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Desta última saiu a Coluna Prestes, como um rastilho de pólvora a arder pelos sertões do Brasil. Na sua longa marcha de sacrifícios e heroísmo,

6 J. F. Normano, *Evolução econômica do Brasil*, 2.ª ed., São Paulo, 1945, pág. 139.

durante dois anos, a Coluna, não obstante a ausência de objetivos concretos, de longo alcance, de seus chefes, foi um elo de ligação entre a cidade e o campo, uma aragem dos novos ventos que sacudiam a vida urbana, despertando a consciência revolucionária entre as massas oprimidas das populações rurais.

Os "revoltosos", como eram chamados no Nordeste os homens da Coluna Prestes, se mobilizavam contra si o ódio dos chefetes locais e dos grandes latifundiários — e é sintomático como, por instinto, se lançaram à sua perseguição os *coronéis* da mais elevada categoria, aqueles que contavam com os maiores exércitos de jagunços — tinham os "revoltosos" a seu favor a admiração sem limites da pequena burguesia e dos trabalhadores das cidades e do campo. Os pobres e humildes lhes votavam grande simpatia, reforçavam-lhe os contingentes, davam-lhe toda a ajuda possível.

A passagem da Coluna Prestes pelo Ceará deu azo ao primeiro teste negativo do prestígio do Padre Cícero e de Floro Bartolomeu.

Em 1926, Lampião é chamado a Juazeiro, com o objetivo predeterminado e a aquiescência das próprias autoridades federais, de armá-lo para dar combate à Coluna. Floro Bartolomeu recebe dinheiro do Governo central com esta finalidade expressa: armar capangas contra os "revoltosos". Não foi Floro, dizem, mas um seu lugar-tenente, Pedro Silvino, quem teve a idéia de mobilizar precisamente o chamado *Rei do Cangaço* para lançá-lo contra a Coluna[7]. O certo é que Lampião entra em Juazeiro, acompanhado de um contingente de uns 40 capangas, conversa com o Padre Cícero, recebe uma falsa patente de capitão do exército e avultada quantidade de armas e munições. Obtém a benção do Padre Cícero, a quem promete regenerar-se, e segue seu destino. Mas se escolhe um caminho, é qualquer outro que o distancie da Coluna. Jamais procurou entrar em contato com ela[8], dela deve ter sempre fugido, tal a fama de valor de seus componentes. Mas não há dúvida de que o principal motivo por que Lampião não

[7] Informação prestada ao Autor pelo Eng.º Pedro Coutinho.
[8] Informação de Luís Carlos Prestes ao Autor.

tratou jamais de cumprir seu trato com os chefes de Juazeiro foi precisamente a popularidade que desfrutava a Coluna, a glória de seu comandante, a repercussão de seus feitos entre as populações rurais. Lampião saíra daquela mesma gente simples, cujos filhos ingressavam voluntariamente nas fileiras da Coluna, e via quem a perseguia como cães de fila: os coronéis, os grandes fazendeiros. Isto, muito embora Floro Bartolomeu lançasse mão de sua capangada para tentar impedir a passagem da Coluna pelo sul do Ceará.

Em março de 1926, morre o caudilho Floro Bartolomeu da Costa. Seu desaparecimento coincide com a surva acentuada da decadência da influência do Padre Cícero e da sua própria como chefe político. Nem um nem outro era mais árbitro dos destinos do Estado ou mesmo do Cariri. Contam pessoas que o conheceram que nos últimos anos de vida, já enfermo, era-lhe indiferente viver. Talvez sentisse que sua época havia passado, que estava próximo o fim dos coronéis. Que mais ambicionava na vida? De médico sem clientela e aventureiro dos sertões subira a prefeito de Juazeiro, chefe de um movimento sedicioso que derrubara o Governo do Estado, deputado estadual, presidente da Assembléia e do "Governo provisório" do sul do Ceará entre o começo da sedição e a queda de Franco Rabelo, deputado federal, comissionado pelo Governo da República para dar combate à Coluna Prestes no Cariri... Esta a sua extraordinária carreira — de chefe de capangas a membro preeminente do mais alto parlamento da República. Dentro dos conceitos da moral vigente entre as classes dominantes, era uma carreira lógica e natural, de autêntico patriota.

Floro Bartolomeu da Costa teve, em seus funerais, a coroação da trajetória que havia seguido, recebeu as honras oficiais de general do Exército Brasileiro. Troaram em sua memória as salvas dos canhões...

Era o começo dos funerais dos *coronéis.*

8

Última Fase da Guerra Civil Nordestina

Toquem para Penedo. O mundo não tem mais lugar para mim.
(Palavras do coronel José Abílio ao fugir, em 1927, de Pernambuco para Alagoas.)

ANTES MESMO DO FALECIMENTO DE Floro Bartolomeu, os governos estaduais do Nordeste vinham tomando medidas cada vez mais enérgicas de repressão aos grupos de cangaceiros. Em 1922, é assinado um convênio interestadual entre os governos do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte objetivando ações conjugadas na perseguição aos bandos volantes do cangaço. Eram franqueadas as respectivas fronteiras para o trânsito das tropas perseguidoras. Fronteiras jamais tinham existido para os grupos de bandoleiros, que, perseguidos num Estado, acoitavam-se no território de outro Estado. Os *coiteiros* eram amigos e correligionários entre si e tampouco tomavam conhecimento dos limites administrativos oficialmente traçados. Suas propriedades muitas vezes se encontravam tanto no Ceará como em Pernambuco, em Pernambuco como em Alagoas. Por isso mes-

mo, o convênio interestadual previa também "medidas contra os asiladores de bandidos", os coiteiros.

Durante vários anos, tais medidas haviam sido mais ou menos inócuas. Algumas vezes, os grandes proprietários conseguiam manobrar com tanta habilidade que lançavam as forças da polícia do Estado contra seus adversários locais ou, então, mediante falsas informações, as fazendas destes eram atacadas sob o pretexto de que abrigavam cangaceiros. Outras vezes estavam em jogo questões de terra, nas quais as forças policiais eram envolvidas, voluntariamente ou não, a serviço de um latifundiário contra outro.

Mas era um acontecimento denunciador da mudança a violação da soberania de um grande fazendeiro, desde sempre senhor absoluto, cujos domínios eram intocáveis. Diz, a propósito, um senhor de engenho, referindo-se a essa época: "Polícia e justiça dentro de suas terras eram eles [...] As autoridades e a polícia respeitavam os engenhos, alguma vezes coito de criminosos defendidos e inatingíveis como tabus sagrados [...] Certos senhores arrogantes não permitiam a mais razoável visita da polícia às suas propriedades. Reputavam-na um ultraje, de que cuidavam de desafrontar-se fosse como fosse"[1].

E não era só isso. Existia um verdadeiro entrosamento, uma grande harmonia entre coiteiros e chefes políticos locais e mesmo governadores de Estado. Uns necessitavam do apoio político dos outros e se entendiam às mil maravilhas, condescendendo com os coiteiros. Testemunha-o um governador de Estado dos mais atingidos pelo cangaço e onde ao mesmo tempo o jaguncismo imperava. Escrevia ele em mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas: "Se pesquisarmos a vida abominável de cada um desses indivíduos, de que se encontram, pelo sertão, exemplares muito fáceis de reconhecer e distinguir, veremos que a de todos eles começou quase sempre de modo idêntico. Praticado o primeiro crime, houve quem protegesse o criminoso, ocultando-o ou conservando-o acintosamente em sua companhia. A política quis ir buscá-lo.

1 Júlio Belo, *Memórias de um senhor de engenho,* Rio, 1938, pág. 183.

O protetor recorreu ao chefe político. A justiça pretendeu submetê-lo às penas da lei. O chefe político recorreu ao Governo. O Governo, por meios indiretos, atendeu ao chefe político, porque tinha a ilusão — e quantos ainda continuam tendo! — de que só há uma forma de governar: condescender com os abusos das influências locais para que estas alimentem a popularidade do Governo"[2]. E acrescentava: "Muitos proprietários agrícolas consideram invioláveis as suas terras, quando é a polícia que nelas penetra; mas acham-se sempre prontos a dá-las como abrigo aos criminosos"[3].

A mensagem do governador de Alagoas data de 1925. Nessa época, já estava sendo quebrada a inviolabilidade do latifúndio. Alguns anos antes, mesmo, não era mais intocável a grande propriedade. De 1922 encontramos um depoimento revelador. Um dos maiores e mais afamados fazendeiros do sul do Ceará, coronel José Inácio, conhecido senhor da fazenda do Barro, tinha suas terras invadidas pela polícia militar estadual, que desarma seus capangas, detém o próprio fazendeiro para interrogatório e apreensão de armas, embora logo em seguida lhe desse fuga[4].

Os governos estaduais viam-se na emergência de tomar providências acauteladoras, que visavam ao mesmo tempo os grupos volantes de cangaceiros e os jagunços a serviço dos coronéis, como pistoleiros seus. Já havia entre os governadores de Estado uma consciência de que a situação poderia agravar-se seriamente e por em perigo a estabilidade da própria administração estadual, a exemplo do que ocorrera no começo do século no Ceará. Em 1926, falando numa reunião de chefes de polícia dos Estados do Nordeste, no Recife, o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, dizia: "O sertão vive descurado pelos governos, sem instrução, sem assistência de saúde, sem transportes, e, numa vasta extensão, entregue aos mandões políticos que são, como afirmei na minha

2 Pedro da Costa Rêgo, *Mensagem*, Maceió, 1925, pág. 22.
3 *Idem*, pág. 24.
4 A. Montenegro, *História do cangaceirismo*, pág. 85.

plataforma, responsáveis pelo desenvolvimento do banditismo que eles coroçoam e protegem"[5].

Sempre fora assim. Os governos estaduais apoiavam-se precisamente nesses mandões locais para ganhar eleição e mesmo para "manter a ordem" no interior, contra a gente pobre. A paga que lhe davam era a proteção, até mesmo pelas armas, de seus latifúndios imensos, delegando-lhes poderes de governo em todos os setores da coisa pública.

Por que a mudança agora, na década de 20? Porque já se sentiam fortes com o apoio da burguesia urbana, cujos interesses, em medida crescente, contrapunham-se aos interesses dos latifundistas.

O empreendimento, decerto, não era fácil. Demandava vultosas verbas, aumento das forças de polícia e seu municionamento, transportes e meios de comunicação, extremamente precários na época. Isso sem levar em conta que teriam de enfrentar inúmeras ciladas armadas pelos coronéis, perfeitos conhecedores de seu meio e onde tudo permanecia submetido a seu comando.

Tratava-se, porém, da disputa de uma hegemonia, num conflito que vinha de longa data e duraria ainda muitos anos. A própria burguesia vacilava em golpear de rijo o poder dos coronéis. Temia que com o seu desaparecimento ou o enfraquecimento de sua autoridade deflagrasse uma generalizada insurreição de pobres no campo. Embora excepcionalmente os latifundiários já tivessem seus domínios devassados, muito de seu antigo poderio era mantido. Não perdiam a guarda de suas fazendas, os jagunços, os capangas, os cabras. O mesmo citado governador de Alagoas informa ter mandado apreender armas dos "indivíduos habituados a viverem armados", "aberta uma única exceção para os vigias das fábricas e propriedades agrícolas"[6], isto é, os capangas do coronel. Era, portanto, um desarmamento parcial.

Na década de 20, não há exagero em afirmar-se que estavam em armas, pelos sertões do Nordeste, alguns milhares de cangaceiros. Os grupos haviam-se multiplicado e atuavam

5 *Idem*, pág. 101.
6 Costa Rego, *Mensagem*, pág. 21.

na vasta zona compreendida desde o Maranhão até a Bahia. O fato era inquietante para as populações interioranas. Um publicista do Rio fazia eco dessa inquietação em interrogações lúcidas como estas: "A que atribuir este fenômeno generalizado, que de Norte a Sul, em zonas separadas por centenas de léguas, e só no meio de uma classe de habitantes, deflagra com o mesmo caráter violento? Por que motivo, sem entendimento prévio, e sem nenhuma ligação, a rebeldia sertaneja estoura em uma extensão de oitocentas léguas, e depois de escrever as páginas de Canudos, rebenta em Mato Grosso, aparece em Goiás, salta para o Contestado, pipoqueia em pontos distantes como irrupções locais de um fogo subterrâneo no subsolo da sociedade, e centralizando sua ação principal, devasta o Nordeste até as brenhas do Maranhão, em luta renascente e exaustiva, visando sempre os depositários da autoridade?"[7].

São indagações pertinentes, e embora as respostas do próprio autor não convençam, deixam ver, as indagações mais do que as respostas, uma suspeita das causas sociais do fenômeno.

O alarma era generalizado e maior ainda nos principais centros urbanos. Repercutia na Câmara Federal. A imprensa acusava os chefes políticos do Cariri e particularmente os de Juazeiro como os principais responsáveis pela disseminação dos bandos de cangaceiros e pela impunidade com que agiam. Acusavam-se mutuamente os governantes dos Estados nordestinos. E o Ceará era considerado o quartel-general do cangaço. O *Diário da Manhã* de Pernambuco publicava, ainda em 1927, o seguinte diálogo entre o repórter e o prefeito da cidade de Moçoró, no Rio Grande do Norte, que acabara de ser atacada pelo bando de Lampião:

"— Onde está Lampião agora?

— Na casa dele.

O Ceará. Creia, meu amigo, o Ceará está desgovernado. O cangaceirismo chegou ao seu auge. Pratica-se o cangaço como se pratica uma profissão rendosa. Há poucos dias foram atacados fazendeiros no vale do Jaguaribe, perdendo

[7] Américo Werneck, *in Correio da Manhã*, 10-11-1921.

todos o seus haveres. Outros bandos saqueiam, roubam, depredam. A propriedade não é reconhecida. O Ceará atravessa uma das fases mais tristes de sua história...[8]."

A pressão era tão forte, atingindo de preferência os acoitadores de bandidos, que em 1925, regressando do Rio de Janeiro, ao Ceará, o deputado Floro Bartolomeu resolve dar uma demonstração pública de que não tem responsabilidade pessoal na proteção ao cangaço. Sem qualquer julgamento, ou mesmo simulacro de julgamento, manda fuzilar vários jagunços que se encontravam presos na cadeia de Juazeiro. Requinta-se em selvageria: os cadáveres dos fuzilados são amarrados no lombo de jumentos, que os deixam na calçada da cadeia da vizinha cidade do Crato.

Era também uma vindita pessoal de Floro, uma forma de acusar antagonistas seus, a serviço dos quais estariam os jagunços executados. E novas execuções se efetuam, para conhecimento geral.

Na onda de indignação surgida ante os fuzilamentos, acusa-se o Governo do Estado de conivente com o crime. Na Assembléia Estadual de Fortaleza, um deputado toma a defesa de Floro Bartolomeu e afirma categórico: "Senhores, é uma verdade insofismável que só se pode extinguir o banditismo matando o bandido"[9].

Este princípio de moral fora de há muito adotado na prática. O jagunço, que durante séculos servira de guarda à propriedade do latifundiário, agora atraído para os grupos de cangaceiros, embora estes dispersos e sem objetivos definidos, passava a constituir uma séria ameaça aos mesmos latifundiários.

A multiplicação desses grupos era uma demonstração de que os insubmissos começavam a fugir ao controle dos antigos potentados do interior. Seria impossível que, amanhã, voltassem suas armas contra eles mesmos? Não isoladamente, de maneira esporádica, como tinham feito muitas vezes, mas de forma organizada e generalizada. Não em grupos pequenos e

8 A. Montenegro, *História do cangaceirismo,* pág. 102.
9 Godofredo de Castro, *Juazeiro -- na Assembléia Legislativa do Ceará,* discursos, Fortaleza, 1925, pág. 11.

dispersos, mas em verdadeiros exércitos, capazes de ocupar fazendas e transformá-las em redutos como tinham sido Canudos e o Contestado. Canudos e o Contestado viviam como um pesadelo na mente dos homens das classes dominantes...

Por isso, a ordem era: dizimar os grupos de cangaceiros e mesmo os jagunços a serviço dos coronéis — a menos que os coronéis fossem correligionários...

Daí Floro Bartolomeu mandar fuzilar sumariamente os capangas de seus adversários.

Quanto aos bandos de cangaceiros, eram alvo de repressão sistemática.

É sabido que as tropas da polícia agiam muitas vezes contra as populações rurais com maior ferocidade do que os cangaceiros e as intimidavam ainda mais do que aqueles. E não por acaso. A polícia estava convencida de que cada um daqueles míseros, sem terra e até mesmo sem trabalho, era um cangaceiro potencial.

Os fuzilamentos de cangaceiros, ainda que pegados vivos, a prática de cortar-lhes a cabeça, de que foram vítimas, já em 1938, Lampião e sua mulher, Maria Bonita, constituíam uma advertência. E entre Canudos e a década de 20 — apogeu do cangaceirismo — caem milhares de cabeças de insubmissos do meio rural. Segundo dados não-oficiais citados por um dos perseguidores de Lampião, "somente em Pernambuco, foram mortos e presos mais de mil cangaceiros pertencentes às hordas de Virgulino"[10].

E os Antônio Silvino, Jesuíno Brilhante, Sebastião Pereira, Lulu Padre, os Ciriatos, os Calangros, para falar somente dos mais afamados? Sem mencionar os milhares que foram vítimas da polícia por simples suspeitas de cumplicidade com os bandoleiros. E os incontáveis pequenos grupos anônimos, que foram liquidados por todo o Nordeste, mesmo quando Lampião parecia o último remanescente do cangaceirismo. Outros, que haviam abandonado o crime e se dedicavam ao trabalho pacífico, eram brutalmente assassinados, tal como aconteceu com o ex-romeiro do Padre Cícero, o valente e conhecido Zé Pedro, anos depois de ter abandonado o rifle.

[10] Optato Gueiros, *Lampião*, pág. 11.

A polícia matou-o de emboscada quando, certa madrugada, tirava o leite de uma vaca no curral de seu sítio, na chapada do Araripe[11].

Relembre-se a chacina de Canudos, onde não foram poupadas nem mulheres nem crianças, e já na década de 30, utilizando até aviões, a dizimação bárbara do pobre ajuntamento do Beato Lourenço, na serra do Araripe e, mais tarde, seus remanescentes em Pau de Colher, na Bahia.

Que representam esses fatos tenebrosos, esse encadeamento ininterrupto de crimes dramáticos, senão uma verdadeira guerra civil? Uma guerra civil em que uma das parcialidades é formada por simples e pobres habitantes do campo, os despossuídos e exploradores. Uma guerra civil gerada por uma luta de classes cujo móvel principal é a terra e cuja origem está no monopólio da terra, com seus potentados, tornando impossível medrar junto ao latifúndio semifeudal qualquer forma de vida que não seja a vida miserável do parceiro, do agregado, do semi-assalariado sem jornada fixa, do condicieiro, o homem que ainda hoje se obriga à prestação do trabalho gratuito — a corvéia — na terra alheia — toda uma gama de semi-servos cuja existência tem sido simplesmente ignorada pe'as classes dominantes, como seres com direito à vida.

Pressupondo-se já a existência do regime latifundiário semifeudal que divide o mundo rural em dois campos antagônicos — de um lado os milhões de despossuídos e explorados, e do outro os grandes proprietários territoriais — *a causa imediata da deflagração de hostilidades em escala tão ampla e por tantos decênios encontrâmo-la na própria decadência irremediável e definitiva daquele mesmo regime.*

O latifúndio, já nos começos do século XX, tinha dado o que pudera dar, desde os tempos da colonização, passando pelo primeiro Reinado, a Regência, o Império, entrando pela República, intocável e sagrado em seus privilégios. Com o choque produzido pela Abolição da Escravatura, começa a desmoronar-se a velha ordem no campo, alicerçada na grande

11 Xavier de Oliveira, *O Exército e o sertão*, Rio, 1932, pág. 45.

propriedade semifeudal e no escravo. No seu seio gastaram-se as forças antagônicas que lutariam pela sua liquidação.

Daí a revolta, embora primária, desorganizada, anárquica, sem objetivos claros e definidos em escalas social, revolta que se propaga de um a outro extremo do País. Ou os baluartes fixos, ou os grupos de cangaceiros, ou os ajuntamentos de *fanáticos* em torno de *beatos e monges* — as mais diversas nuanças da inconformação com a ordem dominante. Eram anseios de libertação mal definidos e mal traduzidos em lutas. Mas só libertara o escravo juridicamente; no seu lugar ficara o escravo social, o semi-servo.

As classes dominantes, tanto os latifundiários como a burguesia, compreenderam o perigo. E não vacilaram em lançar mão de todos os meios para enfrentá-lo. Esmagaram-no em baluartes fixos como em Canudos, perseguiram-no impiedosamente visando à extinção dos grupos de cangaceiros e eliminando milhares de seus componentes, desviaram-lhe o curso, potencialmente revolucionário, pregando a submissão, como aconteceu em Juazeiro. O Padre Cícero exortava em seu testamento dirigindo-se a seus "afilhados": "Insisto, peço, como sempre aconselhei, que sejam [...] respeitadores às leis e às autoridades civis e da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana, no seio da qual tão-somente pode haver salvação"[12].

Não há dúvida de que as classes dominantes conseguiram alcançar parcialmente seu objetivo: através do extermínio de milhares de revoltados do campo eliminaram os elementos mais combativos de uma possível insurreição de pobres do meio rural. E por intermédio do Padre Cícero possibilitaram a transferência social de outros à pequena burguesia urbana — o numeroso artesanato juazeirense — e abaterem o ânimo de luta de muitos mais. Outros tantos foram transformados em usufrutuários de pequenos lotes de terra na chapada do Araripe, ou lhes deram uma nesga de chão, iludindo-os com uma aparência de propriedade onde sua miséria continuava, irremediavelmente presos aos grandes proprietários vizinhos, enquanto outros eram dispersados pelos sítios e engenhos do Cariri, sem quaisquer direitos ou garantias. Enquanto isso,

[12] Lourenço Filho, ob. cit., 3.ª ed., pág. 197.

continuava o êxodo para fora dos limites do Nordeste incandescente.

Dessa forma foi mantida a velha ordem, através da aliança entre o latifúndio e a burguesia. Esta ajudou aquele a livrar-se de uma crescente pressão que ameaçava liquidá-lo. Ao mesmo tempo, tratava de restringir a ilimitada autoridade dos grandes proprietários de terra. Seus domínios eram conservados, mas seu poder político tenderia a reduzir-se gradativamente.

9

1930, O Mais Forte Golpe No Poder dos Coronéis

A palavra de ordem era o achincalhe e a desmoralização dos proprietários rurais, de política diversa da de supostos "paladinos" revolucionários.

JÚLIO BELO

O PRINCIPAL GOLPE CONTRA O PODER político dos grandes latifundiários, sobretudo nordestinos, em cujos domínios mais solidamente subsistiam os restos feudais, foi desferido pelo movimento revolucionário de 1930.

As armas não tinham sido depostas, e, por todo o Nordeste, os ânimos ainda acendidos, eram desarmados os coronéis. A medida generalizou-se. Na Bahia, o próprio chefe de polícia comanda a ação a diferentes municípios do interior, detém coronéis, submete-os a interrogatórios, vareja-lhes as fazendas, arrecada-lhes as armas[1].

Os coronéis, como que haviam pressentido a tendência acentuadamente burguesa do movimento de 30, a luta da bur-

1 Informação do general João Facó ao Autor.

guesia brasileira por uma maior parcela no Poder. Desde a primeira hora haviam lutado contra os revolucionários da Aliança Liberal. Na zona sertaneja da Bahia, os mais afamados coronéis, Franklin Albuquerque e Horácio de Matos, haviam trocado telegramas com o Governo central chefiado por Washington Luís e se tinham comprometido a mobilizar seus jagunços contra os revolucionários. Escrevia, dias depois de irromper o movimento armado no Sul, um jornal de Salvador: "... Os coronéis Franklin Albuquerque e Horácio de Matos, que há anos com tanta eficiência acossaram na zona sertaneja as tropas rebeldes de Luís Carlos Prestes, já organizaram, cada qual, três batalhões com efetivos de 500 homens cada. Do coronel Franklin, o Presidente da República recebeu um telegrama nestes termos: Obedecendo à orientação do senador Pedro Lago, deputado Simões Filho e do Dr. Geraldo Rocha, organizei um batalhão para a defesa da legalidade e do respeito aos poderes constituídos. Neste posto V. Exa. me encontrará como de costume"[2].

Ambos, tanto Franklin como Horácio de Matos, recebem do Governo elevadas somas em dinheiro para organização das forças de jagunços no interior da Bahia.

Vitorioso o movimento de 30, os principais chefes de cangaço daquele Estado são presos, entre eles Franklin, Horácio, Marcionílio, Leobas. Outros coronéis sertanejos são depostos de cargos políticos que ocupavam. Horácio de Matos seria assassinado "misteriosamente" em plena cidade do Salvador.

Vo'antes do Exército e da polícia percorrem os domínios dos coronéis em busca de armamentos. Um dos chefes revolucionários na Bahia, em entrevista à imprensa, declara, de regresso do sertão: "Toda a zona de Lavras desarmou-se sem a menor resistência"[3]. E dias depois noticiava: O *Porto Seguro* entrou ontem trazendo os porões abarrotados de armamentos. De onde vinham? Haviam sido apreendidos na zona das Lavras Diamantinas..." "Essa expedição aos sertões colheu o melhor êxito... Agiu num raio de mais de 900 léguas".

2 A Tarde, 14-10-1930.
3 *Idem*, 13-12-30.

O Pôrto Seguro deixou mais de 90 toneladas de armamentos e munição"[4].

As perquirições de armas em poder dos latifundiários se estendem ao Ceará, atingem Pernambuco. "As duas colunas [de revolucionários] rumaram ao vale do Cariri. De Juazeiro, a coluna Ari Correia seguiu para o Recife, enquanto as forças de Carlos Cordeiro permaneciam no Crato como tropa de reserva e tendo como missão a tenaz campanha de desarmamento da população sertaneja, extensiva a todo o Estado do Ceará". Acrescenta esta valiosa testemunha e participante dos acontecimentos no referido Estado: "Foi aquela, sem dúvida, a medida mais salutar da Revolução; e até hoje a única repressão à prepotência do coronelismo no sertão, cujos alicerces foram abalados pela primeira vez"[5].

Os próprios domínios do Padre Cícero foram vasculhados. Ante o protesto inútil do velho sacerdote, é mandado retirar seu retrato da sede da municipalidade de Juazeiro, a cidade por ele fundada.

Era o fim.

O golpe contra os coronéis vinha desferido do alto, não era iniciativa regional e, mesmo sem liquidar com o seu domínio econômico, restringe-lhes os poderes políticos e lhes subtrai de muito a faculdade de árbitros incontestes da situação das comunas interioranas.

Eis um documento interessantíssimo dessa realidade nova, que infelizmente não seria conduzida com plena conseqüência:

"Nota do Governo de Pernambuco: "1.°) Nenhum prefeito ou quem quer que se julgue com prestígio partidário se intitulará chefe político. O Governo condena, de modo mais peremptório, esta instituição, que concorreu poderosamente para transformar o ambiente político nacional em corrilhos pessoais..." "2.°) Em conseqüência, os prefeitos se limitarão a administrar os municípios: cortarão as verbas inúteis; diminuirão as excessivas; manterão o pessoal estritamente necessário ao serviço público; escolherão funcionários de idoneidade

[4] *Idem*, 11-2-1931.

[5] Otacílio Anselmo, *O Ceará na revolução de 30*, 2.ª ed., Crato, 1957, pág. 38.

comprovada, evitando as nomeações que tenham visos oligárquicos". E adiante: "Os prefeitos não interferirão em assuntos policiais, que ficam a cargo das autoridades respectivas. Tais autoridades, por sua vez, jamais se entenderão com os prefeitos sobre assuntos que digam respeito à sua função, uma vez que nenhuma hierarquia têm os mesmos prefeitos sobre as autoridades policiais"[6].

Neste ato governamental, datado de novembro de 30, isto é, poucos dias depois da vitória do levante armado, é evidente a intenção de cortar as asas dos coronéis do interior ou de possíveis prepostos seus, retirando-lhes a força de polícia que ficaria subordinada diretamente ao Governo do Estado. É a burguesia procurando impor sua presença nos próprios e tradicionais domínios do latifúndio. Ela é que nomeia os prefeitos das municipalidades. Determina-se, mais tarde, o controle das finanças municipais por meio da fiscalização, segundo a Carta Constitucional de 1934. Não é um choque violento, mas é uma investida da burguesia, que alcalçara maior parcela de Poder pela força das armas, tentando reduzir a área de ação dos chefetes locais, os latifundiários. A decadência econômica, a ruína crescente de seus domínios, na razão direta do ascenso econômico e político da burguesia urbana.

É preciso, como amargo testemunho deste processo, o depoimento de um senhor de engenho do Nordeste relativo àquela época. Escreve ele *ipsis litteris*:

"Depois da aventura política de 1930 [sobreveio] um período de desassossego e de desordens em alguns engenhos... A palavra de ordem era o achincalhe e a desmoralização dos proprietários rurais, de política diversa da de supostos "paladinos" revolucionários... Muitos senhores de engenho foram chamados à presença de simples sargentos, delegados de polícia, e injuriados baixamente como se fossem malfeitores, indignos de melhor tratamento por parte das autoridades... Os atentados contra os proprietários [de terras] foram muito freqüentes depois daquele desabamento político... Esta situa-

6 *A Tarde*, Salvador, 5-11-1930.

ção de desgoverno, de insegurança e de perseguições políticas, que sucedeu à revolução de 30, entibiou o ânimo de muitos proprietários agrícolas..."[7]

Não se julgue, por isso, que houve uma ruptura completa e definitiva entre a burguesia e o latifúndio. A velha aliança anteriormente existente fazia-se agora sob uma nova fórmula, numa inversão de papéis: quem estava por baixo passa para cima. O conluio continua.

O primeiro interventor do Ceará após o movimento de 30, Fernandes Távora, compreende e expressa perfeitamente esta manobra. Ao assumir o governo, telegrafa amabilidades ao Padre Cícero, confiante em sua "boa-vontade"[8].

Diz Irineu Pinheiro que, "depois de 1930, em vez de coronéis da Guarda Nacional, comerciantes e agricultores, começaram a dominar os municípios do Ceará, elementos das chamadas classes liberais, tais como bacharéis e médicos..."[9]. Mas, na realidade, estes elementos não passam, muitas vezes, de simples prepostos dos coronéis ou, no melhor dos casos, conciliadores de interesses entre o coronelismo e a burguesia comercial local.

O coronel geralmente se conforma com a nova ordem de coisas, ainda que perdendo parte de suas atribuições e de seus privilégios. "O ano de 1930 assinala o fim do prestígio político da cidade de Juazeiro, com a queda da primeira República, mas o Padre Cícero continuou com a mesma ascendência sobre as populações dos Estados do Nordeste. Não se opôs à busca de armas na cidade, não combateu, por palavras ou atitudes, a revolução triunfante..."[10].

Talvez haja exagero aqui na afirmativa de que a ascendência do Padre sobre as populações do Nordeste permanecia a mesma. Se assim fosse, não assistiriam impassíveis os seus "afilhados" às buscas domiciliares de armas em Juazeiro, in-

[7] Júlio Belo, ob. cit., págs. 186-187.
[8] Edmar Morel, *Padre Cícero, o santo de Juazeiro,* Rio, 1946, pág. 194.
[9] Ob. cit., pág. 33.
[10] Joaçuim Alves, "Juazeiro, Cidade Mística", *In Revista do Instituto do Ceará,* Fortaleza, t. 62, 1948, pág. 99.

clusive nas propriedades do Padre Cícero[11], à retirada de seu retrato da sede da municipalidade, seu despojamento do poder político de fato, a ponto de não ser eleito seu candidato às primeiras eleições que se seguiram a outubro de 30 para a Assembléia Constituinte de 1933.

Mais ou menos um ano depois das eleições, em julho de 1934, morre o Padre Cícero Romão Batista. Acorrem a Juazeiro milhares e milhares de seus amigos fiéis. Registram-se cenas dramáticas de lamentos e imprecações dessa pobreza desvalida que, ao passar das décadas, se haviam mantido na mesma situação de miséria extrema; seus filhos tinham crescido sem escola, sem saúde, subnutridos como seus pais, emigrando como eles de um para outro Estado, de uma para outra região, em ritmo crescente, agora sobretudo para o Sul. Muitos voltavam os olhos para os céus, confiantes em supostas profecias do sacerdote nonagenário, e diziam convictos: Ressuscitará um dia... Ainda acreditavam em seus milagres Durante meio século haviam esperado inutilmente por eles. Muitos, no mesmo obscurantismo a que os haviam relegado, continuavam a esperar...

11 Informação de Otacílio Anselmo ao Autor.

10

Um Saldo Positivo: Caldeirão

Sob a influência direta do beato havia cerca de duas mil pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Reinava ali uma disciplina absoluta e uma ordem rígida.

Ten. J. G. de Campos Barros

Neste estudo fizemos referências várias vezes ao Beato Lourenço e ao sítio do Caldeirão. Trata-se do mais interessante episódio local resultante dos acontecimentos de Juazeiro ao tempo do Padre Cícero e logo depois de sua morte. É o melhor fruto da grande hégira sertaneja. Confirma a tendência das massas rurais sem terra, em certa fase da história do Brasil, ao encontrarem um pedaço de chão para cultivar: sem recursos, sem meios técnicos, falhos até mesmo de enxadas, rasgam a terra com as próprias mãos e, eles sim, obram milagres.

Foi o que aconteceu no Caldeirão.

Era uma das propriedades do Padre Cícero, na chapada do Araripe, no município do Crato, porém, próximo a Juazeiro. O sacerdote havia entregue o sítio a um de seus fiéis romeiros, José Lourenço, considerado "beato", isto é homem casto e honrado.

Já antes, em torno de Lourenço, formara-se a lenda de um boi santo, por ele criado, e adorado por muitos como animal sagrado. Floro Bartolomeu, num de seus momentos de ira e prepotência, acossado pelas críticas da imprensa e do Parlamento, mandara abater o boi, que era um zebu, em frente à cadeia onde prende Zé Lourenço. Segundo Floro, não se trataria mesmo de um boi castrado e sim de um touro, e não haveria nenhuma adoração ao animal e sim que "o animal era um bom reprodutor e estava melhorando a raça do gado ali. Por isso mesmo, todos, grandes e pequenos, o tratavam com carinho, mesmo porque era muito manso, donde veio a ser conhecido por *Mansinho*"[1].

Quanto ao beato Lourenço, Floro Bartolomeu o dá como aparecido no Cariri pelo ano de 1900, quando o Padre Cícero lhe confiou um "bonito garrote, mestiço de zebu, por ser raça ainda não conhecida naquele meio. Na impossibilidade de criá-lo dentro da cidade, confiou o tratamento do animal a um negro, de nome Zé Lourenço, residente no sítio Baixa Dantas, no município do Crato. Esse preto, quando ali chegou, já era 'penitente' em sua terra, isto é, fazia parte de uma associação oficiosa, fundada pelos antigos missionários e ainda hoje tolerada por um ou outro padre". "Essa prática [dos penitentes] era intercalada das 'disciplinas', isto é, eles, com uns aparelhos especiais, que os antigos padres inventaram, se feriam superficialmente nas costas. E os missionários davam o exemplo. No Crato e em todo o Cariri, padres como Félix de Moura, Monsenhor Monteiro, Félix Arnaud e outros assim faziam. O Padre Cícero foi quem acabou, no Juazeiro, com o [seu] uso ostensivo. Depois das perseguições religiosas ao Padre Cícero, começaram a fazer circular que Zé Lourenço, não tendo mais vida de penitente, abusava da crendice do povo, apresentando o 'touro como autor de milagres'. Quando se procurava apurar a verdade, ninguém sabia informar, a começar pelos proprietários do sítio onde Zé Lourenço residia e trabalhava como rendeiro. Os padres, não sei sob que fundamento, repetiam essas banalidades"[2].

1 Ob. cit., pág. 98.
2 *Idem*, págs. 97-98.

Este longo trecho de citação do depoimento de Floro Bartolomeu é útil para esclarecer as origens do futuro beato condutor de multidões. Não era um vagabundo, era um traba'hador da terra, um arrendatário. O primeiro sítio em que se fixou, no Cariri, nem sequer pertencia ao Padre Cícero, mas a um certo capitão João de Brito. Não ficava no município de Juazeiro, mas no Crato. Acrescentou Floro que Zé Lourenço raramente aparecia em Juazeiro. O caudilho caririense situa a responsabilidade pela onda de "inverdades", como as considera, em torno do beato, no clero local.

Mas, pelo menos até 1921, Lourenço viveu em paz em seu sítio, sem ser importunado. Naquele ano é que surgiu um conflito nas proximidades de Juazeiro, vindo à tona mais uma vez a ordem dos penitentes. O nome projetado, embora nada tivesse a ver pessoalmente com o conflito, foi o de Zé Lourenço. Acrescenta Floro: "Mandei prendê-lo, e, apesar das suas declarações, dele obtive a promessa de ir morar no Juazeiro, para evitar os boatos[3]. "Ao mesmo tempo, fiz vir o touro, e, de acordo com o Padre, vendi-o para o corte, sob a condição de ser abatido pelo comprador em frente à cadeia"[4].

E mais uma vez evidencia-se o quanto a escassez de braços continuava a ser um problema no Cariri. Ao espalhar-se a notícia de que Zé Lourenço não mais voltaria ao sítio de Baixa Dantas, foram dirigidas reclamações a Floro Bartolomeu "para que eu não retirasse Zé Lourenço do seu sítio, tal a falta que ele fazia aos proprietários, pelo auxílio que lhes prestava nos trabalhos da agricultura, e em outros préstimos"[5]. Adianta o caudilho caririense: "Consenti na volta do negro ao seu sítio, e assim terminou a história 'das mil e uma noites' do touro *Mansinho*"[6].

Não terminara porém a história de Zé Lourenço, cujo epílogo ocorre 10 anos depois da morte de Floro Bartolomeu.

Existe uma informação de que, em 1930, Zé Lourenço é preso mais uma vez em Juazeiro (Floro não mais existia) e

3 *Idem*, pág. 99.
4 *Idem*, pág. 99.
5 *Idem*, págs. 99-100.
6 *Idem*, pág. 100.

que a multidão de seus adeptos o retira da cadeia, enfrentando a guarda, e ele parte em triunfo, montado num outro animal santo, um cavalo, rumo ao sítio do Caldeirão.

Não está claro em que ano começou a cultivar essa propriedade do Padre Cícero. O fato é que não lhe foi difícil conseguir seguidores entre aquela multidão que vivia junto à casa do sacerdote, dia e noite, à espera de sua bênção. É provável que o tenham acompanhado muitos, senão todos, dos que já trabalhavam em sua companhia, em Baixa Dantas.

Seguiam-no, é verdade, como a um chefe religioso influente. Quando é atacado em Caldeirão, no ano de 1936, ainda o encontram "robusto e forte, inteligente e enérgico"[7], não obstante contar então 68 anos.

Sabe-se que os ritos fetichistas, meio bárbaros, o acompanharam sempre. No Caldeirão, uma de suas primeiras preocupações foi mandar erigir uma igreja de proporções relativamente grandes para o lugar.

Não eram mandriões que o seguiam, eram trabalhadores como ele. E em breve mostrariam os frutos de seu trabalho. Numa terra árida, como era a do Caldeirão, cavaram reservatórios de água, levantaram barragens, canalizaram riachos, irrigaram o solo que parecia inaproveitável. Lançaram as sementes, e os arbustos cresceram, cresceram as árvores. Em alguns anos o sítio estava irreconhecível, com seus plantios de algodão, milho, arroz, feijão, mandioca, cada-de-açúcar. Existia até mesmo um engenho para fabricação de rapadura, puxado a bois. Vale aqui mais a palavra de um testemunho visual do sítio tal qual era quando o mandaram arrasar:

"Aliás, faça-se justiça, o espetáculo de organização e rendimento de trabalho, com que pedaramos ali, era verdadeiramente edificante. As *brocas* e os terrenos prontos para a lavoura, delimitados por cercas admiravelmente construídas, derramavam-se pelos morros e, como uma surpresa verde no meio dos tabuleiros nus, apareceu-nos um tapete alegre de vegetação emoldurando um açude, construído por aquela gente, pelos processos mais simples e rudimentares". As

[7] J. C. de Campos Barros, *Ordem dos penitentes, exposição,* Fortaleza, 1937, pág. 27.

roupas que vestiam os habitantes do Caldeirão "eram confeccionadas com algodão plantado, tratado, colhido, tecido e tingido pelos próprios penitentes, cuja indústria valia pelo sabor histórico dos seus métodos". A repartição dos frutos do trabalho da coletividade lembra uma espécie de comunidade primitiva: "Se todos trabalhavam para a *Rimandade,* como diziam, todos recebiam, na véspera, a ração do dia seguinte. Esta constava, normalmente, de milho, feijão, farinha ou arroz, e os fanáticos denominavam-na de *comissão;* era distribuída de acordo com o número de pessoas de cada família, não constando que alguém jamais fizesse reclamação ou protesto"[8].

As fotografias conhecidas da comunidade de Zé Lourenço mostram fisionomias tristes, emolduradas por um xale rústico, mas de pessoas mais bem alimentadas e de aparência melhor do que a do nordestino pobre do interior, e distinguem-se belos rostos de mulher. Evidentemente, não passavam fome.

Certo dia, as autoridades acharam que no Caldeirão se criava um foco de ameaça à ordem estabelecida e às propriedades vizinhas. Talvez tivessem razão. Não é improvável que, ao crescer sua população, os limites do sítio do Caldeirão se alargassem a outras terras próximas. Não é improvável também que os padres salesianos, herdeiros do sítio que lhes deixara o Padre Cícero em testamento, tivessem empenho de expulsar os intrusos, que não lhes pagavam renda. Além disso, o pesadelo de Canudos persistia na mente das zelosas autoridades, mesmo depois de 30, quando o latifúndio teve parcialmente cerceado o seu poder político. Os latifundiários submetiam-se a uma aliança, desigual para eles, mas com a condição de que a burguesia os ajudasse na defesa de seus domínios.

Depois da morte do Padre Cícero, o beato Lourenço ficara sendo considerado por muitos como sucessor seu. Ante a reconhecida e proclamada prosperidade do sítio dirigido pelo beato Lourenço, a ele acorriam novos e novos contigentes de pobres do campo, inclusive trabalhadores dos sítios vizinhos, de particulares, que viviam como agregados ou meeiros. O

[8] J. G. de Campos Barros, *Ordem dos penitentes,* págs. 30-33.

fato é que mais uma vez se denuncia a escassez da mão-de-obra na zona. Os fazendeiros e sitiantes solicitam a Lourenço que lhes forneça trabalhadores temporários, no plantio ou na safra. E são atendidos. "Certa feita, fornecia 600 trabalhadores a seu amigo José Alves de Figueiredo"[9].

Não é estranho ao acontecimento que determinaria o fim do Caldeirão haverem sacerdotes do clero local alertado as autoridades para o "perigo" que se criava ali. A presença das autoridades militares não se fez esperar. Secretamente, um dos mais famigerados perseguidores de cangaceiros do Ceará, capitão José Bezerra, da Polícia Militar, faz um reconhecimento do sítio, disfarçando-se em industrial, que estaria interessado na indústria do óleo de oiticica.

A expedição armada para destruir Caldeirão veio em seguida. "A narração do que vira e ouvira [José Bezerra] determinou a urgência e a violência da intervenção"[10]. Em 9 de novembro de 1936 era enviada a tropa contra Caldeirão. Uma companhia de fuzileiros e uma seção de metralhadoras leves. Comandava a tropa o chefe de Segurança Pública do Ceará, capitão do Exército Cordeiro Neto. Acompanhavam-no vários oficiais, inclusive o tenente José Góis de Campos Barros.

Chegada a tropa ao Caldeirão, apesar de todas as precauções, sua presença já não constituía surpresa. Esperavam-na. Aguardavam-na pacificamente, embora com a tristeza estampada na fisionomia. O fato, sabiam muito bem, prenunciava violência e talvez horrores. "O capitão Cordeiro explicou, a todos, o que viera fazer. Era necessário que cada um voltasse ao seu lugar de origem, levando o que lhe pertencia, porque o Estado não podia permitir aquele ajuntamento perigoso. As famílias deveriam abandonar a região dentro de cinco dias e os solteiros dentro de três"[11]. Procedeu-se a uma espécie de recenseamento e chegou-se a uma impressionante conclusão: 75% dos fanáticos eram filhos do Rio Grande do Norte, 20% de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Piauí e 5% apenas de cearenses natos"[12].

9 A. Monteiro, *História do fanatismo*, pág. 61.
10 Campos Barros, ob. cit., pág. 19.
11 *Idem*, págs. 24-25.
12 *Idem*, pág. 25.

Evidentemente, não havia nada para impressionar nesta estatística. De qualquer dos Estados nordestinos de onde procedessem aqueles infelizes, eram todos vítimas do latifúndio semifeudal, homens sem terra e sem trabalho, que tinham apenas encontrado um pedaço de terra para trabalhar e viver. O fato de a maioria ser do Rio Grande do Norte poderia indicar apenas que no Rio Grande do Norte a miséria era maior, mais difícil a emigração para o Sul, as terras mais áridas.

O que havia de impressionante era a desfaçatez com que vinham propor a esses desgraçados que abandonassem suas casas, suas plantações, o ambiente que já haviam criado, e se largassem outra vez pelo mundo afora, sem trabalho e sem um pedaço de terra para cultivar. E foi o que lhes propuseram. Ofereceram-lhes passagens de trem e de navio — como quem oferece um presente a uma criança para não chorar. Rejeitaram a dádiva. Propuseram-lhes que pegassem seus haveres e partissem. Responderam que ninguém tinha haveres ali, e que todos os bens pertenciam a todos. Além das plantações, eram 400 casas, cavalos, porcos, bois, uma bela criação de aves raras, todas as benfeitorias do sítio, resultado de trabalho de anos seguidos, com os maiores sacrifícios de todos e de cada um.

"A capitão Cordeiro impunha-se uma única solução: destruir as casas e entregar os bens ao município; competia ao poder judiciário resolver o assunto, com relação à segunda parte"[13]. Acrescenta Campos Barros: "Regressamos à capital e, para a perfeita execução das ordens combinadas, ficou uma fração de tropas, com o tenente Alfredo Dias e o capitão Bezerra, o qual devia incendiar as choupanas, à medida que fossem sendo dèsocupadas por seus miseráveis habitantes"[14].

Não esperaram que as desocupassem. O fogo irrompeu logo, devorando os casebres e os próprios depósitos de algodão e víveres. Tentaram atribuir aos habitantes de Caldeirão o crime, tão tenebroso ele parecia aos próprios criminosos. "Na calada da noite, incêndios misteriosos devoraram os de-

[13] *Idem*, pág. 26.
[14] *Idem*, pág. 26.

pósitos de algodão e víveres, ardente protesto que obrigou o comandante da tropa a se precaver contra futuras acusações de vandalismo"[15].

Mas se já havia sido dada ordem para atear fogo às casas, como presumir que o fizessem os habitantes do Caldeirão? Ainda ali se encontravam eles, ainda lhes restava a esperança de salvar seu aldeamento e os bens que lhes eram comuns. À soldadesca, ao contrário, interessava acabar imediatamente com o povoado, que as autoridades tinham mandado atacar, sem que houvesse de parte de seus habitantes qua'quer ato de hostilidade. Sem que ao menos pudesse haver revide à agressão brutal, pois o relatório Campos Barros não menciona sequer uma arma apreendida entre os 2 000 povoadores de Caldeirão. Encontram apenas seus instrumentos de trabalho: enxadas, machados, foices, e a maquinaria de sua indústria primitiva.

Os habitantes do Caldeirão, trabalhadores honrados, gente pacífica, não podiam senão indagar, sem conseguir compreender jamais: por que lhes invadiam o sítio? Por que dispersavam seus habitantes? Por que destruíam suas casas? Por que entregavam seus bens, produto de seu trabalho, ao Município?

Nada se explicava, nada se justificava. Simplesmente arrasava-se um núcleo de trabalhadores rurais, cujo crime era terem rompido suas relações com o regime latifundiário, não mais se submeterem a ele como semi-servos. Havia outro crime: tudo ali lhes era comum, todos os bens que produziam. Como violar impunemente as leis da propriedade privada burguês-feudal?

E aqui vemos, uma vez mais, o quanto o Padre Cícero havia servido, em toda a sua existência, de frenador das lutas das massas campesinas concentradas em Juazeiro e vizinhanças. Inadvertidamente, as autoridades cearenses confessavam isto quando constatavam: "O caso se tornara tanto mais grave quanto as romariasa a Juazeiro se estavam canalizando para Caldeirão"[16].

15 *Idem*, pág. 26.
16 *Idem*, pág. 18.

Quer dizer: enquanto se dirigiam a Juazeiro, não havia nenhum perigo. Agora, que essa pobreza desvalida enveredava por um caminho contrário aos interesses dos latifundiários, passavam a constituir uma ameaça que encontrava pela frente o ferro e o fogo.

Naturalmente, aqueles homens que já haviam experimentado a liberdade não podiam conformar-se em voltar à vida errante de outrora, para aguardar indefinidamente os milagres de algum taumaturgo a serviço de seus algozes. Não que tivessem consciência disso, de terem sido enganados, vítimas de sua própria ignorância, do atraso extremo do meio em que viviam.

Reagiam ainda instintivamente.

E, desalojados do Caldeirão, guiados pelo mesmo beato Lourenço, localizaram-se mais adiante, ali mesmo na chapada do Araripe, onde pelo menos a água não lhes faltava.

Mas, nem tiveram tempo sequer de terminar suas rudimentares habitações, levantar as cercas, lançar as primeiras sementes à terra. Puseram em campo seus vigias, por todos os lados e também em Juazeiro e no Crato, para não serem mais tomados de surpresa, como haviam sido no Caldeirão. Ali, agora, em Rasgão e Mata dos Cavalos, a coisa seria diferente, os atacantes teriam a sua réplica. Sentiam-se ameaçados.

Internamente já não estavam unidos. Surgiram, claras, duas tendências entre eles: a dos que eram partidários da resistência e do revide a mão armada, e dos que pregavam a passividade ante os agressores. O beato Lourenço encabeçava este último partido, que não chegaria a três dezenas de homens. A parcialidade radical ficara sob a chefia de Severino Tavares, um novo líder que surgira, entre os numerosos imigrantes do Estado de Alagoas. Já antes, Severino Tavares fora o aliciador, em vários Estados vizinhos, dos participantes da comunidade do beato Lourenço. Seu prestígio já era grande. Naquele momento, no acampamento novo, no cimo da chapada do Araripe, ele sabia traduzir o estado de espírito da maioria, senão da quase totalidade, dos antigos seguidores do beato. Tinha um plano audacioso de ação. Tencionava arregimentar seus liderados e com eles atacar a cidade do Crato, 25 quilômetros distante, para obter armas e munições e retomar o Caldeirão. Um dos que dele divergiam denunciou o plano à

polícia do Crato. Desta cidade é dado o alarma para Fortaleza e, em resposta, o capitão Cordeiro Neto manda ordens ao capitão José Bezerra, que ficara em Juazeiro, para atacar o novo reduto.

Esta versão histórica tem visos de verdade. Mas pode também ter sido forjada com o objetivo de justificar uma ação "preventiva" das autoridades estaduais contra os "fanáticos". Isto parece o mais provável.

O certo é que foi a polícia quem teve a iniciativa. Em 10 de maio de 1937, isto é, justamente um semestre depois do ataque ao Caldeirão, um pequeno contingente de 10 soldados, sob o comando do capitão Bezerra chegava, num caminhão, ao local do acampamento. Esperavam-no. Bezerra ficara odiado por aquela gente por ter agido como espião antes de o Caldeirão ser atacado e, posteriormente, haver participado da agressão, ao lado de Cordeiro Neto. Mataram-no na primeira casa da qual se aproximou com seus homens. Um filho seu, sargento da Polícia Militar, caiu também aos golpes dos seguidores de Severino Tavares. Outro filho saía ferido. Mais duas praças mortas. As restantes mal tiveram tempo de fugir ante os golpes de cacete, facões, foices que lhes vibravam as vítimas da nova agressão.

É de avaliar-se o alarde espalhado com semelhante acontecimento. Comunicações urgentes do Cariri para Fortaleza, para o Rio de Janeiro, e a resposta imediata das altas fontes do Poder estatal: esmagar os "fanáticos".

Segue para a serra do Araripe a tropa acantonada em Juazeiro. Uma companhia da Polícia Militar parte de trem de Fortaleza para os sertões do sul. O comandante da região militar ordena que o Exército auxilie na repressão. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, autoriza o auxílio necessário pelas tropas regulares sediadas em Fortaleza. Até aviões, então escassos, recebem ordem de levantar vôo para bombardear o nucleamento de Lourenço e Severino Tavares.

Veio o assalto das tropas, o bombardeio aéreo do local no alto da serra e seguiu-se a dispersão dos remanescentes, parte, em companhia de Lourenço, rumo a Pernambuco, enquanto a facção de Severino Tavares vai radicar-se em Pau de Colher, no interior da Bahia.

Lourenço ter-se-ia acomodado, juntamente com umas trinta famílias que o acompanharam.

Severino Tavares formaria um novo aldeamento, com centenas de famílias.

As autoridades baianas não permitem que se consolidem suas posições. Dois batalhões do Exército e uma companhia da Polícia Militar são enviados para expulsar ou exterminar os últimos "fanáticos". Tropas da Polícia pernambucana seguem como reforço.

O desfecho era previsto. Em janeiro de 1938, Severino e os seus eram atacados por todos os lados, resistiam, lutavam de armas nas mãos, convidados a render-se, preferiam sucumbir no combate desigual. Resultado: "Contamos 117 cadáveres de homens combatentes, somente na área do reduto principal. Os campos ao redor estavam juncados de cadáveres, espalhados por toda parte. O proprietário da fazenda Ouricuri, que muito nos ajudou em víveres e na condução dos feridos, deu-se ao trabalho de contar os mortos, que foram em número superior a 400"[17].

Terminava ali outro episódio da guerra civil do Nordeste, que tivera sua grande eclosão, nos mesmos sertões adustos da Bahia, em 1896. Estava-se em 1938.

17 O. Gueiros, ob. cit., pág. 150. (Este autor tem em seu livro várias informações inverídicas e muitas confusões. Merece crédito, talvez, ao informar sobre o que viu ou episódios de que participou. Sua confusão é completa no que se refere a Caldeirão e ao último reduto da serra do Araripe.)

11

Um Quarto de Século Depois

Tocou a pintar-me em cores sombrias a vida do agricultor de cana em terras do Cariri. A sua luta para reter braços válidos que fogem para São Paulo, Paraná e Maranhão.

J. DE FIGUEIREDO FILHO

O PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA não alcançara inteiramente seu objetivo: "pacificar" as populações rurais que se agitavam pelo Nordeste incendiado.

Mal se extingue a vida do sacerdote, e explode o reduto de "fanáticos" do Caldeirão. Abafam suas chamas, chamas de esperança numa vida melhor, que ardiam em milhares de peitos. Dispersam-se os que conseguem salvar-se do assalto da tropa. Congregam-se mais adiante. Bombardeiam-nos com aviões. Fogem para o interior da Bahia. Pau de Colher é o último cenário da tragédia imensa, diante da qual as secas periódicas são simples atos intercalados, luzes mais fulgurantes sobre a cena. A chacina de Pau de Colher ocorre em pleno 1938, quarenta anos depois de Canudos...

Mais de vinte anos transcorreram desde então. Não surgiram novos insubmissos em redutos fortificados, nem grupos de bandoleiros organizados. O mesmo ano de 1938 vê desa-

parecerem duas modalidades principais de revoltas no sertão: o núcleo de cooperados para a lavra da terra e a criação de gado, que teve em Caldeirão o ú'timo exemplo, com características de misticismo, e o bando de cangaceiros, de que Lampião foi a expressão mais vigorosa e derradeira.

A que se deve esta mudança, uma vez que a estrutura agrária permanece fundamentalmente a mesma, isto é, uma vez que se mantêm o latifúndio e ainda em larga escala as relações de produção pré-capitalistas?

Vejamos alguns fatos.

Em 1937, a burguesia brasileira reforça suas posições no aparelho do Estado através do golpe branco de 10 de novembro. O regime representativo é liquidado. Adota-se uma nova Carta Constitucional, outorgada pelo chefe do Governo central. Isto significa que o latifúndio, cuja força política se expressa no Poder central, em grande parte, através de sua representação maciça no Parlamento, na Câmara e principalmente no Senado, deixa de ter seus porta-vozes mais influentes para a decisão dos problemas nacionais. Isto não significava a anulação de sua força e influência, já que sua base econômica era respeitada, mas significava um severo golpe em suas prerrogativas políticas.

Voltava-se também ao regime das interventorias nos Estados. Os governantes estaduais, nomeados pelo Governo central, não estavam diretamente submetidos a compromissos com os *coronéis* do interior. Não lhes deviam votos. Não necessitavam de sua força eleitoral, que fora temporariamente anulada. Nos municípios, tampouco, os prefeitos necessitavam da chancela dos antigos chefes políticos: eram de nomeação dos interventores e não mais eleitos. Portanto, muito mais autônomos.

Dois anos depois de implantada a ditadura, a deflagração da Segunda Guerra Mundial, com todas as restrições inevitáveis ao comércio exterior, às transações comerciais normais, obriga o País a voltar-se para si mesmo, em busca de seus próprios recursos. Inicia-se um novo surto industrial. Há necessidade imperiosa de criarem-se indústrias substitutivas das mercadorias que escasseavam com a queda das importações. A fundação das indústrias — radicadas particularmente no Sul — reclama urgentemente um afluxo de mão-de-obra exceden-

te no Nordeste. Assiste-se então a um aumento enorme de êxodo rural, do campo para as cidades, do Nordeste agrário para o Sul industrial, caminho já aberto desde os fins do século XIX. As auto-estradas, o caminhão, facilitam essa emigração crescente. Quando a guerra impõe o racionamento dos combustíveis líquidos importados, utilizam-se outros tipos de combustíveis mas o tráfego não cessa. São as indústrias que surgem, é o comércio que se amplia, é o funcionalismo público que aumenta, são novas frentes pioneiras que se abrem nas terras virgens do Paraná, é o Planalto Central que se povoa.

Do Nordeste para fora de seus limites funcionam verdadeiros drenos de mão-de-obra barata. O Censo de 1950 revelaria que viviam fora dos Estados daquela região cerca de 2 milhões de nordestinos. Tinham emigrado, aproximadamente, 10 por cento da população do Ceará, mais de 13% da população do Piauí, mais de 15% da população da Bahia, cerca de 17% da população de Alagoas[1].

A população urbana do Nordeste, em todas as suas cidades, que, em 1940, totaliza, em números redondos, 1 milhão e 260 mil pessoas atinge mais de 2 milhões e 100 mil, dez anos depois. Portanto, mais de 850 mil habitantes das zonas rurais tinham-se tornado citadinos, somente na região.

Outro fato denunciador da mudança no Nordeste: num período de 60 anos, entre 1890 e 1950, enquanto a região Sul do Brasil teve um aumento relativo de população da ordem de 504%, este aumento no Nordeste correspondeu a menos da metade, apenas 231%. Sabendo-se que a população nordestina tem um crescimento vegetativo superior à do Sul, é evidente que o Sul crescia demograficamente em parte considerável à custa do Nordeste. Então vemos, um período menor, a população relativa do Nordeste no total, da população do País cair de 26,31%, em 1890, para 24,18%, em 1940.

Os dados referentes a apenas três das capitais nordestinas são um índice eloqüente da despopulação rural. Num decênio, entre 1940 e 1950, as populações de Recife, Salvador e Forta-

1 *Contribuições para o estudo da demografia do Brasil*, IBGE, Rio, 1961, pág. 377.

leza aumentaram, por efeito imigratório de correntes do interior, nas seguintes proporções: Recife 75,86%, Salvador,... 70,72%, Fortaleza, 63,24%.

Assim, não é somente o Sul mas os próprios centros urbanos do Nordeste que funcionam como bombas de sucção das populações rurais, aliviando seus problemas, transferindo-os para o âmbito urbano. Aí, o Estado conta com melhor aparelhamento para resolvê-los, inclusive a disponibilidade de forças repressivas, quando esses problemas de econômicos se transformam em sociais, ou quando se confundem os dois aspectos, o econômico e o social. A burguesia brasileira, na medida em que se desenvolve, avoca a si problemas que se achavam afetos aos latifundiários.

A própria guerra vinha favorecer a burguesia em sua disputa secular com o latifúndio semifeudal. Este era conservado, mas, em certas zonas, para subsistir, obrigado a renovar-se, ao menos parcialmente, com maior aplicação de capitais, de técnica e de trabalho assalariado. O mesmo Nordeste beneficia-se, ainda que em proporção mínima, com a industrialização do Sul, na medida em que as estradas varam o interior, devassam-no por todos os recantos, incentivam-lhe o comércio, fomentam a emigração da superpopulação rural e chegam mesmo a estimular alguma renovação nos métodos agrícolas: novas máquinas para a extração da cera de carnaúba, para a obtenção do óleo de oiticica, em maior escala, a usina substitui o engenho na agro-indústria do açúcar, ou o engenho puxado a bois, no Cariri, por exemplo, dá lugar ao engenho a motor.

O Cariri voltava a sofrer escassez de mão-de-obra, que fora suprida durante o longo período da vida do Padre Cícero e que lhe fomentara o relativo progresso econômico registrado a partir de 1915. Na década de 50, um dono de sítio caririense, diz um cronista local, "tocou a pintar-me em cores sombrias a vida do agricultor de cana em terras do Cariri. A sua luta para reter braços válidos que fogem para São Paulo, Paraná e Maranhão"[2].

[2] J. de Figueiredo Filho, *Engenhos de rapadura do Cariri*, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, Rio, pág. 27.

O caminhão, as fáceis comunicações com Pernambuco, as terras molhadas e devolutas do Maranhão e mesmo do longínquo Brasil Central, a auto-estrada Rio-Bahia estão libertando o meeiro, o agregado, o morador, o semi-assalariado dos engenhos do Cariri que resistem à unificação. "Ultimamente [...] com a escassez de braços, já labutam no engenho e no sítio trabalhadores de fora, que mudam de lugar como quem muda de roupa". "Os laços que ligavam os patrões aos moradores, cada vez mais se vão rompendo, não por espírito de revolta. A causa principal está na falta de braços em conseqüência de emigração para o Sul". "O trabalhador já resmunga com o patrão e, desde há muito, deixou de ser capanga para o que desse e viesse. Reclama salário e por qualquer coisa arruma os possuídos e muda-se para outro lugar. O patrão queixa-se da negligência do morador e chega até a desejar uma secota para melhor discipliná-lo"[3].

A conclusão essencial é esta: rompem-se irremediavelmente os antigos laços de dependência semifeudal. Havia o capanga "para o que desse e viesse" quando era abundante a oferta de braços, quando era difícil a emigração, quando mais nada havia a fazer senão cuidar da terra e do gado do senhor. Hoje, o morador, o agregado, não se sujeita mais a morrer pelo patrão. Ser jagunço era meio de vida, como ser cangaceiro — na expressão sincera de Virgulino Ferreira da Silva Lampião... Quanto à secota, desejada hoje pelo dono de terra do Cariri, está neste desejo um sinal de seu desespero sem remédio, nostalgia dos velhos tempos, quando a seca era o açoite sagrado que empurrava o despossuído para o engenho, para o sítio, para a fazenda, obrigando-o a submeter-se a todas as condições de trabalho, ainda as mais ignominiosas, que lhe eram impostas pelo senhor de engenho, pelo sitiante, pelo fazendeiro.

Em Juazeiro, como o artesanato local vai entrando em decadência e sendo gradativamente suplantado pela produção industrial similar do sul do País, verificamos a seguinte transferência de mão-de-obra: a) o trabalhador rural, dada a mi-

3 *Idem*, pág. 42.

séria extrema em que vive e a brutal exploração do seu trabalho, cumprindo jornadas de até 16 horas por dia, procura a indústria artesã urbana, e esta absorve parte da mão-de-obra disponível em prejuízo da agricultura; b) essa mão-de-obra especializa-se aí e, ante as limitações da pequena indústria local e do comércio que lhe corresponde, emigra para Pernambuco, para o Maranhão (em busca de terra) ou para o Sul, destinando-se em parte à indústria urbana e em parte à cultura do café.

Mas não é unicamente esta fuga de mão-de-obra que cria dificuldades crescentes à agricultura do Cariri. Esta, depois de relativo progresso, estagnou e passa atualmente por um processo de decomposição interna, devido a seu atraso tecnológico e às sobrevivências de relações semifeudais, entrando em choque flagrantemente com o desenvolvimento capitalista do Sul e com setores do capitalismo da própria região.

O que ocorre com o trabalhador do engenho de açúcar, se passa também na cultura do algodão, do sisal, da carnaúba. Cada um destes cultivos industriais ocupa um reduzidíssimo número de trabalhadores, a não ser nas épocas da colheita do algodão, do corte da carnaúba e do sisal. As principais fontes de renda do agro nordestino são culturas monopolizadas por uma minoria de grandes proprietários, com exceção relativa do algodão, e que só requerem mão-de-obra abundante num breve período do ano. No Iguatu, por exemplo, o maior município algodoeiro do Ceará, durante a colheita do algodão, empregam-se milhares de trabalhadores, adventícios, procedentes do vale do Jaguaribe e do Cariri. Terminada a safra, essa gente toda se dispersa, sem terra, sem lar, sem trabalho. E de ano para ano crescem as dificuldades de mão-de-obra. Aquela queixa do dono de engenho do Cariri é comum aos donos de engenho, sitiantes e fazendeiros de todo o Ceará e dos demais Estados do Nordeste.

Naturalmente, essa escassez de mão-de-obra é relativa, devida sobretudo ao enorme atraso técnico da agropecuário, à extrema lentidão com que se processa a penetração capitalista no campo nordestino, ritmo próprio de uma região subdesenvolvida. A rotina impera. Os donos de engenho têm a mentalidade dos antigos senhores de escravos, que não podiam conceber o trabalho livre e acreditavam firmemente que ele seria

a ruína da economia e da sociedade. Como o engenho é a estagnação, os trabalhadores rurais, que, no começo do século, entre uma safra e outra, ficavam reduzidos ao seu mísero cultivo de subsistência de fundo de quintal, ou que se enrolavam nos bandos de cangaceiros, ou se alugavam como capangas — hoje emigram nos *paus-de-arara,* nos trens e até em aviões cargueiros para o Sul capitalista e industrial. É a mais acessível das formas de libertação que ainda encontram e a que o meio os obriga.

No emigrante nordestino de hoje operou-se uma mudança de mentalidade antes mesmo de ele ter abandonado a região. Esta mudança vêm-se processando há várias décadas, lenta mas inexoravelmente, desde as emigrações para a Amazônia e, sobretudo, desde o início das chamadas obras contra as secas e do lançamento das vias férreas, nos fins da década de 70 do século XIX. Particularmente, nos anos de anormalidades climáticas, de escassez ou falta absoluta de chuvas, dezenas de milhares de nordestinos integravam-se nessas obras. Muitos deles conheciam pela primeira vez o trabalho assalariado, entravam em contato pela primeira vez com instrumentos da técnica e trabalhavam, em núcleos numerosos, na construção de açudes, de poços artesianos, de barragens. Mais tarde, nos começos do século XX, chegavam os veículos a motor e iniciava-se a abertura das auto-estradas. Diz com perspicácia um estudioso dos problemas do Nordeste, Joaquim Alves:

"O sertanejo viveu sem grandes transições sociais, sem bruscas transformações na sua vida até o início das grandes construções das obras contra as secas. As instalações dos Orós, Poço dos Paus, no Ceará, Pilões, São Gonçalo e Curema, na Paraíba, entre 1921 e 1924, modificaram, radicalmente, a sociedade sertaneja. O custo da vida aumentou para mais de 200%. Os costumes sociais sofreram a influência do contato imediato de grupos culturais de origem diversa. A penetração do caminhão nos sertões distantes, aproximou populações diversas, cujo contato era feito através de longas caminhadas"[4].

[4] R. Girão e A. Martins Filho, *Ceará,* págs. 339-340.

Outro estudioso cearense, Raimundo Girão, confirma o aparecimento deste novo horizonte no panorama do Nordeste, ao constatar que "os serviços da Inspetoria de Secas, feitos atabalhoadamente, mal começando uns, ficando em metade outros e só muito poucos chegando ao fim, injetam no sertão bisonho a porção de sangue novo necessário ao aceleramento do sistema circulatório da fisiologia semi-esclerosada do Nordeste"[5].

Há evidente exagero em Joaquim Alves ao considerar que aquelas obras e suas conseqüências modificaram "radicalmente" a sociedade sertaneja. Não houve mudança radical, mas houve mudança sensível. Não foi imediata, mas se processou num longo período e continua a processar-se ainda hoje, lenta e gradativamente.

Pode-se imaginar que as classes dominantes do Brasil vislumbraram um caminho novo para resolver sem choques o velho problema da terra, desde que venceram aquela fase de guerra civil encoberta dos cangaceiros e dos fanáticos. Não se pode negar que elas ainda têm panos para as mangas, um vasto campo de manobras para fugir à solução necessária e efetiva através da reforma agrária que liquide com o latifúndio semifeudal.

Mas, enquanto elas manobram, acumulam-se novos e novos problemas, cada vez mais complexos. Poderá o Sul absorver indefinidamente o excesso demográfico do Nordeste? Sujeitar-se-á o Nordeste à condição de semicolônia do Sul industrial a que ficou reduzido nos últimos decênios? Tudo indica que esta mesma condição, tanto por fatores objetivos como subjetivos, acelerará a desagregação da retardatária economia agrícola nordestina do latifúndio semifeudal, obrigando-o a transformar-se revolucionariamente.

É verdade que no Nordeste cerca de 70% da população ainda são rurais. Mas esta população, em suas camadas profundas, começa a agitar-se. Naturalmente, não se reeditarão os fatos rocambolescos dos bandos de cangaceiros, com seus heróis de lenda como Silvino e Lampião. Os tempos são outros, houve mudanças de caráter econômico que, se bem não

[5] *Idem*, pág. 173.

tenham sido profundas, minam dia a dia a economia de subsistência, estendem o âmbito do trabalho assalariado, fomentam relações mercantis, ampliam o mercado interno, tanto de bens de consumo como de meios de produção. A aproximação dos mais distantes rincões do Nordeste aos grandes centros urbanos, o devassamento do interior pelas auto-estradas, as linhas de aviação comercial que ligam o litoral ao sertão em poucas horas, tudo isto, fruto de mudanças de caráter econômico em primeiro lugar, impossibilita o ressurgimento dos Lampiões, dos Silvinos, dos Brilhantes do passado.

Mas não esqueçamos que a mentalidade do sertanejo não se limitou às mudanças operadas com as obras contra as secas e as vias férreas. Novas mudanças, em novos sentidos, continuam a verificar-se, reclamando outra mais importante, da própria estrutura agrária. Aí estão as ligas camponesas e as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas nascendo e se multiplicando desde Pernambuco e Alagoas até o Ceará e o Maranhão, estendendo-se por Minas, propagando-se ao Rio Grande do Sul, a São Paulo, ao Paraná, já encabeçando lutas diretas pela terra no Estado de Goiás. Ainda mal estruturadas, com objetivos não definidos para todos, mas dando sinal de uma efervescência inédita entre as massas rurais pobres. Um sinal alarmante para o latifúndio.

Não se pense que por não serem mais possíveis os grupos de cangaceiros ou os redutos fixos dos conselheiros e dos beatos, essa massa enorme de miseráveis vá cruzar os braços à espera de planejadas transferências maciças para o Maranhão ou o Brasil Central — onde sua vida pouco se modificaria, porque o latifúndio subsiste com todas as suas taras semifeudais, opondo todos os obstáculos ao desenvolvimento da propriedade individual próspera ou de cooperativas agrícolas de produção, que tenham melhor sorte do que as inúmeras fundadas por todo o Brasil e asfixiadas sistematicamente pelo latifúndio.

É impossível prognosticar o desenvolvimento de tão complexa situação no meio rural do Nordeste e do Brasil inteiro. Mas uma previsão é possível e até óbvia: da mesma forma como se pôs termo ao regime escravista, não obstante as inúmeras manobras, resistências e obstáculos opostos pelos senhores de escravos e ao apoio dado a estes pelo Estado, a marcha

dos acontecimentos no Brasil e no mundo não mais se compadece com a estrutura agrária apodrecida que subsiste no País. E que só ainda se mantém graças às muletas do Estado. Não se exclui hoje sequer a possibilidade de que o próprio Estado atual seja arrastado na queda que irremediavelmente liquidará com semelhante estrutura agrária, caso persista em sustentá-la. Porque os pobres do campo dispõem hoje da mais poderosa das armas, uma que não possuíam antes: vão ganhando consciência de sua situação de míseros explorados e oprimidos e organizam-se como jamais se organizaram os trabalhadores do campo no Brasil. Esta consciência e organização lhes valem como um penhor de vitória.

Roteiro Cronológico

1872 — O Padre Cícero Romão Batista chega a Juazeiro, distrito do município do Crato, o qual contava então 32 casas de pobres habitantes do campo.
1877-79 — Uma estiagem de três anos seguidos assola todo o Nordeste, reduzindo grande parte de sua população à fome. Calcula-se que um terço da população do Ceará morreu ou emigrou: 300 000 pessoas.
1877 — Inicia-se a emigração em larga escala de nordestinos para a indústria extrativa da borracha na Amazônia.
1877 — Multiplicam-se os grupos de cangaceiros no Nordeste. Surgem os Brilhantes, os Viriatos e outros, que assaltam propriedades e atacam depósitos e comboios de mercadorias, que algumas vezes são distribuídas entre os pobres.
1878 — Começam os trabalhos da 2.ª fase da Estrada de Ferro de Baturité (Ceará), ligando o sertão ao litoral e empregando milhares de "flagelados" da seca.
1884 — Libertação oficial dos escravos no Ceará. Restavam pouco mais de 30 mil em toda a província, a maioria em trabalhos domésticos.
1888 — Emancipação dos escravos em escala nacional.
1889 — Proclamação da República.
1889 — O "milagre" do Padre Cícero em Juazeiro: a hóstia transforma-se-ia em sangue na boca de uma "beata".
1890-95 — Fundam-se no Brasil 452 empresas industriais.
1896-97 — Campanha de Canudos.
1896 — Surge Antônio Silvino como chefe de cangaço no Nordeste.
1897 — O Padre Cícero é suspenso de ordens eclesiásticas pela Igreja. Recolhe-se à vila de Salgueiro, em Pernambuco. No mesmo ano segue para Roma.
1898 — O Padre Cícero regressa de Roma, sendo recebido festivamente em Juazeiro.
1898 — Seca parcial no Nordeste.
1900 — Seca no Nordeste.
1902 — Greve dos operários de EF de Baturité.
1908 — Chegada de Floro Bartolomeu ao Juazeiro, vindo da Bahia.

1911 — Juazeiro é elevada à categoria de vila, sede de município.
1911 — É assinado em Juazeiro (4 de outubro) o Pacto dos Coronéis.
1912 — Nova greve dos operiários da EF de Baturité (6-20 de março).
1912 — (22 de outubro) — Primeiro choque armado dos camponeses do Contestado, no Irani, com tropas enviadas pelo governo para dispersá-los.
1912 — (22-24 de janeiro) — Uma sublevação popular em Fortaleza derruba a oligarquia Acióli.
1912 — (14 de julho) — Posse de Franco Rabelo no Governo do Estado.
1913 — Procedente do Rio, retorna a Juazeiro Floro Bartolomeu, com planos aprovados pelas autoridades federais para a derrubada do governo Franco Rabelo.
1913 — (9 de dezembro) — Rebenta em Juazeiro um movimento armado contra o governo de Franco Rabelo. Comanda-o Floro Bartolomeu.

12 de dezembro — Reúne-se em Juazeiro a Assembléia Legislativa do Estado, presidida por Floro.

15 de dezembro — Floro declara a dualidade de Poder no Estado, assumindo o "governo provisório" do sul do Ceará.

30 de dezembro — Floro declara suspensa a cobrança de impostos até março de 1914.

1914 — (21 de janeiro) — Cerco de Juazeiro pelas forças do governo de Franco Rabelo. Contra-ataque dos jagunços de Floro. Derrota das tropas governistas, que se retiram para a vizinha cidade de Barbalha.

27 de janeiro — Os homens de Floro tomam Barbalha e perseguem seus adversários. Ocupam sucessivamente, em alguns dias, as cidades de Crato, Miguel Calmon, Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá e marcham sobre Fortaleza.

14 de março — O Governo federal decreta a intervenção no Ceará, nomeando interventor o coronel Setembrino de Carvalho.

15 de março — Franco Rabelo abandona o governo do Estado.

21 de abril — Floro Bartolomeu chega vitorioso a Fortaleza.

23 de julho — Juazeiro é elevada à categoria de cidade.

1914 — Prisão do chefe bandoleiro Antônio Silvino.
1915 — Nova e terrível seca devasta o Nordeste.
1918 — Ingressa no cangaço Virgulino Ferreira da Silva, que seria depois o famoso Lampião.
1919 — Outra seca assola os Estados nordestinos, reduzindo as populações interioranas à miséria.
1922 — março — Fundação do Partido Comunista Brasileiro.
1922 — Levante do Forte de Copacabana, no Rio, em julho.
1924 — Sublevação das tropas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Surge a Coluna Prestes.
1924 — Lampião, com 150 cangaceiros, ocupa a cidade de Sousa, na Paraíba.
1926 — Lampião é contratado pelos chefes políticos de Juazeiro para, juntamente com os capangas dos *coronéis* nordestinos, dar combate à Coluna Prestes. Recebe para isso abundante armamento e munições.

1926 — 8 de março — Morre Floro Bartolomeu, deputado federal pelo Ceará.
1927 — Lampião ataca a cidade de Moçoró, no Rio Grande do Norte, próximo ao litoral, sendo repelido pela população armada.
1927 — Lampião ocupa a cidade de Limoeiro, no Ceará.
1930 — outubro — Movimento armado, com apoio popular, derruba o Governo de Washington Luís. Sobe ao Poder Getúlio Vargas. Os chefes do movimento de 30 mandam desarmar os coronéis do Nordeste. Alguns são presos.
1934 — 20 de julho — Morte do Padre Cícero Romão Batista.
1937 — Golpe de Estado dissolve o Parlamento e derroga a Constituição. Uma nova Carta Constitucional é outorgada pelo Executivo. Implanta-se a ditadura no País. Novas restrições aos chefetes políticos sertanejos.
1938 — É destroçado o núcleo central do grupo de cangaceiros de Lampião.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins, de. *Um sertanejo e o sertão.* Rio, 1957.
ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas.* Porto Alegre, 1937.
ALVES, Joaquim. "Juazeiro, Cidade Mística", *Revista do Instituto Histórico do Ceará,* Fortaleza, t. 42, 1948.
ANSELMO, Otacílio. *O Ceará e a revolução de 30.* Crato, 1957.
BARROS, José Góis de Campos. *Ordem dos penitentes.* Fortaleza, 1937.
BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o padre Cícero.* Rio, 1923.
BASTOS, A. D. Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro.* São Paulo, 1939.
BELO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho.* Rio, 1938.
BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos jagunços.* Rio, 1899.
BONIFÁCIO, José. *Discursos parlamentares.* Rio, 1880.
BORGES, Fragmon C. "O Problema da Terra em Pernambuco. I. Origens Históricas da Propriedade da Terra. II. A Grande Propriedade Territorial Latifundiária. III. As Terras dos Índios." *Estudos sociais,* Rio, n.° 1-4, págs. 44-60, 235-244, 399-404.
BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. *O Ceará no centenário da Independência.* Fortaleza, 1922.
BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri.* Fortaleza, 1888. — *Ceará, homens e fatos,* Fortaleza, 1919.
BRITO, J. de Figueiredo. *In Itaytera,* Crato, n.° 2, 1956.
CABRAL, Osvaldo R. *João Maria, interpretação da campanha do Contestado.* São Paulo, 1961.
CALMON, Pedro. *História social do Brasil.* São Paulo, s. d.
CAMPOS, Cristóvão. *Capital rodante da propriedade agrícola.* Salvador, 1887.
CARLI Gileno Dé. *O processo histórico da usina de açúcar em Pernambuco.* Rio, 1942.
CARVALHO, Jáder. *O município,* Fortaleza, n.° 1, 1955.
CASTRO, Godofredo de. *Juazeiro na Assembléia Legislativa do Ceará.* Fortaleza, 1925.
CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queirós, agitador no Brasil,* São Paulo, 1959.
CHAGAS, Américo. *O chefe Horácio de Matos.* São Paulo, 1962.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões.* 13.ª ed. Rio, 1936.
—. *À margem da história.* 2.ª ed. Porto, 1913.
FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Engenhos de rapadura no Cariri.* Rio, 1958.
— e PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato.* Rio, Ministério da Educação e Cultura, 1955.
FREYRE, Gilberto. *Nordeste.* Rio, 1937.
GIRÃO, Raymundo e MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará.* Fortaleza, 1939.
GUEDES, Mário. *Os seringais.* Rio, 1914.
GUEIROS, Optato. *Lampião.* 2.ª ed. São Paulo, 1953.
LOURENÇO FILHO. *O Juazeiro do padre Cícero.* 2.ª ed. São Paulo, s/d.
LIMA, M. de Oliveira. *O império brasileiro.* 2.ª ed. São Paulo. s.d.
LINS, Wilson. *O médio São Francisco.* Salvador, 1952.
LOURENÇO FILHO. *O Juazeiro do padre Cícero.* 2.ª ed. São Paulo, s/d.
MARIZ, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste.* João Pessoa, 1942.
MARX, KARL e ENGELS, F. *Obras escolhidas.* Rio, 1962, v. 2.
MILTON, Aristides. Memória Apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico. Rio, 1902.
MONTENEGRO, Abelardo. *História do cangaceirismo no Ceará.* Fortaleza, 1955.
—. *História do fanatismo no Ceará.* Fortaleza, 1959.
MOREL, Edmar. *Padre Cícero, o santo de Juazeiro,* Rio, 1946.
NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo.* São Paulo, 1938.
NONATO, Raimundo. *Lampião em Moçoró.* Rio, 1955.
NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil.* 2.ª ed. Rio, 1945.
OLIVEIRA, Xavier de. *O Exército e o sertão.* Rio, 1932.
—. *Beatos e cangaceiros.* Rio, 1920.
PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do padre Cícero e a revolução de 1914.* Rio, 1938.
—. *O Cariri.* Fortaleza, 1950.
PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo, 1949.
REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas.* Rio, 1938.
RÊGO, Pedro da Costa. *Mensagem.* Maceió, 1925.
RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal.* Salvador, 1957.
ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil,* Rio, 1888.
—. *História da literatura brasileira.* Rio, 1888.
SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina.* Salvador, 1938.
SOARES, H. Duque-Estradade Macedo. *A guerra de Canudos.* Rio, 1903.
SOARES, José Carlos de Macedo. *A borracha.* Paris, 1927.
SOUSA, Eusébio de. *História militar do Ceará.* Fortaleza, 1950.
SIMONSEN, Roberto. *As crises no Brasil.* São Paulo [1930].
TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará* (1877-1880). Rio, 1922.
—. *A seca de 1915.* Rio, 1922.
—. *A seca de 1919.* Rio, 1922.
VIANNA, Oliveira. *As instituições políticas no Brasil.* Rio, 1949.
WERNECK, Américo. *In Correio da Manhã,* 1921.

JORNAIS E REVISTAS

O País, Rio, 1896-97.
Jornal do Comércio, Rio, 1896-97.
Cearense, Fortaleza, 1878-79.
A Tarde, Salvador, 1930.
Estado da Bahia, Salvador, 1938.
Unitário, Fortaleza, 1911.
Revista dos Municípios, Fortaleza, 1955.
Revista Itaytera, Crato, 1956.

20-8-16.

pc. 11.
45-

Exemplar № 2158

OUVIDOR - RIO
IMPRIMIU

011227

As teses que levanta por certo não agradarão aos pseudo-historiadores ou aos sociólogos a soldo da classe dominante brasileira, que preferem interpretação puramente lírica ou assumem esquematismo de raciocínio que os leva a considerar fundamentais alguns aspectos, no caso secundários, de sincretismo religioso. Tampouco satisfará aos elementos menos esclarecidos do clero nacional, que somente percebem, do cangaço, suas exteriorizações criminosas e, do chamado fanatismo, os aspectos de baixa heresia.

Rui Facó explica, em seu substancioso Prólogo, que *"este livro é uma busca de respostas às inquietantes perguntas que se impuseram ao Autor como parte do processo mesmo de tomada de consciência nacional que alcançamos cada vez mais plenamente na medida em que crescemos no domínio econômico, modifica-se toda a nossa sociedade e nos integramos no conjunto universal dos povos com a nossa própria voz, as nossas características, e afirmamos a nossa individualidade"*.

CANGACEIROS E FANÁTICOS é, portanto, um livro-instrumento, um caminho novo para a verdadeira interpretação de nossos problemas sociais. Se as condições atuais tornam difícil o retorno do cangaço como movimento expressivo e organizado e se os antigos *beatos* se transformaram hoje nos demagogos que a pseudodemocracia eleitoral cria e utiliza, o fato é que as causas materiais desses e de outros problemas continuam ainda à espera de solução definitiva.

A interpretação exata dessas causas e desses problemas, que este livro favorece e encaminha, já é grande passo no caminho certo para resolvê-los.

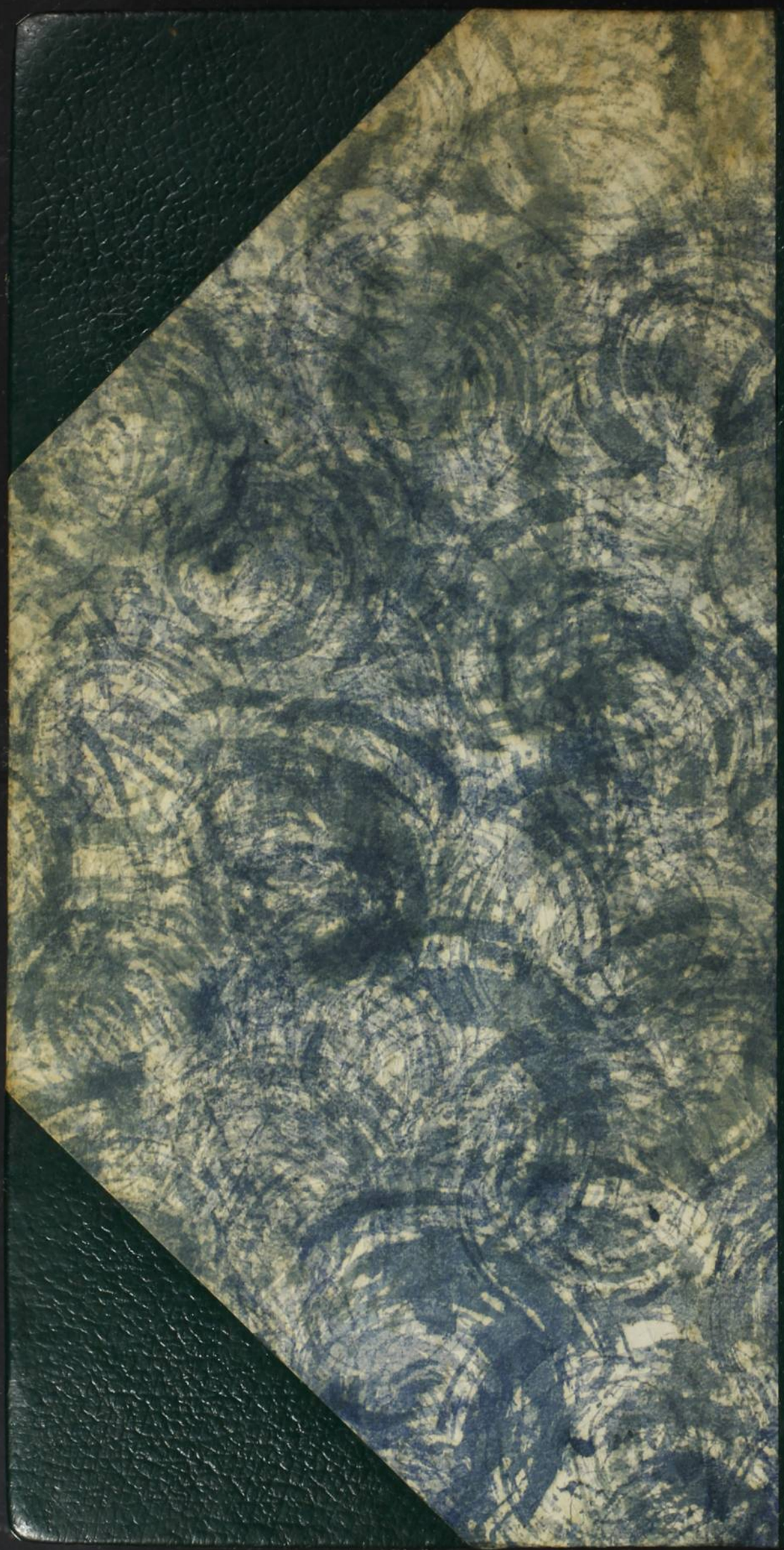
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

CANGACEIROS
E
FANÁTICOS

Pela primeira vez em nossa literatura histórica e sociológica, a *interpretação exata*, a *análise honesta* das verdadeiras causas materiais do *cangaço* e do *fanatismo*.

Por que ficar apenas no anedótico, nos episódios sensacionais que o cinema explora com grande efeito, se atrás deles se encontra toda uma gama de misérias sociais que os governos republicanos, porta-vozes das classes dominantes, até hoje não quiseram ou não puderam resolver?

Este livro de RUI FACÓ, cuja primeira edição foi publicada poucas semanas após seu lastimável e prematuro falecimento, num desastre de avião, é contribuição importante ao estudo *objetivo* da realidade brasileira, e concorrerá para solucionarmos seus problemas crônicos.

Mais um lançamento de categoria da

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA